

2480/93



DIÁRIO



República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLVIII — Nº 41

SEXTA-FEIRA, 3 DE SETEMBRO DE 1993

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

PARECER Nº 38, DE 1993-CN

DE COMISSÃO MISTA

Sobre a constitucionalidade e o mérito da Medida Provisória nº. 342, de 10 de agosto de 1993, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito extraordinário para os fins que especifica, e dá outras providências".

RELATOR: Deputado JORGE KHOURY

Nos termos do art. 62 da Constituição Federal, o Presidente da República submeteu à deliberação do Congresso Nacional o texto da Medida

EXPEDIENTE	
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL	
MANOEL VILELA DE MAGALHÃES Diretor-Geral do Senado Federal	DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MALA Diretor Executivo	ASSINATURAS
CARLOS HOMERO VIEIRA NINA Diretor Administrativo	Semestral Cr\$ 70.000,00
LUIZ CARLOS BASTOS Diretor Industrial	
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA Diretor Adjunto	Tiragem 1.200 exemplares

Provisória nº 342, de 10 de agosto de 1993, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito extraordinário ao Orçamento Fiscal da União em favor da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, para dar continuidade ao Programa Frentes Produtoras de Trabalho, iniciado mediante Lei nº 8.651, de 28 de abril de 1993.

Constituída a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer quanto aos pressupostos constitucionais de urgência e relevância, foi a Medida Provisória, nos termos da Resolução nº. 01/89 do Congresso Nacional, apreciada e aprovada. Homos designados para verificar o mérito da proposta que objetiva amenizar a situação de calamidade pública provocada pela seca que vem afetando considerável contingente populacional em todos os Estados da Região Nordeste e Norte de Minas Gerais.

A Exposição de Motivos nº. 071/SEPLAN-PR, do Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República, registra que o Programa vem sendo conduzido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, conjuntamente com os Governos Estaduais, Municipais e sociedade civil organi-

zada, mediante a execução de obras de caráter hídrico, de saneamento básico e de recuperação de estradas vicinais, absorvendo parcela significativa da mão-de-obra local.

Os recursos necessários à viabilização da 2ª. etapa do Programa no montante de CR\$ 6.000.000.000,00 (seis bilhões de cruzeiros reais), deverão ser liberados em duas parcelas nos valores de CR\$ 2.790.000.000,00 e CR\$ 3.210.000.000,00 obedecendo a proporção por Estado determinada na Lei nº. 8.651, de 28 de abril de 1993, e decorrerão à conta da Reserva de Contingência.

A proporcionalidade definida pelo Ministério da Integração Regional e SUDENE para distribuição dos recursos federais é função da situação crítica observada nos municípios assolados pela seca e como demonstrada no Anexo III da Medida Provisória tem a seguinte destinação:

Alagoas	4,42%
Bahia	18,00%
Ceará	18,00%
Maranhão	7,08%
Minas Gerais	2,67%
Paraíba	12,33%
Pernambuco	16,33%
Piauí	10,83%
Rio Grande do Norte	7,50%
Sergipe	<u>2,84%</u>
	100,00%

Tendo em vista a importância da imediata execução das obras que compõem as diversas etapas de execução do Programa e dada a permanência dos efeitos da seca junto às populações flageladas do Nordeste e Norte de Minas, com conseqüências sociais indesejáveis, o Governo Federal propõe a sua continuidade, em caráter emergencial, fundamentando-se aqui o mérito do pleito.

O Programa sob análise vem sendo executado sob novas regras que privilegiam a constituição de Comissões Nacional, Estadual e Municipal envolvendo representantes de vários segmentos da sociedade civil, dos Poderes Legislativo e Executivo, em todos os níveis, o que se caracteriza por louvável inovação em programa desta natureza ao possibilitar a descentralização do processo decisório e o acompanhamento da aplicação dos recursos, atingindo mais racionalmente a população-meta.

Ao texto da Medida Provisória foi oferecida uma emenda, de número 1, de autoria do Deputado Cyro Garcia que pretende acrescentar à proposta, a designação de Comissão composta por um representante de cada uma das quatro Centrais Sindicais, um representante da CONTAG e um da Federação de Trabalhadores Rurais por Estado representado na SUDENE.

A contribuição oferecida como aperfeiçoamento do texto legal está atendida na Lei que dispõe sobre o Programa Frentes Produtivas de Trabalho, porquanto em qualquer dos três níveis da Administração Pública estão os trabalhadores rurais representados, o que nos leva a considerá-la parcialmente aprovada.

Vale ressaltar que a Comissão Nacional referida foi criada pelo Decreto S/N de 29 de março de 1993 e as emendas acolhidas como contribuição ao texto da Medida provisória nº. 315, convertida na Lei nº. 8.651, de 28 de abril de 1993, determinaram a criação das Comissões Nacional, Estadual e Municipal e os critérios para a distribuição proporcional dos recursos, critérios estes a serem mantidos com vistas a garantir a continuidade do Programa.

Isto posto, tendo em vista as considerações acima referidas e como as determinações previstas na Lei nº. 8.651, de 28 de abril de 1993 não

integraram o texto da Medida Provisória nº. 342, somos pela aprovação da proposta, na forma do seguinte Projeto de Lei de Conversão.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1.993

Deputado CID CARVALHO


, Presidente

Deputado JORGE KHOURY


, Relator

Deputado FELIP MENDES

Senador LUCÍDIO PORTELLA

Senador CID SABÓIA DE CARVALHO

Deputado BENEDITO FIGUEIREDO

Deputado JACKSON PEREIRA

Senador MANSUETO DE LAVOR

Senador EDUARDO SUPLICY

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 21, DE 1993

Dispõe sobre a abertura de Crédito Extraordinário ao Orçamento Fiscal da União para os fins que especifica, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, em favor do Ministério da Integração Regional - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, crédito extraordinário até o limite de CR\$ 6.000.000.000,00 (seis bilhões de cruzeiros reais), em duas parcelas, observando o interstício de trinta dias entre as mesmas, para atender à programação constante do Anexo I, de acordo com a proporção indicada no Anexo III.

Art. 2º. Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão à conta de Reserva de Contingência, indicada no Anexo II desta Lei.

Art. 3º. A liberação dos recursos e a sua destinação serão regidas pelo disposto nos artigos 3º, 4º e 5º da Lei nº. 8.691, de 28 de abril de 1993.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1993.

Dep. FELIPE MENDES

Dep. CID CARVALHO
, Presidente

Dep. JACKSON PEREIRA. LUCIDIO PORTELLA

Dep. JOGE KHOURY
, Relator

Sen. EDUARDO SUPLICY

Dep. CID SABÓIA DE CARVALHO
Sen. MANSUETO DE LAVOR

43000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
43201 - SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

CDS 1 00

ANEXO I

CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
DESENVOLVIMENTO REGIONAL		6.000.000.000			5.997.900.000	2.100.000			
ASSISTÊNCIA		6.000.000.000			5.997.900.000	2.100.000			
DEFESA CONTRA SINISTROS		6.000.000.000			5.997.900.000	2.100.000			
07 081 0178 5512 AÇÕES COMPLEMENTARES CONTRA OS EFEITOS DAS SECAS NO NORDESTE		6.000.000.000			5.997.900.000	2.100.000			
apojar as ações de combate aos efeitos das secas que atingem as populações do Nordeste principalmente no semi-árido									
07 081 0178 5512 0001 AÇÕES COMPLEMENTARES CONTRA OS EFEITOS DAS SECAS NO NORDESTE	FISCAL	6.000.000.000			5.997.900.000	2.100.000			
TOTAL FISCAL		6.000.000.000			5.997.900.000	2.100.000			

90000 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA
90000 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

CDS 1 00

ANEXO II

CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		6.000.000.000							
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		6.000.000.000							
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		6.000.000.000							
99 999 9999 9299 RESERVA DE CONTINGÊNCIA		6.000.000.000							
SERVIÇO DE FONTE COMPENSATORIA NA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS PARA DOTACÕES INSUFICIENTEMENTE PREVISTAS									
99 999 9999 9999 0001 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	FISCAL	6.000.000.000							
TOTAL FISCAL		6.000.000.000							

ANEXO III

DISTRIBUIÇÃO PROPORCIONAL, POR ESTADO, DOS RECURSOS DO GOVERNO
FEDERAL NO PROGRAMA FRENTES PRODUTIVAS DE TRABALHO

Alagoas.....	4,42%
Bahia.....	18,00%
Ceará.....	18,00%
Maranhão.....	7,08%
Minas Gerais.....	2,67%
Paraíba.....	12,33%
Pernambuco.....	16,33%
Piauí.....	10,83%
Rio Grande do Norte...	7,50%
Sergipe.....	2,84%

PARECER Nº 39, DE 1993

DA COMISSÃO DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS
E FISCALIZAÇÃO SOBRE QUESTIONAMENTOS
APRESENTADOS EM RELAÇÃO À TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1992.

Relator: SENADOR MAGNO BACELAR

I - INTRODUÇÃO

O Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional encaminhou à Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização expediente apresentado formalmente pelo nobre Senhor Senador Eduardo Suplicy, na Sessão Ordinária do Senado Federal, no dia 16 de junho de 1992, relativo ao Orçamento da União para o exercício daquele ano, para que a Comissão "se manifeste a respeito dos atos inquiridos de irregularidades na elaboração da Lei de Meios de 1992".

As listagens apresentadas na referida Sessão do Senado Federal se juntam a expediente anterior, também encaminhado a esta Comissão Mista pelo Presidente do Congresso Nacional, de autoria do mesmo Senador e do nobre Deputado José Dirceu.

Ambos os expedientes versam sobre o mesmo assunto e com os mesmos questionamentos em relação à hipotética inclusão de emendas pelo Relator Geral do Projeto de Lei Orçamentária para 1992, o então Deputado Ricardo Fiuza, depois da aprovação de sua redação final pelo Congresso Nacional.

O documento mais antigo trata de inclusões na programação do Ministério da Ação Social e o segundo na dos demais órgãos.

Em relação ao documento mais antigo, o Senhor Deputado Ricardo Fiuza encaminhou ao Senhor Presidente do Senado Federal expediente em que presta esclarecimentos sobre o assunto, cuja cópia apresentamos em anexo para conhecimento dos Senhores membros da Comissão Mista.

Para que se possa avaliar o que foi o processo legislativo da tramitação do Projeto de Lei Orçamentária em questão, mister se faz uma breve retrospectiva.

II - DAS CONDIÇÕES PARA APRECIACÃO NA COMISSÃO MISTA, DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 1992

Como é do conhecimento da Casa, a Relatoria Geral do orçamento para 1992 foi assumida em condições absolutamente atípicas. A substituição do Relator Geral inicialmente designado, levou à decisão unânime de se designar para a tarefa o Líder do Bloco Parlamentar, evitando assim maior dificuldade na tramitação da matéria. Os momentos de dificuldades vividos pela Comissão naquele período, com a indefinição sobre quem realizaria o trabalho, causaram grande atraso na apreciação da matéria, sendo que alguns Relatores Setoriais só entregaram os respectivos Pareceres muito depois de esgotado o prazo regimental e o último Parecer Setorial entregue somente no dia 04 de dezembro.

O Relator Geral, além do prazo estabelecido pela Comissão para apresentar seu parecer depois da votação dos Pareceres Setoriais (cerca de 20 (vinte) dias inicialmente) ainda teria, conforme a Resolução nr. 01 de 1981, o prazo de 20 (vinte) dias após a votação de seu Parecer Final para apresentá-lo sistematizado para ser encaminhado ao Plenário, que, dessa forma poderia só recebê-lo, para apreciação, na primeira quinzena do mês de janeiro de 1992.

Num grande esforço, compreendendo as dificuldades que o Congresso enfrentaria se necessário prorrogar a Sessão Legislativa para apreciar a Lei Orçamentária, o texto do Parecer Final foi entregue no dia 17 de dezembro ainda sem o anexo definitivo das emendas aprovadas, como comprova relação do PRODASEN com data posterior 18 (dezoito) de dezembro, em poder da Secretaria da Comissão, a tempo, entretanto, de ser, sem tipificar qualquer ilícito, apreciado pela Comissão Mista e enviado a Plenário antes de findo o prazo constitucional para o recesso, que seria a 19 (dezenove) de dezembro de 1991.

O que não se poderia imaginar é que, apesar das Emendas já acolhidas nos Pareceres Setoriais e mais as que foram acolhidas pelo Relator Geral, ainda surgisse um número tão elevado 1.240 - de Destaques na Comissão.

III - DA DELEGAÇÃO AO RELATOR GERAL

Na iminência do Projeto ir a Plenário sem o Parecer da Comissão, desde quando fora marcada sessão do Congresso para as 09:00 horas do dia 19 (dezenove) de dezembro de 1991, as Lideranças dos Partidos atuando junto à Comissão Mista se reuniram na noite de 18 (dezoito) de dezembro de 1991, buscando encontrar uma solução para o problema, já que não haveria condições materiais de apreciar todos os destaques antes da votação em Plenário. Havia grande interesse da maioria dos Parlamentares em encontrar uma solução, vez que caso o Projeto fosse a Plenário sem o Parecer da Comissão, automaticamente cairiam todas as Emendas aprovadas no âmbito daquele órgão técnico, pois seria votado, sem alterações, o Projeto oriundo do Executivo.

Mesmo contrariando alguns pontos de vista da Relatoria, as Lideranças resolveram votar o Projeto, sem apreciar os Destaques, ficando o Relator Geral autorizado a:

I - corrigir erros materiais que viessem a ser identificados;

II - remanejar valores de Emendas para outras, indicados pelo autor;

III - converter os Destaques em sugestões, quando as condições assim o permitissem.

O Senador Eduardo Suplicy reconhece a Delegação mencionada nos itens I e II acima, conforme menciona em seu Ofício 116/92, mas omite o mais importante, a do item III, precisamente aquela decorrente da não apreciação dos 1.240 Destaques, portanto a que geraria maior pressão dos Parlamentares sobre o Relator. Para que não paire nenhuma dúvida sobre essa última Delegação, são transcritos os seguintes trechos das notas taquigráficas da Sessão da Comissão do dia 18 (dezoito) de dezembro de 1991:

a) Sugestão do Deputado Felipe Mendes, referente à aglutinação ou desmembramento de Emendas:

"Sr. Presidente, propus que constituíssemos uma comissão de membros da Mesa, da Secretaria e de alguns Deputados indicados pelo Relator, para que pudéssemos separar alguns Destaques que são meros ajustes no texto da Emenda, no título ou no remanejamento aglutinando várias Emendas numa só ou vice-versa. Parece-me que este é o anseio de grande parte dos companheiros aqui presentes. Isso não atrapalharia as discussões normais dos nossos trabalhos".

b) A opinião do Relator Geral, Deputado Ricardo Fiúza sobre o assunto:

"Acho extremamente louvável a intenção do Deputado Felipe Mendes. se S. Exa. permitisse, eu poderia fazer uma adaptação. Por coincidência, estava pedindo ao Presidente que autorizasse os companheiros que fizeram o trabalho comigo, que sabem que cometi umas trinta injustiças, pelo que pude detectar hoje, a realizarem uma triagem preliminar em todos os destaques

que contivessem erro material, ou seja, correção de fonte, correção de rubrica, de Estados, etc. Por exemplo, hoje um companheiro, não me lembro quem me disse que havia o nome de dois Municípios em uma Emenda. Pensaram que um bairro era Município e escreveram "Município tal e Campinas".

Eu não sei - há uma comissão de acompanhamento e depois será feito um longo trabalho de computação - se a Comissão poderia delegar ao Relator, fiscalizando e prestando contas a todos os Partidos através da comissão de acompanhamento, as seguintes tarefas: corrigir erros tipicamente materiais e comprováveis, fazendo com que se possa comprovar qualquer dúvida imediatamente; remanejar verba indicada por um mesmo Deputado, a pedido, por escrito, do próprio. Assim, eliminaríamos um núcleo imenso. Se a Comissão concordar, repito, o Relator poderá corrigir erros materiais ou erros de computação comprovados, guardando a memória dessas correções para elucidar qualquer dúvida. A comissão de acompanhamento seria informada de todos os passos dessas correções. Poderíamos ainda fazer as modificações sugeridas pelo Parlamentar, de acordo com a verba indicada por ele. Por que? Porque muitos Parlamentares estão dizendo: "Eu assinei esta Emenda a pedido. Não tenho interesse nela. Esse Município não me interessa, mas outro, sim. O Relator pode deslocar." Se formos votar todas as Emendas, é um nunca acabar. Mas, se o Relator for autorizado a mexer na Emenda apresentada por um Deputado a pedido dele, por escrito, guardando a memória para a Comissão facilitará

muito. O Deputado terá que me pedir por escrito. Eu atenderei com base na verba do Deputado. No caso de duplicidade de Destaques referentes à verba de um Deputado, eu poderia juntar os dois. Portanto, os companheiros que tivessem apresentado Destaque nesse sentido, no momento da votação retirariam os Destaques ou pediriam à Secretaria para retirá-los. Eliminaríamos pelo menos, um terço dos problemas.

Gostaria de submeter esta Proposta à Comissão e aos companheiros dos Partidos.

(Não identificado). - Senhor Presidente, peço a palavra pela ordem. Nobre Relator, acho que o Destaque já poderia servir como uma solicitação ao nobre Relator. Não seria preciso fazer nova solicitação.

O SENHOR DEPUTADO RICARDO FIUZA - "Também serve, mas os que não tiverem apresentado Destaque poderão encaminhá-lo ao Relator".

c) Aprovação da proposta:

O SENHOR PRESIDENTE (Senador Ronaldo Aragão) - "Em votação a sugestão do Relator.

Os Senhores Deputados que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa). Aprovada na Câmara dos Deputados."

Os Senhores Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa). Aprovada no Senado Federal.

d) Sugestão do Deputado Flávio Palmier da Veiga, para aprovação em bloco de todos os Destaques:

"A minha proposta é a seguinte: tendo em vista o adiantado da hora, e considerando as concessões oferecidas pelo Relator Geral para atender às diversas demandas de Parlamentares da Comissão de Orçamento, considerando também que o Deputado José Geraldo já solucionou, pela sua proposta - se aprovada - a maioria dos Destaques apresentados e tendo em vista, principalmente, que o Relator Geral foi um homem aberto, acessível - ele ouviu todos os Partidos, ficou acima das ideologias e ainda está oferecendo condições de melhorar o atendimento dos Deputados - oferecemos um crédito de confiança ao Relator: aprovaremos em bloco todos estes Destaques, para que o Relator, dialogando com os Deputados interessados possa amanhã, até o meio-dia, resolver esse problema. (Palmas). Esta é a minha sugestão. Os destacados até o momento, seriam aprovados em bloco. Este é adendo à sugestão do Deputado José Geraldo."

e) A opinião do Relator Geral sobre esta proposta:

"Senhor Presidente, eu agradeço ao Deputado Flávio Palmier da Veiga, a manifestação, mas creio que S. Exa. transfere uma responsabilidade exagerada para mim, que não a quero, porque amanhã vão dizer que eu modifiquei coisas. Agradeço à S. Exa. mas não aceito esta responsabilidade. Fico gratíssimo, mas amanhã a maledicência, o interesse contrariado, vai levantar suspeições sobre o nosso Relatório."

Se o Presidente permite, fui informado agora que os companheiros de vários Partidos estão montando uma solução.

Poderíamos dar a palavra a mais um companheiro, enquanto eles decidem. Isso, se V. Exa. entender que esta é uma atitude sensata.

Agradeço ao Deputado Flávio Palmier da Veiga, mas já ouvi muitas maledicências, inclusive hoje. Não aceito o arbítrio, porque depois vou pagar um preço muito caro. Por mais esforço que eu tenha que fazer, eu o farei com seriedade. obrigado a V. Exa."

f) a proposta do conjunto dos Partidos, transmitida à Comissão pelo Deputado Paulo Hartung:

"Senhor Presidente, sem prejuízo das inscrições e usando o tempo cedido pelo Senador Valmir Campelo, queria apresentar uma proposta que não é minha, mas do conjunto dos Partidos Políticos que têm assento nesta Comissão. Evidentemente que essa proposta deve ser apreciada por todos os colegas da Comissão e só ir à frente, adiante, se houver concordância. São quase três e meia da manhã e, pelo que nos foi informado, temos seiscentos destaques registrados na Mesa. (Intervenção fora do microfone). - A Mesa corrige: 1.240. - Por isso, precisamos dar racionalidade a esse processo. Os companheiros separaram os destaques relativos ao texto e propuseram um acordo ao Relator, sobre o qual o Relator pode agora se posicionar, no sentido de suprimir o inciso II do art. 30., que trata especificamente de adequar a execução da despesa; suprimir a letra "c" do inciso I do art. 60., que trata do excesso de arrecadação, e suprimir o art. 80.

Havendo concordância do Relator em relação a este ponto, requeremos...

(não identificado). - Deputado paulo Hartung, com licença. O que se discutiu foi a supressão do art. 50., do art. 80., que seria submetido ao Relator, e a votação do art. 16. Não se falou no art. 60.

O SENHOR DEPUTADO PAULO HARTUNG - Isso me foi passado por escrito.

(Não identificado). - Não, o que discutimos lá o tempo todo foi a supressão do art. 50., do art. 80. e a votação do art. 16.

O SENHOR PRESIDENTE (Senador Ronaldo Aragão) - Deputado Paulo Hartung, qual foi a proposta de V. Exa.?

O SENHOR DEPUTADO PAULO HARTUNG - Queria apresentar, porque estou tomando tempo à toa.

Sendo essas três modificações, a proposta é no sentido de que os destaques, que estão sendo submetidos à Mesa, sejam transformados em indicação ao Relator e que, amanhã às 09:00 horas, quando for aberta a sessão, o Relator peça um prazo, pelo menos até as 16:00 horas, ao Presidente do Congresso, a fim de consolidar o processo e apresentar um trabalho final em plenário. Isso dá racionalidade ao processo, monta um calendário e nos

permite chegar ao final do trabalho quase exaustivo que esta Comissão fez. Digo isso não em nome próprio, mas em nome de um conjunto de Partidos que tentam montar uma estrutura para que possamos terminar este trabalho. Muito obrigado, Senhor Presidente."

g) Pelas dificuldades materiais em fazer todo o processamento no computador central do Prodasen, tendo em vista a exiguidade do tempo, o Relator Geral propôs então o seguinte:

"Senhor Presidente, tenho ainda um ponto da proposta, os Destaques, que são fundamentais. Eu desejo dizer à Casa que, já que consta no texto da Lei, apenas registrei a minha discordância a respeito desse discutido artigo anterior. Acho que não avançamos, ficamos onde estamos. No tocante à sugestão de se deixar para amanhã, Senhor Presidente, tem-se que deixar claro o seguinte: não tenho como entregar a relação dos Destaques processados que apresentem erro material. É impossível. O computador do Senado é monstruoso, imprime vinte mil linhas por minuto e leva quatro horas para fazer o relatório. Então é impossível. Vou dizer o que vou propor.

O Segundo ponto: os destaques que signifiquem apenas remanejamento de valores entre os próprios Deputados também ficam para depois, porque não há problema - é foro íntimo de cada um, se ele achar ruim reclama e não há problema.

O que eu entregaria amanhã? Entregaria uma relação dos Destaques que podem ser acolhidos, para aprovar Emendas

rejeitadas que aumentem valores das Emendas, parcialmente aprovadas, com indicação do número da Emenda, autor, finalidade e valor. O que é que eu faria? Faria uma relação bem feita de todas essas Emendas, entregaria ao Senhor Presidente da Comissão que a distribuiria às Lideranças dos Partidos como um documento para ser cotejado quando da redação final do orçamento. Posso, inclusive, fazer isso num micro no Senado e entrego a relação de todos os Destaques. Então, amanhã todo mundo fica sabendo e confere. Por que? Porque vou ter que identificar fontes - não vou guardar essas fontes em cima de Emendas de Deputados - e ver qual é o saldo de alguns subprojetos para poder atender. Este trabalho demanda algum tempo. Se a Comissão concordar não tenho nada a opor, e vou começar o trabalho daqui a pouco.

Não identificado). - Senhor Presidente, só uma observação a respeito do que o Deputado Ricardo Fiúza acabou de dizer. Na nossa opinião - e me manifesto enquanto membro da Comissão - quanto mais claro for o que o Deputado Ricardo Fiúza apresentar amanhã, em Plenário, melhor para o Relator.

O SENHOR DEPUTADO RICARDO FIUZA - Claro. Mas não posso me comprometer a entregar o trabalho processado porque sei que não dá. Entrego uma lista.

h) A proposta e o Parecer são colocados em votação e aprovados, conforme constam das Notas Taquigráficas, da seguinte forma:

"Em votação a proposta apresentada pelo Deputado Paulo Hartung e aceita pelo Relator.

Na Câmara dos Deputados. Os Senhores Deputados que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa). Aprovada.

No Senado Federal. Os Senhores Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa). Aprovada.

Em votação o parecer do Relator Geral, ressalvados os Destaques encaminhados com indicação.

Na Câmara dos Deputados. Os Senhores Deputados que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa). Aprovado, com o voto contrário dos Deputados Eduardo Jorge, Paulo Hartung e Alcides Modesto.

No Senado Federal. Os Senhores Senadores que concordam com o Parecer do Relator, Deputado Ricardo Fiuza, permaneçam como se encontram. (Pausa).

O SENHOR SENADOR EDUARDO SUPLICY - Senhor Presidente, louvando o esforço do Relator, temos críticas ao conteúdo geral.

O SENHOR PRESIDENTE (Senador Ronaldo Aragão - Como linha doutrinária?

O SENHOR SENADOR EDUARDO SUPLICY - Não. Esperamos que seja colocado em prática, no ano que vem, o que está no preâmbulo do Parecer do Relator. Infelizmente este ano não foi possível ser alcançado completamente. Por isso, votamos contrariamente.

O SENHOR PRESIDENTE (Senador Ronaldo Aragão) - Aprovado no Senado com voto contrário do Senador Eduardo Suplicy.

Portanto, todas as alterações introduzidas no Projeto, após o término da Sessão da Comissão Mista, na madrugada do dia 19 (dezenove) de dezembro de 1991, e a Redação Final, votada na Sessão do Congresso Nacional, na noite daquele mesmo dia, ocorreram legitimadas pela Delegação outorgada ao Relator Geral.

IV DOS EQUÍVOCOS DO SENADOR SUPLICY

O Senador Suplicy comete alguns equívocos nos documentos que apresentou:

1o.) Quanto à Delegação, menciona apenas dois itens, desconhecendo precisamente aquele mais abrangente, como demonstrado acima;

2o.) O Senador baseia a sua análise numa listagem de Emendas aprovadas por Parlamentares, emitida em 17 (dezessete) de dezembro de 1991, antes até da reunião da Comissão Mista, que apreciou a matéria.

Além deste aspecto, há outro a ser observado: a referida listagem não representava qualquer anexo ao Projeto, mas simplesmente um Relatório Gerencial Preliminar, emitido com a única finalidade de orientar o Relator Geral sobre as Emendas aproveitadas de cada Parlamentar, com os respectivos valores. Este Relatório era necessário em virtude da quase totalidade dessas Emendas terem sido aprovadas pelos Relatores Setoriais, necessitando o Relator Geral de uma visão de conjunto. Não sendo uma peça integrante do Projeto, não havia necessidade ainda de preocupações exageradas com a sua atualização, daí porque muitas das cerca de 170 Emendas de Relator Geral sobre as quais o Senador Suplicy levanta suspeições, foram comprovadamente incluídas já no Parecer da Comissão, embora não figurassem naquela listagem. Vale salientar ainda, comprovando que a listagem com que trabalhou o Senador Suplicy se constituía em relação preliminar, o fato de que ainda não estavam consolidados os valores de forma a que pudessem ser identificados os que deveriam ser alocados no atendimento de preceitos constitucionais ou legais, como por exemplo o atendimento de 18% (dezoito por cento) da receita de impostos para a Educação ou 3% (três por cento) da receita tributária líquida para a Reserva de Contigência. Outro indicador a corroborar o caráter preliminar da listagem utilizada pelo Senador é o fato de que muitas das Emendas questionadas possuem numeração que, na sequência numérica das "Emendas do Relator Geral", mostram que ainda estavam em fase de processamento de dados ou de preparação no momento da emissão daqueles relatórios pelo PRODASEN.

3o.) Desconhecimento da Redação Final. O Diário do Congresso Nacional do dia 20 (vinte) de dezembro de 1991 às páginas 5367 e 5374, resume as decisões do Congresso, adotados na Sessão da noite de 19 (dezenove) de dezembro de 1991, quando inclusive é aprovada a Redação Final. A publicação no Diário do Congresso ocorreu em fevereiro de 1992 não em função de modificações do que tenha sido votado, mas sim pelo volume e complexidade da matéria, inclusive nos aspectos referentes à Natureza das Despesas, Fonte dos Recursos e Codificações, que exigem elevadíssimo número de itens a serem processados. Por isto o Relator Geral sugeriu e foi aceita pela Comissão, a listagem, em MICRO, das Emendas aprovadas em decorrência do acolhimento de Destaques. Isto estava sobre a Mesa à disposição da Casa no momento da votação.

Nem o Senador Eduardo Suplicy nem qualquer outra Liderança fez qualquer reparo à Redação Final sobre a Mesa do Congresso quando da votação, momento em que estavam disponíveis os Pareceres sobre as Emendas com os respectivos valores aprovados, que resultou na publicação do dia 09 (nove) de fevereiro de 1992.

Examinando as Notas Taquigráficas daquela Sessão, publicadas no Diário do Congresso Nacional do dia 20 (vinte) de dezembro de 1991, vale destacar alguns trechos, a saber:

a) Depois de lidos os destaques, o Presidente coloca o Projeto em votação, sendo aprovado, ressalvados os Destaques;

b) Todos os Destaques foram votados e rejeitados;

c) Concluída a votação dos Destaques (de Plenário),
o Presidente declara:

"Aprovado o Projeto nos termos do Parecer do Relator
e rejeitados os Destaques, a matéria vai à Comissão Mista de
Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para a Redação Final.

Sobre a Mesa a Redação Final será lida pelo Primeiro
Secretário, Deputado Inocêncio Oliveira, que tem estado presente a
todas as Sessões do Congresso e merece, portanto, o meu respeito e
de todos os congressistas.

É lido o seguinte:

(+) PARECER No. 161, de 1991-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e
Fiscalização apresentando a Redação Final de texto
aprovado do Projeto de Lei n. 26, de 1991-CN que
estima a Receita e fixa a Despesa da União para o
exercício financeiro de 1992.

Relator: Deputado Ricardo Fiúza.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização apresenta a Redação Final do texto aprovado do Projeto de Lei n. 26, de 1991-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1992.

Sala das Sessões, 19 (dezenove) de Dezembro de 1991
- Ronaldo Aragão, Presidente - Ricardo Fiúza, Relator.

(+) - Será publicado no Suplemento "B", à presente edição.)

d) O Presidente coloca a Redação Final em discussão, usando a palavra o então Líder do PT, Dep. José Genoíno, que faz os seguintes comentários:

"Senhor Presidente, acho importante que o Relator, Deputado Ricardo Fiúza, que fez o Relatório - e é um mero pz acumulado - use a palavra para resumir a matéria. Espero que S. Exa. não leia os sessenta volumes que formam o Orçamento."

e) O Deputado Victor Faccioni, faz a seguinte sugestão:

"Senhor Presidente, como os nobres Deputados José Genuíno, Gastone Righi e demais líderes já leram o Relatório, sugiro que o Relator Geral faça apenas uma síntese."

f) O Relator Geral usa a palavra para resumir a matéria, repetindo o que já fora escrito no Relatório, chama a atenção da Casa para a necessidade de mudanças na sistemática de apreciação do Orçamento.

g) O Presidente coloca em votação a Redação Final (incluindo os 60 (sessenta) volumes de um metro de altura a que se refere o Deputado José Genoíno) e a matéria é votada e aprovada, tanto na Câmara dos Deputados como no Senado Federal.

Vale salientar que a Redação Final é o documento oficial a ser analisado, pois pertence à Mesa e não mais ao Relator, por isto deve ser comparado com a Lei sancionada e publicada no Diário Oficial da União.

Não há, como não poderia haver, qualquer discrepância entre estes dois documentos, o que torna totalmente inconsistentes as acusações do Senador Eduardo Suplicy, que não atingem somente o Relator Geral, mas também a Mesa do Congresso e a própria Instituição, com suspeitas infundadas de que um Projeto cuja Redação Final é aprovada, possa ser alterado por quem quer que seja.

V - DA COMPARAÇÃO ENTRE A RELAÇÃO APRESENTADA PELO SENADOR SUP LIC Y E A REDAÇÃO FINAL.

Em anexo é apresentada a relação de todas as Emendas questionadas pelo nobre Senador Eduardo Suplicy com a

identificação das mesmas (página, codificação e valores) na Redação Final do Projeto de Lei Orçamentária para 1992 e que corresponde à Lei sancionada, demonstrando, inquestionavelmente, que não houve inclusões de Emendas após a votação da Redação Final.

VI - CONCLUSÃO

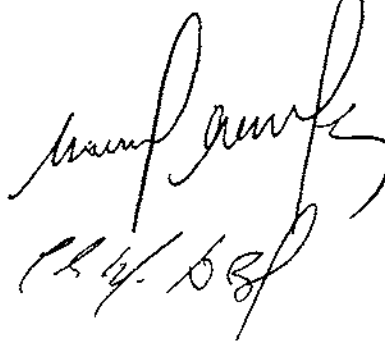
Pelo exposto fica caracterizado que os questionamentos apresentados pelo Senador Suplicy são improcedentes vez que não se constatou qualquer inclusão de Emenda por parte do Relator Geral, cuja atuação foi largamente elogiada no processo de votação do Projeto de Lei de Meios para o ano de 1992, face ao esforço despendido, a transferência e seriedade de suas ações e colocações, apesar das dificuldades causadas por fatos alheios à própria vontade do Relator, da Comissão Mista ou de qualquer de seus membros. Entre estes óbices relembramos a substituição do Relator Geral, a impossibilidade de se cumprir os prazos determinados ao processo legislativo, a precariedade organizacional da Comissão, o inesperado e elevado número de Emendas apresentadas (aproximadamente 73.000), o atraso na apresentação dos Relatórios Parciais pelos Senhores Relatores e a imperiosa necessidade de não se prorrogar a Sessão Legislativa.

VII - PARECER E VOTO

Face ao exposto entendemos que a Lei Orçamentária para 1992 está de acordo com a Redação Final aprovada pelo Plenário do Congresso

Nacional a qual, por sua vez, inclui tão somente as Emendas apresentadas e aprovadas de acordo com a Delegação, as normas e regras estabelecidas pela Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Somos de parecer, portanto, que o presente processo seja encaminhado ao Presidente do Congresso Nacional para arquivamento, por serem improcedentes as alegações apresentadas pelo Senador Eduardo Suplicy de que o Deputado Ricardo Fiúza, Relator Geral do Projeto de Lei Orçamentária, teria cometido inclusões irregulares de dotações no referido Projeto.

Sala da Comissão, 09 de março de 1992.

The block contains two handwritten signatures. The top signature is a cursive script, likely belonging to the President of the Commission. The bottom signature is also in cursive, likely belonging to the Reporter of the Commission.

Presidente

Relator

IDENTIFICAÇÃO, NA REGIÃO TIWÉ, DAS EREDOIS, RELACIONADAS PELO SENADOR SUPPLCY, APRESENTADAS POR PARLAMENTARES DO B.000

NR EREDOIS	AUTOR	ESTADO	PÁG/VOLUME REGIÃO FINAL	CLASSIFICAÇÃO	TÍTULO	VALOR EREDOIS (1)	LEI (1)28.224
044.934-2	Dep. José Burnett	MA	1264	26298.08.041.0190.2290.009	Assistência Financeira para Reforma e Ampliação de Escolas em Con- gales Dlas - MA	110.000	1.014.640
044.940-7	Dep. José Burnett	MA	767	22202.15.081.0483.2370.0807	Implantação de Creche no Município de Governador Aécio - MA	50.000	461.200
044.952-1	Dep. José Burnett	MA	486	22101.04.040.0031.1222.0149	Eletrificação Rural ligando o povoado Boa Tempo ao Dacanal em Rosário - MA	50.000	461.200
044.953-9	Dep. José Burnett	MA	486	22101.04.040.0031.1222.0079	Eletrificação Rural no Povoado de Aparecida em Primavera Cruz/MA	50.000	461.200
020.281-9	Dep. Otto Cunha	PR	614	23101.13.076.0323.1345.0217	Melhoria de Vias Públicas no Município de Ivaí/PR	100.000	922.400
020.304-1	Dep. Otto Cunha	PR	1283	26298.08.042.0108.2289.1211	Assistência Financeira para Construção de Escola de 1º Grau em Ven- tente - Tibagi/PR	70.000	645.680
020.305-0	Dep. Otto Cunha	PR	1282	26298.08.042.0108.2289.1201	Assistência Financeira para Construção e Equipamento de Salas de Aula em Ivaí/PR	60.000	553.440
020.306-8	Dep. Otto Cunha	PR	860	26101.08.043.0199.1078.1365	Construção de Escola de 2º Grau em Tibagi/PR	70.000	645.680
022.116-8	Dep. Flávio Derzi	PR	760	23202.15.081.0483.2370.0463	Implantação de Creche em Pedro Gomes/MS - a cargo de Prefeitura	30.000	276.720
033.364-9	Dep. Flávio Derzi	PR	711	23101.13.077.0448.1337.0096	Condição do Colégio Ipe em Campo Grande/MS	900.000	8.303.600
035.711-1	Dep. Flávio Derzi	PR	684	23101.13.076.0448.1344.0253	Dons de Drenagem em Curitiba/MS - a cargo de Prefeitura	50.000	461.200
036.401-1	Dep. Flávio Derzi	PR	614	23101.13.076.0323.1345.0356	Infra-Estrutura Urbana em Assis/MS - a cargo de Prefeitura	40.000	368.960
014.432-1	Dep. Antônio Barbato	PR	294	20109.07.088.0534.1624.0010	Ligação Asfáltica no Município de Colombo/PR	20.000	184.480
014.437-1	Dep. Antônio Barbato	PR	316	20110.03.046.0224.2553.0129	Apoio à Construção de Ginásio Poliesportivo em Jussara/PR	20.000	184.480
020.000-0	Dep. Antônio Barbato	PR	317	10110.03.046.0224.2553.0140	Apoio à Construção de Ginásio Poliesportivo em Colombo/PR	20.000	184.480
039.680-0	Dep. Antônio Barbato	PR	294	20109.07.088.0534.1624.0009	Pavimentação Asfáltica de Estrada Vicinal no Município de Santa Fé/PR	20.000	184.480
021.981-9	Dep. Aracely de Paula	MG	1563	36206.13.075.0428.1003.1716	Ampliação e Reforma do Hospital de Santa Juliana/MG	20.000	184.480
021.976-7	Dep. Aracely de Paula	MG	1563	36206.13.075.0428.1003.1716	Ampliação e Reforma do Hospital de Santa Casa Dr. Almeida Hechano em Perdizes/MG	20.000	184.480
021.999-1	Dep. Aracely de Paula	MG	710	23101.13.077.0448.1337.0074	Condição do Colégio Emilia Rosa em Perdizes/MG	150.000	1.383.600

060.896-3	Dep. Aracely de Paula	MG	710	23101.13.076.0046.1337.0034	Condição do Córrego Unifuso - Boeiro Circular em São Gotardo/MG	150.000	1.383.600
062.403-9	Dep. Everaldo de Oliveira	SE	1617	36211.13.076.0047.1111.0289	Sistema de Abastecimento d'Água em Poço Verde/SE	50.000	461.200
062.408-0	Dep. Everaldo de Oliveira	SE	1610	36211.13.076.0047.1111.0025	Sistema de Abastecimento d'Água em Tobias Barreto/SE	50.000	922.400
062.446-2	Dep. Everaldo de Oliveira	SE	1618	36211.13.076.0047.1111.0310	Sistema de Abastecimento d'Água em São João Dias/SE	50.000	461.200
062.447-1	Dep. Everaldo de Oliveira	SE	1610	36211.13.076.0047.1111.0025	Sistema de Abastecimento d'Água em Tobias Barreto/SE	50.000	922.400
007.471-3	Dep. Pedro Irujo	BA	392	20601.07.088.0537.5526.0179	Recuperação do Sistema Várzea e Proteção Ambiental no Pólo Petro-químico de Camaçari/BA	500.000	4.612.000
008.161-2	Dep. Pedro Irujo	BA	857	26101.08.043.0799.1078.0062	Construção de uma Escola Agropecuária em Serrinha/BA	50.000	461.200
030.885-3	Dep. Osório Adriano	DF	1643	36901.13.075.0428.1096.0361	Construção do Hospital Regional do Paracatu no Distrito Federal	440.000	4.036.560
030.890-0	Dep. Osório Adriano	DF	1811	73105.06.030.0025.1003.0656	Construção de Sede do 42 Batalhão de Polícia Militar do Distrito Federal	240.000	2.219.760
030.894-2	Dep. Osório Adriano	DF	873	26101.08.049.0252.2291.0011	Assistência Financeira para Ampliação e Reforma de Escolas de Educação Especial no Distrito Federal	150.000	1.383.600
006.441-6	Dep. Nelson Morio	SC	661	23101.13.076.0047.1347.0499	Ampliação do Sistema de Abastecimento d'Água em Blumenau/SC	100.000	922.400
012.172-0	Dep. Nelson Morio	SC	614	23101.13.076.0323.1345.0219	Infra-Estrutura Urbana em Itajaí/SC	100.000	922.400
012.173-1	Dep. Nelson Morio	SC	682	23101.13.076.0046.1344.0160	Obras de Drenagem em Criciúma/SC	100.000	1.106.880
001.948-8	Dep. Jerônimo Reis	SE	500	22101.04.040.0031.1222.0540	Eletificação Rural em Lagoa/SE	30.000	276.720
011.419-6	Dep. Jerônimo Reis	SE	687	23101.12.076.0046.1354.0196	Aquisição de Computadores Coletores de Lixo para Legião/SE	30.000	276.720
032.806-4	Dep. José Moura	PE	711	23101.13.077.0046.1337.0094	Construção de Barragem em Pesqueira/PE	20.000	184.480
032.838-2	Dep. José Moura	PE	483	22101.04.016.0097.1611.0087	Apoio à Construção de Mercado Municipal em Pesqueira/PE	100.000	922.400
040.112-9	Dep. Helvécio Neto	SP	684	23101.13.076.0046.1344.0243	Obras de Drenagem em Mirandópolis/SP	100.000	922.400
040.115-3	Dep. Helvécio Neto	SP	662	23101.13.076.0047.1347.0515	Abastecimento d'Água em Mirandópolis/SP	100.000	922.400
009.038-7	Dep. Júlio Campos	MT	303	20109.07.088.0537.5526.0069	Restauração de MT-170 Trecho Entorpecimento BR-364/MT-358 em Campo Novo dos Parecis/MT	700.000	6.456.800
009.105-7	Dep. Júlio Campos	MT	1392	29201.16.088.0537.1204.0236	BR-158/MT - Córrego Tuvo - Córrego Cavidos	2.370.000	21.860.880
004.432-3	Sen. Carlos Patrício	TO		23101.07.076.0046.1342.0432	Canalização do Córrego Nóbilio em Araguatins/TO	200.000	

067.272-6	Sen. Carlos Patrocínio	TO	1763	31/202.15.082.0025.1003.0596	Construção de Posto de Benefícios de Diamantina/TO	50.000	461.200
006.334-7	Sen. Henrique Almeida	AP	1395	29201.16.088.0531.1804.0396	BR 156/R Ent. BR-210/R - Ferreira Gomes - Oiapoque, Km 210 e 270	750.000	11.991.200
060.641-9	ENCERRADO POR FALTA DE RECURSOS						
030.127-1	Dep. João Rocha	TO	274	20109.07.007.0021.1163.0001	Apelo e Entrega do Estado do Tocantins	50.000	11.213.875
006.086-1	Sen. Lourenço Baptista	SE	298	20109.07.088.0534.1026.0051	Construção de Rodovia Gararu - Porto da Folha/SE	270.000	2.674.960
007.216-8	Dep. Ney Lopes	RN	852	26101.08.043.0199.1078.0065	Construção da UNED de Mossoró/RN	150.000	13.527.273
071.433-0	Dep. Ney Lopes	RN	311	22101.04.054.0077.1235.0026	Construção de Ponte Passagem Franca em Rodolfo Fernandes/RN	100.000	922.400
067.717-5	Dep. Pires Landim	PI	561	22204.04.054.0297.1267.0199	Construção do Aqueduto de São João do Piauí/PI	50.000	461.200
067.745-1	Dep. Pires Landim	PI	560	22204.04.054.0297.1267.0150	Construção do Aqueduto de São João do Piauí/PI	200.000	7.560.292
030.646-1	Dep. Pascoal Novais	RO	699	23101.13.076.0449.1343.0146	Sistema de Coleta e Tratamento de Esgotos em Ariquemes/RO	100.000	922.400
030.064-0	Dep. Pascoal Novais	RO	1304	26208.08.042.0186.2289.1690	Assistência Financeira para Construção de Escolas em Ariquemes/RO	100.000	1.660.320
011.428-3	Dep. Paulo Octávio	DF	1563	36206.13.075.0428.1003.1717	Construção do Hospital Regional de Brasília/DF	500.000	4.612.000
011.425-1	Dep. Paulo Octávio	DF	362	20111.08.048.0246.2112.0010	Manutenção e Conservação do Memorial JK	100.000	931.624
037.308-1	Dep. Romei Antônio	MG	647	23101.13.076.0323.1345.1799	Infra-Estrutura Urbana em Ilópolis/MG	100.000	922.400
038.486-0	Dep. Romei Antônio	MG	1443	30101.06.030.0021.2073.0003	Construção do Fórum Municipal em Santa Vitória/MG	50.000	461.200
026.043-6	Dep. Arnaldo Faria de Sá	SP	1534	36204.13.075.0428.1003.1529	Construção do Hospital Psiquiátrico em Jaboticabal/SP	800.000	7.379.200
026.044-4	Dep. Arnaldo Faria de Sá	SP	1628	36211.13.076.0448.3012.0001	Construção e Ampliação de Serviços de Drenagem	200.000	34.848.272
002.604-2	Dep. Max Rosenmann	PR	1394	29201.16.088.0537.1204.0325	BR-376/PR - Trecho Curitiba - Garuva	1.000.000	9.224.000
023.013-8	Dep. Tadostyl Kurkiá	SP	671	23101.13.076.0448.1333.0133	Saneamento Básico em Itapira/SP	187.000	1.724.888
014.425-8	Dep. Ildefonso Ferreira	RN	653	23101.13.076.0447.1347.0288	Assistência D'água para Zona Norte de Natal/RN	300.000	2.767.200
009.354-6	Dep. Arnaldo Centra	BA	576	22903.04.040.0183.2466.0006	Defesa Sanitária Vegetal no Estado da Bahia (Exercício 015.491-1)	25.000	230.600
004.411-3	Dep. César Souza	SC	588	23101.10.057.0316.1330.0222	Apelo para melhoria das Condições Habitacionais em Áreas Urbanas de Joinville/SC	180.000	922.400
056.292-1	Dep. Edgar Moreira	MS	308	20109.07.088.0537.3526.0182	Pavimentação MS-126 São João Nepomuceno - Rio Novo/MS	150.000	1.303.600

005.022-9	Dep. Basílio Villani	PR	768	23202.15.081.0483.2593.0072	Apoio Financeiro ao Reparelhamento e Recuperação da Cretche Convencional no Município de Itaú/PR	5.000	46.120
005.058-0	Dep. Basílio Villani	PR	647	23101.13.076.0323.1345.1792	Infra-Estrutura Urbana no Município de Indaial/MG/PR	20.000	184.480
005.216-7	Dep. Basílio Villani	PR	647	23101.13.076.0323.1345.1793	Infra-Estrutura Urbana no Município de Jangadeira/PR	20.000	184.480
005.405-4	Dep. Basílio Villani	PR	647	23101.13.076.0323.1345.1794	Infra-Estrutura Urbana no Município de Piraquara/PR	20.000	184.480
005.426-7	Dep. Basílio Villani	PR	613	23101.13.076.0323.1345.0127	Infra-Estrutura Urbana no Município de Prudentópolis/PR	20.000	184.480
005.435-6	Dep. Basílio Villani	PR	1720	36101.13.076.0448.1139.0014	Organização e Operação do Sistema e Serviço de Saneamento Rural em Prudentópolis/PR	5.000	46.120
005.429-9	Dep. Basílio Villani	PR	1577	36206.13.075.0498.2317.0454	Apoio Técnico Financeiro à Secretaria Municipal de Saúde no Município de Prudentópolis/PR	90.000	737.920
005.536-1	Dep. Basílio Villani	PR	647	23101.13.076.0323.1345.1796	Infra-Estrutura Urbana no Município de Santarém do Itararé/PR	20.000	184.480
005.543-3	Dep. Basílio Villani	PR	1722	36101.13.076.0448.1139.0080	Operação e Operação do Sistema e Serviços de Saneamento Rural em Santarém do Itararé/PR	10.000	92.240
005.635-9	Dep. Basílio Villani	PR	768	23202.15.081.0483.2593.0068	Apoio Financeiro ao Reparelhamento e Recuperação de Cretche Convencional em Seropó/PR	5.000	46.120
005.655-3	Dep. Basílio Villani	PR	769	23202.15.081.0483.2593.0066	Apoio Financeiro ao Reparelhamento e Recuperação de Cretche Convencional em Siqueira Campos/PR	5.000	46.120
005.705-3	Dep. Basílio Villani	PR	647	23101.13.076.0323.1345.1798	Infra-Estrutura Urbana no Município de Mercedes/PR	20.000	184.480
005.732-1	Dep. Basílio Villani	PR	1394	29201.16.088.0537.1205.0328	BR-487/PR - Campo Mourão - Curvelo D'Oeste Km 0 a 34,5	1.250.000	11.350.000
005.740-1	Dep. Basílio Villani	PR	1405	29201.16.088.0539.1205.0459	BR-27/PR - Paranaíba - Foz do Iguaçu - Km 4,5 a 467	1.500.000	13.836.000
005.743-6	Dep. Basílio Villani	PR	1405	29201.16.088.0532.1205.0460	BR-369/PR - Div. SP/PR - Cascavel Km 0 a 65	3.128.760	28.859.683
005.744-4	Dep. Basílio Villani	PR	1405	29201.16.088.0532.1205.0461	BR-369/PR - Div. SP/PR - Cascavel Km 65,5 a 135,5	3.128.760	28.859.683
010.037-4	Dep. Wagner do Nascimento	MG	308	20109.07.088.0537.5526.0172	Trecho Filomea - Cartefina - Distrito Industrial de Orla Urbana	625.000	5.765.000
010.039-1	Dep. Wagner do Nascimento	MG	646	23101.13.076.0323.1345.1787	Infra-Estrutura Urbana em Monte Castelo/MG	125.000	1.053.000
010.046-3	Dep. Wagner do Nascimento	MG	646	23101.13.076.0323.1345.1788	Infra-Estrutura Urbana em Camo do Patrimônio/MG	125.000	1.133.000
037.204-4	Dep. Wagner do Nascimento	MG	1401	29201.16.088.0539.1205.0225	BR-090/MG - Div. 02/MG - Div. MG/SP	915.865	8.447.939
010.038-2	Dep. Wagner do Nascimento	MG	308	20109.07.088.0537.5526.0183	Avaliação de Contorno BR-050/BR-262 a MG-190	100.000	922.400

010.232-6	Dep. Roseana Sarney	MA	684	23101.13.076.0448.1344.0242	Obras de Drenagem e Pavimentação em Bacabal-MA	100.000	922.400
010.233-A	Dep. Roseana Sarney	MA	684	23101.13.076.0448.1344.0232	Obras de Drenagem e Pavimentação em Pedreiras-MA	70.000	645.600
010.465-0	Dep. Roseana Sarney	MA	298	20109.07.088.0534.1626.0038	Construção de Estradas Vicinais em Altamiro do Maranhão-MA	60.000	553.440
010.495-7	Dep. Roseana Sarney	MA	684	23101.13.076.0448.1344.0244	Obras de Drenagem em Brejo-MA	200.000	1.844.800
010.497-3	Dep. Roseana Sarney	MA	500	22101.04.040.0071.1222.0531	Eletificação Rural em Orlantes-MA	50.000	553.440
010.504-0	Dep. Roseana Sarney	MA	300	20109.07.088.0534.1626.0108	Construção de Estradas Vicinais em Lago do Jurema-MA	60.000	553.440
010.506-6	Dep. Roseana Sarney	MA	300	20109.07.088.0534.1626.0096	Construção de Estradas Vicinais em Carolina-MA	50.000	461.200
010.508-2	Dep. Roseana Sarney	MA	614	23101.13.076.0323.1345.0291	Infra-Estrutura Urbana em Santa Quitéria do Maranhão-MA	50.000	461.200
011.200-3	Dep. Roseana Sarney	MA	300	20109.07.088.0534.1626.0102	Construção de Estradas Vicinais em Parelhans-MA	50.000	461.200
011.204-6	Dep. Roseana Sarney	MA	299	20109.07.088.0534.1626.0083	Construção de Estradas Vicinais em Lago da Pedra-MA	70.000	645.600
011.210-1	Dep. Roseana Sarney	MA	616	23101.13.076.0323.1345.0740	Infra-Estrutura Urbana em Dão Lisboa-MA	90.000	820.160
011.211-9	Dep. Roseana Sarney	MA	298	20109.07.088.0534.1626.0064	Construção de Estradas Vicinais em Vargem Grande-MA	80.000	737.920
011.212-7	Dep. Roseana Sarney	MA	614	23101.13.076.0323.1345.0290	Infra-Estrutura Urbana em Miranda do Norte-MA	60.000	553.400
011.214-3	Dep. Roseana Sarney	MA	300	20109.07.088.0534.1626.0098	Construção de Estradas Vicinais em Sítio Novo-MA	50.000	461.200
011.215-1	Dep. Roseana Sarney	MA	297	20109.07.088.0534.1626.0030	Construção de Estradas Vicinais em Duque Barcelos-MA	60.000	553.400
011.216-0	Dep. Roseana Sarney	MA	614	23101.13.076.0323.1345.0273	Infra-Estrutura Urbana em Santa Helena-MA	70.000	645.600
011.217-8	Dep. Roseana Sarney	MA	298	20109.07.088.0534.1626.0055	Construção de Estradas Vicinais em Passagem Franca-MA	80.000	737.920
011.220-8	Dep. Roseana Sarney	MA	300	20109.07.088.0534.1626.0103	Construção de Estradas Vicinais em São Vicente de Ferrer-MA	60.000	553.440
011.221-6	Dep. Roseana Sarney	MA	300	20109.07.088.0534.1626.0101	Construção de Estradas Vicinais em Cajalié-MA	60.000	553.440
011.222-A	Dep. Roseana Sarney	MA	300	20109.07.088.0534.1626.0100	Construção de Estradas Vicinais em Mira Rodrigues-MA	60.000	553.440
011.223-9	Dep. Roseana Sarney	MA	614	23101.13.076.0323.1345.0276	Infra-Estrutura Urbana em Amarante do Maranhão-MA	50.000	461.200
011.226-7	Dep. Roseana Sarney	MA	299	20109.07.088.0534.1626.0031	Pavimentação da Rodovia Igarapé do Meio-Hongão-MA	60.000	553.440
011.227-5	Dep. Roseana Sarney	MA	300	20109.07.088.0534.1626.0099	Construção de Estradas Vicinais em Bonaventura Acherá-MA	50.000	461.200
016.019-7	Dep. Fátima Ximenes	TO	601	23101.10.057.0316.1330.0512	Melhoria das Condições Habitacionais Urbanas em Pucallpa-TO	100.000	924.000

016.016-5	Dep. Freire Junior	TO	601	23.101.10.057.0316.1330.0613	Melhoria das Condições Habitacionais Urbanas em Ananias-TO	100.000	922.400
016.920-3	Dep. Freire Junior	TO	601	23.101.10.057.0316.1330.0614	Melhoria das Condições Habitacionais Urbanas em Pagueiro-TO	100.000	922.400
017.267-7	Dep. Freire Junior	TO	1540	36606.13.075.0428.1003.0098	Construção e Equipamento de Hospital em Santa Tereza do Tocantins-TO	80.000	731.920
017.275-8	Dep. Freire Junior	TO	1540	36606.13.075.0428.1003.0097	Construção e Equipamento de Hospital em Formoso do Araguaia-TO	100.000	922.400
017.354-1	Dep. Freire Junior	TO	596	23.101.10.057.0316.1330.0429	Apelo a Habitação Popular em Pium-TO	50.000	461.200
004.766-3	Dep. Freire Junior	TO	290	20.109.07.076.0458.1244.0216	Controle de Enchentes no Rio Correntinho em Mirassol do Tocantins -		
044.370-1	Dep. Freire Junior	TO	1309	26298.08.042.0188.2289.2067	Construção de Escola de 1º Grau em Taguatinga-TO	50.000	461.200
049.939-5	Dep. Freire Junior	TO	1309	26298.08.042.0188.2289.2057	Construção de Escola Agrícola de 1º Grau em Santa Rosa do Tocantins-TO	50.000	461.200
063.492-1	Dep. Freire Junior	TO	1441	30.101.06.030.0015.1017.0034	Construção de Penitenciária de Palmas-TO	927.000	8.965.728
001.333-1	Dep. Etevaldo Nogueira	CE	602	23.101.10.057.0316.1330.0615	Urbanização de Favela Palco-CE	100.000	922.400
001.334-0	Dep. Etevaldo Nogueira	CE	646	23.101.13.076.0323.1345.1781	Infra-Estrutura Urbana Pacajás-CE	300.000	2.997.800
001.335-8	Dep. Etevaldo Nogueira	CE	707	23.101.13.076.0449.1343.0067	Sistema de Coleta e Tratamento de Esgoto em Aracati-CE	300.000	2.997.200
001.337-4	Dep. Etevaldo Nogueira	CE	616	23.101.13.076.0323.1345.0695	Infra-Estrutura Urbana em Crato-CE	200.000	1.844.800
044.619-0	Dep. Etevaldo Nogueira	CE	1642	36901.13.075.0428.1095.0002	Projeto Nordeste II - Fundação Francisco Falcão-CE	60.000	553.440
044.620-3	Dep. Etevaldo Nogueira	CE	840	26.101.08.041.0188.2289.2383	Assistência Financeira e Fundação Francisco Falcão-CE	30.000	276.720
048.315-0	Dep. Humberto Souto	MG	564	22204.04.054.0297.1267.0330	Construção de Barragem Melancias em Brasília de Minas-MG	150.000	1.305.600
048.326-5	Dep. Humberto Souto	MG	479	22.107.04.016.0096.1614.0010	Implantação de uma Estação de Resfriamento de Leite em Januária-MG	160.000	1.475.840
058.600-5	Dep. Humberto Souto	MG	554	22204.04.054.0077.1231.0062	Perfuração e Instalação de Poços Públicos na Localidade de Mengarico		
058.601-3	Dep. Humberto Souto	MG	565	22224.04.054.0457.1269.0090	Perfuração e Instalação de Poços Públicos em Capitão Enéas-MG	5.000	46.120
058.602-1	Dep. Humberto Souto	MG	565	22224.04.054.0457.1269.0088	Perfuração e Instalação de Poços Públicos em Buritizeiros-MG	5.000	46.120
058.603-0	Dep. Humberto Souto	MG	565	22224.04.054.0457.1269.0089	Perfuração e Instalação de Poços Públicos em Bocaiuva-MG	5.000	46.120
058.605-6	Dep. Humberto Souto	MG	565	22224.04.054.0457.1269.0086	Perfuração e Instalação de Poços Públicos em Varzea de Palma-MG	5.000	46.120
058.626-9	Dep. Humberto Souto	MG	564	22204.04.054.0297.1267.0331	Construção de uma Barragem no Povoado de Jeanaí em S. Francisco-MG	200.000	1.844.800

058.630-7	Dep. Humberto Soulo	MG	532	22201.04.040.0031.1222.0595	Eletificação Rural em Claro dos Poços-MG	15.000	138.360
058.631-5	Dep. Humberto Soulo	MG	532	22201.04.040.0031.1222.0042	Eletificação Rural em Alto Verde-MG	15.000	138.360
058.632-3	Dep. Humberto Soulo	MG	532	22201.04.040.0031.1222.0583	Eletificação Rural em Espirrosa-MG	15.000	138.360
058.681-1	Dep. Humberto Soulo	MG	532	22201.04.040.0031.1222.0605	Eletificação Rural em Miralza-MG	15.000	138.360
058.682-0	Dep. Humberto Soulo	MG	532	22201.04.040.0031.1222.0040	Eletificação Rural em Capitão Enéas-MG	15.000	138.360
058.683-8	Dep. Humberto Soulo	MG	532	22201.04.040.0031.1222.0612	Eletificação Rural em Lagoa dos Patos-MG	15.000	138.360
058.684-6	Dep. Humberto Soulo	MG	532	22201.04.040.0031.1222.0628	Eletificação Rural em Itacarambi-MG	15.000	138.360
058.685-4	Dep. Humberto Soulo	MG	532	22201.04.040.0031.1222.0638	Eletificação Rural em Aengen-MG	15.000	138.360
058.636-2	Dep. Humberto Soulo	MG	532	22201.04.040.0031.1222.0639	Eletificação Rural em Brasília de Minas-MG	15.000	138.360
058.687-1	Dep. Humberto Soulo	MG	532	22201.04.040.0031.1222.0650	Eletificação Rural em Francisco Sá-MG	15.000	138.360
058.688-9	Dep. Humberto Soulo	MG	532	22201.04.040.0031.1222.0602	Eletificação Rural em Monte Azul-MG	15.000	138.360
063.475-1	Dep. Humberto Soulo	MG	534	22204.04.054.0077.1251.0063	Perfuração e Instalação de Poços Públicos na localidade de Serra Verde - Montes Claros/MG	5.000	46.120
063.676-0	Dep. Humberto Soulo	MG	565	22204.04.054.0457.1269.0085	Perfuração e Instalação de Poços Públicos em Espirrosa-MG	5.000	46.120
063.483-2	Dep. Humberto Soulo	MG	542	22203.04.054.0077.1238.0034	Aproveitamento Hidroagrícola das Ilhas do S. Francisco em Juazeiro	100.000	922.400
053.510-9	Dep. Antônio dos Santos	CE	1716	36901.13.075.0428.2317.0042	Apoio Técnico e Financeiro à Fundação Professor Josué de Castro	50.000	461.200
053.520-6	Dep. Antônio dos Santos	CE	849	26101.08.042.0199.1078.0340	Obras e Aquisição de Equipamentos para a Escola Agrícola de Cratêis/CE	50.000	461.200
053.522-2	Dep. Antônio dos Santos	CE	1392	29201.16.088.0537.1204.0245	BR-226/CE - Contorno de Cratêis para Interligação com a BR-403/CE e BR-408/CE	300.000	2.767.200
053.526-5	Dep. Antônio dos Santos	CE	1716	36901.13.075.0428.2317.0450	Apoio Técnico e Financeiro com a Fundação José Furtado Leite	100.000	922.400
053.538-3	Dep. Antônio dos Santos	CE	1716	36901.13.075.0428.2317.0424	Apoio para Manutenção do Hospital Regional José de Oliveira Carneiro	50.000	461.200
053.560-5	Dep. Antônio dos Santos	CE	506	22101.04.040.0031.1222.0668	Eletificação Rural em Nova Olinda/CE	30.000	276.720
053.578-8	Dep. Antônio dos Santos	CE	596	22101.10.057.0316.1330.0433	Apoio à Habitação Popular em Nova Olinda/CE	60.000	553.440
053.201-3	Dep. Nivalde Cavalcanti	PE	513	22101.04.054.0077.1239.0019	Construção de Açudes e Pequenas Barragens para os Pequenos Produtores em Vertentes/PE	100.000	922.400

037.203-0	Dep. Nival Cavalcanti	PE	707	23101.13.076.0449.1343.0389	Sistema de Coleta e Tratamento de Esgotos em Timbó/PE	300.000	2.767.200
037.221-8	Dep. Nival Cavalcanti	PE	315	20110.03.046.0224.2553.0112	Apoio Financeiro a Esportes Poliesportivos em Timbó/PE	150.000	1.383.600
037.283-8	Dep. Nival Cavalcanti	PE	512	22101.04.054.0077.1228.0018	Construção de Barragem em Salgueiro/PE	100.000	922.400
037.284-6	Dep. Nival Cavalcanti	PE	513	22101.04.054.0077.1229.0020	Construção de Barragem para Apoio ao Pequeno Trabalhador Rural em Frei Miguelino/PE	100.000	922.400
021.895-2	Dep. Fátima Pelais	AP	596	23101.10.057.0316.1330.0436	Apoio à Habitação Popular em Maragão/AP	100.000	922.400
021.896-1	Dep. Fátima Pelais	AP	1665	36101.13.075.0478.1096.1794	Construção e Equipamento de Posto de Saúde em Maragão/AP	60.000	553.440
021.897-9	Dep. Fátima Pelais	AP	1290	26298.08.042.0188.2289.1381	Assistência Financeira para Construção de Escolas e Aquisição e Equipamentos em Maragão/AP	20.000	184.480
021.902-9	Dep. Fátima Pelais	AP	596	23101.10.057.0316.1330.0435	Apoio à Habitação Popular em Olapoque/AP	50.000	461.200
021.908-8	Dep. Fátima Pelais	AP	598	22101.04.040.0110.1612.0003	Mecanização da Cooperativa Agrícola de Maragão/AP	100.000	922.400
021.917-7	Dep. Fátima Pelais	AP	1629	36211.13.076.0446.2012.0020	Construção e Ampliação de Serviços de Irrigação em Olapoque/AP	40.000	368.960
021.923-1	Dep. Fátima Pelais	AP	396	20682.07.040.0783.2225.0017	Construção de Estradas Vicinais no Município de Maragão/AP	40.000	1.155.000
021.927-4	Dep. Fátima Pelais	AP	631	23101.13.076.0323.1345.1274	Infra-Estrutura Urbana em Maragão/AP	60.000	784.040
021.928-2	Dep. Fátima Pelais	AP	1756	37202.14.078.0470.2131.0008	Apoio Operacional do Seguro-Desemprego no Estado do Piauí	50.000	461.200
021.933-9	Dep. Fátima Pelais	AP	283	20109.07.040.0783.5501.0701	Apoio ao Desenvolvimento Municipal em Olapoque/AP	20.000	184.480
049.373-9	Dep. Efraim Morais	PB	1529	36201.13.075.0428.1096.0631	Conclusão e Equipamento de Unidade Mista de Saúde em Umbuzeiro/PB	42.000	387.408
049.378-3	Dep. Efraim Morais	PB	596	23101.10.057.0316.1330.0436	Apoio à Habitação Popular em Bonito de Santa Fé/PB	85.000	784.040
049.380.5	Dep. Efraim Morais	PB	596	23101.10.057.0316.1330.0439	Apoio à Habitação Popular em São Manoel/PB	98.000	903.952
049.386-4	Dep. Efraim Morais	PB	507	22101.04.040.0031.1222.0679	Eletificação Rural em Bonito de Santa Fé/PB	90.000	830.160
049.387-2	Dep. Efraim Morais	PB	507	22101.04.040.0031.1222.0680	Eletificação Rural em São Sebastião do Umbuzeiro		
049.391-2	Dep. Efraim Morais	PB	507	22101.04.040.0031.1222.0678	Eletificação Rural em São Manoel/PB	90.000	830.160
057.753-7	Dep. Paulo Romero	MG	615	23101.13.076.0323.1345.0388	Construção de Heteroduro em Paraguru/MG	20.000	184.480
057.770-7	Dep. Paulo Romero	MG	653	23101.13.076.0447.1347.0296	Abastecimento D'água em Pedralva/MG	25.000	230.600
057.776-6	Dep. Paulo Romero	MG	653	23101.13.076.0447.1347.0289	Abastecimento D'água em Ouro Fino/MG	25.000	230.600

053.777-4	Dep. Paulo Romero	MG	615	23101.13.076.0323.1345.0293	Infra-Estrutura Urbana em Oliveira/MG	30.000	341.289
053.782-1	Dep. Paulo Romero	MG	730	23101.15.081.0487.1628.0020	Apoio Financeiro a Fundação Prof. Ricardo Souza Cruz em Curvelo/MG	20.000	184.480
060.718-5	Dep. Paulo Romero	MG	635	23101.13.076.0447.1347.0295	Abastecimento D'Água em Conceição das Pedras/MG	15.000	138.360
060.720-7	Dep. Paulo Romero	MG	615	23101.13.076.0323.1345.0339	Infra-Estrutura Urbana em Conceição dos Ouros/MG	25.000	220.600
060.738-0	Dep. Paulo Romero	MG	730	23101.15.081.0487.1628.0019	Apoio Financeiro à Associação Comunitária dos Moradores de Atinos	20.000	184.480
060.741-0	Dep. Paulo Romero	MG	615	23101.13.076.0323.1345.0392	Infra-Estrutura Urbana em Arujá/MG	15.000	138.360
060.771-1	Dep. Paulo Romero	MG	573	22901.04.040.0031.2464.0003	Assistência Financeira ao Sindicato Rural de Aracaju/MG	10.000	92.240
060.772-0	Dep. Paulo Romero	MG	646	26101.08.042.0188.3017.0076	Ampliação do Colégio Agrícola Orladas Águas Aracaju em Barbacena/MG	50.000	461.200
060.776-2	Dep. Paulo Romero	MG	1140	26203.08.044.0205.2085.0022	Bolsas de Estudo para Graduação	40.000	368.960
063.506-5	Dep. Luiz Eduardo	BA	1306	26208.08.042.0188.2289.1721	Assistência Financeira para Construção de Escolas de 1º Grau em Foz de Formosa do Rio Preto/BA	10.000	92.240
063.507-3	Dep. Luiz Eduardo	BA	1305	26208.08.042.0188.2289.1721	Assistência Financeira para Construção de Escola de 1º Grau em Pau Brasil - BA	10.000	92.240
063.510-3	Dep. Luiz Eduardo	BA	1317	26208.08.042.0188.2289.2224	Apoio Financeiro para Construção de Escola em Piripiranga - BA	20.000	184.480
063.511-1	Dep. Luiz Eduardo	BA	1306	26208.08.042.0188.2289.1716	Apoio Financeiro para Construção de Escola de 1º Grau em Boquira/BA	15.000	138.360
063.515-4	Dep. Luiz Eduardo	BA	614	23101.13.076.0323.1345.0294	Infra-Estrutura Urbana em Barreiras - BA	15.000	187.360
063.562-6	Dep. Luiz Eduardo	BA	1275	26208.08.042.0188.2289.1135	Assistência Financeira para Construção de Escola de 1º Grau em Itabora/BA	15.000	138.360
063.567-7	Dep. Luiz Eduardo	BA	1305	26208.08.042.0188.2289.1111	Assistência Financeira para Construção de Escola de 1º Grau em Realmeia - BA	10.000	92.240
063.569-5	Dep. Luiz Eduardo	BA	1305	26208.08.042.0188.2289.1115	Assistência Financeira para Construção de Escola de 1º Grau em Atulipe/BA	10.000	92.240
063.569-3	Dep. Luiz Eduardo	BA	1305	26208.08.042.0188.2289.1714	Assistência Financeira para Construção de Escola de 1º Grau em Weir/BA	10.000	92.240
063.570-7	Dep. Luiz Eduardo	BA	1306	26208.08.042.0188.2289.1715	Assistência Financeira para Construção de Escola de 1º Grau em Itapiba/BA	15.000	138.360
063.571-5	Dep. Luiz Eduardo	BA	1306	26208.08.042.0188.2289.1722	Assistência Financeira para Construção de Escola de 1º Grau em Rescote/BA	10.000	92.240
063.572-3	Dep. Luiz Eduardo	BA	1306	26208.08.042.0188.2289.1718	Assistência Financeira para Construção de Escola de 1º Grau em Água Quente/BA	10.000	92.240

063.577-4	Dep. Luiz Eduardo	BA	1306	26298,08,042,0182,2289,1717	Assistência Financeira para Construção de Escola de 1º Grau em Itolita-BA	15.000	126.360
063.578-2	Dep. Luiz Eduardo	BA	617	23101,13,076,0323,1345,0782	Infra-Estrutura Urbana em Canavieiras-BA	20.000	368.960
056.188-3	Dep. Jairo Carneiro	BA	1679	26901,13,075,0428,1096,2219	Construção do Hospital de Menesau Guimarães-BA	20.000	184.480
056.188-0	Dep. Jairo Carneiro	BA	1602	36211,13,075,0428,1096,2302	Conclusão de Construção e Equipamentos do Hospital de Terra Preta-BA	20.000	184.480
069.200-0	Dep. Jairo Carneiro	BA	1306	26298,08,042,0183,2289,1719	Assistência Financeira para Construção de Escola de 1º Grau em Ubatã-BA	20.000	184.480
070.080-1	Dep. Jairo Carneiro	BA	1306	26298,08,042,0184,2289,1720	Assistência Financeira para Construção de Escola de 1º Grau em Pimenteiras-BA	20.000	184.480
072.316-2	Dep. Jairo Carneiro	BA	1612	36211,13,076,0447,1117,0189	Construção do Sistema de Abastecimento D'Água em Varzea de Roga-BA	20.000	184.480
016.389-9	Dep. Eraldo Tinoco	BA	607	23101,13,040,0183,3272,0003	Infra-Estrutura Hídrica em Murante-BA	50.000	461.200
016.685-5	Dep. Eraldo Tinoco	BA	1373	29101,16,090,0963,1700,0007	Cta. Locais do Estado de Bahia-Recuperação do CAIS do Porto de Salvador (Anexo em 4)	475.000	17.149.962
020.065-4	Dep. Eraldo Tinoco	BA	607	23101,13,040,0183,3272,0002	Infra-Estrutura Hídrica em Campo Formoso - BA	50.000	461.200
020.066-2	Dep. Eraldo Tinoco	BA	500	22101,08,040,0001,1222,0027	Eletificação Rural em Campo Formoso - BA	40.000	368.960
020.123-5	Dep. Eraldo Tinoco	BA	607	23101,13,040,0183,3272,0006	Infra-Estrutura Hídrica em Lajão de Almeida - BA	40.000	368.960
020.131-6	Dep. Eraldo Tinoco	BA	644	23101,13,076,0323,1345,1713	Infra-Estrutura Urbana em Itabassara - BA	20.000	276.720
036.510-6	Dep. Eraldo Tinoco	BA	148-1V	29232,05,007,0004,5146,0003	Expansão do Sistema de Informática	21.179.317	296.239.761
036.511-4	Dep. Eraldo Tinoco	BA	143-1V	29232,05,007,0001,5329,0002	Modernização de Infra-Estrutura Administrativa	2.032.099	28.339.358
036.512-2	Dep. Eraldo Tinoco	BA	149-1V	29232,05,021,0177,5148,0001	Expansão dos Serviços Postais	16.030.738	211.309.600
IDENTIFICAÇÃO, NA REDAÇÃO FINAL, DAS EMENDAS, REAÇÕES E RELACIONAS PELO SENADOR SULLEY, APRESENTADAS POR PARLAMENTARES DO POD							
042.790-0	Dep. José Vicente Brito	RJ	838	26101,08,043,0199,1078,0982	Apoio Financeiro à Fundação Educacional e Cultural Nova Iguaçu-RJ, para a Conservação dos CIEPS	15.000	128.360
042.791-8	Dep. José Vicente Brito	RJ	1238	26297,08,075,0427,2487,0109	Apoio Financeiro à Fundação Educacional e Cultural de Nova Iguaçu-RJ, para Aquisição de Merenda Escolar	80.000	737.920
042.792-6	Dep. José Vicente Brito	RJ	845	26101,08,042,0189,3017,0060	Apoio Financeiro à Fundação Educacional e Cultural de Nova Iguaçu-RJ, para Material Escolar	10.000	92.240

050.501-8	Dep. Luiz Girão	CE	1603	36211.13.075.0428.1096.2315	Complementação das Obras do Hospital Municipal de Morada Nova/CE	40.000	92.240
050.396-3	Dep. Luiz Girão	CE	858	26101.08.043.0199.1078.0584	Construção da Escola Agrotécnica Federal de Morada Nova/CE	40.000	368.960
009.396-3	Dep. Marinho Clinger	RJ	1394	29201.16.088.0337.1204.0329	Construção e Pavimentação de Via de Contorno ligando a Br-116 à BR-393, em Volta Redonda/RJ	80.000	737.920
004.537-2	Dep. Marinho Clinger	RJ	1667	36601.13.075.0428.1096.1937	Reforma e Reequipamento do Hospital Santa Isabel em Valença/RJ	50.000	461.200
044.679-3	Dep. Marinho Clinger	RJ	314	20110.03.046.0224.2533.0180	Construção de Ginásio Coberto e Quadras Poliesportivas em Rio das Flores/RJ	50.000	461.200
049.193-4	Dep. Edson Silva	CE	1602	36211.13.075.0428.1096.2307	Construção e Equipamento do Hospital de Ocuca/CE	100.000	922.400
049.204-3	Dep. Edson Silva	CE	1603	36211.13.075.0428.1096.2314	Construção e Equipamento do Posto de Saúde do Distrito de Carnaúma em Chorozinho/CE	20.000	184.480
049.206-0	Dep. Edson Silva	CE	1602	36211.13.075.0428.1096.2313	Construção e Equipamento do Posto de Saúde do Distrito de Ouro-Martins em Chorozinho/CE	20.000	184.480
044.321-2	Dep. Giovanni Queiroz	PA	1323	26298.08.042.0188.2289.2385	Assistência Financeira para Construção de Escola em Ourilandia do Norte/PA	60.000	553.440
044.323-9	Dep. Giovanni Queiroz	PA	1323	26298.08.042.0188.2289.2386	Assistência Financeira para Construção de Escola em Tucumã/PA	60.000	553.440
044.324-7	Dep. Giovanni Queiroz	PA	1323	26298.08.042.0188.2289.2387	Assistência Financeira para Construção de Escola na Vila Pau d'Arco em Redenção/PA	50.000	461.200
016.662-6	Dep. Dercio Knop	SC	1541	36206.13.075.0428.1033.1030	Construção e Ampliação de Unidades de Saúde em São Carlos/SC	70.000	645.680
016.668-3	Dep. Dercio Knop	SC	279	20109.07.040.0183.3500.0004	Desenvolvimento de Micro Bacias em São Carlos/SC	220.000	2.029.280
044.856-7	Dep. Carliem Júnior	RS	419	20701.04.017.0103.4045.0005	Implantação de Parque Turístico em Morro da Paula-São Leopoldo/RS	150.000	1.383.600
044.885-	Dep. Carliem Júnior	RS	509	22101.04.040.0183.5462.0041	Reforma e Reequipamento em Pequenas Propriedades Rurais em Dom Pedrito/RS	105.000	968.520
008.726-2	Dep. José Carlos Coutinho	RJ	596	22101.10.037.0316.1330.0441	Apoio à Habitação Popular no Bairro da Rodinha, no Rio de Janeiro/RJ	150.000	1.383.600
008.741-6	Dep. José Carlos Coutinho	RJ	614	22101.13.076.0323.1345.0340	Infra-Estrutura Urbana na Favela da Rodinha no Rio de Janeiro/RJ	120.000	1.568.080
011.418-9	Dep. Lacerde Bastos	RJ	671	22101.13.076.0448.1333.0140	Saneamento Básico no Distrito de Bealford Roxo em Nova Iguaçu/RJ	120.000	1.106.880
011.421-9	Dep. Lacerde Bastos	RJ	593	22101.10.037.0316.1330.0373	Apoio à Habitação Popular no Distrito de Bealford Roxo, em Nova Iguaçu/RJ	300.000	2.767.200
061.502-1	Dep. Márcia Cibulins Vianna	RJ	1583	36211.03.007.0027.4096.0003	Campesina Comunitária Educativa sobre Água Potável no Estado do Rio de Janeiro/RJ	120.000	1.106.880

061.507-2	Dep. Márcia Clotilde Viana	RJ	1405	29201.16.008.0039.1205.0469	Recuperação de BR-465 (Antiga Rio-São Paulo) a partir do Viaduto dos Carrões na BR-101	113.000	1.042.312
061.465-3	Dep. Clóvis Assis	BA	763	23802.15.081.0483.2370.0530	Auxílio Creditício em Vitória da Conquista/BA	80.000	737.920
061.519-6	Dep. Paulo Ramez	RJ	1406	29201.16.008.0039.1205.0514	Melhorias físicas em Logradouros do Corredor Transversal - Baixada Fluminense/RJ	180.000	1.660.320
046.580-1	Dep. Miro Teixeira	RJ	1809	73101.16.091.0575.3041.0002	Construção de 2ª Etapa de Via de Acesso Norte à cidade do Rio de Janeiro - Projeto Linha Vermelha	100.000	922.400
046.581-0	Dep. Miro Teixeira	RJ	1809	73101.16.091.0575.3041.0001	Construção da 1ª Etapa de Via de Acesso Norte à Cidade do Rio de Janeiro - Projeto Linha Vermelha	2.607.300	119.787.476
061.473-4	Dep. Miro Teixeira	RJ	1377	29101.16.091.0574.1635.0014	Implantação do Sistema de Microondas no Controle de Oferta de Transporte Público	150.000	1.383.600
061.476-9	Dep. Miro Teixeira	RJ	1371	29101.16.089.0035.1700.0193	RTSA - Construção de Terminal Ferroviário de Cargas em Volta Redonda/RJ	150.000	1.383.600
061.513-1	Dep. Miro Teixeira	RJ	1442	30101.06.030.0015.1017.0038	Reforma do Presídio Agrícola de Nage	20.000	184.480
061.513-7	Dep. Miro Teixeira	RJ	1377	29101.16.091.0571.1635.0013	Melhorias físicas no Bloco Principal da Zona Sul e Implantação do Terminal de Integração Mercedes Cortes/RJ	80.000	737.920
061.513-3	Dep. Miro Teixeira	RJ	1442	30101.06.030.0015.1017.0039	Reforma do Presídio Ary Franco	10.000	92.240
036.083-0	Dep. Liberto Caboclo	SP	595	23101.10.057.0316.1330.0413	Apelo à Habitação Popular em Mirassol/SP	140.000	1.291.360
036.084-8	Dep. Liberto Caboclo	SP	594	23101.10.057.0316.1330.0394	Apelo à Habitação Popular em Mirassol/SP	15.000	138.360
036.088-1	Dep. Liberto Caboclo	SP	595	23101.10.057.0316.1330.0417	Apelo à Habitação Popular em Anda Verde/SP	15.000	138.360
036.093-3	Dep. Liberto Caboclo	SP	595	23101.10.057.0316.1330.0423	Apelo à Habitação Popular em Central/SP	15.000	138.360
036.096-1	Dep. Liberto Caboclo	SP	723	23101.15.081.0487.1323.0437	Implantação de Creche em Hendonga/SP	20.000	184.480
036.711-7	Dep. Liberto Caboclo	SP	596	23101.10.057.0316.1330.0440	Apelo à Habitação Popular em Nova Aliança/SP	20.000	184.480
036.713-3	Dep. Liberto Caboclo	SP	731	23101.15.081.0487.1628.0023	Apelo Financeiro à Associação de Pais e Alunos das Escolas - Reis-Arte, em São José do Rio Preto/SP	10.000	92.240
030.522-6	Dep. Vitor do Rego	PB	1666	36101.13.075.0428.1036.1924	Construção e Equipamento de Posto de Saúde em Biquelito/PB	10.000	92.240
030.523-4	Dep. Vitor do Rego	PB	1680	36101.13.075.0428.1036.1723	Construção e Equipamento de Unidade Mista de Saúde em Queimadas/PB	100.000	922.400

030.528-2	Dep. Vital do Rego	PB	501	22101.04.0481.0031.1222.0650	Eletrificação Rural em Queimadas/PB	30.000	216.720
030.526-9	Dep. Vital do Rego	PB	1665	36101.13.075.0428.1096.1907	Construção e Equipamento de Posto de Saúde em Figueiredo/PB	10.000	92.240
030.527-7	Dep. Vital do Rego	PB	563	22204.04.054.0297.1267.0284	Construção de Água Potável em Figueiredo/PB	20.000	184.480
030.532-3	Dep. Vital do Rego	PB	1665	36901.13.075.0428.1096.1906	Construção e Equipamento de Posto de Saúde em Alagoa Nova/PB	30.000	276.720
030.534-0	Dep. Vital do Rego	PB	1666	36901.13.075.0428.1096.1925	Construção e Equipamento de Posto de Saúde em Belém/PB	10.000	92.240
030.536-6	Dep. Vital do Rego	PB	1665	36901.13.075.0428.1096.1908	Construção e Equipamento de Posto de Saúde em Juru/PB	10.000	92.240
030.537-4	Dep. Vital do Rego	PB	1666	36901.13.075.0428.1096.1928	Construção e Equipamento de Posto de Saúde em Maranguape/PB	10.000	92.240
030.538-2	Dep. Vital do Rego	PB	564	22204.04.054.0297.1267.0309	Construção de Água na Zona Rural de Messias/PB	20.000	184.480
030.544-7	Dep. Vital do Rego	PB	563	22204.04.054.0297.1267.0304	Construção de Barragem de Injeção Olho d'Água/PB	80.000	737.920
030.608-7	Dep. Vital do Rego	PB	633	23101.13.076.0447.1347.0294	Reabastecimento d'Água em Acciolas/PB	40.000	1.291.360
030.610-9	Dep. Vital do Rego	PB	514	22101.04.054.0077.1239.0021	Perenização do Rio Paraíba	80.000	737.920
071.923-4	Dep. Wilson Muller	RS	1603	36211.13.075.0428.1096.2479	Construção do Setor Cirúrgico no Hospital Centenário em São Leopoldo/RS	80.000	737.920
071.939-1	Dep. Wilson Muller	RS	733	23101.13.081.0467.1628.0108	Apoio Financeiro e Entidades Comunitárias em Tapas/RS	8.000	73.792
071.948-0	Dep. Wilson Muller	RS	723	23101.13.081.0467.1323.0435	Aquisição de Calcinete Odontológico para atendimento à população carente de Viçoso/RS	4.000	36.896
072.006-4	Dep. Wilson Muller	RS	733	23101.13.081.0467.1628.0111	Apoio Financeiro e Entidades Comunitárias em Anápolis/Ferrador/RS	4.000	36.896
072.015-1	Dep. Wilson Muller	RS	733	23101.13.081.0467.1628.0110	Apoio Financeiro e Entidades Comunitárias em Bull's/RS	8.000	73.792
072.027-5	Dep. Wilson Muller	RS	734	23101.13.081.0467.1628.0136	Apoio Financeiro e Entidades Comunitárias em Cachoeirinha/RS	4.000	36.896
072.042-9	Dep. Wilson Muller	RS	733	23101.13.081.0467.1628.0107	Apoio Financeiro e Entidades Comunitárias em Eldorado do Sul/RS	8.000	73.792
072.052-6	Dep. Wilson Muller	RS	733	23101.13.081.0467.1628.0112	Apoio Financeiro e Entidades Comunitárias em Encruzilhada do Sul/RS	60.000	533.440
072.074-1	Dep. Wilson Muller	RS	1603	36211.13.075.0428.1096.2420	Construção do Setor Cirúrgico no Hospital Municipal de Cachoeira/RS	40.000	368.960

072.033-0	Dep. Wilson Muller	RS	1699	36101.13.075.0428.1096.3067	Construção de Unidade de Tratamento e Recuperação de Benefícios de Entopereiras em Canoas/RS	90.000	830.160
072.048-8	Dep. Wilson Muller	RS	742	23101.15.081.0487.5467.0002	Assistência e Entidades Comunitárias em Encruzilhada do Sul/RS	4.000	36.896
072.056-9	Dep. Wilson Muller	RS	743	23101.15.081.0487.1023.0436	Aquisição de Gabinete Odontológico para Atendimento à População Carente em Estão/RS	4.000	36.896
072.008-9	Dep. Wilson Muller	RS	596	23101.10.057.0316.1330.0430	Apoio à Habitação Popular em Anaxel Ferrador/RS	25.000	230.400
072.322-1	Dep. Mendonça Neto	AL	858	26101.08.043.0199.1078.0063	Apoio Financeiro para Cursos Profissionais/Iniciantes na Escola Lar de Nazaré de Penedo/AL	20.000	276.720
072.324-7	Dep. Mendonça Neto	AL	845	26101.08.042.0186.3017.0062	Apoio Financeiro para Equipar a Escola Cecelista de 1º e 2º "Maculada Conceição" em Curitiba/AL	20.000	184.480
072.325-5	Dep. Mendonça Neto	AL	845	26101.08.042.0186.3017.0063	Apoio Financeiro para Equipar a Escola Cecelista de 1º e 2º "Dr. Evangelista Tardio" em Boca da Mata	20.000	184.480
072.328-0	Dep. Mendonça Neto	AL	1258	26297.08.075.0427.2087.0108	Apoio Financeiro para Aquisição de Alimentos para o Internato Prof. Joaquina Aristóteles em Piaçabuçu/AL	15.000	138.360
072.333-6	Dep. Mendonça Neto	AL	732	23101.15.081.0487.1628.0047	Apoio Financeiro ao Educandário Eunice Mauer em Maceió/AL	20.000	184.480
072.335-2	Dep. Mendonça Neto	AL	731	23101.15.081.0487.1628.0036	Apoio Financeiro ao Centro Espírita O Consolador em Maceió/AL	20.000	184.480
072.336-1	Dep. Mendonça Neto	AL	744	23103.15.081.0487.2222.0193	Assistência Financeira ao Desenvolvimento Educacional de Excepcionais de Maceió/AL	20.000	184.480
072.340-9	Dep. Mendonça Neto	AL	731	23101.15.081.0487.1628.0033	Apoio Financeiro à Fundação Santo Antônio de Educação e Assistência em Maceió	15.000	138.360
072.341-7	Dep. Mendonça Neto	AL	731	23101.15.081.0487.1628.0032	Apoio Financeiro à Cruz Vermelha Brasileira em Maceió/AL	20.000	184.480
072.342-5	Dep. Mendonça Neto	AL	731	23101.15.081.0487.1628.0029	Apoio Financeiro ao Núcleo de Amor à Vida em Maceió/AL	20.000	184.480
072.346-6	Dep. Mendonça Neto	AL	736	23101.15.081.0487.1628.0160	Apoio Financeiro ao Educandário de Crianças Carentes de Juremópolis em Maceió/AL	20.000	368.960
072.348-4	Dep. Mendonça Neto	AL	731	23101.15.081.0487.1628.0027	Apoio Financeiro ao Lar São Domingos em Maceió/AL	20.000	922.400
046.863-1	Dep. Mendonça Neto	AL	731	23101.15.081.0487.1628.0027	Apoio Financeiro ao Lar São Domingos em Maceió/AL	80.000	922.400
009.909-1	Dep. Carlos Lupi	RJ	872	26101.08.048.0237.1632.0016	Construção de Biblioteca Municipal de São Pedro de Aldeia/RJ	24.000	221.376
009.911-2	Dep. Carlos Lupi	RJ	1643	36101.13.075.0428.1096.0524	Construção de Posto de Saúde no Bairro da Garela em São Pedro de Aldeia/RJ	20.000	184.480

009.912-1	Dep. Carlos Lupi	RJ	1643	36.101.13.075.0426.1096.0352	Construção de Posto de Saúde na Rua do Fogo em São Pedro de Alcantara/RJ	20.000	194.480
006.426-0	Dep. Carlos Lupi	RJ	1643	36.101.13.075.0426.1096.0356	Construção de Posto de Saúde em Morro Azul do Itinga	15.000	183.360
066.426-6	Dep. Carlos Lupi	RJ	1643	36.101.13.075.0426.1096.0353	Construção de Posto de Saúde no Bairro Santa Família do Itinga	24.000	221.376
066.431-6	Dep. Carlos Lupi	RJ	366	20412.06.046.0247.4029.0015	Apoio à Criação de Bancos de Música no Rio de Janeiro/RJ	30.000	276.720
066.432-4	Dep. Carlos Lupi	RJ	367	20412.06.046.0246.1631.0020	Construção de Espaços Culturais nas Zonas Norte e Oeste de Cidade do Rio de Janeiro/RJ	120.000	1.199.120
055.273-9	Dep. Eden Pedrosa	RS	671	23101.13.076.0446.1333.0141	Saneamento Básico em Butiá/RS	10.000	92.240
055.274-7	Dep. Eden Pedrosa	RS	671	23101.13.076.0446.1333.0135	Saneamento Básico em Orlândia/RS	10.000	92.240
055.275-5	Dep. Eden Pedrosa	RS	672	23101.13.076.0446.1333.0143	Saneamento Básico em Carazinho/RS	15.000	138.360
055.278-0	Dep. Eden Pedrosa	RS	672	23101.13.076.0446.1333.0145	Saneamento Básico em Passo Fundo/RS	40.000	368.960
055.282-8	Dep. Eden Pedrosa	RS	652	23101.13.076.0447.1347.0293	Abastecimento d'água de Pequenas Localidades em São Jerônimo/RS	40.000	368.960
055.286-1	Dep. Eden Pedrosa	RS	653	23101.13.076.0447.1347.0292	Abastecimento d'água de Pequenas Localidades em Constantino/RS	40.000	368.960
055.306-9	Dep. Eden Pedrosa	RS	653	23101.13.076.0447.1347.0291	Abastecimento d'água de Pequenas Localidades em Sarandi/RS	40.000	368.960
055.309-3	Dep. Eden Pedrosa	RS	653	23101.13.076.0447.1347.0290	Abastecimento d'água de Pequenas Localidades em Alto Alegre/RS	40.000	368.960
014.629-3	Dep. Carlos Alberto Campista	RJ	1629	36211.13.076.0446.3012.0031	Drenagem do Canal Tocos em Campos/RJ	40.000	368.960
014.630-7	Dep. Carlos Alberto Campista	RJ	1629	36211.13.076.0446.3012.0027	Drenagem do Canal Flechas em Campos/RJ	40.000	368.960
014.631-5	Dep. Carlos Alberto Campista	RJ	1629	36211.13.076.0446.3012.0026	Drenagem do Canal Caramuru em Campos/RJ	20.000	184.480
014.633-3	Dep. Carlos Alberto Campista	RJ	1629	36211.13.076.0446.3012.0025	Drenagem do Rio Macaúba - R. Longa Fila em Campos/RJ	40.000	368.960
014.635-8	Dep. Carlos Alberto Campista	RJ	1629	36211.13.076.0446.3012.0024	Drenagem do Rio Fundo - Quissama/Atlântico em Campos/RJ	50.000	461.200

p. 25

IDENTIFICAÇÃO, NA REDAÇÃO FINAL, DAS EMENDAS RELACIONADAS PELO SENADOR SUPLENTE, APRESENTAÇÕES POR PARLAMENTARES DO PDS

066.614-0	Dep. Maria Valadão	GO	1395	29201.16.088.0537.1204.0398	Construção de Pontes sobre Córregos no Município de Cronfília/GO	50.000	461.200
066.615-8	Dep. Maria Valadão	GO	1395	29201.16.088.0537.1204.0399	Construção de Pontes sobre o Rio Paranaíba no Município Cuiabá/Dourado/GO	50.000	461.200
041.675-4	Dep. Cunha Bueno	SP	363	20411.08.048.0246.2121.0024	Apoio Técnico e Financeiro à Fundação Joaquim Nabuco	50.000	461.200
041.679-7	Dep. Cunha Bueno	SP	363	20411.08.048.0246.2121.0023	Manutenção e Conservação do Museu de Arte Sacra de São Paulo	20.000	276.720
002.704-9	Dep. Carlos Azambuja	RS	1399	29201.16.088.0537.1205.0064	BR-293/RS - Pedreiras-Uruguaiana	50.000	6.877.267
032.267-0	Dep. José Lourenço	BA	739	23101.14.081.0487.1628.0244	Apoio Financeiro ao Hospício de São Bento de Olinda/PE (Complementação de Orais)	100.000	922.400
006.132-8	Dep. José Teles	SE	1401	29201.16.088.0539.1205.0271	BR-235/SE Orla de km 68	100.000	922.400
057.883-5	Dep. Fetter Júnior	RS	1714	26101.13.075.0428.1619.0035	Aquisição de Ambulância para Amarel Fetterdor/RS	3.000	27.672
057.893-9	Dep. Fetter Júnior	RS	654	23101.13.076.0447.1347.0318	Reestabelecimento d'Água no Município Rural de São Lourenço do Sul/RS	12.000	110.688
057.904-1	Dep. Fetter Júnior	RS	654	23101.13.076.0447.1347.0326	Perfuração para Poços Artesianos em São Lourenço do Sul/RS	11.200	103.309
057.905-0	Dep. Fetter Júnior	RS	653	23101.13.076.0447.1347.0274	Reestabelecimento d'Água em Município Rural de Arroio Grande/RS	12.000	110.688
057.909-2	Dep. Fetter Júnior	RS	653	23101.13.076.0447.1347.0333	Reestabelecimento d'Água em Município Rural de Camapuã/RS	15.000	138.360

71. 26

IDENTIFICAÇÃO, NA REDAÇÃO FINAL, DAS EXEMPLOS, RELACIONADOS PELO SENADOR SULLIV, APRESENTADOS POR PARLAMENTARES DO PST, RS, PR, PIR, PTB E PT

004.228-3	Dep. Pedro Valadares (PST)	SE	298	20/09.07.088.0534.1626.0052	Construção de Estradas Vicinais em Povo Verde/SE, a cargo da Prefeitura	50.000	461.200
012.376-5	Dep. Pedro Valadares (PST)	SE	507	22/01.04.040.0031.1222.0681	Eletificação Rural em São Dias/SE	50.000	461.200
012.393-5	Dep. Pedro Valadares (PST)	SE	646	23/01.13.076.0323.1345.1769	Infra-Estrutura Urbana em Ilaporanga d'Ajuda/SE	50.000	461.200
046.208-	Dep. Israel Pinheiro (PRS)	MG	366	20/01.07.040.0031.1142.0160	Apoio a Projetos Prioritários em Espinhos/MG	50.000	461.200
037.350-8	Dep. José Aldo (PRS)	MG	699	23/01.13.076.0449.1343.0158	Sistema de Coleta e Tratamento de Esgoto em São Antônio do Amparo/MG	50.000	461.200
037.385-1	Dep. José Aldo (PRS)	MG	1390	29/01.16.088.0537.1204.0163	BR-494/MG - São João Del Rei - Morro do Ferro	1.170.000	19.044.649
044.371-9	Dep. Celúlio Nélva (PL)	MG	1307	26/29.08.042.0188.2789.2024	Construção de Escola Agrícola de 1º Grau em Pavão/MG	30.000	276.720
046.734-1	Dep. Israel Barbosa (PL)	MG	283	20/09.07.040.0183.5501.0102	Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas em Ribeirão das Neves/MG	100.000	922.400
065.380-2	Dep. Wellington Fagundes(PL)	MT	307	20/09.07.088.0537.5526.0146	Pavimentação da MT-370, Trecho Mineirinho-Itigara, em Mato Grosso	50.000	461.200
043.345-5	Dep. Valdemar Guedes (PIR)	AP	500	22/01.04.040.0031.1222.0529	Ampliação de Capacidade de Geração de Energia Elétrica Municipal de Roraima/AP	200.000	1.844.800
010.223-7	Dep. Benedito Domingos (PIR)	DF	697	23/01.13.076.0449.1343.0118	Sistema de Coleta e Tratamento de Esgotos no Distrito Federal	1.000.000	17.352.403
010.227-0	Dep. Benedito Domingos (PIR)	DF	1340	26/29.08.048.0247.1632.0003	Apoio a Construção de Bibliotecas Públicas no Distrito Federal	300.000	2.767.200
015.652-3	Sen. Mariluce Pinto (PTB)	RR	1393	29/01.16.088.0537.1204.0312	BR-401/RR - Construção de Ponte Internacional sobre o Rio Tucutú	50.000	461.200
050.658-5	Sen. Mariluce Pinto (PTB)	RR	284	20/09.07.040.0183.5504.0099	Implantação de Usina Hidroelétrica de Contigó em Boa Vista/RR	100.000	922.400
012.294-7	Dep. Luiz Moreira (PTB)	PA	646	23/01.13.076.0323.1345.1764	Infra-Estrutura Urbana em Catujuba -	50.000	461.200
028.122-1	Dep. Francisco Rodrigues (PTB)	PR	1401	29/01.16.088.0539.1205.0275	Substituição da Ponte sobre o Rio Surumuru BR 174	200.000	1.844.800
014.572-6	Dep. Arnival Telles(PTB)	MS	513	22/01.04.034.0037.1239.0013	Projetos Complementares de Irrigação para o Estado de Minas Gerais (Emenda 14557-0)	20.000	184.400
001.264-9	Dep. Gastone Righi (PTB)	SP	1394	29/01.16.088.0537.1204.0337	Ponte dos Barreiros no Município de São Vicente/SP	500.000	4.612.000

059.564-3

A PREÇA NÃO FOI APROVADA

012.556-3	Dep. Félix Mendonça (PIB)	BA	1895	26.101.13.075.0428.1086.2710	Construção do Centro de Saúde do Trabalhador em Camapari/BA	500.000	4.612.000
002.523-2	Dep. Augustinho Freitas (PIB)	MT	1533	26.006.13.075.0428.1003.1976	Construção de Centro de Saúde Regional em Rondonópolis/MT	80.000	737.920
008.535-9	Dep. Augustinho Freitas (PIB)	MT	1532	26.003.13.075.0427.1115.0019	Combate à Carência Nutricional de Crianças em Rondonópolis/MT	100.000	922.400
008.540-5	Dep. Augustinho Freitas (PIB)	MT	453	23.101.15.087.0523.3013.0057	Melhoramento no Aeroporto de Rondonópolis/MT	50.000	461.200
008.542-1	Dep. Augustinho Freitas (PIB)	MT	1563	26.006.13.075.0428.1086.1939	Reforma e Equipamento da Santa Casa de Misericórdia de Rondonópolis/MT	80.000	737.920
020.756-4	Dep. José Genofre (PT)	SP	1642	26.101.13.075.0428.1086.0449	Construção de Hospital em Japurá/CE	100.000	922.400
IDENTIFICAÇÃO, NA REMISSÃO FUND., DAS EMENDAS, RECLAMAÇÕES POR PARLAMENTARES DO PSB							
006.064-0	Dep. Antônio Holanda	AL	517	22.101.04.084.0077.1235.0025	Adutora Ubu d'Água das Flores em Pão de Açúcar/AL	70.000	643.680
006.080-1	Dep. Antônio Holanda	AL	632	23.101.13.076.0447.1347.0269	Abastecimento d'Água em Santa Letícia de Alagoas	20.000	1.106.980
007.221-4	Dep. Antônio Holanda	AL	615	23.101.13.076.0323.1345.0357	Infra-Estrutura Urbana em Paredão/AL	150.000	1.383.600
012.310-2	Dep. Antônio Holanda	AL	1449	20.008.06.030.0025.1003.0209	Construção do edifício Sede da Superintendência Regional de Alagoas	20.000	184.480
012.350-0	Dep. Antônio Holanda	AL	646	23.101.13.076.0323.1345.1765	Infra-Estrutura Urbana em Campo Alegre/AL	20.000	184.480
012.333-1	Dep. Antônio Holanda	AL	646	23.101.13.076.0323.1345.1766	Infra-Estrutura Urbana em Ubu d'Água das Flores/AL	20.000	184.480
040.591-4	Dep. Antônio Holanda	AL	306	20.009.07.088.0057.5526.0133	Construção e Pavimentação da BR-424 (AL-270) no Trecho Onda Preta/Divisa AL/PE	20.000	184.480
015.422-5	Dep. Uldarico Pinto	BA	503	22.101.04.040.0031.1222.0599	Eletrificacão Rural em Medeiros Neto/BA	50.000	461.200
015.426-8	Dep. Uldarico Pinto	BA	617	23.101.13.076.0323.1345.0675	Infra-Estrutura Urbana em Teixeira de Freitas/BA	50.000	461.200
015.545-4	Dep. Uldarico Pinto	BA	502	22.101.04.040.0031.1222.0577	Eletrificacão Rural em Porto Seguro/BA	20.000	184.480
049.992-7	Dep. Uldarico Pinto	BA	505	23.101.10.057.0181.1555.0277	Lotis Urbanizados em Porto Seguro/BA	50.000	461.200
049.993-5	Dep. Uldarico Pinto	BA	504	23.101.10.057.0181.1555.0199	Lotis Urbanizados em Medeiros Neto/BA	50.000	461.200
049.994-3	Dep. Uldarico Pinto	BA	504	23.101.10.057.0181.1555.0198	Lotis Urbanizados em Teixeira de Freitas/BA	50.000	276.720
050.000-3	Dep. Uldarico Pinto	BA	617	23.101.13.076.0323.1345.0783	Infra-Estrutura Urbana em Porto Seguro/BA	50.000	645.680

IDENTIFICAÇÃO, NA REGIÃO FINCA, DOS DEBENDOS, RELACIONADOS PELO SENADOR SARCICY, APRESENTADOS POR PARLAMENTARES DO PSDB

046.687-5	Dep. Marco Penaforte	CE	506	22101.04.040.0031.1222.0662	Eletificação Rural em Santana do Cariri/CE	10.000	92.240
046.717-1	Dep. Marco Penaforte	CE	1644	36801.13.075.0408.1096.0721	Construção do Hospital Maternidade no Distrito de Quilombos em Horizontes/CE	10.000	92.240
046.728-6	Dep. Marco Penaforte	CE	596	23101.10.037.0316.1330.0437	Apoio à Habitação Popular em Barra do Sotero (Crocota) - CE	15.000	130.360
046.748-1	Dep. Marco Penaforte	CE	507	22101.04.040.0031.1222.0677	Eletificação Rural em Polistemo/CE	10.000	92.240
025.280-8	Dep. Vitorio Medolli	MG	707	23101.13.076.0449.1343.0390	Sistema de Coleta e Tratamento de Esgotos em Carvalhos/MG	40.000	369.960
025.286-7	Dep. Vitorio Medolli	MG	473	22101.04.013.0066.1162.0028	Assistência financeira ao Pequeno Produtor Rural de Bependi/MG	20.000	184.480
025.287-5	Dep. Vitorio Medolli	MG	473	22101.04.015.0066.1162.0027	Assistência financeira ao Pequeno Produtor Rural de Bocaina de Minas/MG	20.000	184.480
025.290-5	Dep. Vitorio Medolli	MG	473	22101.04.015.0066.1162.0029	Assistência financeira ao Pequeno Produtor Rural de Chapada do Norte/MG	20.000	184.480
049.404-6	Dep. Sigmaringa Selvas	DF	699	23101.13.076.0449.1343.0149	Sistema de Coleta e Tratamento de Esgotos em Sobradinho/DF	50.000	461.200
049.408-2	Dep. Sigmaringa Selvas	DF	646	23101.13.076.0323.1345.1789	Infra-Estrutura Urbana em Planaltina - Brasília/DF	50.000	461.200
049.412-7	Dep. Sigmaringa Selvas	DF	699	23101.13.079.0449.1343.0145	Sistema de Coleta e Tratamento de Esgoto na Península Norte Lago Norte em Brasília/DF	150.000	1.363.600
025.733-8	Dep. Rose de Freitas	ES	1402	29201.16.088.0539.1205.0081	Br-262/ES - Vitória - Div. ES/MG Km 7,5 a 40,5 (Emeraldas 32.361-6)	2.270.000	20.938.480
025.741-9	Dep. Rose de Freitas	ES	720	23101.13.081.0487.1323.0176	Construção do Centro Comunitário no Município de Rio Novo do Sul/ES	20.000	184.480
009.534-1	Dep. Afêlio Neves	MG	711	23101.13.077.0448.1337.0093	Construção dos Côrregos Barreiro e Jataí com Implantação de Vias Adjacentes em Belo Horizonte/MG	100.000	922.400
009.535-9	Dep. Afêlio Neves	MG	711	23101.13.077.0448.1337.0094	Urbanização de Fundo de Vales em Belo Horizonte/MG	100.000	922.400
039.071-1	Dep. Jackson Pereira	CE	1323	26206.08.042.0188.2289.2339	Assistência Financeira para Reforma de Escolas em Parati/CE	20.000	184.480
039.081-9	Dep. Jackson Pereira	CE	767	23202.15.081.0483.2370.0608	Implantação de Creche no Município de Barutic/CE	15.000	138.360
051.306-7	Dep. Sérgio Machado	CE	300	20109.07.088.0534.1626.0106	Construção de Estrada Itapiporã - Assunção/CE	30.000	276.720
048.892-5	Dep. Nilson Moreira	PR	719	23101.15.081.0487.1323.0169	Obras e Equipamentos de Centros Comunitários em Londrina/PR	45.000	415.080
008.575-8	Dep. Eduardo Galvão	TO	501	22101.04.040.0031.1222.0343	Eletificação Rural em Arapaguá/TO	100.000	978.744

050.057-2	Dep. Joãoes Ribeiro	CE	676	23101.13.076.0403.1333.0265	Servuanto Básico em Coaraci/MA	50.000	461.200
049.293-1	Dep. Magalhães Teixeira	SP	711	23101.13.077.0448.1337.0091	Execução dos Córregos Jardim Aeroporto e Jardim Ouro Verde em Cratulis/SP	50.000	461.200
049.293-7	Dep. Magalhães Teixeira	SP	710	23101.13.077.0446.1337.0070	Canalização do Córrego do Piquarão em Campinas/SP	50.000	461.200
049.298-1	Dep. Magalhães Teixeira	SP	856	26101.06.043.0195.1078.0549	Apoio Financeiro para a Construção de Escola Técnica de 2º Grau no Distrito de Nova Aparecida - Campinas/SP	50.000	461.200
049.302-3	Dep. Magalhães Teixeira	SP	720	23101.15.081.0487.1323.0184	Desenvolvimento da Infra-Estrutura Social e Urbana em Campinas/SP	50.000	461.200
049.303-1	Dep. Magalhães Teixeira	SP	646	23101.13.076.0323.1345.1777	Infra-Estrutura Urbana em Campinas/SP	50.000	1.844.800
049.305-1	Dep. Magalhães Teixeira	SP	646	23101.13.076.0323.1345.1777	Infra-Estrutura Urbana em Campinas/SP	150.000	1.844.800
IDENTIFICAÇÃO, NA REDUÇÃO FINAL, DAS EMENDAS, RELACIONADAS PELO SENADOR SUPLENTE, APRESENTADAS POR PARLAMENTARES DO PFC.							
055.117-1	Dep. Pauderney Avelino	AM	664	23101.13.076.0467.1347.0558	Assistência Financeira para Construção de Fogos Artesanais em Amapur/AM	10.000	92.240
070.730-9	Dep. Pauderney Avelino	AM	665	23101.13.076.0467.1347.0572	Assistência Financeira para Construção de Fogos Artesanais em Eitrupepe/AM	20.000	184.480
070.737-6	Dep. Pauderney Avelino	AM	664	23101.13.076.0467.1347.0557	Assistência Financeira para Construção de Fogos Artesanais em Ipiuxa/AM	20.000	184.480
070.939-0	Dep. Pauderney Avelino	AM	1602	36211.13.073.0428.1096.1277	Construção de Posto de Saúde em Ihamanda/AM	10.000	92.240
071.086-5	Dep. Pauderney Avelino	AM	1282	26298.08.042.0188.2289.1199	Assistência Financeira para Construção de Escolas em Enlira/AM	20.000	184.480
071.142-0	Dep. Pauderney Avelino	AM	265	20107.08.046.0267.4035.0003	Promoção, Divisão e Intercâmbio de Bens e Serviços Culturais em Parintins/AM	20.000	184.480
071.143-8	Dep. Pauderney Avelino	AM	859	26101.06.043.0199.1078.0610	Construção de Escola Agrotécnica Federal em Eitrupepe/AM	395.000	3.603.480
071.145-4	Dep. Pauderney Avelino	AM	1324	26298.08.042.0188.2289.2333	Construção de Escola no Município de Parintins/AM	10.000	92.240
071.152-7	Dep. Pauderney Avelino	AM	1603	36211.13.073.0428.1096.2570	Assistência Financeira para Construção de Hospitais em Menaus/AM	300.000	2.767.200
071.201-3	Dep. Pauderney Avelino	AM	596	23101.10.057.0316.1330.0431	Apoio à Habitação Popular em Amapur/AM	10.000	92.240
072.186-7	Dep. Pauderney Avelino	AM	1602	36211.13.073.0428.1096.1276	Construção de Posto de Saúde em Ipiuxa/AM	10.000	92.240
072.203-1	Dep. Pauderney Avelino	AM	596	23101.10.057.0316.1330.0432	Apoio à Habitação Popular em Eitrupepe/AM	15.000	139.360
072.218-9	Dep. Pauderney Avelino	AM	596	23101.10.057.0316.1330.0428	Apoio à Habitação Popular em Enlira/AM	10.000	92.240

011.130-3	Dep. Eduardo Siqueira Campos	TO	852	26101.08.043.0199.1078.0038	Construção de Escola Agrícola Federal em Araguaína/TO	100.000	2.025.249
030.903-1	Dep. Eduardo Siqueira Campos	TO	304	20109.07.088.0537.5526.0075	S8-010 - Conclusão da Ponte sobre o Rio da Palma	300.000	2.767.200
030.505-7	Dep. Eduardo Siqueira Campos	TO	308	20109.07.088.0537.5526.0180	Entrocamento TO-134/455 - Acesso a Palmas	1.000.000	9.224.000
036.989-6	Dep. Eduardo Siqueira Campos	TO	616	22101.13.076.0323.1345.0634	Infra-Estrutura Urbana em Palmas/TO	100.000	3.219.010
036.994-2	Dep. Eduardo Siqueira Campos	TO	644	22101.13.076.0323.1345.1695	Infra-Estrutura Urbana em Araguaína/TO	100.000	1.383.600
036.997-7	Dep. Eduardo Siqueira Campos	TO	628	22101.13.076.0323.1345.1175	Infra-Estrutura Urbana em Colinas de Tocantins/TO	100.000	1.106.880
036.999-3	Dep. Eduardo Siqueira Campos	TO	646	22101.13.076.0323.1345.1783	Infra-Estrutura Urbana em Nazaré/TO	100.000	922.400
053.735-7	Dep. Eduardo Siqueira Campos	TO	308	20109.07.088.0537.5526.0161	Conclusão da Ponte sobre o Rio Tocantins/TO	1.500.000	13.836.000

IDENTIFICAÇÃO, NA REDUÇÃO FINAL, DOS EMENDAS, REAÇÃO/EMENDAS PELO SENADOR SULLIVY, APRESENTANDO POR PARALELISMOS DO PMDB

052.281-3	Sen. Mauro Benevides	CE	653	22101.13.076.0447.1347.0270	Construção de Reservatório d'água em São Sebastião-UF	500.000	4.612.000
052.303-8	Sen. Mauro Benevides	CE	846	26101.08.042.0188.3017.0067	Assistência Financeira para Reforme e Ampliação de Escola em Iacé-CE	50.000	461.200
052.447-6	Sen. Mauro Benevides	CE	620	22101.13.076.0323.1345.0843	Infra-Estrutura Urbana em Canoinha-CE	100.000	1.106.880
052.469-9	Sen. Mauro Benevides	CE	506	22101.04.040.0031.1222.0675	Eletificação Rural em Acaraú-CE	200.000	1.874.800
052.485-9	Sen. Mauro Benevides	CE	1656	36901.13.075.0428.1096.1405	Conclusão do Hospital Municipal de Rendeção-CE a Cargo da Prefeitura	200.000	1.844.800
052.541-3	Sen. Mauro Benevides	CE	409	20604.07.065.0363.2403.0015	Assistência Financeira para Construção do Hotel Turístico de Acaraú-CE a Cargo da Prefeitura	200.000	1.844.800
052.562-1	Sen. Mauro Benevides	CE	543	21101.16.087.0523.1013.0072	Assistência Financeira para Construção do Campo de Pouso em Acaraú-CE	100.000	922.400
052.618-5	Sen. Mauro Benevides	CE	1656	36901.13.075.0428.1096.1406	Ampliação do Hospital José Frota a Cargo da Prefeitura de Fortaleza-CE	500.000	4.612.000
052.623-1	Sen. Mauro Benevides	CE	844	26101.08.042.0188.3017.0036	Obras, Reformas e Aquisição de Equipamentos para Escola do Município de Fortaleza-CE	200.000	2.075.000

052.628-2	Sen. Mauro Benevides	CE	543	21101.16.087.0523.1013.0073	Melhoramento do Aeroporto Pinto Martins em Fortaleza-CE	2.000.000	56.408.000
055.210-1	Dep. Oscar Maia	RJ	419	22701.04.017.0103.4045.0009	Recuperação e Manutenção da Terra do Urubos-RJ	70.000	645.680
055.211-0	Dep. Oscar Maia	RJ	419	20701.04.017.1013.4045.0007	Recuperação e Manutenção do Parque Nacional da Ilha-RJ	70.000	645.680
055.212-8	Dep. Oscar Maia	RJ	419	20701.04.017.1013.4045.0006	Recuperação e Manutenção do Parque Nacional de Itatiaia-RJ	80.000	737.920
055.213-6	Dep. Oscar Maia	RJ	419	20701.04.017.1013.4045.0006	Recuperação e Manutenção da Terra da Bocaina-RJ	80.000	737.920
055.207-1	Dep. Carlos Benevides	RJ	263	20109.07.040.0183.5501.0103	Infra-Estrutura Urbana no Distrito Industrial de Luziânia-GO	110.000	1.014.640
052.568-0	Dep. Carlos Benevides	RJ	846	26101.08.042.0188.2017.0065	Ampliação e Reforma de Escola em Santana do Cariri-CE	50.000	461.200
052.608-8	Dep. Carlos Benevides	RJ	699	23101.13.076.0449.1343.0156	Sistema de Coleta e Tratamento de Esgotos em Santana do Cariri-CE	20.000	276.720
052.613-4	Dep. Carlos Benevides	RJ	1656	36901.13.075.0428.1056.1407	Construção do Hospital Regional em Itapipoca-CE, a Cargo da Fundação Amadeu Filomeno	450.000	4.150.800
054.953-3	Dep. José Dutra	AM	1395	29201.16.088.0537.1204.0339	Conclusão e Pavimentação da BR-319 Contorno de Manaus-AM	300.000	2.767.200
067.080-5	Dep. José Dutra	AM	302	20109.07.088.0534.5492.0103	Construção de Estradas Vicinais em Batistópolis-AM	500.000	4.612.000
072.571-9	Dep. José Dutra	AM	859	26101.08.043.0199.1038.0607	Conclusão de Escola Agrícola de Batistópolis-AM	50.000	461.200
026.473-0	Dep. Pedro Buzato	GO	584	23101.10.057.0181.1555.0001	Melhoria das Condições Habitacionais Urbanas e Rurais em Rio Quente-GO	10.000	92.240
026.477-6	Dep. Pedro Buzato	GO	584	23101.10.057.0181.1555.0169	Melhoria das Condições Habitacionais Urbanas e Rurais em Três Rios-GO	10.000	92.240
026.480-6	Dep. Pedro Buzato	GO	584	23101.10.057.0181.1555.0099	Melhoria das Condições Habitacionais Urbanas e Rurais em Doverlândia-GO	40.000	368.960
026.482-2	Dep. Pedro Buzato	GO	584	23101.10.057.0181.1555.0166	Melhoria das Condições Habitacionais Urbanas e Rurais em Anápolis-GO	15.000	138.360
026.482-3	Dep. Pedro Buzato	GO	689	23101.13.076.0448.1557.0034	Saneamento Rural em Nova Crixás-GO	20.000	184.480
026.564-1	Dep. Pedro Buzato	GO	689	23101.13.076.0448.1557.0055	Saneamento Rural em Buriti Alegre-GO	20.000	216.720
002.106-7	Dep. Magalhães Araújo	TO	1265	26298.08.041.0190.2290.0716	Assistência Financeira para Ensino Pré-Escolar no Estado de Tocantins	120.000	1.106.880
002.111-3	Dep. Magalhães Araújo	TO	1301	26298.08.042.0188.2289.1619	Assistência Financeira para Construção de Escolas de 1º Grau no Estado de Tocantins-TO	20.000	368.960
002.116-4	Dep. Magalhães Araújo	TO	850	26101.08.043.0188.2555.0055	Assistência Financeira para Equipar Escolas de Ensino Médio no Estado de Tocantins-TO	80.000	737.920
004.252-8	Dep. Magalhães Araújo	TO	453	21101.16.087.0527.1362.0019	Obras de Infra-Estrutura em Palmas-TO	200.000	1.844.800

049.279-5	Dep. Hermínio Calvino	PA	1365	29.101.09.051.0035.1700.0084	Eletrobrás - Implantação de Usina Drenelétrica em Pacajá-PA	100.000	922.400
049.280-9	Dep. Hermínio Calvino	PA	667	23.101.13.076.0047.1347.0642	Abastecimento d'água em Maracá-PA	100.000	922.400
049.281-7	Dep. Hermínio Calvino	PA	1365	29.101.09.051.0035.1700.0085	Eletrobrás - Implantação de Usina Drenelétrica em São Félix de Xingó-PA	100.000	922.400
049.283-5	Dep. Hermínio Calvino	PA	1365	29.101.09.051.0035.1700.0083	Eletrobrás - Implantação de Usina Drenelétrica em Brejo Grande do Araguaia-PA	100.000	922.400
040.522-1	Sen. Coutinho Jorge	PA	463	21.901.16.087.0523.1013.0071	Construção de Aeródromo em Rurópolis-PA	84.650	780.812
040.523-9	Sen. Coutinho Jorge	PA	463	21.901.09.051.0035.1700.0066	Construção de Aeródromo em Pacajá-PA	84.650	780.812
040.568-9	Sen. Coutinho Jorge	PA	1390	29.201.16.088.0537.1704.0171	BR-163/PA - Santarém-Div. M/PA, km 1141,5 a 1205	980.000	9.039.520
043.989-4	Sen. Coutinho Jorge	PA	463	21.901.16.087.0523.1013.0059	Construção de Aeródromo em Dom Elizeu-PA	84.650	780.812
018.049-6	Dep. Marcos Lima	MG	1393	29.201.16.088.0537.1704.0306	BR-492/MG - Sen. Firmino - Costas Altas - Camaleiro Lafayette/MG	330.000	3.045.520
001.616-1	Dep. Marcos Lima	MG	1371	29.101.16.089.0035.1700.0103	REFSA - Contorno Ferroviário de Itama-MS	100.000	922.400
037.886-1	Dep. Luiz Tadeu Leite	MG	1680	26.101.13.075.0028.1096.2236	Construção do Hospital Municipal de Claro dos Fogos-MS	100.000	922.400
039.914-1	Dep. Luiz Tadeu Leite	MG	562	22.201.04.054.0297.1267.0272	Construção de Passeagem do rio Calindo em Xingó-MS	100.000	922.400
039.932-9	Dep. Luiz Tadeu Leite	MS	1289	26.298.08.042.0186.2288.1361	Município Integrado de Educação Rural no Município de Montes Claros-MS	100.000	922.400
023.229-7	Sen. Romen Tito	MG	860	26.101.08.043.0199.1078.0761	Construção da Escola Agrotécnica Federal de Janaúba-MS (Emeda 031.227-4)	50.000	461.200
038.089-0	Dep. Ubiratan Aguiar	CE	20	Receita - 1740.00.00	Acréscimo de Cr\$ 25.000.000,00 (-Cr\$ 2300.600.000.000,00)		
040.996-1	Dep. Zila Bezerra	AC	1605	36.211.13.075.0429.1093.0014	Apoio financeiro para Extensão do Colêrta no Acre	200.000	1.844.800
010.078-1	Dep. Adelaide Neri	AC	859	26.101.08.043.0199.1078.0608	Construção de Escola Agrotécnica Federal em Tarauacá-AC	50.000	461.200
046.764-2	Dep. Alberto Goldman	SP	646	23.101.13.076.0273.1345.1768	Infra-Estrutura Urbana em Guapirã-SP	40.000	368.960
040.224-8	Sen. Cid Sabóia de Carvalho	CE	1366	29.101.09.051.0035.1700.0191	Eletrobrás - Construção de 17 km de linha de transmissão em circuito duplo de 220 kv, Fortaleza II - PICI	100.000	922.400
040.225-6	Sen. Cid Sabóia de Carvalho	CE	1366	29.101.09.051.0035.1700.0192	Eletrobrás - Implantação de Ponto de Energia Elétrica com Capacidade Instalada de 100 MVA em Pelicoste-CE	100.000	922.400
013.012-5	Dep. Duval de Paiva	TO	308	20.09.07.048.0537.5526.0170	Construção de Rodovia Estadual Entrocamento BR/153 a Itacajá-TO	100.000	2.306.000

022.594-6	Dep. Durval de Pádua	TO	308	20.09.07.088.0537.5526.0176	Construção da Rodovia TO-438 Trecho Curup/Quelô/Agua da Confusão	100.000	927.400
035.354-0	Dep. Etelvão Henriques	ES	576	22.03.04.007.0217.2007.0103	Fornecimento e Ensino Técnico Agrícola Nacional	10.000	184.480
R01.128-	Dep. Luiz Pinguetini(PSE)	PE	1736	36.03.13.015.0431.2315.0269	Dist. de Medicamentos p/Sec. Mun. Saúde - Coord. p/ Conselho Esp. Saúde - Paraíba-PB	73.200	675.197
038.086-5	Dep. José Geraldo	MG	395	20.02.07.040.0031.1174.0015	Obras de Infra-estrutura no Distrito Industrial de Caracal-RJ	100.000	922.400
062.500-1	Sen. Alfredo Campos	MG	860	26.01.06.045.0192.1078.0761	Construção da Escola Agrícola Federal de Juazeiro/CE (Emenda 031.227-A)	50.000	461.200
031.008-5	Sen. Irupuan Costa Junior	GO	627	23.01.13.076.0323.1345.1158	Infra-estrutura urbana em Ceres/GO	30.000	553.440
028.458-1	Dep. Ivandro Cunha Lima	PB	613	23.01.13.076.0323.1345.0204	Infra-estrutura urbana da Favela Rameirinha II em Campina Grande/PB	330.000	3.043.970
027.038-5	Dep. Jorge Tadeu Medeiros	SP	286	20.09.07.076.0448.1242.0273	Correção dos túneis de Tamandacé, Corumbé e Bocaina em São/SP	900.000	8.612.070
044.656-1	Sen. José Sarney	AP	363	20.11.08.040.0246.2121.0025	Apóio à Fundação da Memória Republicana em São Luís/MA	200.000	1.844.800
013.749-9	Dep. Lúcia Vânia	GO	1389	29.01.16.008.0537.1204.0023	RR-080/GO - Urucup - Padre Bernardo	358.673	23.982.400
010.247-4	Dep. Luiz Carlos Santos	SP			ESTA EMENDA NÃO FOI OPERACIONALIZADA		
061.007-1	Sen. Mansueto de Lacerda	PE	867	26.01.08.044.0205.2281.0022	Assistência Financeira à Faculdade de Formação de Professores de Petrolina/PE (Concurso Edital 01)	60.000	553.440
006.455-6	Dep. Marcelo Bandeira	SP	655	23.01.13.076.0447.1347.0331	Sistema de Abastecimento d'água em Arapuca/SP	400.000	5.534.400
004.313-3	Dep. Pedro Tassis	MG	646	23.01.13.076.0323.1345.1775	Infra-estrutura urbana em Carboníria/MG	70.000	645.680
004.314-1	Dep. Pedro Tassis	MG	646	23.01.13.076.0323.1345.1774	Infra-estrutura urbana em Itabirito de Montes/MG	70.000	645.680
014.069-4	Dep. Pedro Tassis	MS	1561	36.06.13.075.0428.1003.1635	Construção de Hospital Regional em Governador Valadares/MG	120.000	1.106.680
032.286-4					NÃO FOI APROVADA		
032.344-5					NÃO FOI APROVADA		
032.347-0					NÃO FOI APROVADA		
032.470-1					NÃO FOI APROVADA		
032.547-2					NÃO FOI APROVADA		
032.570-7					NÃO FOI APROVADA		

032.316-0				NÃO FOI APROVADA			
032.323-2				NÃO FOI APROVADA			
032.482-4				NÃO FOI APROVADA			
032.540-5	Ser. Mauro Beneditos	CE	1661	36101.13.075.0428.1026.1718	Reforma, Implantação e Manutenção do Hospital Moura Ferreira, em Acauã/CE (Emenda 032.467-1)	130.000	1.199.120
036.565-9				NÃO FOI APROVADA			
036.566-7				NÃO FOI APROVADA			
039.122-1				NÃO FOI APROVADA			
039.123-0				NÃO FOI APROVADA			
039.125-6				NÃO FOI APROVADA			
040.502-7				NÃO FOI APROVADA			
040.503-4				NÃO FOI APROVADA			
040.504-2				NÃO FOI APROVADA			
014.070-6				NÃO FOI APROVADA			
020.415-3	Dep. Fernando Diniz	MG	506	22101.04.040.0031.1222.0673	Eletificação Rural em Almenara/MG	30.000	276.720
020.417-0	Dep. Fernando Diniz	MG	506	22101.04.040.0031.1222.0665	Eletificação Rural em João Pinheiro/MG	30.000	276.720
020.501-0	Dep. Fernando Diniz	MG	506	22101.04.040.0031.1222.0669	Eletificação Rural em Janaúba/MG	30.000	276.720
020.505-2	Dep. Fernando Diniz	MG	506	22101.04.040.0031.1222.0676	Eletificação Rural em Jequitiba/MG	30.000	276.720
020.507-9	Dep. Fernando Diniz	MG	382	20601.07.008.0040.2357.0002	Apelo Financeiro para Ações de Planejamento e Aproveitamento de Recursos Naturais em São João da Ponte/MG	50.000	461.200
020.508-7	Dep. Fernando Diniz	MG	506	22101.04.040.0031.1222.0668	Eletificação Rural em São João da Ponte/MG	30.000	276.720
020.509-5	Dep. Fernando Diniz	MG	506	22101.04.040.0031.1222.0672	Eletificação Rural em Gratiões/MG	30.000	276.720
020.510-9	Dep. Fernando Diniz	MG	486	22101.04.040.0031.1222.0040	Eletificação Rural em Capão Enxas/MG	30.000	276.720

020.511-7	Dep. Fernando Diniz	MG	506	22101.04.040.0031.1222.0671	Eletificação Rural em Presidente Juscelino/MG	30.000	276.720
020.512-5	Dep. Fernando Diniz	MG	506	22101.04.040.0031.1222.0674	Eletificação Rural em Jurema/MG	30.000	276.720
020.514-1	Dep. Fernando Diniz	MG	506	22101.04.040.0031.1222.0667	Eletificação Rural em Varzelândia/MG	30.000	276.720
020.519-2	Dep. Fernando Diniz	MG	506	22101.04.040.0031.1222.0673	Eletificação Rural em Ouro Fino/MG	30.000	276.720
020.528-1	Dep. Fernando Diniz	MG	295	20109.07.088.0534.1625.0035	Construção de Estradas Vicinais em Presidente Juscelino/MG	45.000	415.080
020.529-0	Dep. Fernando Diniz	MG	295	20109.07.088.0534.1625.0034	Construção de Estradas Vicinais em Jurema/MG	30.000	276.720
020.758-6	Dep. Fernando Diniz	MG	295	20109.07.088.0534.1625.0033	Construção de Estradas Vicinais em Belo Horizonte/MG	50.000	461.200
020.759-4	Dep. Fernando Diniz	MG	295	20109.07.088.0534.1625.0032	Construção de Estradas Vicinais em Varzelândia/MG	50.000	461.200
020.760-8	Dep. Fernando Diniz	MG	295	20109.07.088.0534.1625.0031	Construção de Estradas Vicinais em João Pinheiro/MG	50.000	461.200
020.765-9	Dep. Fernando Diniz	MG	295	20109.07.088.0534.1625.0027	Construção de Estradas Vicinais em Curvelo/MG	50.000	461.200
020.766-7	Dep. Fernando Diniz	MG	295	20109.07.088.0534.1625.0025	Construção de Estradas Vicinais em Jurema/MG	50.000	461.200
020.770-5	Dep. Fernando Diniz	MG	295	20109.07.088.0534.1625.0036	Construção de Estradas Vicinais em Jaboticatubas/MG	50.000	461.200
031.221-5	Dep. Fernando Diniz	MG	705	23101.13.076.0449.1345.0336	Sistema de Coleta e Tratamento de Esgoto em Juiz de Fora/MG	20.000	184.480
031.227-4	Dep. Fernando Diniz	MG	860	26101.08.043.0199.1078.0761	Construção de Escola Agrícola Federal em Jurema/MG	50.000	461.200
046.794-4	Dep. João Almeida	BA	1618	36211.13.076.0467.1111.0311	Construção de Academia de Pêlo em Itacaré/BA	50.000	461.200
054.117-5	Dep. João Almeida	BA	740	23101.15.081.0487.1628.0246	Assistência à Associação Comunitária de Varzedo/BA	10.000	92.240
052.119-1	Dep. João Almeida	BA	739	23101.15.081.0487.1628.0238	Assistência ao Sindicato Rural de Itajupe/BA	10.000	92.240
052.120-5	Dep. João Almeida	BA	740	23101.15.081.0487.1628.0245	Assistência à Associação Comunitária dos Pequenos Produtores de Pimenta no Município de São Gabriel/BA	10.000	92.240
052.122-1	Dep. João Almeida	BA	739	23101.15.081.0487.1628.0241	Assistência à Sociedade Cultural de Lango/BA	10.000	92.240
052.123-0	Dep. João Almeida	BA	739	23101.15.081.0487.1628.0234	Assistência à Associação Comunitária de Feira Nova - Jequitia/BA	10.000	92.240
052.124-8	Dep. João Almeida	BA	740	23101.15.081.0487.1628.0247	Assistência à APE do Núcleo Residencial do Pilar em Jaguarari/BA	10.000	92.240

052.125-6	Dep. João Almeida	BA	739	23101.15.081.0487.1628.0236	Assistência à Associação Beneficente de Carapanã/BA	10.000	92.240
052.126-4	Dep. João Almeida	BA	739	23101.15.081.0487.1628.0237	Assistência ao Clube Social das Oros Assistenciais e Culturais de Canagão/BA	10.000	92.240
052.128-1	Dep. João Almeida	BA	739	23101.15.081.0487.1628.0239	Assistência aos Trabalhadores Rurais de Presidente Dutra/BA	10.000	92.240
052.130-2	Dep. João Almeida	BA	739	23101.15.081.0487.1628.0240	Assistência à Fundação Cultural e Beneficente de Monte Santo/BA	10.000	92.240
052.140-0	Dep. João Almeida	BA	846	26101.08.042.0188.3017.0074	Obras, Reformas e Aquisição de Equipamentos para Escolas em Vidal/BA	20.000	184.480
052.143-4	Dep. João Almeida	BA	1576	36206.13.075.0428.2317.0422	Apoio Técnico-Financeiro à Secretaria Municipal de Saúde de Urupema	20.000	184.480
052.144-2	Dep. João Almeida	BA	157	36206.13.075.0428.2317.0168	Apoio Técnico-Financeiro à Secretaria Municipal de Saúde de Jeremoabo/BA	40.000	368.960
052.145-1	Dep. João Almeida	BA	1576	36206.13.075.0428.2317.0420	Apoio Técnico-Financeiro à Secretaria Municipal de Saúde de Jitahara/BA	50.000	461.200
052.146-9	Dep. João Almeida	BA	1576	36206.13.075.0428.2317.0419	Apoio Técnico-Financeiro à Secretaria Municipal de Saúde de Itimiltinga/BA	50.000	461.200
052.160-4	Dep. João Almeida	BA	846	26101.08.042.0188.3017.0073	Obras, Reformas e Aquisição de Equipamentos p/ Escolas em Itatim	20.000	184.480
052.175-2	Dep. João Almeida	BA	611	23101.13.040.0183.3272.0104	Infra-Estrutura Hídrica em Santa Rita de Odeópolis/BA	20.000	276.720
052.264-3	Dep. João Almeida	BA	739	23101.15.081.0487.1628.0235	Assistência à Fundação de Itajupe/BA	10.000	92.240
052.266-0	Dep. João Almeida	BA	739	23101.15.081.0487.1628.0233	Assistência à Associação Comunitária Escola Reis de Eunópolis/BA	10.000	92.240
052.475-0	Dep. Pedro Abreu	GO	584	23101.10.057.0181.1555.0201	Melhoria das Condições Habitacionais Urbanas e Rurais em Rio Quente/GO	10.000	92.240
052.477-6	Dep. Pedro Abreu	GO	584	23101.10.057.0181.1555.0169	Melhoria das Condições Habitacionais Urbanas e Rurais em Três Rantos/GO	10.000	92.240
052.480-6	Dep. Pedro Abreu	GO	584	23101.10.057.0181.1555.0099	Construção de Habitações Populares em Doverlândia/GO	40.000	368.960
052.482-2	Dep. Pedro Abreu	GO	584	23101.10.057.0181.1555.0166	Construção de Habitações Populares em Anicuns/GO	15.000	138.360
052.534-3	Dep. Pedro Abreu	GO	689	23101.13.076.0448.1557.0054	Saneamento Rural em Nove de Julho/GO	20.000	184.480
052.564-1	Dep. Pedro Abreu	GO	689	23101.13.076.0448.1557.0055	Saneamento Rural em Brasília Alegre/GO	30.000	276.720

030.340-2	Dep. Pedro Aurlio	GO	1686	36901.13.075.0428.1096.2401	Reaparelhamento do Hospital em Três Ranchos/GO	5.000	46.120
030.341-1	Dep. Pedro Aurlio	GO	1704	36901.13.075.0428.1096.3276	Reaparelhamento do Hospital em Cumari/GO	10.000	92.240
030.342-9	Dep. Pedro Aurlio	GO	1704	36901.13.075.0428.1096.3266	Reaparelhamento do Hospital em Doverlândia/GO	10.000	92.240
030.343-7	Dep. Pedro Aurlio	GO	1691	36901.13.075.0428.1096.2519	Reaparelhamento do Hospital em Dalizar/GO	10.000	92.240
030.344-5	Dep. Pedro Aurlio	GO	1708	36901.13.075.0428.1096.3353	Reaparelhamento do Hospital em Corrêgo de Duro/GO	10.000	92.240
030.345-3	Dep. Pedro Aurlio	GO	1688	36901.13.075.0428.1096.2401	Reaparelhamento do Hospital em Aricuns/GO	5.000	46.120
030.346-1	Dep. Pedro Aurlio	GO	1644	36901.13.075.0428.1096.0714	Reaparelhamento do Hospital em Bom Jardim de Goiás/GO	10.000	92.240
030.347-0	Dep. Pedro Aurlio	GO	1692	36901.13.075.0428.1096.2545	Reaparelhamento do Hospital em Campos Belos/GO	5.000	46.120
030.348-8	Dep. Pedro Aurlio	GO	1708	36901.13.075.0428.1096.3352	Reaparelhamento do Hospital em Corumbá de Goiás/GO	10.000	92.240
030.349-6	Dep. Pedro Aurlio	GO	1711	36901.13.075.0428.1096.3421	Reaparelhamento do Hospital em Nova Crixás/GO	5.000	46.120
030.354-2	Dep. Pedro Aurlio	GO	1708	36901.13.075.0428.1096.3351	Reaparelhamento do Hospital em Cezarina/GO	10.000	92.240
030.355-1	Dep. Pedro Aurlio	GO	1685	36901.13.075.0428.1096.2339	Reaparelhamento do Hospital em Santa Rita do Araguaia/GO	10.000	92.240
030.356-9	Dep. Pedro Aurlio	GO	1693	36901.13.075.0428.1096.2561	Reaparelhamento do Hospital em Serranópolis/GO	5.000	46.120
030.357-7	Dep. Pedro Aurlio	GO	1699	36901.13.075.0428.1096.2404	Reaparelhamento do Hospital em São Lourenço/GO	5.000	46.120
030.358-5	Dep. Pedro Aurlio	GO	1706	36901.13.075.0428.1096.3354	Reaparelhamento do Hospital em Colinas dos Sais/GO	10.000	92.240
030.359-3	Dep. Pedro Aurlio	GO	1646	36901.13.075.0428.1096.0800	Reaparelhamento do Hospital em Caiapônia/GO	10.000	92.240
030.360-7	Dep. Pedro Aurlio	GO	1685	36901.13.075.0428.1096.2327	Reaparelhamento do Hospital em Rio Quente/GO	5.000	46.120
030.361-5	Dep. Pedro Aurlio	GO	1710	36901.13.075.0428.1096.3404	Reaparelhamento do Hospital em Ipameri/GO	10.000	92.240
030.362-3	Dep. Pedro Aurlio	GO	1695	36901.13.075.0428.1096.2705	Reaparelhamento do Hospital em Colônia/GO	10.000	92.240
030.363-1	Dep. Pedro Aurlio	GO	1711	36901.13.075.0428.1096.3420	Reaparelhamento do Hospital em Nerópolis/GO	10.000	92.240
030.365-8	Dep. Pedro Aurlio	GO	1691	36901.13.075.0428.1096.2320	Reaparelhamento do Hospital em Britânia/GO	10.000	92.240

IDENTIFICAÇÃO, NA RESOLUÇÃO FINAL, DAS INDICAÇÕES DE RELATORES PARCIAIS EM SEUS RELATÓRIOS E DE VÁRIOS OUTROS AUTORES, CONSOLIDADOS COMO ENEMAS DE RELATOR GERAL, RELACIONADOS PELO SENADOR SALLICY

000.062-1	-	317	2010.03.046.0224.2553.0147	Construção de Centro Poliesportivo em Camocim/CE	160.000	1.475.840
000.063-0	-	317	2010.03.046.0224.2553.0146	Construção de Quadra de Esporte em Novo Oriente/CE	20.000	184.480
000.064-8	-	317	2010.03.046.0224.2553.0145	Construção de Quadra de Esporte em Jaguaréma/CE	20.000	184.480
000.065-6	-	317	2010.03.046.0224.2553.0144	Construção de Quadra de Esporte em Acaraú/CE	20.000	184.480
000.066-4	-	761	23202.15.081.0483.2370.0491	Manutenção de Creche em Fortaleza/CE	50.000	461.200
000.067-2	-	760	23202.15.081.0483.2370.0467	Manutenção de Creche em Varjota/CE	30.000	276.720
000.068-1	-	760	23202.15.081.0483.2370.0472	Manutenção de Creche em Brejo Santo/CE	30.000	276.720
000.349-3	-	766	23202.15.081.0483.2370.0602	Manutenção de Creche em Camocim/CE	30.000	276.720
000.350-7	-	766	23202.15.081.0483.2370.0601	Manutenção de Creche em Graça/CE	30.000	276.720
000.352-3	-	766	23202.15.081.0483.2370.0589	Manutenção de Creche em Senador Sá/CE	30.000	276.720
000.603-4	-	1603	36211.13.075.0428.1096.3732	Ampliação e Manutenção da Unidade de Saúde em Tururu/CE, a cargo da Fundação José Fernandes de Souza	50.000	461.200
000.604-2	-	1603	36211.13.075.0428.1096.3734	Ampliação e Manutenção da Unidade de Saúde em Tururu/CE, a cargo da Fundação José Fernandes de Souza	50.000	461.200
000.605-1	-	1603	36211.13.075.0428.1096.3732	Ampliação e Manutenção de Unidade de Saúde, a cargo da Associação Beneficente de Guaiubar/CE	50.000	461.200
000.606-9	-	668	23101.13.076.0447.1347.0837	Abastecimento d'Água em Itapipoca/CE	80.000	737.920
000.607-7	-	1603	36211.13.075.0428.1096.3736	Ampliação da Maternidade Senador Osires Pontes, a cargo da Associação Financeira Apollino, Maspapé/CE	10.000	92.240
000.608-5	-	615	23101.13.076.0723.1345.0417	Infra-Estrutura Urbana em Novo Oriente/CE	30.000	276.720
000.609-3	-	1603	36211.13.075.0428.1096.3733	Ampliação e Manutenção do Hospital Pe. Otilino, a cargo da Associação de Proteção à Maternidade/Infância de Parati/CE	20.000	184.480
000.610-7	-	1395	29201.16.088.0537.1204.0412	BR-231/MS - Acesso a Talapoetras	250.000	2.306.000
000.611-5	-	507	22101.04.040.0031.1222.0682	Eletificação Rural em Camocim/CE	30.000	1.844.800
000.640-9	-	495	22101.04.040.0031.1222.0408	Eletificação Rural em Novo Oriente/CE	10.000	89.620

000.711-1	-	846	26.01.06.042.0188.2017.0075	Obras, Reformas e Aquisição de Equipamentos para Escolas no Município de Vigosa do Ceará/CE	40.000	368.960
000.712-0	-	1580	36.06.13.075.0428.2317.0556	Apoio Técnico-Financeiro à Secretaria Municipal de Saúde de Ibaracema/CE	50.000	461.200
000.714-6	-	1580	36.06.13.075.0428.2317.0554	Apoio Técnico-Financeiro à Secretaria Municipal de Saúde de Tauá/CE	30.000	737.920
000.715-4	-	1580	36.06.13.075.0428.2317.0556	Apoio Técnico-Financeiro à Secretaria Municipal de Saúde de Beçim/CE	50.000	461.200
000.716-2	-	1580	36.06.13.075.0428.2317.0554	Apoio Técnico-Financeiro à Secretaria Municipal de Saúde de Tauá/CE	50.000	737.920
000.717-1	-	1395	29.01.16.088.0537.1204.0408	BR-342/MG - Salinas - Rdt 1111a	1.000.000	9.228.000
000.718-9	-	1391	29.01.16.088.0537.1204.0226	BR-251/MG - Salinas - Água Boa	1.000.000	9.228.000
000.719-7	-	1387	29.01.16.088.0535.1202.0009	BR-101/RJ - Passarela em Frente ao Hospital Universitário Antônio Pedro - Niterói/RJ	100.000	922.400
000.720-1	-	1395	29.01.16.088.0537.1204.0407	BR-101/SC - Div. PR/SC - Div. SC/RS - Km 110 a 125	900.100	8.302.522
000.721-9	-	1580	36.06.13.075.0428.2317.0555	Apoio Técnico-Financeiro à Secretaria Municipal de Saúde de Vigosa do Ceará/CE	80.000	737.920
000.722-7	-	1291	26.09.08.042.0188.2289.1406	Assistência Financeira para Construção de Escola de 1º Grau em Araputunga/MT	50.000	461.200
000.723-5	-	1291	26.09.08.042.0188.2289.1399	Assistência Financeira para Construção de Escola de 1º Grau em Colídes/MT	100.000	922.400
000.724-3	-	1292	26.09.08.042.0188.2289.1418	Assistência Financeira para Construção de Escola de 1º Grau em Juara/MT	100.000	922.400
000.725-1	-	1292	26.09.08.042.0188.2289.1421	Assistência Financeira para Construção de Escola de 1º Grau em Poxoréu/MT	100.000	922.400
000.726-0	-	1293	26.09.08.042.0188.2289.1430	Assistência Financeira para Construção de Escola de 1º Grau em Barra do Bugres/MT	50.000	461.200
000.727-8	-	130	23.01.15.081.0487.1628.0006	Apoio Financeiro à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais APAE em Guarapuava/PR	1.000	9.224
000.728-6	-	730	23.01.15.081.0487.1628.0009	Apoio Financeiro à Associação Social Santana em Guarapuava/PR	1.000	9.224
000.729-4	-	730	23.01.15.081.0487.1628.0010	Apoio Financeiro à Creche Madre Clélia Merloni em Guarapuava/PR	1.000	9.224
000.730-6	-	730	23.01.15.081.0487.1628.0013	Apoio Financeiro ao Hospital de Caridade São Vicente de Paula em Guarapuava/PR	1.000	9.224

000.731-6	-	730	23101.15.081.0048.0014	Apoio Financeiro ao Instituto Educacional Dom Bosco em Guarapuava/PR	1.000	9.224
000.732-4	-	730	23101.15.081.0048.0015	Apoio Financeiro ao Lar Escola Retiro Feliz em Guarapuava/PR	1.000	9.224
000.733-2	-	731	23101.15.081.0048.0040	Apoio Financeiro ao Serviço de Obras Sociais "Nilton Heenisch em Guarapuava/PR	1.000	9.224
000.736-1	-	732	23101.15.081.0048.0043	Apoio Financeiro a Creche da Cruzada Santa Teresina em Guarapuava/PR	1.500	13.836
000.735-9	-	733	23101.15.081.0048.0045	Apoio Financeiro a Causas Sociais - Lar João Paulo II em Guarapuava/PR	1.500	13.836
000.736-7	-	618	23101.13.076.0323.1345.0012	Infra-Estrutura Urbana em Bela Vista/MS	40.000	553.440
000.737-5	-	613	23101.13.076.0323.1345.0001	Infra-Estrutura Urbana na Região Norte	175.000	1.713.174
000.738-3	-	613	23101.13.076.0323.1345.0002	Infra-Estrutura Urbana na Região Nordeste	340.000	3.182.280
000.739-1	-	613	23101.13.076.0323.1345.0004	Infra-Estrutura Urbana na Região Sudeste	205.000	4.523.127
000.740-5	-	613	23101.13.076.0323.1345.0004	Infra-Estrutura Urbana na Região Sudeste	175.000	4.523.127
000.741-3	-	613	23101.13.076.0323.1345.0005	Infra-Estrutura Urbana na Região Sul	175.000	2.263.247
000.742-1	-	1609	36211.13.076.0323.1345.0075	Infra-Estrutura Urbana em São Geraldo do Araguaia/PA	80.000	737.920
000.743-0	-	1644	36901.13.075.0428.1096.0646	Construção de Posto de Saúde na Vila Pau d'Arco em Redenção/PA	18.000	166.032
000.744-6	-	1609	36211.13.076.0323.1345.0377	Infra-Estrutura Urbana no Município de Rio Maria/PA	70.000	645.680
000.745-6	-	300	20109.07.008.0534.1627.0002	Construção de Estradas Vicinais no Município de São Geraldo do Araguaia/PA	10.000	92.240
000.746-4	-	1699	36101.13.075.0428.1096.3008	Construção de Posto de Saúde em Vila Pizarra em São Geraldo do Araguaia/PA	10.000	166.032
000.747-2	-	1609	36211.13.076.0323.1345.0242	Infra-Estrutura Urbana em Xinguba/PA	80.000	737.920
000.748-1	-	593	23101.10.057.0316.1330.0358	Apoio à Habitação Popular em Anaurilândia/MS	30.000	276.720
000.749-9	-	593	23101.10.057.0316.1330.0355	Apoio à Habitação Popular em Bandeirantes/MS	30.000	276.720
000.750-2	-	592	23101.10.057.0316.1330.0337	Apoio à Habitação Popular em Bataguassu/MS	30.000	276.720
000.751-1	-	592	23101.10.057.0316.1330.0334	Apoio à Habitação Popular em Bataguassu/MS	30.000	276.720

000.753-7	-	590	23101.10.057.0316.1330.0296	Apoio à Habitação Popular em Caracai/MS	30.000	276.720
000.754-5	-	589	23101.10.057.0316.1330.0257	Apoio à Habitação Popular em Corumbá/MS	30.000	276.720
000.755-3	-	589	23101.10.057.0316.1330.0255	Apoio à Habitação Popular em Dois Irmãos do Buriti/MS	30.000	276.720
000.756-1	-	589	23101.10.057.0316.1330.0246	Apoio à Habitação Popular em Douradinha/MS	30.000	276.720
000.757-0	-	1545	36206.13.075.0428.1003.1161	Conclusão e Equipamento de Hospital em Vilçosa do Ceará/CE	60.000	553.440
000.758-8	-	719	23105.15.081.0485.1323.0167	Construção do Grúndio em Honório Serpa em Mangueira-PR	20.000	186.480
000.759-6	-	719	23105.15.081.0485.1323.0164	Construção do Centro de Biotecnologia e Resíduos Sólidos para Mado em Toledo-PR	30.000	276.720
000.760-0	-	587	23101.10.057.0316.1330.0208	Apoio à Habitação Popular em Erval Grande-RS	13.000	119.912
000.762-8	-	587	23101.10.057.0316.1330.0209	Apoio à Habitação Popular em Constantino-RS	50.000	461.200
000.761-6	-	587	23101.10.057.0316.1330.0218	Apoio à Habitação Popular em Tupan/PR	18.000	166.032
000.768-4	-	586	23101.10.057.0316.1330.0101	Apoio à Habitação Popular em Toledo-PR	32.000	479.648
000.764-2	-	587	23101.10.057.0316.1330.0217	Apoio à Habitação Popular em Guaraniáçu-PR	26.000	239.824
000.765-1	-	1399	29201.16.088.0539.1205.0051	BR-235/SC - Aracaju - Divisa SC/RS	200.000	11.042.281
000.766-9	-	507	22101.04.040.0031.1222.0682	Eletificação Rural em Barro Preto-CE	50.000	461.200
000.767-7	-	144	36901.13.075.0428.1619.0037	Aquisição de Ambulância para o Município de Itacarami-CE	50.000	138.360
000.768-5	-	1714	36901.13.075.0428.1619.0038	Aquisição de Ambulância para o Município de Manga-MG	15.000	138.360
000.769-3	-	1714	36901.13.075.0428.1619.0039	Aquisição de Ambulância para o Município de Januária-MG	15.000	138.360
000.770-7	-	1714	36901.13.075.0428.1619.0040	Aquisição de Ambulância para o Município de Mirabela-MG	15.000	138.360
000.771-5	-	1714	36901.13.075.0428.1619.0041	Aquisição de Ambulância para o Município de Espinosa-MG	15.000	138.360
000.772-3	-	1714	36901.13.075.0428.1619.0042	Aquisição de Ambulância para o Município de Lagoa dos Patos-MG	15.000	138.360
000.773-1	-	1714	36901.13.075.0428.1619.0043	Aquisição de Ambulância para o Município de Capitão Enock-MG	15.000	138.360
000.774-0	-	1714	36901.13.075.0428.1619.0044	Aquisição de Ambulância para o Município de Brasília de Minas-MG	15.000	138.360
000.775-6	-	1714	36901.13.075.0428.1619.0045	Aquisição de Ambulância para o Município de Francisco Sá-MG	15.000	138.360

000.776-6	-	1714	36901.13.075.0028.1619.0046	Aquisição de ambulância para o Município de Mato Verde-MG	15.000	138.360
000.777-4	-	1714	36901.13.075.0028.1619.0047	Aquisição de ambulância para o Município de Coração de Jesus-MG	15.000	138.360
000.778-2	-	1714	36901.13.075.0028.1619.0048	Aquisição de ambulância para o Município de Monte Azul-MG	15.000	138.360
000.779-3	-	1714	36901.13.075.0028.1619.0049	Aquisição de ambulância para o Município de Janaúba-MG	15.000	138.360
000.780-4	-	708	20109.07.086.0537.5526.0174	Asfaltamento do trecho entre Brasília de Minas e Coração de Jesus-MG e Campo do Governo do Estado	100.000	922.400
000.781-2	-	1679	36901.13.075.0028.1096.2216	Conclusão do Hospital Municipal de Francisco Sá-MG	30.000	216.720
000.782-1	-	566	22204.04.054.0057.1270.0045	Pequenas Irrigações no Norte de Minas Gerais	70.000	645.680
000.783-9	-	565	22204.04.054.0057.1269.0023	Perturbação de Fogos Tubulares Consultórios em Capitão Enéas-MG	20.000	184.480
000.784-7	-	562	22204.04.054.0057.1267.0271	Barragens do Rio Homens em Mato Verde-MG	25.000	230.600
000.785-5	-	561	22204.04.054.0297.1267.0186	Barragens do Rio Viamão em Mato Verde-MG	60.000	553.440
000.786-3	-	684	23101.13.076.0048.1344.0245	Conclusão da Orenagem do Rio Itacaramú-MG	25.000	230.600
000.787-1	-	563	22204.04.054.0297.1267.0231	Conclusão Passagem Rio Canjão - Boa Vista em São Francisco-MG	25.000	230.000
000.788-0	-	616	23101.13.076.0323.1345.0616	Construção de tendalhões de Passagens em Caldas-Ba	20.000	184.640
000.789-8	-	644	23101.13.076.0324.1345.1721	Infra-Estrutura Urbana em Nova Redenção-Ba	20.000	184.480
000.790-1	-	485	22101.04.018.0112.1616.0029	Construção do Parque de Exposição em Garanhuns-PA	30.000	276.720
000.791-0	-	485	22101.04.018.0112.1616.0028	Apelo Financeiro a Complementação do Parque de Exposição de Maracá-PA	15.000	138.360
000.792-8	-	870	26101.08.004.0208.1087.0008	Ampliação do Centro Universitário de Rondonópolis (Medicina Veterinária e Engenharia)-PI	200.000	1.844.800
000.797-6	-	870	26101.08.004.0208.1083.0088	Construção do Campus da Universidade Federal de Mato Grosso em Sinop-MT	200.000	1.844.800
000.794-4	-	857	26101.08.003.0199.1078.0357	Construção da UNED de Alta Floresta-MT	100.000	922.400
000.795-2	-	857	26101.08.003.0199.1078.0358	Construção da UNED de Luma-MT	100.000	922.400
000.796-1	-	302	20109.07.086.0534.5495.0100	Construção de Ponte Sobre o Rio das Mortes (Colônia Rucas)-MT	50.000	461.200
000.797-9	-	308	20109.07.086.0537.5526.0169	Travessia da Cidade de Caldas-MT	200.000	1.844.800
000.800-2	-	286	20109.07.076.0046.1262.0294	Construção do Corrego Arhams - Campinas/SP	1.018.652	13.995.612

000.801-1	-	1321	26298,08,042,0188,2289,2297	Construção de Escola de 1º Grau em Pontal/MT	100.000	922.400
000.802-9	-	1321	26298,08,042,0188,2289,2300	Construção de Escola de 1º Grau em Colider/MT	100.000	922.400
000.803-7	-	1322	26298,08,042,0188,2289,2326	Construção de Escola de 1º Grau em Jaram/MT	100.000	922.400
000.804-3	-	1322	26298,08,042,0188,2289,2327	Construção de Escola de 1º Grau em Barra do Bugres/MT	50.000	461.200
000.805-3	-	1323	26298,08,042,0188,2289,2332	Construção de Escola de 1º Grau em Araputanga/MT	50.000	461.200
000.806-1	-	1331	26297,08,075,0457,2481,0101	Alimentação Escolar de Aluno do Ensino Fundamental em Nova Roma/GO	15.000	138.360
000.807-0	-	1391	29201,16,088,0537,1204,0141	BR-259/MS - Resplendor - Almoré	1.986.667	18.325.016
000.808-8	-	1394	29201,16,088,0537,1204,0330	BR-259/MS - Resplendor	1.996.667	18.325.016
000.809-6	-	1394	29201,16,088,0537,1204,0331	BR-259/MS - Governador Valadares - Cordeirópolis	1.986.667	18.325.016
000.810-0	-	1664	26298,08,041,0190,2290,0099	Assistência Financeira para Aquisição de Material Didático-Escolar em Catanduvas/PR	10.000	92.240
000.811-8	-	1665	26298,08,041,0190,2290,0100	Assistência Financeira para Aquisição de Material Didático-Escolar em Missal/PR	5.000	46.120
000.812-6	-	1665	26298,08,041,0190,2290,0101	Assistência Financeira para Aquisição de Material Didático-Escolar em São José das Palmeiras/PR	4.000	36.896
000.813-4	-	1859	23101,16,091,0575,3041,0001	Construção da 1ª Etapa da Via de Acesso Norte à Cidade de Rio de Janeiro - Projeto Linha Vermelha	950.000	119.787.476
000.814-2	-	1814	73105,16,091,0572,3040,0001	Construção de Via Permanente	1.189.144	68.735.361
000.815-1	-	1814	73105,16,091,0572,3040,0002	Construção de Trechos Subterráneos	548.890	32.473.738
000.816-9	-	1814	73105,16,091,0572,3040,0003	Construção de Estações	411.966	19.548.110
000.817-7	-	1577	36206,13,075,0428,2317,0457	Apoio Financeiro ao Hospital Aristides Maltaez em Salvador/BA	150.000	1.285.600
000.818-5	-	1265	26298,08,041,0190,2290,0104	Assistência Financeira para Aquisição de Material Didático-Escolar em Santa Terezinha de Itaipu/PR	5.000	46.120
000.819-3	-	1265	26298,08,041,0190,2290,0105	Assistência Financeira para Aquisição de Material Didático-Escolar em Ourém/Vitória/PR	7.000	64.568
000.820-7	-	1265	26298,08,041,0190,2290,0106	Assistência Financeira para Aquisição de Material Didático-Escolar em Bragança/PR	4.000	36.896
000.821-5	-	1265	26298,08,041,0190,2290,0107	Assistência Financeira para Aquisição de Material Didático-Escolar em Contagem/PR	4.000	36.896

000.823-3	-	1265	26298.08.041.0190.2290.0108	Assistência Financeira para Aquisição de Material Didático-Escolar em Boa Vista de Apeze/PR	5.000	A6.120
000.823-1	-	1265	26298.08.041.0190.2290.0109	Assistência Financeira para Aquisição de Material Didático-Escolar em Jesuítas/PR	5.000	A6.120
000.824-0	-	1265	26298.08.041.0190.2290.0110	Assistência Financeira para Aquisição de Material Didático-Escolar em Ibiema/PR	5.000	A6.120
000.825-8	-	1265	26298.08.041.0190.2290.0111	Assistência Financeira para Aquisição de Material Didático-Escolar em Pato Branco/PR	10.000	92.240
000.826-6	-	1265	26298.08.041.0190.2290.0112	Assistência Financeira para Aquisição de Material Didático-Escolar em Apeze/PR	7.000	64.568
000.827-4	-	1265	26298.08.041.0190.2290.0113	Assistência Financeira para Aquisição de Material Didático-Escolar em Assis Chateaudun/PR	7.000	64.568
000.828-2	-	1265	26298.08.041.0190.2290.0114	Assistência Financeira para Aquisição de Material Didático-Escolar em Cordélia/PR	7.000	64.568
000.829-1	-	1265	26298.08.041.0190.2290.0115	Assistência Financeira para Aquisição de Material Didático-Escolar em Cascavel/PR	15.000	198.360
000.832-1	-	1798	72125.15.082.0495.2013.0001	Encargos com Inativos	200.000	6.550.875.689
000.833-9	-	1798	72125.15.082.0495.2013.0009	Encargos com Pensionistas	3.000	3.100.156.222
000.834-7	-	794	25101.03.009.0043.2014.0001	Modernização Administrativa	2.886.817	26.628.000
000.835-5	-	742	23101.15.081.0487.4210.0001	Coordenação e Manutenção do Acão Social	2.659.075	24.527.289
000.837-1	-	842	26101.08.042.0188.2017.0001	Assistência Financeira para Construção, Aplicação e Aquisição de Equipamento para Escolas	4.978.900	74.562.675
000.838-0	-	843	26101.08.042.0188.2017.0003	Assistência Financeira para Reforma de Escolas	1.500.000	21.024.751
000839-8	-	843	26101.08.042.0188.2017.0004	Assistência Financeira para Aquisição de Material Didático-Escolar	900.000	14.505.533
000.840-1	-	842	26101.08.042.0188.2015.0001	Desenvolvimento de Novas Alternativas Pedagógicas	2.000.000	53.028.323
000.841-0	-	841	26101.08.042.0021.2278.0003	Coordenação e Supervisão do Ensino Fundamental	300.000	7.661.500
000.842-8	-	1251	26297.08.042.0236.2293.0001	Livros Didáticos	800.000	73.249.500
000.843-6	-	1253	26297.08.075.0427.2487.0003	Aluno do Ensino Fundamental	16.887.054	1.573.809.421
000.911-4	-	1336	26298.08.042.0188.2289.3122	Assistência Financeira para Equipar Escolas Públicas de 1º Grau em Laranjeiras/PR	20.000	104.480

000.912-2	-	1336	26298,08,042,0188,2289,3123	Assistência Financeira para Equipar Escolas Públicas de 1º Grau em Guaratinga/PR	20.000	184.480
000.913-1	-	1336	26298,08,042,0188,2289,3124	Assistência Financeira para Equipar Escolas Públicas de 1º Grau em Remansong/PR	20.000	184.480
000.914-9	-	1336	26298,08,042,0188,2289,3125	Assistência Financeira para Equipar Escolas Públicas de 1º Grau em Francisco Beltrão/PR	20.000	184.480
000.915-7	-	1336	26298,08,042,0188,2289,3126	Assistência Financeira para Equipar Escolas Públicas de 1º Grau em Petrópolis do Oeste/PR	20.000	184.480
000.916-5	-	1336	26298,08,042,0188,2289,3127	Assistência Financeira para Equipar Escolas Públicas de 1º Grau em Capone/PR	20.000	184.480
000.917-3	-	1336	26298,08,042,0188,2289,3128	Assistência Financeira para Equipar Escolas Públicas de 1º Grau em Barão/PR	25.000	190.360
000.918-1	-	1336	26298,08,042,0188,2289,3129	Assistência Financeira para Equipar Escolas Públicas de 1º Grau em Palmeiras/PR	20.000	184.480
000.919-0	-	1337	26298,08,042,0188,2289,3130	Assistência Financeira para Equipar Escolas Públicas de 1º Grau em Campo Bonito/PR	15.000	138.360
000.920-3	-	1337	26298,08,042,0188,2289,3131	Assistência Financeira para Equipar Escolas Públicas de 1º Grau em Três Barras do Paraná/PR	20.000	184.480
000.921-1	-	1337	26298,08,042,0188,2289,3132	Assistência Financeira para Equipar Escolas Públicas de 1º Grau em Matelândia/PR	20.000	184.480
000.922-0	-	860	26101,08,043,0199,1078,0762	Assistência Financeira para Construção de Escola de 2º Grau em Topand/PR	30.000	276.720
000.923-8	-	1339	26298,08,042,0483,3031,0030	Apóio Financeiro para Construção de Escola Integrada em Lindoeste/PR	15.000	138.360
000.924-6	-	1336	26298,08,042,0188,2289,3121	Assistência Financeira para Construção de Escola de 1º Grau em Cruz Azul/PR	15.000	138.360
000.925-4	-	867	26101,08,044,0205,2281,0023	Implantação e Aquisição de Equipamento para Laboratório de Fisiologia de Agronomia, Pato Branco/PR	80.000	737.920
000.926-2	-	1568	36206,13,075,0428,1183,0490	Aquisição de Material e Equipamento Odontológico em Cas-cavel/PR	30.000	276.720
000.927-1	-	1568	36206,13,075,0428,1183,0491	Aquisição de Material e Equipamento Odontológico em Realeza/PR	20.000	184.480
000.928-9	-	1568	36206,13,075,0428,1183,0492	Aquisição de Material e Equipamento Odontológico em Santa Izabel do Oeste/PR	20.000	184.480

000.929-7	-	1568	36206.13.075.0428.1183.0493	Aquisição de Material e Equipamento Odontológico em Toledo/PR	20.000	184.480
000.930-1	-	1568	36206.13.075.0428.1183.0494	Aquisição de Material e Equipamento Odontológico em Medianeira/PR	20.000	184.480
000.391-9	-	1265	26298.08.041.0190.2290.0102	Assistência financeira para aquisição de Material Didático-Escolar em Foz de Iguaçu/PR	5.000	46.120
000.932-7	-	1265	26298.08.041.0190.2290.0103	Assistência financeira para aquisição de Material Didático-Escolar em Santa Tereza do Oeste/PR	5.000	46.120
002.001-1	-	1389	29201.16.089.0537.1204.0039	BR-158/MT - Entrocamento MT-326 (Coneane) - Corrego Turvo	259.795	12.913.600
002.002-9	-	1389	29201.16.089.0537.1204.0042	BR-282/SC - Pátio de Campos Novos	208.000	8.307.264
002.003-7	-	-	20109.07.088.0534.1626.0071	Construção de Estradas vicinais no Município de Drexler/PR	50.000	-
202.005-3	-	1837	90000.99.999.9999.0001	Reserva de Contingência	9.904.220	1.308.543.688

ANEXO
IDENTIFICAÇÃO DAS OBRAS QUESTIONADAS, NA REDUÇÃO FINAL

NR OBRERA	AUTOR	PARTIDO/ ESTADO	FOLHA DOC. DO SEN. SPLICY	PAG/VOLUME REDUÇÃO FINAL	CLASSIFICAÇÃO	TÍTULO	Valores em Cr\$ 1.000,00	
							VALOR OBRERA (2)	VALOR LEI (2)X9,224
034970-4	José Santana de Vasconcelos	BLOCO/MG	05	646-I	13.076.0323.1345.1770	Infra-estrutura urbana em Fronteira dos Vales/MG	20.000	184.480
034973-9	José Santana de Vasconcelos	BLOCO/MG	07	646-I	13.076.0323.1345.1771	Infra-estrutura urbana em Guaraciaba/MG	20.000	184.480
034989-5	José Santana de Vasconcelos	BLOCO/MG	09	646-I	13.076.0323.1345.1773	Infra-estrutura urbana em São João da Divina/MG	20.000	184.480
037770-7	Paulo Romano	PFL/MG	11	653-I	13.076.0447.1347.0296	Abastecimento d'água em Pedralva/MG	25.000	230.600
037776-6	Paulo Romano	PFL/MG	13	653-I	13.076.0447.1347.0289	Abastecimento d'água em Ouro Fino/MG	25.000	230.600
040718-5	Paulo Romano	PFL/MG	15	653-I	13.076.0447.1347.0295	Abastecimento d'água em Conceição das Pedras/MG	15.000	138.360
037895-9	Feltes Júnior	POS/RS	17	654-I	13.076.0447.1347.0318	Abastecimento d'água no Núcleo Rural de São Lourenço do Sul/RS	12.000	110.688

057904-1	Fetter Junior	PI/S/RS	19	654-1	13.076.0467.1347.0326	Perfuração para Poços Artesianos em São Lourenço de Sul/RS	11.200	103.309
005098-0	Basilio Villani	BL000/PR	21	647-1	13.076.0323.1345.1792	Infra-estrutura Urbana do Município de Inácio Martins/PR	20.000	184.480
005216-7	Basilio Villani	BL000/PR	23	647-1	13.076.0323.1345.1793	Infra-estrutura Urbana no Município de Joazeiro Têvora/PR	20.000	184.480
005405-4	Basilio Villani	BL000/PR	25	647-1	13.076.0323.1345.1794	Infra-estrutura Urbana no Município de Piraçara/PR	20.000	184.480
005536-1	Basilio Villani	BL000/PR	27	647-1	13.076.0323.1345.1796	Infra-estrutura Urbana no Município de Santana do Itararé/PR	20.000	184.480
005705-3	Basilio Villani	BL000/PR	29	647-1	13.076.0323.1345.1798	Infra-estrutura Urbana no Município de Mococaçu Braz/PR	20.000	184.480
012374-9	Pedro Valadares	BL000/SE	31	647-1	13.076.0323.1345.1790	Infra-estrutura Urbana em Pogo Verde/SE	50.000	
012393-5	Pedro Valadares	BL000/SE	33	646-1	13.076.0323.1345.1769	Infra-estrutura Urbana em Itaporanga d'Ajuda/SE	50.000	461.200
010039-1	Wagner Nascimento	BL000/MG	35	646-1	13.076.0323.1345.1787	Infra-estrutura Urbana em Monte Carmelo/MG	125.000	1.135.000
010046-3	Wagner Nascimento	BL000/MG	37	646-1	13.076.0323.1345.1788	Infra-estrutura Urbana em Camo do Paraíba/MG	125.000	1.133.000
016389-9	Eraldo Tinoco	BL000/BA	39	607-1	13.040.0183.3272.0003	Infra-estrutura Hídrica em Mirante/BA	50.000	461.200
020065-4	Eraldo Tinoco	BL000/BA	41	607-1	13.040.0183.3272.0002	Infra-estrutura Hídrica em Campo Formoso/BA	50.000	461.200
020123-5	Eraldo Tinoco	BL000/BA	43	607-1	13.040.0183.3272.0006	Construção de Adutora em Lício de Almeida/BA	40.000	368.960
020131-6	Eraldo Tinoco	BL000/BA	46	644-1	13.076.0323.1345.1713	Infra-estrutura Urbana em Idissucé	30.000	276.720
000632-8	Relator-Geral	BL000/PE	48	645-1	13.076.0323.1345.1741	Infra-estrutura Urbana em Cardeal da Silva/BA	100.000	922.400
000697-2	Relator-Geral	BL000/PE	50	595-1	10.057.0316.1330.0424	Apoio à Habitação Popular em Coto de Megalides de Minas/MG	25.000	230.600
000698-1	Relator-Geral	BL000/PE	52	596-1	10.057.0316.1330.0426	Apoio à Habitação Popular em Felício dos Santos/MG	25.000	230.600

000699-9	Relator-Geral	BLCCO/PE	54	595-1	10.057.0316.1330.0422	Apoio à Habitação Popular em Joazeiro/MG	50.000	461.200
000700-6	Relator-Geral	BLCCO/PE	-	596-1	10.057.0316.1330.0427	Apoio à Habitação Popular em Cássia/MG	25.000	220.600
000701-4	Relator-Geral	BLCCO/PE	-	595-1	10.057.0316.1330.0425	Apoio à Habitação Popular em Carmo de Cajuru/MG	10.000	92.240
000702-2	Relator-Geral	BLCCO/PE	-	645-1	13.076.0323.1345.1759	Infra-estrutura urbana em Taiobeiras/MG	35.000	322.840
000704-9	Relator-Geral	BLCCO/PE	-	646-1	13.076.0323.1345.1763	Infra-estrutura urbana em Senador Modestino Gonçalves/MG	50.000	461.200
000705-7	Relator-Geral	BLCCO/PE	-	645-1	13.076.0323.1345.1760	Infra-estrutura urbana em Rio Pardo de Minas/MG	50.000	461.200
000706-5	Relator-Geral	BLCCO/PE	-	645-1	13.076.0323.1345.1757	Infra-estrutura urbana em Pedra do Anta/MG	25.000	220.600
000707-3	Relator-Geral	BLCCO/PE	-	646-1	13.076.0323.1345.1762	Infra-estrutura urbana em Cassia/MG	40.000	368.960
000708-1	Relator-Geral	BLCCO/PE	-	646-1	13.076.0323.1345.1761	Infra-estrutura urbana em Boa Despacho/MG	50.000	461.200
000709-1	Relator-Geral	BLCCO/PE	-	645-1	13.076.0323.1345.1758	Infra-estrutura urbana em Santa Bárbara/MG	50.000	461.200
000789-8	Relator-Geral	BLCCO/PE	-	644-1	13.076.0323.1345.1721	Infra-estrutura urbana em Nova Redenção/BA	20.000	184.480
055282-8	Eden Pedroso	PDI/RS	-	653-1	13.076.0447.1347.0293	Abastecimento d'água de Pequenas Localidades em São Jerônimo/RS	40.000	368.960
055286-1	Eden Pedroso	PDI/RS	-	653-1	13.076.0447.1347.0292	Abastecimento d'água de Pequenas Localidades em Constantina/RS	40.000	368.960
055306-9	Eden Pedroso	PDI/RS	-	653-1	13.076.0447.1347.0291	Abastecimento d'água de Pequenas Localidades em Sarandi/RS	40.000	368.960
055309-3	Eden Pedroso	PDI/RS	-	653-1	13.076.0447.1347.0290	Abastecimento d'água de Pequenas Localidades em Alto Alegre/RS	40.000	368.960
034983-6	José Santana de Vasconcelos	BLCCO/MG	-	646-1	13.076.0323.1345.1772	Infra-estrutura urbana em Serra Azul de Minas/MG	15.000	138.360
035.033-8	José Santana de Vasconcelos	BLCCO/MG	-	646-1	13.076.0323.1345.1779	Infra-estrutura urbana em Carangola/MG	30.000	276.720
004313-3	Pedro Tassis	PDI/MG	-	646-1	13.076.0323.1345.1775	Infra-estrutura urbana em Carbonita/MG	70.000	645.680

004314-1	Pedro Tassís	PMDB/MG	-	646-4	13.076.0323.1345.1774	Infra-estrutura urbana em Itabirinha de Mantena/MG	70.000	645.680
021043-9	Símbio Sessim	PLD/00/RJ	-	646-1	13.076.0323.1345.1780	Infra-estrutura urbana em Teresópolis/RJ	40.000	368.960
021044-7	Símbio Sessim	PLD/00/RJ	-	646-1	13.076.0323.1345.1785	Infra-estrutura urbana em Nilópolis/RJ	100.000	922.400
004362-1	João Geraldo	PMDB/MG	-	645-1	13.076.0323.1345.1755	Infra-estrutura urbana na Via Leste-Oeste na Grande Belo Horizonte/MG	300.000	2.767.200

Obs.: Todas as emendas se referem ao Ministério da Ação Social

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, em Reunião Extraordinária realizada em 13/03/1993, aprovou o Parecer do Relator, Senador Magno Bacelar, pelo arquivamento do Processo - Diversos nº 06, de 1992, de iniciativa dos Senhores Parlamentares, Senador Eduardo Suplicy e Deputado Eduardo Jorge, referente aos questionamentos feitos em relação à tramitação do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 1992, por julgar improcedentes as alegações de que o Senhor Deputado Ricardo Fiúza, Relator-Geral, teria cometido inclusões irregulares de dotações no referido Projeto, votando contra os Senhores Deputados Lourival Freitas, Valdir Ganzer, Paulo Bernardo e Maria Laura.

Compareceram os seguintes Senhores Deputados Messias Góis, Presidente; Clóvis Assis, Segundo Vice-Presidente, Osmário Pereira, José Diogo, Ivandro Cunha Lima, Fernando Diniz, Luiz Pontes, José Santana de Vasconcellos, João Tota, Murilo Rezende, José Aldo, Flávio Palmier da Veiga, Neuto de Conto, Paulo Bernardo, Nilson Gibson, Pedro Novais, Mendes Botelho, Pedro Pavão, Ivan Burity, Sérgio Naya, Vittorio Mediolli, Célia Mendes, Odelmo Leão, Carlos Camurça, Basílio Villani, César Souza, Aníbal Teixeira, Aluizio Alves, Ivânio Guerra, Delcino Tavares, João de Deus Antunes, Werner Wanderer, Marcelo Luz, Luiz Soyer, Derval de Paiva, Osvaldo Reis, José Carlos Aieluia, Arno Magarinos, Flávio Derzi, Mussa Demes, Hélio Rosas, Rose de Freitas, Ciro Nogueira, Antonio Bárbara, Wellington Fagundes, Paulo Mourão, Eraldo Tinoco, Giovanni Queiroz, Aroldo Cedraz, José Elias, Valdomiro Lima, Zila Bezerra, Valter Pereira, Joaquim Sucena, Irma Passoni, Wagner Nascimento, Luiz Girão, Maria Laura, José Linhares, Féter Júnior, Paulo Octávio, Ézio Ferreira, Nestor Duarte, Pedro Tassis, Uldurico Pinto, Leur Lomanto, Ronaldo Caiado, Saulo Coelho, Edmundo Galdino, B. Sá, Iberê Ferreira, João Paulo, Israel Pinheiro, Augusto Carvalho, Samir Tannús, Reditário Cassol, Rubem Bento, Jonas Pinheiro, Ernani Viana, Felipe Néri, Aroldo Góes, Valdir Ganzer, João Faustino, José Dutra, José Belato, Geddel Vieira Lima, Cleonânio Fonseca, Paulo Portugal, Renato Johnsson, Jackson Pereira, Aloizio Mercadante, Avenir Rosa, Fernando Freire, Lourival Freitas, Munhoz da Rocha, Pinheiro Landim, Alcides Modesto, Ruberval Pilotto, Murilo Pinheiro, Renildo Calheiros, Hagahús Araújo, Carlos Scarpellini, Osório Adriano, Aécio de Borba, Adauto Pereira, Ivo Mainardi, Osvaldo Coelho, Carlos Kayath, Ubiratan Aguiar, Francisco Silva, Sérgio Barcellos, Ribeiro Tavares, Beto Mansur, Sarney Filho, Rodrigues Palma, Élio Dalla-Vecchia, Alacid Nunes, Marino Clinger, Sérgio Brito, José Maranhão, Freire Júnior, Paulo Delgado; e Senhores Senadores César Dias, Iram Saraiva, Irupuan Costa Júnior, João Calmon, Mansueto de Lavor, Onofre Quinan, Ruy Bacelar, Álvaro Pacheco, Dario Pereira, Henrique Almeida, Hydekel Freitas, João Rocha, Almir Gabriel, Dirceu Carneiro, Teotônio Vilela Filho, Marluce Pinto, Magno Bacelar, Moisés Abrão, Esperidião Amin, Lucídio Portella, Carlos Patrocínio e Saldanha Derzi.

Sala de Reuniões, em 13 de março de 1993.


Deputado MESSIAS GÓIS
Presidente


Senador MAGNO BACELAR
Relator

PARECER Nº 40, DE 1993-CN

Da Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer quanto à admissibilidade da Medida Provisória nº 347, de 27 de agosto de 1993, que altera a Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993.

Relator: Deputado José Carlos Aleluia

I — Do Fundamento da Medida Provisória

O Senhor Presidente da República, com base no art. 62 da Constituição, submete à deliberação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 347, de 27 de agosto de 1993 e publicado no *Diário Oficial da União* do dia 28 seguinte, alterando a Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993, “que dispõe sobre a fixação dos níveis das tarifas para o serviço público de energia elétrica, extingue o regime de remuneração garantida e dá outras providências”.

A medida provisória em questão é do mesmo teor da Medida Provisória nº 338, de 28 de julho de 1993, e por meio de seu art. 3º, o Executivo propõe ainda a convalidação dos atos e efeitos jurídicos decorrentes da medida provisória anterior.

II — Da Lei Alterada

O referido provimento legislativo provisório dá nova redação ao parágrafo 8º do art. 7º da Lei nº 8.631/93, assim como estende sua aplicação à compensação com CRC de créditos a receber pela União, relativos a impostos federais, na forma da alínea b do parágrafo 4º do mesmo artigo.

Em termos gerais, a Lei nº 8.631/93 extingue as chamadas Contas de Resultados a Compensar — CRC, mecanismo contábil existente dentro do ordenamento jurídico dos serviços públicos de energia elétrica, incumbido de registrar as eventuais insuficiências ou excessos de remuneração das concessionárias de eletricidade, oriundos de receita tarifária. Além disso, os saldos remanescentes dessas contas foram autorizados a serem compensados com débitos que a concessionárias por ventura tenha perante a União, inclusive de compra de energia elétrica suprida por concessionária federal, subsidiária da Eletrobrás, cujo controle acionário é da União. Extingue ainda o regime de remuneração grantida — antes permitida entre o máximo de 12% e mínimo de 10% ao ano — e a equalização tarifária no território nacional existente desde a publicação do Decreto-Lei nº 1.383, de 26 de dezembro de 1974.

No caso específico, o dispositivo alterado tinha a seguinte redação:

“...8º Os lançamentos contábeis efetuados com valores da CRC, decorrentes da aplicação do previsto nesta lei, serão considerados para efeito da tributação pelo Imposto sobre a Renda da pessoa jurídica titular da conta conforme as alíquotas vigentes às épocas de formação dos saldos, podendo, o débito fiscal correspondente, ser pago com os próprios créditos de CRC.”

III — Dos Aspectos Teleológicos Intencionados

A medida provisória em exame procura sanar algumas omissões perpetradas pela Lei nº 8.631/93, no que se relaciona exclusivamente aos aspectos tributários envolvidos nas compensações de CRC das concessionárias.

É relevante frisar-se que a autorização dessa lei, no que se relaciona à compensação de saldos de CRC com débitos das concessionárias perante a União, não é novidade. Antes dela, o Decreto-Lei nº 2.432, de 17 de maio de 1988 havia autorizado as compensações dos saldos existentes até 31 de dezembro de 1987; mais tarde, a Lei nº 8.013, de março de

1990, autorizou as compensações dos saldos registrados até 31 de dezembro de 1990. Em ambos os casos, as operações não estavam sujeitas à tributação do Imposto de Renda. A lei citada estendeu tais compensações, agora com o gravame, aos saldos efetivamente apurados até a data da publicação no DOU de seu decreto regulamentador, o que se deu em 18 de março de 1993, com a edição do Decreto nº 774.

O primeiro aspecto pretendido pela medida provisória é gravar com uma alíquota constante, de 25% as operações de compensação. A lei alterada tributava a compensação com alíquota do ano de geração da parcela aderida ao saldo de CRC.

Como as concessionárias foram contempladas, durante muitos anos, com alíquotas menores, normalmente de 6%, o gravame uniformizador já estabelece um outro e superior quantitativo a ser pago ou compensado.

Além disso, a medida estabelece que os Impostos serão pagos em moeda, no todo, ou recolhidos por meio de compensação com os próprios créditos de CRC, neste último caso, até o limite da parcela assegurada à União, conforme disposto no art. 159 da Constituição Federal, isto é, até 53% do tributo envolvido. Quanto às parcelas dos Estados, Distrito Federal e Municípios, a concessionária deverá pagar o Imposto em dinheiro.

Em termos operacionais, o cálculo do Imposto de Renda será feito em peração isolada, com o montante corrigido pela variação do valor da UFIR diária. No caso de compensação do Imposto de Renda com créditos de CRC, o referido Imposto vencerá em parcelas mensais sucessivas de 1/240 avos, o que levará a que a operação de tributária seja globalmente concretizada apenas após 20 anos da efetiva compensação. A medida ainda determina que as próprias operações de compensação do Imposto de Renda estão sujeitas a nova gravação tributária, sobre esta outra parcela realizada.

IV — Da Urgência e Relevância

Os saldos da Contas de Resultados a Compensar acumulados, de todas as concessionárias, montam a pouco menos do equivalente a 26 bilhões de dólares, cerca de um quinto da dívida externa brasileira. As operações de tributação envolvidas somam a quase 6,5 bilhões de dólares equivalentes. Aos Estados, Distrito Federal e Municípios caberiam um pouco menos de 2,9 bilhões de dólares equivalentes, em dinheiro.

Por outro lado, as compensações em pauta foram autorizadas para se concretizarem até a data de 30 de junho de 1993, conforme estabelece dispositivo específico da própria Lei nº 8.631/93 (art. 7º, § 2º).

Diante do vulto dos valores envolvidos e da importância deles para o equacionamento das contas públicas da União, Estados, Distrito Federal, Municípios e concessionárias de serviços públicos de energia elétrica, infere-se a relevância da matéria regulada. Do prazo legal deferido pela lei para concretização da, operações tributáveis, depreende-se a urgência do assunto.

V — Do Voto

Em razão do exposto, este parecer é pela admissibilidade da Medida Provisória nº 347, de 27 de agosto de 1993.

Sala das Comissões, 2 de Setembro de 1993. — Presidente — Dep. José Carlos Aleluia, Relator — Sen. Irapuan Costa Júnior — Ronan Tito, Vice-Presidente em exercício — Almir Gabriel — Antônio Mariz — Deputado Vicente Fialho — Sen. Valmir Campelo — Sen. Jonas Pinheiro — Deputado Sérgio Arouca.

PROJETO DE LEI

Nº 02, de 1993-CN

MENSAGEM

**Nº 71, de 1993-CN
(Nº 474/93, na origem)**

EMENDAS

**ÍNDICE DAS EMENDAS APRESENTADAS AO PROJETO DE LEI Nº 02/93-CN
(MENSAGEM Nº 071/93-CN - PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS)**

ALBANO FRANCO - 018 A 029

CARLOS ALBERTO CAMPISTA - 158 A 165

CARLOS NELSON - 044 A 045

EULER RIBEIRO - 017

FERNANDO DINIZ - 043

FLÁVIO ARNS - 040 A 042

FLÁVIO DERZI - 015 E 016

HÉLIO ROSAS - 049 A 068

JOÃO PAULO - 046 A 048

JOSÉ CARLOS ALELUIA - 082 A 088

JOSÉ LUIZ CLEROT - 001

LÚCIA VÂNIA - 142 A 146, 153 A 157

MARLUCE PINTO - 002 A 010

OSVALDO COELHO - 147 A 152

PAUDERNEY AVELINO - 031 A 039

PRISCO VIANA - 078 A 081

RAQUEL CÂNDIDO - 011 A 014

UBIRATAN AGUIAR - 129 A 141

VALDOMIRO LIMA - 089 A 128

VALMIR CAMPELO - 030

WELLINTON FAGUNDES - 069 A 077

002-00001-9

... COM VINCULACÃO ÀS
INSTITUIÇÕES DE PREVIDÊNCIA

NOME DO AUTOR DA EMENDA		PARTIDO	
DEP. JOSE LUIZ CLEROT		PMDB PA	
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO			
ARTIGO DO PLANO	IDENTIFICAÇÃO DO TEXTO		
ARTIGO DO PLANO	IDENTIFICAÇÃO DO TEXTO EMENDADO		
INDICAR, EM ALGUMAS PALAVRAS, O "ANTECEDENTE" E O "PÓS-ANTECEDENTE" QUE DETERMINA O TIPO DA EMENDA		ANTECEDENTE	PÓS-ANTECEDENTE

III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

<p>TEXTO</p> <p>Inserir, onde couber:</p> <p>Art. - Para o pagamento dos Encargos Previdenciários da União (EPU) poderão contribuir os Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, nas proporções do total destas despesas, estipuladas pelo seguinte cronograma:</p> <p>I - Até 70% (setenta por cento), em 1994;</p> <p>II - Até 50% (cinquenta por cento), em 1995;</p> <p>III - Até 30% (trinta por cento), em 1996;</p> <p>IV - Até 10% (dez por cento), a partir de 1997.</p>

<p>JUSTIFICAÇÃO</p> <p>O § 2º do art. 231 da Lei nº 8.112/90, que foi, inclusive, mantido pelo Congresso Nacional, assevera que é da responsabilidade integral do Tesouro Nacional o custeio das despesas com os inativos e pensionistas. Neste sentido é, também, o § 6º do art. 40 da CF, acrescido pela Emenda Constitucional de 17.03.93.</p> <p>Para evitar que os "Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino" tenham a sua aplicação descaracterizada com o pagamento a pessoas que não mais participam do desenvolvimento do ensino, buscando-se colaborar com a gradativa redução desses recursos no pagamento de inativos e pensionistas na forma acima proposta.</p>

002-00002-7

PROPOSTA PARLAMENTAR 2207	PÁGINA 01 de 01	
------------------------------	--------------------	--

I - AUTOR DA EMENDA

Nome Senadora MARLUCE PINTO	Partido PTB	UF RR
--------------------------------	----------------	----------

II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO

Número da Emenda 35000	Identificação do Texto MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Número da Lei	Identificação da Lei em que se insere a Emenda

NOMEAR, EM ALGUMAS ANÁLISES, O "ARTIGO" E A "PÁGINA" QUE CONTÉM O ITEM A SER EMENDADO	ARTIGO 2	PÁGINA 52
---	-------------	--------------

III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

Acrescente-se aos objetivos do Ministério das Relações Exteriores:

- Conclusão das obras comprometidas em acordos bilaterais assinados pelo Brasil.

JUSTIFICAÇÃO

Já são frequentes os casos de acordos realizados entre o Brasil e outros países em que a outra nação realiza todos os investimentos e compromissos assumidos, ficando os objetivos do acordo sacrificados em função da não realização da contrapartida brasileira. Tal situação não só prejudica as populações e Estados que seriam mais diretamente beneficiados pelos acordos, mas também é altamente desgastante para a imagem do Brasil no mercado internacional. Desta forma, justifica-se a determinação de prioridade para os investimentos necessários ao cumprimento das contrapartidas brasileiras nos diversos acordos e convênios já firmados.

002-00003-5

PROPOSTA PARLAMENTAR 2207	PÁGINA 01 de 01	
------------------------------	--------------------	--

I - AUTOR DA EMENDA

Nome Senadora MARLUCE PINTO	Partido PTB	UF RR
--------------------------------	----------------	----------

II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO

Número da Emenda 35000	Identificação do Texto MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Número da Lei	Identificação da Lei em que se insere a Emenda

NOMEAR, EM ALGUMAS ANÁLISES, O "ARTIGO" E A "PÁGINA" QUE CONTÉM O ITEM A SER EMENDADO	ARTIGO 2	PÁGINA 52
---	-------------	--------------

III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

Acrescente-se aos objetivos do Ministério das Relações Exteriores o seguinte objetivo:

- Apoiar as atividades de demarcação de fronteiras com prioridade para as áreas fronteiriças com a Venezuela e a Guiana.

JUSTIFICAÇÃO

Os últimos conflitos ocorridos na fronteira do Brasil e Venezuela, que levaram à prisão vários brasileiros e que criaram problemas diplomáticos entre os dois países, são fatos suficientes para justificar o acréscimo proposto nesta emenda.

Nas fronteiras entre o Brasil e a Venezuela, e também com a Guiana, os marcos demarcatórios distam um outro cerca de 50 km, em plena selva amazônica, o que torna praticamente impossível uma identificação fácil da fronteira.

002-00004-3

NÚMERO DO PROJETO 2207		PÁGINA 01 de 01	
I - AUTOR DA EMENDA			
NOME Senadora MARLUCE PINTO		PARTIDO PTB	UF RR
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO			
NÚMERO DA EMENDA 43000	IDENTIFICAÇÃO DO TEXTO MINISTÉRIO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL		
IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE LEGISLATIVA			
INDICAÇÃO, DE ACORDO COM O ARTIGO 5º DO "ARTIGO" E A "PÁGINA" QUE CONTÉM O ITEM A SER EMENDADO		ARTIGO 2	PÁGINA 66

III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

Acrescente-se às diretrizes da Política Espacial de Desenvolvimento da Amazônia do Ministério de Integração Regional:

- Apoiar a implantação das zonas de livre comércio aprovadas em lei.

JUSTIFICAÇÃO

Apoiar o incremento do comércio nas regiões de fronteira é de fundamental importância para o desenvolvimento regional nos estados do Norte do País, especialmente para Roraima que já possui duas Zonas de Livre Comércio.

Justifica-se, pois, o apoio para a implantação das zonas de livre comércio aprovadas em lei, para que tal objetivo não fique apenas no papel.

002-00005-1

NÚMERO DO PROJETO 2207		PÁGINA 01 de 01	
I - AUTOR DA EMENDA			
NOME Senadora MARLUCE PINTO		PARTIDO PTB	UF RR
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO			
NÚMERO DA EMENDA 28000	IDENTIFICAÇÃO DO TEXTO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO		
IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE LEGISLATIVA			
INDICAÇÃO, DE ACORDO COM O ARTIGO 5º DO "ARTIGO" E A "PÁGINA" QUE CONTÉM O ITEM A SER EMENDADO		ARTIGO 2	PÁGINA 40

III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

Acrescente-se às diretrizes do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo a seguinte diretriz:

- Apoio técnico e financeiro para a implantação e o desenvolvimento de zonas de livre comércio.

JUSTIFICAÇÃO

Apoiar o incremento do comércio nas regiões de fronteira é de fundamental importância para o desenvolvimento regional nos estados do Norte do País, especialmente para Roraima que já possui duas Zonas de Livre Comércio.

Justifica-se, pois, o apoio para a implantação das zonas de livre comércio aprovadas em lei, para que tal objetivo não fique apenas no papel.

CÓDIGO PARLAMENTAR 2207		PÁGINA 01 de 01		002-00006-0	
I - AUTOR DA EMENDA					
NOME Senadora MARLUCE PINTO				PARTIDO PTB	UF RR
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO					
CÓDIGO ORÇÃO 28000	DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO				
CÓDIGO UNID. ORÇ.	DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA				
INDICAR, EM ALGUMAS DAS COLUNAS, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTÉM O ITEM A SER EMENDADO				ANEXO 2	PÁGINA 41
III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO					
<p>TEXTO</p> <p>Acrescente-se aos objetivos e metas do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, entre os objetivos e metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apoio técnico e financeiro para a implantação e o desenvolvimento das zonas de livre comércio aprovadas em lei. <p>JUSTIFICAÇÃO</p> <p>Apoiar o incremento do comércio nas regiões de fronteira é de fundamental importância para o desenvolvimento regional nos estados do Norte do País, especialmente para Roraima que já possui duas Zonas de Livre Comércio.</p> <p>Justifica-se, pois, o apoio para a implantação das zonas de livre comércio aprovadas em lei, para que tal objetivo não fique apenas no papel.</p>					

CÓDIGO PARLAMENTAR 2207		PÁGINA 01 de 01		002-00007-0	
I - AUTOR DA EMENDA					
NOME Senadora MARLUCE PINTO				PARTIDO PTB	UF RR
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO					
CÓDIGO ORÇÃO 30000	DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA				
CÓDIGO UNID. ORÇ.	DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA				
INDICAR, EM ALGUMAS DAS COLUNAS, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTÉM O ITEM A SER EMENDADO				ANEXO 2	PÁGINA 43
III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO					
<p>TEXTO</p> <p>Acrescente-se às diretrizes do Ministério da Justiça, na política indigenista:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Revisão dos limites de todas as reservas indígenas da Região Norte do País, excluindo dessas áreas as vilas nelas existentes há cinco anos ou mais e as fazendas em produção há mais de dez anos, nas quais a miscigenação se deu harmoniosamente e a convivência entre índios, mestiços e não índios seja mansa e pacífica. <p>JUSTIFICAÇÃO</p> <p>A demarcação de terras indígenas, garantindo-lhes reservas suficientes para sua sobrevivência e manutenção de sua cultura é medida salutar que sempre apoiamos, mas consideramos injusto fazer-se delimitações de áreas contínuas abrangendo vilas antigas e fazendas em produção há mais de dez anos, nas quais a miscigenação e a integração entre índios e brancos tem se dado pacificamente, em benefício principalmente dos índios já aculturados. Justifica-se, assim, a emenda que</p>					

propomos. Aliás, demarcações de áreas de forma contínua e de tamanho superior ao de vários países europeus poderá gerar até mesmo problemas para a segurança nacional, o que poderá ser evitado com a revisão dos limites que foram definidos sem se levar em conta aspectos diretamente relacionados com a soberania nacional.

002-00000-6

CÓDIGO PARA DESCRIÇÃO 2207		PÁGINA 01		01	
I - AUTOR DA EMENDA					
NOME Senadora MARLUCE PINTO				PARTIDO PTB	UF RR
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO					
CÓDIGO DA EMENDA 30000	DISPOSITIVO DO TEXTO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA				
CÓDIGO DA EMENDA	DISPOSITIVO DO TEXTO				
TÍTULO, EM ALGUMAS PALAVRAS, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTÉM O ITEM A SER EMENDADO				ANEXO 2	PÁGINA 44

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se aos objetivos do Ministério da Justiça, no item "Política Indigenista" o seguinte objetivo:

- Promover, na Região Norte, a revisão dos limites das reservas indígenas já delimitadas de forma contínua, delas excluindo as vilas existentes há mais de cinco anos e as fazendas em produção há mais de dez anos, desde que pelas a miscigenação esteja ocorrendo harmoniosamente e a convivência entre índios, mestiços e não índios seja mansa e pacífica.

A demarcação de terras indígenas, garantindo-lhes reservas suficientes para sua sobrevivência e manutenção de sua cultura é medida salutar que sempre apoiamos, mas consideramos injusto fazer-se delimitações de áreas contínuas abrangendo vilas antigas e fazendas em produção há mais de dez anos, nas quais a miscigenação e a integração entre índios e brancos tem se dado pacificamente, em benefício principalmente dos índios já aculturados. Justifica-se, assim, a emenda que propomos. Aliás, demarcações de áreas de forma contínua e de tamanho superior ao de vários países europeus poderá gerar até mesmo problemas para a segurança nacional, o que poderá ser evitado com a revisão dos limites que foram definidos sem se levar em conta aspectos diretamente relacionados com a soberania nacional.

ORDEN PARLAMENTAR 2207	NUMERO 01 DE 01	002-00009-4
---------------------------	--------------------	-------------

I - AUTOR DA EMENDA

NOME Senadora MARLUCE PINTO	PARTIDO PTB	UF RR
--------------------------------	----------------	----------

II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO

ORDEN ORDEM 35000	IDENTIFICAÇÃO DO TEXTO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
ORDEN UNO ORDEM	IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

INDICAR, EM ALFABÉTICO INVERSO, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTÉM O ITEM A SER EMENDADO	ANEXO 2	PÁGINA 52
---	------------	--------------

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

<p>Acrescente-se às diretrizes do Ministério das Relações Exteriores:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aceleração da execução de obras de interesse bilateral em cumprimento de acordos e convênios internacionais assinados pelo Brasil.
--

<p>Já são frequentes os casos de acordos realizados entre o Brasil e outros países em que a outra nação realiza todos os investimentos e compromissos assumidos, ficando os objetivos do acordo sacrificados em função da não realização da contrapartida brasileira. Tal situação não só prejudica as populações e Estados que seriam mais diretamente beneficiados pelos acordos, mas também é altamente desgastante para a imagem do Brasil no mercado internacional. Desta forma, justifica-se a determinação de prioridade para os investimentos necessários ao cumprimento das contrapartidas brasileiras nos diversos acordos e convênios já firmados.</p>

ORDEN PARLAMENTAR 2207	NUMERO 01 DE	002-00010-8
---------------------------	-----------------	-------------

I - AUTOR DA EMENDA

NOME Senadora MARLUCE PINTO	PARTIDO PTB	UF RR
--------------------------------	----------------	----------

II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO

ORDEN ORDEM 27000	IDENTIFICAÇÃO DO TEXTO MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
ORDEN UNO ORDEM	IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

INDICAR, EM ALFABÉTICO INVERSO, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTÉM O ITEM A SER EMENDADO	ANEXO 2	PÁGINA 39
---	------------	--------------

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

<p>Acrescente-se aos objetivos do Ministério do Exército a seguinte expressão:</p> <ul style="list-style-type: none"> - "Apoiar a reestruturação do Projeto Calha Norte".
--

<p>O pérfido restolho de nosso subdesenvolvimento manifesta-se de forma mais gritante e enraizada nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Em relação à Região Norte, a interação de diversos Ministérios e Secretarias da Presidência da República permitiu, em governos anteriores, o planejamento e a implementação do Projeto Calha Norte objetivando a integração da Amazônia no processo de desenvolvimento das demais regiões do País. Infelizmente, nos últimos anos, o projeto foi abandonado e não existe no Plano Plurianual nenhuma referência a ele, apesar</p>

de se constituir em um dos principais instrumentos de desenvolvimento da Região. Justifica-se, pois, prever a reestruturação do Projeto Calha Norte como se propõe nesta emenda, levando-se em conta os objetivos maiores de defesa e de desenvolvimento das áreas de fronteira.

CÓDIGO PARLAMENTAR	1123	Página	01 de 01	002-00011-6
I - AUTOR DA EMENDA				
NOME	RAQUEL CÂNDIDO E SILVA			PARTIDO PTB UF RO
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO				
CÓDIGO ORDEM	23000	COMISSÃO DO QUAL	MINISTÉRIO DO BEM ESTAR SOCIAL	
CÓDIGO LEMC	23101	COMISSÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	MINISTÉRIO DO BEM ESTAR SOCIAL	
INCLUIR, EM ALGUMAS ALÍNEAS, O "ANEXO" E O "PARÁGRAFO" QUE CONTÉM O TEXTO A SER EMENDADO				

III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

INCLUIR

Incluir entre os objetivos do Ministério do Bem-Estar-Social o seguinte:

- Apoiar as ações realizadas de prevenção às drogas e reabilitação de dependentes químicos, junto às crianças, jovens e pais, efetivadas pelas comunidades, com ênfase aos "meninos de rua" e "jovens prostitutas".

JUSTIFICAÇÃO

O aumento da oferta de drogas, tem proporcionado, lamentavelmente o aumento de consumo de drogas no País. Para conter essa avalanche, torna-se urgente investir em programas e campanhas de prevenção ao uso indevido de drogas, que trabalhem com jovens chamados "meninos de rua" e possam reduzir o índice da violência, muitas vezes ocasionados por uso de drogas. As entidades Públicas e Privadas, poderão proporcionar projetos que desenvolvam a capacidade dos jovens, através de atividades educativas, culturais, esportivas e especialmente produtivas, tornando uma população ativa e incrementando ações que proporcione uma vida sem drogas e útil para a comunidade.

CÓDIGO PARLAMENTAR	1123	Página	01 de 01	002-00012-4
I - AUTOR DA EMENDA				
NOME	RAQUEL CÂNDIDO E SILVA			PARTIDO PTB UF RO
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO				
CÓDIGO ORDEM	26000	COMISSÃO DO QUAL	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
CÓDIGO LEMC	26101	COMISSÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
INCLUIR, EM ALGUMAS ALÍNEAS, O "ANEXO" E O "PARÁGRAFO" QUE CONTÉM O TEXTO A SER EMENDADO				

III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

INCLUIR

Incluir entre os objetivos do Ministério da Educação o seguinte:

Implementar pesquisas e ações integradas nas campanhas preventivas e capacitação de recursos humanos para a prevenção aos entorpecentes nas Instituições Públicas e Privadas que atenda o lunado de 1º, 2º e 3º graus e outros.

A partir de 1988, foi constatado um aumento considerável do uso de drogas no Brasil, especialmente na faixa etária de 10 a 25 anos, urge portanto, a necessidade de elaborar e implementar ações de educação preventiva, para a população escolarizável.

Para a consecução desta meta, é preciso investir nos projetos de pesquisas para fundamentar campanhas e programas de profissionais que atuem nas escolas na Educação preventiva, com a finalidade de fazer a prevenção ao uso indevido de drogas junto as Instituições Educacionais e as famílias do aluno. O Ministério da Educação apoiará ações mais específicas referente a Prevenção aos Entorpecentes.

002-00013-2

CÓDIGO PARLAMENTAR	1123	PLANO	01.01
I - AUTOR DA EMENDA			
NOME	RAQUEL CÂNDIDO E SILVA		PARTIDO
			PTB 90
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO			
CÓDIGO ORDEM	DISTRIBUIÇÃO DO ORDEM		
36000	MINISTÉRIO DA SAÚDE		
CÓDIGO UNID. ORÇ.	IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		
36101	MINISTÉRIO DA SAÚDE		
INCLUIR, EM ALGUMAS DAS ALÍNEAS, O "UNICEF" E A "PARANÁ" QUE CONTER O ITEM A SER EMENDADO			

III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

Incluir entre os objetivos do Ministério da Saúde o seguinte:
Apoiar ações de capacitação de pessoal, dando embasamento técnico e científico equipando Instituições no processo de prevenção, tratamento, recuperação de drogados, através de pesquisas e treinamento especializado.

JUSTIFICAÇÃO

Constatado o aumento de drogados no País, busca-se ações de tratamento, recuperação e ressocialização de pessoas que são dependentes de drogas e necessitam de um cuidado especial de profissionais e Instituições Públicas e Privadas, que implementam projetos de pesquisas, de treinamento, possam dar suporte ao desenvolvimento de modelos de tratamento e recuperação dos dependentes químicos, tornando-os úteis à comunidade.

Para a consecução desses projetos, é necessário que as entidades possuam um mínimo de informações e de equipamentos, proporcionando eficiência e eficácia nos diversos modelos aplicados na área de prevenção terciária ou seja de tratamento de drogados.

002-00014-4

CÓDIGO PARLAMENTAR 1123	PÁGINA 01 de 01	
----------------------------	--------------------	--

I - AUTOR DA EMENDA

NOME RAQUEL CÂNDIDO E SILVA	PARTIDO P18	UF RO
--------------------------------	----------------	----------

II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO

CÓDIGO ORÇÃO 30000	DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CÓDIGO UNID. ORÇ. 30101	DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

INDICAR, EM ALFABÉTICO, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO

ANEXO	PÁGINA
-------	--------

III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

Entre os objetivos do Ministério da Justiça, incluir o seguinte:

Implementar ações de pesquisas, adquirir equipamentos e treinar recursos humanos na área de Educação preventiva e repressiva para atuar na fiscalização na repressão e no combate as drogas, apoiando os órgãos de segurança, no aprimoramento e compatibilização das normas legais e intercâmbio de informações no controle do narcotráfico a nível nacional e na áreas de fronteiras.

JUSTIFICAÇÃO

Tendo em vista, o aumento considerável nos últimos cinco anos, da oferta e da procura das drogas e consequentemente aumento dos usuários tornou urgentíssima a tomada de decisão para equipar e capacitar pessoal dos órgão que tratam dos aeroportos e portos numa ação integrada de fiscalização e combate ao narcotráfico.

Proporcionar recursos para setor de informações e pesquisa sobre as áreas que tratam da repressão e fortificar contingentes treinados nas áreas de fronteiras que contribuam com com mecanismo sobre o desenvolvimento de ações relacionados com a "Lavagem do dinheiro".

002-00015-9

CÓDIGO PARLAMENTAR	PÁGINA 01 de 01	
--------------------	--------------------	--

I - AUTOR DA EMENDA

NOME DEPUTADO FLÁVIO DERZI	PARTIDO PP	UF MS
-------------------------------	---------------	----------

II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO

CÓDIGO ORÇÃO 43000	DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL
CÓDIGO UNID. ORÇ. 43101	DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL

INDICAR, EM ALFABÉTICO, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO

ANEXO 11.2 TAB.03	PÁGINA 96
----------------------	--------------

III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

NA TABELA Nº 03 DO DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DA DESPESA PRIORITÁRIA POR SUBPROGRAMA(1994/95), À PÁGINA 96;

REALINHE-SE OS VALORES DO SUBPROGRAMA 0077 - IRRIGAÇÃO, PARA A REGIÃO CENTRO-OESTE:

- DESPESAS DE CAPITAL:	3.976.873
- DESPESAS CORRENTES:	276.008
- TOTAL:	4.252.881

ACRESCENTANDO-SE AOS VALORES CONSTANTES DO ANEXO;

	Valor Constante		Valor a Acrescer
- DESPESAS DE CAPITAL:	3.608.270	+	368.603
- DESPESAS CORRENTES:	216.430	+	59.578
- TOTAL:	3.824.700	+	428.181

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem o propósito de corrigir uma distorção, encontrada no PPA 1994/95, que faz o Art. 42 no seu Inciso I, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal. Os valores apresentados no PPA 1994/95, representam nas Despesas de Capital 18,15%; nas Despesas Correntes 15,68% e no Total dos Recursos 17,99%, quando o Artigo e Inciso referidos garantem um mínimo de 20% (vinte por cento) dos Recursos de irrigação para a Região Centro-Oeste.

CÓDIGO PARLAMENTAR

PÁGINA

01 DE 01

002-00016-7

I - AUTOR DA EMENDA

NOME

DEPUTADO FLÁVIO DERZI

PARTIDO

PP

UF

MS

II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO

CÓDIGO ORÇÃO

43000

DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL

CÓDIGO UNID. ORÇ.

43101

DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL

INDICAR, EM ALFABÉTICOS, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO

ANEXO

II.2 TAB.03

PÁGINA

96

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

NA TABELA Nº 03 DO DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DA DESPESA PRIORITÁRIA POR SUBPROGRAMA (1994/95), A PÁGINA 96;

DESTINE-SE 30% (TRINTA POR CENTO) DOS RECURSOS DE IRRIGAÇÃO DA REGIÃO CENTRO-DESTE, PARA O ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.

JUSTIFICAÇÃO

O Estado de Mato Grosso do Sul, de economia baseada na agropecuária, tem como prioridade o estímulo ao aumento da produção e da produtividade, com ênfase para pequenas e médias propriedades. Neste sentido, é preciso que se destine recursos para projetos que proporcionem a utilização de tecnologia e a irrigação tem se mostrado eficiente na melhoria das condições de produção, e constitui-se em importante fator de fixação do homem na propriedade, reduzindo o êxodo rural.

CÓDIGO PARLAMENTAR

1621

PÁGINA

01 DE 01

002-00017-5

I - AUTOR DA EMENDA

NOME

DEPUTADO EULER RIBEIRO

PARTIDO

PMDB

AM

II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO

CÓDIGO ORÇÃO

27000

DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO

MIN. DO EXÉRCITO

CÓDIGO UNID. ORÇ.

27.100

DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

INDICAR, EM ALFABÉTICOS, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO

ANEXO

PÁGINA

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

Inclus-se no Programa de objetivos do Ministério do Exército o seguinte item:

- Desenvolvimento e implantação da Infra-estrutura Hospitalar para suporte dos recursos humanos e atividades do Exército.

JUSTIFICACAO
Trata-se da priorização e inclusão no sistema de planejamento governamental da conclusão das obras dos Hospitais Calha Norte, de responsabilidade do Ministério do Exército, de grande benefício para a população da região e para a estrutura do Exército, que tem como objetivo ampliar a sua atuação na região Norte.

CÓDIGO PARLAMENTAR		PÁGINA 01 DE 01	002-00019-2
I - AUTOR DA EMENDA			
NOME	SENADOR ALBANO FRANCO		PARTIDO "SE"
II - IDENTIFICAÇÃO DO DEPOSITO EMENDADO			
CÓDIGO ORÇ.	DENOMINAÇÃO DO ORÇ.		
23 000	MINISTÉRIO DO BEM ESTAR SOCIAL		
CÓDIGO LINE. ORÇ.	DENOMINAÇÃO DA LINHA ORÇAMENTÁRIA		
23 101	M B E S		
VIGOR, EM ALGUNS CASOS O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTÉM O TEXTO A SER EMENDADO		ANEXO II	PÁGINA 175
III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO			

TEXTO

FUNÇÃO: 10 - HABITAÇÃO E URBANISMO

SUBPROGRAMA: 0316 - HABITAÇÃO URBANA

META : 0093 - FAMÍLIA BENEFICIADA

O Objetivo desta é incluir neste projeto a redução do déficit habitacional do Estado de Sergipe em pelo menos 60% com ênfase no atendimento à população de baixa renda.

No Biênio 1994/95

R\$ 10.000.000 (R\$ Milhões de abril/93)

JUSTIFICACAO

Nossa preocupação em atender às famílias de menor renda com construção de moradias de baixo custo, é porque temos também em nosso Estado um grande déficit habitacional como em todos os Estados do país, razão pela qual pretendemos alocar recursos neste biênio 1994/95, mas nossa reivindicação é de somente 60% neste período, tentando assim minimizar o sofrimento de parte de uma grande parcela da população carente de nosso Estado, queremos produzir moradias de baixo custo juntamente com nossos Municípios para podermos dar as condições mínimas necessárias de infraestrutura básica às famílias de menor renda.

CÓDIGO PARLAMENTAR		01 DE 01	002-00019-1
I - AUTOR DA EMENDA			
NOME		PARTIDO	
SENADOR ALBANO FRANCO		PSB	
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO			
CÓDIGO ORÇÃO	DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO		
23.000	MINISTÉRIO DO BEM-ESTAR SOCIAL		
CÓDIGO LINE ORÇ	DENOMINAÇÃO DA LINHA ORÇAMENTÁRIA		
23.101	MINISTÉRIO DO BEM-ESTAR SOCIAL		
NOMEAR, EM ALFABÉTICO ALFABÉTICO, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTER O ITEM A SER EMENDADO		ANEXO	PÁGINA
		II	183
III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO			
<p>FUNÇÃO : 13 - SAÚDE E SANEAMENTO</p> <p>SUBPROGRAMA : 0448 - SANEAMENTO GERAL</p> <p>META : 0093 - FAMÍLIA BENEFICIADA</p> <p>O OBJETIVO DESTA EMENDA É <u>INCLUIR</u> NO PLANO PLURIANUAL BIÊNIO 1994/95 A IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SANEAMENTO NO ESTADO DE SERGIPE nas áreas de maior necessidade</p> <p>VALOR: R\$ 15.000.000 (R\$ MILHÕES DE ABRIL / 93)</p>			

A Implantação e Ampliação do Sistema de Saneamento se faz necessário em todo o Estado de Sergipe, uma vez que apenas cerca de 40% da população urbana do país dispõem de rede pública e 10% da população rural tem acesso a alguma forma de saneamento. Dos afluentes coletados, somente 10% recebem tratamento e destinação final adequados, sendo esse um dos principais veículos de contaminação dos mananciais e cursos d' água. Essas deficiências conduzem as doenças de veiculação hídrica e a degradação do meio ambiente, sobretudo entre a população de menores níveis de renda do país, assentada nas periferias das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas.

CÓDIGO PARLAMENTAR		01 DE 01	002-00020-5
I - AUTOR DA EMENDA			
NOME		PARTIDO	
SENADOR ALBANO FRANCO		PSB	
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO			
CÓDIGO ORÇÃO	DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO		
26.000	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO		
CÓDIGO LINE ORÇ	DENOMINAÇÃO DA LINHA ORÇAMENTÁRIA		
26.101	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO		
NOMEAR, EM ALFABÉTICO ALFABÉTICO, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTER O ITEM A SER EMENDADO		ANEXO	PÁGINA
		II	153
III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO			
<p>FUNÇÃO: 08 - EDUCAÇÃO E CULTURA</p> <p>SUBPROGRAMA: 0190 - EDUCAÇÃO PRE-ESCOLAR</p> <p>META : 0377 - SALA DE AULA CONSTRUÍDA (SALA)</p>			

O objetivo é incluir no Plano Plurianual
Biênio 1994/95, a Construção, Reforma, Ampliação
de Salas de aula nas áreas Urbana e Rural.

VALOR: R\$ 8.000.000 (8 bilhões de cruzeiros)- (Abril/93)

JUSTIFICAÇÃO

A adequação, reforma, ampliação e construção de salas de aula na rede
estadual de ensino nas áreas Ur no Estado de Sergipe vi-
sa suprir as carências de educação pr. e de ensino fundamental
para garantir o acesso e a permanência do aluno no sistema escolar
bem como à prevenção e à erradicação do analfabetismo.

CÓDIGO PARLAMENTAR		01	01	002-00021-3
I - AUTOR DA EMENDA				
NOME		SENADOR ALBANO FRANCO		Partido
II - IDENTIFICAÇÃO DO DEPOSITO EMENDADO				
CÓDIGO DE ORDEM	DESCRIÇÃO DA ORDEM	MINISTERIO DA JUSTIÇA		
00 000				
CÓDIGO DE ORDEM	DESCRIÇÃO DA ORDEM	MINISTERIO DA JUSTIÇA		
00 101				
NOME EM ALFABETO SIMPLES O "ANEXO" E A "PARA" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO				ANEXO II PARA 123
III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
FUNÇÃO : 03 - Administração e Planejamento				
Demais Subprograma: - Construção da Penitenciária de Aracaju				
O Objetivo é de <u>incluir</u> esta construção no Plano Plurianual Biênio 1994/95 dando ao Estado de Sergipe uma penitenciária com maior segurança.				
Valor R\$ 5.000.000 (R\$ Milhões de abril / 93)				

JUSTIFICAÇÃO

A Construção da Penitenciária de Sergipe que será em Aracaju visa
expandir a capacidade física de lotação e modernizar o Sistema Pe-
nitenciário do estado, através desta construção com reaparelhamen-
to da unidade, oferecendo assim melhores condições de segurança à
população, tendo em vista que a penitenciária existente, construí-
da em 1926 e projetada para abrigar 180 internos, não permite am-
pliação, recuperação de nenhuma forma ficando bem além de atender
ao elevado ritmo de crescimento da população carcerária

CÓDIGO PARLAMENTAR		ANEXO 01 DE 01	002-00022-1
I - AUTOR DA EMENDA			
NOME		PARTIDO	
SENADOR ALBANO FRANCO		PS	
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO			
CÓDIGO ORÇÃO	DESCRIÇÃO DO ORÇÃO		
32 000	MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA		
CÓDIGO UNF DE	DESCRIÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		
32 101	MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA		
INDICAÇÃO, EM ALFABÉTICO ALFABÉTICO, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTER O ITEM A SER EMENDADO		ANEXO	PÁGINA
		II	169
III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO			
<p>TEXTO</p> <p>FUNÇÃO : 09 - ENERGIA E RECURSOS MINERAIS</p> <p>SUBPROGRAMA : 0267 - TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA</p> <p>META : 0199 - LINHA DE TRANSMISSÃO CONSTRUÍDA</p> <p>META : 0200 - SUBESTAÇÕES IMPLANTADAS</p> <p>O Objetivo desta é <u>incluir</u> neste Plano Plurianual Biênio 1994/95 A CONSTRUÇÃO DE SUBESTAÇÕES E DE 500 KM de LINHAS DE TRANSMISSÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O ESTADO DE SERGIPE. PARA AS DUAS METAS VALOR DE R\$ 10.000.000 (R\$ MILHÕES DE ABRIL/93)</p> <p>JUSTIFICAÇÃO</p> <p>A Construção de Subestações e de 500 KM de linhas de transmissão torna-se Meta prioritária para atender ao crescimento do consumo doméstico, industrial e rural de Estado de Sergipe, melhorando esta área de modo que a expansão da capacidade instalada atinja níveis compatíveis com o crescimento esperado da demanda do Estado.</p>			

CÓDIGO PARLAMENTAR		ANEXO 01 DE 01	002-00023-0
I - AUTOR DA EMENDA			
NOME		PARTIDO	
SENADOR ALBANO FRANCO		PS	
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO			
CÓDIGO ORÇÃO	DESCRIÇÃO DO ORÇÃO		
39 000	MINISTERIO DOS TRANSPORTES		
CÓDIGO UNF DE	DESCRIÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		
39 101	MINISTERIO DOS TRANSPORTES		
INDICAÇÃO, EM ALFABÉTICO ALFABÉTICO, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTER O ITEM A SER EMENDADO		ANEXO	PÁGINA
		II	200 e 201
III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO			
<p>TEXTO</p> <p>FUNÇÃO : 16 - TRANSPORTE</p> <p>SUBPROGRAMA: 0563 - PORTOS E TERMINAIS MARÍTIMOS</p> <p>O Objetivo desta é <u>incluir</u> no Plano Plurianual Biênio 1994/95 A CONCLUSÃO DO PORTO E PETROPORTO DE SERGIPE</p>			

VALOR DO PROJETO R\$ 10.000.000 (R\$ MILHÕES DE ABRIL/ 93)

JUSTIFICAÇÃO

A Consolidação de projetos de repercussão nacional e regional, tais como o eixo químico do Nordeste, transporte, turismo e produção agro-industrial, têm sua base de sucesso na conclusão deste Porto. Outrossim, se reveste de fundamental importância para as atividades da Petrobrás, Vale do Rio Doce e Subsidiárias, em razão de complementar o ciclo produtivo desses, através do transporte.

CÓDIGO PARLAMENTAR

01 DE 01

002-00024-9

I - AUTOR DA EMENDA

NOME SENADOR ALBANO FRANGO

PARTIDO

PS

II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO

CÓDIGO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DO ORÇAM.
39 000	MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
CÓDIGO UNID. ORÇ.	DESCRIÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
39 101	MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

INDICAR EM ALFABÉTICO: O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO

ANEXO

II

PÁGINA

200 e 201

III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

FUNÇÃO: 16 - TRANSPORTE

SUBPROGRAMA: 0537 - CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS

META : 0023 - TRECHO RODOVIÁRIO DUPLICADO (KM)

O Objetivo desta é incluir a Construção e Pavimentação de Rodovia BR 101 no Estado de Sergipe, entre o Posto Fiscal de acesso a Aracaju e o cruzamento de acesso a Laranjeiras ao Norte do Posto Fiscal do acesso a Aracaju a Itaporanga do Sul.

Valor R\$ 25.000.000 (R\$ Milhões de abril de 93)

JUSTIFICAÇÃO

A duplicação destes dois trechos se faz necessário em razão de se tratar de pontos de estrangulamento rodoviário, caracterizados por grande incidência de congestionamentos diários e elevado número de acidentes, diminuindo ainda o consumo de combustíveis e melhorando as condições de segurança dos usuários.

CÓDIGO PARLAMENTAR		PÁGINA 01 DE 01	002-00025-6
I - AUTOR DA EMENDA			
NOME SENADOR ALBANO FRANCO		PARTIDO SE	
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO			
CÓDIGO DA EMENDA 43 000	DISPOSITIVO DO TEXTO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL		
CÓDIGO DA EMENDA 43 101	DISPOSITIVO DO TEXTO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL		
INDICAR, EM ALFABÉTICO INVERTIDO, O "ARTIGO" E A "PARÁGRAFO" QUE CONTÉM O ITEM A SER EMENDADO		LÍNEA 11	PÁGINA 139 e 140
III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO			
<p>TEXTO</p> <p>FUNÇÃO : 07 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL</p> <p>SUBPROGRAMA: 0077 - IRRIGAÇÃO</p> <p>META : 0316 - ÁREA irrigada em Produção (Ha)</p> <p>O Objetivo desta é <u>incluir</u> neste Plano Plurianual Biênio 1994/95 a AMPLIAÇÃO DE ÁREAS IRRIGADAS NO ESTADO DE SERGIPE</p> <p>VALOR R\$ 15.000.000 (R\$ Milhões de Abril / 93)</p>			

JUSTIFICAÇÃO

O Estado de Sergipe detém um sistema de bacias Hidrográficas e disponibilidades hídricas plenamente favoráveis aos projetos de irrigação. O sucesso já alcançado no Estado com a irrigação viabiliza este projeto, bem como contribui para a elevação dos níveis de produção e produtividade agrícola, geração de emprego e melhoria das condições de vida do homem do campo, refletindo-se positivamente na população de baixa renda e pequenos produtores rurais.

CÓDIGO PARLAMENTAR		PÁGINA 01 DE 01	002-00026-7
I - AUTOR DA EMENDA			
NOME SENADOR ALBANO FRANCO		PARTIDO SE	
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO			
CÓDIGO DA EMENDA 43 000	DISPOSITIVO DO TEXTO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL		
CÓDIGO DA EMENDA 43 101	DISPOSITIVO DO TEXTO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL		
INDICAR, EM ALFABÉTICO INVERTIDO, O "ARTIGO" E A "PARÁGRAFO" QUE CONTÉM O ITEM A SER EMENDADO		LÍNEA 11	PÁGINA 142
III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO			
<p>TEXTO</p> <p>FUNÇÃO : 07 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL</p> <p>SUBPROGRAMA: 0183 - PROGRAMAÇÃO ESPECIAL</p> <p>META : 0333 - ADUTORA IMPLANTADA</p>			

O Objetivo desta é incluir neste Plano Plurianual Biênio 1994/95 a CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ADUTORAS / SE

AMPLIAÇÃO DE 300 KM DE REDE DE ADUTORAS

VALOR R\$ 6.500.000 (R\$ Milhões de Abril / 93)

Justificação

A Construção destes 300 KM da rede de adutoras, visando ampliar os sistemas de abastecimento d'água baseados nas adutoras do São Francisco Piratininga, Agreste, Itabaianinha, Alto Sertão e Sertaneja, cujos limites de adução encontram-se esgotados. Com o aproveitamento destas adutoras o que se quer é promover o aproveitamento do potencial de crescimento da região, única via para obter-se em definitivo a eliminação da pobreza absoluta, assim como a gradativa e permanente melhoria das condições sócio-econômicas da população de Sergipe.

002-00027-2

CÓDIGO PARLAMENTAR

01 01

I - AUTOR DA EMENDA

NOME SENADOR ALBANO FRANCO

PARTIDO

SE

II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO

CÓDIGO ORÇÃO	DESCRIÇÃO DO ORÇÃO
43 000	MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL
43 101	MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL

NÚMERO EM ALFABÉTICO ANÁLISE, A "ANEXO" E A "PARA" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO

ANEXO

II 148

III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

FUNÇÃO : 07 - Desenvolvimento Regional

Demais Subprogramas - Implantação do Polo Cloroquímico de Sergipe

O Objetivo desta é de incluir neste Plano Plurianual Biênio 1994/95 a IMPLANTAÇÃO DO POLO CLOROQUÍMICO para concluir a infra-estrutura do Setor de Indústria - SE

VALOR R\$ 12.000.000 (R\$ Milhões de abril / 93)

Justificação

A consolidação do eixo químico do Nordeste com reflexos altamente positivos no Balanço de Pagamento do País, além de geração de emprego e renda para esta população, se fundamenta na prioridade concedida à implantação do polo Cloropetroquímico de Sergipe.

Assim, este projeto é fundamental não só para o desenvolvimento regional, ele integra o Eixo químico do Nordeste. Essas ações visarão à produtividade e à competitividade interna e externa, ajuntando-se ao desenvolvimento emergente, que deve também orientar a administração dos incentivos fiscais para a região.

CÓDIGO PARLAMENTAR		PARTE	002-00028-1
		01 DE 01	
I - AUTOR DA EMENDA			
NOME		SENADOR ALBANO FRANCO	
		PLATIN	SE
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO			
43 000	MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL		
43 101	MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL		
INDICA, EM ALFABÉTICO, O "LÍNEA" E O "PARA" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO		ANEXO	PÁGAS
		II	142
III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO			
<p>FUNÇÃO : 07 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL</p> <p>SUBPROGRAMA : 0183 - PROMOÇÃO ESPECIAL</p> <p>META : 0506 - INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA E SOCIAL IMPLANTADA</p> <p>O Objectivo desta é <u>incluir</u> neste Plano Plurianual Biênio 1994/95 CONSTRUÇÃO DE PONTE SOBRE O RIO SERGIPE</p> <p>VALOR DO PROJETO R\$ 10.000.000 (10 MILHÕES ABRIL / 93)</p>			

JUSTIFICAÇÃO

Este projeto proporcionará maior integração socio-econômica entre os municípios de Aracaju, Barra dos Coqueiros, Pireambu, Nossa Senhora do Socorro, Laranjeiras, São Cristóvão, Marim, Rosário do Catete, beneficiando diretamente mais de 500 mil pessoas, cerca de 1/3 da população do Estado de Sergipe, causando fortes efeitos germinativos e multiplicadores sobre os setores urbano-industrial e turístico numa área de 1.500 KM². Ensejara economia de tempo e de transporte no deslocamento da força de trabalho residente em Aracaju para os grandes complexos industriais principalmente para o Polo Cloroquímico e Terminal Portuário.

CÓDIGO PARLAMENTAR		002-00029-9	
I - AUTOR DA EMENDA		PÁGINA 01 DE 01	
NOME SENADOR ALBINO FRANCO		PARTIDO SE	
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO			
CÓDIGO ORÇÃO 43 000	DESCRIÇÃO DO ORÇÃO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL		
CÓDIGO UNID. ORÇ. 43 101	DESCRIÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL		
NÚMERO, EM ALFABÉTICO, ANÚNCIO, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO		ANEXO II	PÁGINA 147
III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO			
<p>TEXTO</p> <p>FUNÇÃO 07 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL</p> <p>SUBPROGRAMA 0537- CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS</p> <p>META 0592- TRECHO RODOVIÁRIO IMPLANTADO (KM)</p> <p>O objetivo desta é <u>incluir</u> no Plano Plurianual Biênio 1994/95 a CONSTRUÇÃO , PAVIMENTAÇÃO E RECLPERAÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS / SE</p> <p>VALOR DO PLEITO R\$ 20.000.000 (R\$ MILHOES EM ABRIL / 93)</p> <p>IMPLANTAÇÃO DE 300 KM de Estradas Estaduais</p> <p>JUSTIFICAÇÃO</p> <p>A Construção, Pavimentação de Rodovias Estaduais em Sergipe é de fundamental importância para dar maior possibilidade de trafego entre as regiões de maior produção para os outros centros consumidores, com maior rapidez, segurança e economia de combustível e menor desgaste da frota que trafega em todo o Estado, melhoran a produtividade e a qualidade na prestação dos serviços de transporte.</p>			

CÓDIGO PARLAMENTAR		002-00030-2	
I - AUTOR DA EMENDA		PÁGINA 01 DE 01	
NOME SENADOR VALMIR CAMPELO		PARTIDO PTB UF DF	
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO			
CÓDIGO ORÇÃO 73000	DESCRIÇÃO DO ORÇÃO TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS		
CÓDIGO UNID. ORÇ. 73105	DESCRIÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA GDF-Rec, sob supervisão do Ministério da Fazenda		
NÚMERO, EM ALFABÉTICO, ANÚNCIO, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO		ANEXO II	PÁGINA 203
III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO			
<p>TEXTO</p> <p>FUNÇÃO: 16-Transporte</p> <p>PROGRAMA: 091-Transporte Urbano</p> <p>Subprograma: 0572-Transporte Metropolitano</p>			

Aloque-se na META-0041-Capacidade de Transporte de Passageiros ampliada (Pass/Dia):

REGIÃO: CO

QUANTIDADE: 100.000 (pass/dia)

FONTE: 1

DESPESAS DE CAPITAL: CR\$ 1.703.600.000.000,00 (um tri - lhão setecentos e três bilhões seiscentos milhões de cruzeiros)

Cancele-se, no Órgão MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES o mesmo valor, na fonte 1, da Região Sudeste.

JUSTIFICAÇÃO

A Presente emenda visa resgatar os recursos que, desde o PPA de 1991/95, eram previstos para o Transporte Metropolitano do DF.

Importante é salientar que essa obra já possui mais de 50% de execução e, como sempre teve tratamento prioritário pelo Governo Federal e do Distrito Federal possui até data prevista de inauguração no ano de 1994.

ORDEM PARLAMENTAR		PRIMEIRA	002-00031-1
I - AUTOR DA EMENDA		01 de 01	
Nome	DEP. PAUDERNEY AVELINO		Partido PPR AM
II - IDENTIFICAÇÃO DO ORÇAMENTO ENENDADO			
Orçamento	39.000	Orçamentação de órgão	MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
Orçamento	39.000	Orçamentação de unidade orçamentária	
INCLUIR, EM ALGUM DOS ANEXOS, O "ANEXO" E A "PARA" QUE CONTEM O ITEM A SER ENENDADO		ANEXO	PARA
		2.2	203/202
III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO			
<p>INCLUIR, nos Subprogramas 0563 - Portos e Terminais Marítimos e 0037 - Balizamento executado, a Região Norte, com recursos de CR\$ 2 e CR\$ 3 Bilhões, respectivamente, provenientes da Função 16 - Transporte, consignados na região Nacional.</p>			

JUSTIFICAÇÃO

O Governo Federal acaba de aprovar, através da SUDAM, dois polos de escoamento de produção de soja, das regiões Centro-Oeste e Norte do País, através dos rios Madeira e Amazonas, tendo como pontos de apoio os portos de Itacoatiara, no Amazonas, e Santarém, no Pará, tornando mais competitiva a exportação do produto. Há necessidade, portanto, de dotar esses rios, sobretudo o Madeira, de infra-estrutura (balizamento e sinalização) para suportarem a demanda e realizar os investimentos de ampliação dos portos.

CÂMARA PARLAMENTAR		PÁGINA	002-00032-9
		01 de 01	
I - AUTOR DA EMENDA			
NOME		DEP. PAUDERNEY AVELINO	
		PARTIDO	PPR
		UF	AM
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO			
Ordem de Emenda	Identificação do Projeto		
32.000	MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA		
Ordem da Emenda	Identificação da Unidade Legislativa		
		PÁGINA	169
		2.2	
III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO			
<p>INCLUIR, no Subprograma 0289 - Prospeção e Avaliação de Jazidas (Função 9 Energia e Recursos Minerais), a região Norte, com recursos de 10 bilhões de cruzeiros reais provenientes da referida função, consignados na região Nacional.</p>			
<p>Com o remanejamento proposto, pretende-se assegurar a alocação de recursos que possibilitem:</p> <p>a) prosseguimento da exploração de gás natural na bacia do Rio Urucum, no Amazonas, já que nos objetivos do PPA, no tocante a gás natural, não é sequer mencionada a região amazônica.</p> <p>b) ordenamento da exploração de minérios na região amazônica, tendo, entre outros objetivos, o de minimizar os conflitos entre garimpeiros e índios, a eliminação progressiva dos agentes de poluição dos mananciais hidrográficos e o controle efetivo do poder público no tocante a toda a cadeia produtiva.</p>			

CÂMARA PARLAMENTAR		PÁGINA	002-00033-7
		01 de 01	
I - AUTOR DA EMENDA			
NOME		DEP. PAUDERNEY AVELINO	
		PARTIDO	PPR
		UF	AM
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO			
Ordem de Emenda	Identificação do Projeto		
36.000	MINISTÉRIO DA SAÚDE		
Ordem da Emenda	Identificação da Unidade Legislativa		
		PÁGINA	185
		2.2	
III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO			
<p>Acrescer, no Subprograma 0428 - Assistência Médica e Sanitária - Função 13 Saúde e Saneamento, na região Norte, recursos de R\$ 3 bilhões provenientes da referida função, consignados na região Nacional.</p>			
<p>Pretende-se, com a emenda, assegurar investimentos, não previstos no projeto de revisão do Plano Plurianual, para:</p> <p>a) construção de postos de saúde nas comunidades rurais;</p> <p>b) reaparelhamento das unidades médico-hospitalares nas sedes municipais; e</p> <p>c) aquisição de barcos hospitalares (hospitais flutuantes) para atendimento à população ribeirinha.</p> <p>A Região Norte não é contemplada com recursos de investimentos no projeto do Plano Plurianual (página 88), mas tão somente com recursos para manutenção da rede existente.</p>			

000-00000-2

CÓDIGO PARLAMENTAR		PÁGINA	
		01 de 01	

I - AUTOR DA EMENDA

NOME	PARTIDO
DEP. PAUDERNEY AVELINO	PPR AM

II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO

CÓDIGO ORÇÃO	DESCRIÇÃO DO ORÇÃO
28.000	MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO
CÓDIGO UNO CNE	DESCRIÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

INCLUIR, EM ALGUM DOS ANEXOS, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO	ANEXO	PÁGINA
	2.2	179

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

INCLUIR no Suprograma 0364 - Empreendimentos Turísticos, da função 11-Indústria, Comércio e Serviços, a Região Norte, com recursos CR\$ 10(DEZ) bilhões provenientes da referida função, consignados na região Nacional para outros subprogramas da mesma função.

JUSTIFICAÇÃO

A proposta visa, concretamente, assegurar a implementação do objetivo do Plano Plurianual de estimular o turismo sem prejuízo do meio ambiente, garantindo investimentos complementares na implantação de uma infra-estrutura para o turismo ecológico na Amazônia, levando em conta a evidência de que a região amazônica representa hoje o maior polo de interesse, interno e externamente, para o ecoturismo.

002-00005-2

CÓDIGO PARLAMENTAR		PÁGINA	
		01 de 01	

I - AUTOR DA EMENDA

NOME	PARTIDO
DEP. PAUDERNEY AVELINO	PPR AM

II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO

CÓDIGO ORÇÃO	DESCRIÇÃO DO ORÇÃO
43.000	MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL
CÓDIGO UNO CNE	DESCRIÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

INCLUIR, EM ALGUM DOS ANEXOS, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO	ANEXO	PÁGINA
	2.2	138/148

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

INCLUIR, na função 07 - Desenvolvimento Regional, Subprograma - Construção de Muros de Arrimo, na Região Norte, com recursos de CR\$ 5 bilhões provenientes da referida função, consignados na região Nacional.

JUSTIFICAÇÃO

Dentro das diretrizes de política especial para a Amazônia, pretende-se incluir subprograma que contemple investimentos na contenção de encostas, mediante construção de muros de arrimo, nas cidades situadas às margens dos rios, que sofrem o problema da queda de barrancos. Espera-se, como resultado, preservar grande extensão (frentes) das cidades que se vêm ameaçadas de desabamento das construções executadas.

CÓDIGO PARLAMENTAR		PÁGINA	002-00036-1
		01 de 01	
I - AUTOR DA EMENDA			
NOME		PARTIDO	AR
DEP. PAUDERNEY AVELINO		PPR	
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO			
CÓDIGO ORÇÃO	DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO		
43.000	MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL		
CÓDIGO UNO ORÇ	DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		
LOCAL, EM ALGARISMOS ÁRABES: O "ARRETO" E A "PÁGINA" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO		ARRETO	PÁGINA
		2.2	147
III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO			
<p>INCLUIR, no Subprograma 0534 - Estradas Vicinais, a região Norte, com recursos de CR\$ 10 bilhões provenientes da função 07- Desenvolvimento Regional, consignados na região Nacional.</p>			
<p>Dentro das diretrizes de política espacial para a Amazônia, pretende-se alocar recursos - não contemplados no projeto de revisão do Plano Plurianual - para construção e/ou recuperação de estradas vicinais, ligando os núcleos produtivos às sedes municipais e às margens dos rios, para escoamento da produção, ou ainda interligando as micro-regiões produtivas.</p> <p>Espera-se, como resultado, a reativação econômica dos polos urbanos de médio porte e a fixação do homem do interior em seu "habitat", com a conseqüente redução do êxodo rural.</p>			

CÓDIGO PARLAMENTAR		PÁGINA	002-00037-0
		01 de 01	
I - AUTOR DA EMENDA			
NOME		PARTIDO	AM
DEP. PAUDERNEY AVELINO		PPR	
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO			
CÓDIGO ORÇÃO	DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO		
41.000	MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES		
CÓDIGO UNO ORÇ	DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		
LOCAL, EM ALGARISMOS ÁRABES: O "ARRETO" E A "PÁGINA" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO		ARRETO	PÁGINA
		2.2	131
III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO			
<p>INCLUIR, no Subprograma 0134 - TELEFONIA, Função 05 - Comunicações, a região Norte, com recursos de CR\$5 bilhões provenientes da referida função, consignados na região Nacional.</p>			
<p>O remanejamento proposto é formulado a partir da diretriz do próprio Plano Plurianual, no que concerne à ampliação da plataforma de serviços públicos de comunicações, através de redes de dados locais, bem como naquelas que se refere à implantação de serviços básicos nos municípios, com ênfase para o atendimento às comunidades rurais.</p> <p>Basicamente, se pretende assegurar recursos para:</p> <p>a) implantação de DDD nas sedes dos municípios da região Norte; e</p>			

b) instalação extensiva de postos telefônicos em comunidades rurais do interior, especialmente em áreas fronteiriças.

002-00038-8

CÓDIGO PARLAMENTAR		PRIMEIRA	01	01
I - AUTOR DA EMENDA				
NOME	DEP. PAUDERNEY AVELINO			PARTIDO PPR AM
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO				
CÓDIGO ORÇÃO	23.000			
IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	MINISTÉRIO DO BEM-ESTAR SOCIAL			
CÓDIGO UNIDADE ORÇ	IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
INCLUIR, EM ALGUNS DOS ANEXOS O "ANEXO" E A "PARTE" QUE CONTER O ITEM A SER EMENDADO				ANEXO 2.2 PÁGINA 188
III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
<p>ACRESCER, no Subprograma 0448 - Saneamento Geral, na Região Norte, os cursos de CR\$5 bilhões provenientes da Função 13 - Saúde e Saneamento, consignados na Região Nacional.</p>				

O saneamento proposto visa alocar recursos para macrodrenagem da igarapés que cortam sedes municipais, hoje completamente poluídos, a exemplo do que ocorre em Manaus (igarapés de S. Raimundo, Educandos e Franco) e em Itacostiera (igarapés de Joary), no Amazonas, os quais, com o adensamento populacional, constituem focos de proliferação de doenças de veiculação hídrica. O cólera representa o exemplo mais recente.

002-00039-6

CÓDIGO PARLAMENTAR		PRIMEIRA	01	01
I - AUTOR DA EMENDA				
NOME	DEP. PAUDERNEY AVELINO			PARTIDO PPR AM
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO				
CÓDIGO ORÇÃO	44.000			
IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE			
CÓDIGO UNIDADE ORÇ	IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
INCLUIR, EM ALGUNS DOS ANEXOS O "ANEXO" E A "PARTE" QUE CONTER O ITEM A SER EMENDADO				ANEXO 2.2 PÁGINA 119
III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
<p>INCLUIR no Subprograma 0342 Projetos de Proteção Ambiental Apoiado - Função 03 - Administração e Planejamento, a região Norte, com recursos de CR\$ 500 milhões provenientes da referida função, consignados na região Nacional.</p>				

A alegada falta de competitividade da borracha natural brasileira está associada principalmente à ausência da introdução da tecnologia e manejo da extração e beneficiamento do látex. Se houver orientação técnica para a melhoria da qualidade do produto e, pari passu, a formação de núcleos extrativistas que possibilitem o aumento da renda familiar com a exploração de outros produtos extrativos e culturas alimentares (permanentes e de ciclo curto), contribuindo para o povoamento do interior e defesa da soberania nacional e do meio ambiente.

002-00040-0

CÂMERA PARLAMENTAR		1862		ANEXO	01	DE	01
I - AUTOR DA EMENDA							
Nome	FLÁVIO ARNS			PARTIDO	PSDB	UF	PR
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO							
CÓDIGO ORÇÃO	DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO						
26.000	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO						
CÓDIGO UNO ORÇ	DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA						
26.297	FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE						
INDICAR, EM ALFABÉTICO ALFABÉTICO, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTÉM O ITEM A SER EMENDADO				ANEXO	2-Tab.3	PÁGINA	101

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

TRANSPORTE ESCOLAR PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Promover a aquisição, a nível nacional (NA), de 2.000 (duas mil) unidades de transporte escolar destinadas a pessoas portadoras de deficiência.

Destacar no Subprograma 0239 - Transporte Escolar - o valor de 10% para o atendimento da pessoa portadora de deficiência, segundo dados contidos na página nº 36 do anexo II deste documento. "Estima-se que o percentual de portadores de deficiências esteja em torno de 10% a 12% da população, e apenas 3% têm acesso à educação".

JUSTIFICAÇÃO

As instituições particulares, sem fins lucrativos, que atendem pessoas portadoras de deficiências, vêm desempenhando um papel que na verdade competiria ao poder público.

Assim, é necessário prever-se um investimento para o Transporte Escolar a fim de que os educandos dessa área tenham garantido o acesso à educação. Além disso, o transporte escolar para pessoa com deficiência que participa de uma instituição educacional especializada é fundamental pelo fato de, normalmente, a área de abrangência do atendimento extrapolar os limites geográficos do município.

002-00041-8

MATERIAL DE TEXTO SUBMETIDO

CÓDIGO PARLAMENTAR 1862

PÁGINA
01 DE 02

I - AUTOR DA EMENDA

NOME	PARTIDO	UF
FLÁVIO ARNS	PSDB	PR

II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO

CÓDIGO ORÇÃO	DESCRIÇÃO DO ORÇÃO
26.000	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
CÓDIGO PROJ. ORÇ.	DESCRIÇÃO DO PROJ. ORÇAMENTÁRIO
26.101	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO

UNICAR, SE ALFABETIZOU ANTERIOR, E "ANEXO" E A "PARTE" QUE CONTÉM O ITEM A SER EMENDADO

ANEXO
2- tab2PÁGINA
86

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TEXTO				
Acrescente-se ao Programa 049 - Educação Especial a seguinte emenda:				
Tomando-se por parâmetro as populações das regiões:				
	Valores contemplados Plano Plur.93/94	Pop. Brasil. Fonte:Sinop se Senso/ IBGE/91	Pop.Port.Defic.Reg. Fonte:Estimativa Orgn mund.Saúde	Distr. Reg. de recur- obedecendo a propor- cionalidade - CR\$ milhões - Ab/93
NACIONAL	5.564.833	146917459	14691746	5.501.833
NORTE	25.892	10257266	1025726	111.188
NORDESTE	116.736	42470225	4247022	460.297
SUDESTE	1.402.882	62660700	6266070	679.242
SUL	20.132	22117026	2211703	239.749
S.OESTE	26.863	9412242	941225	102.029
TOTAL	7.094.338	--	--	7.094.338

JUSTIFICAÇÃO

Considerando o valor contemplado no programa 049 da Educação Especial (página 86) e a sua distribuição percapita apresenta um novo quadro de distribuição dos valores.

JUSTIFICAÇÃO

Accepta-se a estimativa de que em torno de 10% da população apresenta algum tipo de deficiência. O atendimento educacional para esta parcela da população é precário não ultrapassando os 3% do universo que deveris ser atendido (página 36).

Desta forma, é fundamental ter-se um critério para a distribuição dos recursos, que poderia ser o da alocação proporcional ao número de habitantes de cada região, pois o quadro de dificuldades é geral.

002-00042-6

1862		01 DE 02		INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO	
I - AUTOR DA EMENDA					
NOME FLÁVIO ARNS				PARTIDO PSDB	UF PR
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO					
CÓDIGO DA EMENDA 23.000	DESCRIÇÃO DO DISPOSITIVO MINISTÉRIO DO BEM ESTAR SOCIAL				
CÓDIGO DA EMENDA 23.101	DESCRIÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA M.B.E.S.				
INDICAR, EM ALGARISMOS ARÁBICOS, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTÉM O ITEM A SER EMENDADO				ANEXO 2-Tab.3	PÁGINA 107

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

Inserir no Subprograma

0487 - Assistência Comunitária

0001.11000423103-1508104872222

Sub-Atividade - coordenação das Ações Integradas da Pessoa Portadora de Deficiência à Comunidade.

Fonte 153 - Contribuição Social

455041	CR\$ 300.000.000,00
453041	CR\$ 100.000.000,00
454041	CR\$ 50.000.000,00
451141	CR\$ 20.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989 outorga à CORDE a competência de formular a "Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, seus planos, programas e projetos com a cooperação dos órgãos públicos, instituições privadas e comunidade em geral.

Para o cumprimento de sua missão institucional, faz-se necessário que os Sub-Programas Treinamento de Recursos Humanos e Assistência Comunitária sejam considerados prioritários na Lei de Diretrizes e Orçamentárias - LDO e Plano Plurianual PPA 94-95.

Os programas citados precisam ser mantidos até que as esferas administrativas estaduais e municipais estejam estruturadas para executá-los.

O corte orçamentário nesses programas implicará no não atendimento ao portador de deficiência, interrupção de ações o que significará retrocesso no programa de integração do portador de deficiência à sociedade e respeito de sua cidadania.

Os recursos orçamentários são necessários para a implantação da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência que entre seus objetivos visa a conscientização e aparelhamento do Estado, Município e comunidade em geral para identificação do portador da deficiência e respectivo acesso, inclusão e permanência em todos os serviços oferecidos à população.

002-00043-4

CÓDIGO PARLAMENTAR		PÁGINA 01 DE 01	
--------------------	--	--------------------	--

I - AUTOR DA EMENDA

NOME Deputado FERNANDO DINIZ	PARTIDO PADB	UF MG
---------------------------------	-----------------	----------

II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO

CÓDIGO ORÇÃO	DESCRIÇÃO DO ORÇÃO
CÓDIGO UNID. ORÇ.	DESCRIÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

INDICAR, EM ALGUNS CASOS, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTÉM O ITEM A SER EMENDADO	ANEXO	PÁGINA
---	-------	--------

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

Inclua-se no Projeto de Lei nº 02, de 1993, o seguinte artigo:

Art. A programação de investimentos constante desta Lei obedecerá, em cada ano a que se refere, relativamente ao seu valor global, aos seguintes critérios de distribuição:

I - 34% (trinta e quatro por cento), proporcional à população de cada Estado;

II - 33% (trinta e três por cento), inversamente proporcional à renda "per capita" de cada Estado;

III - 33% (trinta e três por cento), proporcional à população com carências alimentares típicas da indigência.

Parágrafo Único - Para aplicação dos critérios de que trata este artigo, excetuam-se das despesas totais aquelas consignadas a subprogramas cujos projetos atendam aos critérios fixados na Constituição Federal.

JUSTIFICAÇÃO

Aparentemente, não houve critério para a regionalização do Plano Plurianual, haja vista a concentração de recursos em algumas regiões.

Esta emenda é apresentada porque este autor considera que parte do critério aprovado na Lei nº 8.694, de 12 de agosto de 1993 (LDO), relativo à programação dos investimentos federais para 1994, deva ser estendido ao PPA.

Assim, retiramos a parte referente a construção, recuperação e manutenção de portos, aeroportos, ferrovias, rodovias e sistemas de geração e transmissão de energia elétrica, bem como a segurança e defesa nacionais, face a impropriedade de se defender a excepcionalidade que atenta contra os critérios de distribuição aqui fixados e sem a observância da necessidade de a União continuar trilhando os caminhos da descentralização administrativa.

002-00044-2

CÓDIGO PARLAMENTAR 1026		PÁGINA 1 DE 1	
----------------------------	--	------------------	--

I - AUTOR DA EMENDA

NOME CARLOS NELSON BUENO	PARTIDO PMDB	UF SP
-----------------------------	-----------------	----------

II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO

CÓDIGO ORÇÃO 39000	DESCRIÇÃO DO ORÇÃO Ministério dos Transportes
CÓDIGO UNID. ORÇ. 39101	DESCRIÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA Ministério dos Transportes

INDICAR, EM ALGUNS CASOS, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTÉM O ITEM A SER EMENDADO	ANEXO	PÁGINA
---	-------	--------

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

Inclua-se na prioridade do plano plurianual 94/95 a meta abaixo descrita:

- Subprograma: 0567 Transporte Hidroviário
- Meta: (1) Navegabilidade rios Tietê/Paraná- SP
- Região: Sudeste
- Valor: R\$ 20.000.000.000 (Vinte bilhões de cruzeiros) abril/93
- Fonte: Demais programas

JUSTIFICAÇÃO

A navegabilidade dos rios Tietê/Paraná irá proporcionar a integração da malha rodoviária existente com essas hidrovias, barateando o preço do transporte e desafogando as vias asfaltadas. Irá também beneficiar os Estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Paraná, atendendo a uma população estimada em 5.000.000 de habitantes e uma região altamente produtiva.

001-00045-1

CÓDIGO PARLAMENTAR
1026

PÁGINA
1 de 1

I - AUTOR DA EMENDA

NOME CARLOS NELSON BUENO PARTIDO PMDB UF SP

II - IDENTIFICAÇÃO DO DEPOSITO EMENDADO

CÓDIGO ORÇÃO	DESIGNAÇÃO DO ORÇÃO
44000	MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CÓDIGO UNID. ORÇ.	DESIGNAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
44191	MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

INCLUIR, EM ALGUMAS ALÍNEAS, O "ANEXO" E A "PARÁGRAFO" QUE CONTER O ITEM A SER EMENDADO

ANEXO

PÁGINA

III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

Inclua-se na prioridade do plano plurianual 94/95 a meta abaixo descrita:

- . Subprograma: 0346- Bacias Hidrográficas
- . META: (2) Bacias Hidrográficas - Rios Mogi Guaçu/ Pardo e Piracicaba/ Jundiá
- . Região: Sudeste
- . Valor: R\$ 30.000.000.000,00 (Trinta bilhões de cruzeiros) abril/93
- . Fonte: Demais programas

JUSTIFICAÇÃO

A preservação das Bacias Hidrográficas destes 4 rios são fundamentais no impacto do Meio Ambiente da região; O trabalho executado com a devida antecedência nas bacias dos Rios Mogi- Guaçu/ Pardo e Piracicaba/ Jundiá, assim solicitamos a inclusão da Região Sudeste na prioridade de ação do Ministério neste subprograma.

002-00044-0

CÓDIGO PARLAMENTAR		PÁGINA 01 de 01
--------------------	--	--------------------

I - AUTOR DA EMENDA

NOME DEPUTADO JOÃO PAULO	PARTIDO PT	UF AC
-----------------------------	---------------	----------

II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO

CÓDIGO ORÇÃO	DESCRIÇÃO DO ORÇÃO
CÓDIGO UNID. ORÇ.	DESCRIÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

INDICAR, EM ALFABÉTICO ALFABÉTICO, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO	ANEXO	PÁGINA
--	-------	--------

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

SUPRIMIR DAS DESPESAS CORRENTES DO SUBPROGRAMA ASSISTENCIA FINANCEIRA - 0031 O VALOR DE R\$ 19.237.945 (milhões) aplicação nacional. (página 74)

ACRESCENTAR O VALOR DE R\$ 18.237.945 (milhões) AO SUBPROGRAMA ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO - 0427 em despesas correntes, aplicação nacional. (página 184)

JUSTIFICAÇÃO

A emenda visa adequar os gastos com juros da dívida a níveis socializados e compatíveis com o desenvolvimento nacional. Propõe a diminuição dos gastos com juros da dívida em 50%, resultando na redução das atuais taxas de juros (17%) para cerca de 8,5%.

Enquanto toda a economia vem atravessando um período necessário, o Setor Financeiro há décadas vem realizando altas taxas de juros. A função primordial dos bancos é o financiamento salutar das atividades da economia (industrial, comercial, etc.) e com essas taxas de juros praticadas na economia brasileira esta função torna-se impossível.

Os recursos suprimidos serão alocados no combate à fome, à pobreza e à doença.

002-00047-7

CÓDIGO PARLAMENTAR		PÁGINA 01 de 01
--------------------	--	--------------------

I - AUTOR DA EMENDA

NOME DEPUTADO JOÃO PAULO	PARTIDO PT	UF AC
-----------------------------	---------------	----------

II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO

CÓDIGO ORÇÃO	DESCRIÇÃO DO ORÇÃO
CÓDIGO UNID. ORÇ.	DESCRIÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

INDICAR, EM ALFABÉTICO ALFABÉTICO, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO	ANEXO	PÁGINA
--	-------	--------

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

SUPRIMIR DAS DESPESAS CORRENTES DO SUBPROGRAMA ASSISTENCIA FINANCEIRA VALOR DE R\$ 18.237.945 (milhões) aplicação nacional, ficando o valor final do SUBPROGRAMA ASSISTENCIA FINANCEIRA na aplicação nacional de R\$ 42.671.873 (milhões)

CÓRPO PARLAMENTAR		PÁGINA 01 DE 01	002-00047-3
I - AUTOR DA EMENDA			
NOME HELIO ROSAS		PARTIDO PMDB SP	
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO			
CÓDIGO ORÇÃO 36.000	DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO MINISTÉRIO DA SAÚDE		
CÓDIGO UNB. ORÇ.	DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		
INDICAR, EM ALGUNS DOS ANEXOS, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTÉM O ITEM A SER EMENDADO		ANEXO TABELA 4	PÁGINA 075-II.2
III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO			
<p>TEXTO</p> <p>Função 13 - Saúde e Saneamento</p> <p>Subprograma - J431 - Produtos Profiláticos e Terapêuticos</p> <p>Meta: código 0098 - Distribuição de Medicamentos (Mil Pessoas)</p> <p>Região: NA</p> <p>Quantidade: 376.295 Alterar para 83.147</p>			
<p>JUSTIFICAÇÃO</p> <p>A meta 0098 não é acumulativa. A distribuição de medicamentos tem como meta atingir 70% da população brasileira, ou seja, 105 milhões de pessoas ao ano.</p> <p>Para 1994 foram previstos recursos suficientes para atender a meta anual. Porém para 1995 os recursos serão insuficientes e só poderão atender 61,925 milhões de pessoas, logo, nos dois anos 94/95 poderá atender 83,147 milhões em média.</p>			

CÓRPO PARLAMENTAR		PÁGINA 01 DE 01	002-00054-7
I - AUTOR DA EMENDA			
NOME HELIO ROSAS		PARTIDO PMDB SP	
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO			
CÓDIGO ORÇÃO 21000	DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO Ministério da Aeronáutica		
CÓDIGO UNB. ORÇ.	DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		
21203	Empresa Brasileira de Aeronáutica S/A		
INDICAR, EM ALGUNS DOS ANEXOS, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTÉM O ITEM A SER EMENDADO		ANEXO	PÁGINA
III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO			
<p>TEXTO</p> <p>Inclua-se o Programa:062 Indústria. Na forma do subprograma: 0347 Produção industrial, localizado na região sudeste.</p> <p>- Subprograma: 0347 Produção Industrial</p> <p>- Meta: 0124 Aprim. da Infra-Est. de Apoio (Perc.)</p> <p>- Quantidade Física: 35</p> <p>- Grupo Fonte: 250</p> <p>- Despesa de capital: 178.608</p> <p>- Despesa corrente: 19.846</p> <p>- Total: * 198.454</p> <p>* Cr\$ milhões de abril/93</p>			

JUSTIFICATIVA

Durante o processo de elaboração do PPA o Ministério da Aeronáutica não incluiu, em tempo hábil, a Programação de suas empresas vinculadas.

002-00032-3

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

CÓDIGO PARLAMENTAR

PÁGINA

01 de 01

I - AUTOR DA EMENDA

NOME

HELIO ROSAS

PARTIDO

PMDB

LUF

50

II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO

CÓDIGO ORÇÃO

21000

DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO

Ministério da Aeronáutica

CÓDIGO UNIV. ORÇ.

21203

DENOMINAÇÃO DA UNIV. ORÇAMENTÁRIA

Empresa Brasileira de Aeronáutica S/A

INCLUIR, EM ALGUMAS ANÁLISES, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTÉM O ITEM A SER EMENDADO

ANEXO

PÁGINA

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

Inclua-se o Programa:062 Indústria. Na forma do subprograma 0347 Produção Industrial, localizado na região sudeste.

- Subprograma: 0347 Produção Industrial
- Meta: 0131 Desenvolv. Prog. Esp.- Criação Protótipos (Proj.)
- Quantidade Física: 02
- Grupo Fonte: 250
- Despesa de Capital: 235.666
- Despesa corrente: -x-x-x
- Total: *235.666

* Cr\$ milhões de abril/93

JUSTIFICATIVA

Durante o processo de elaboração do PPA, o Ministério da Aeronáutica não incluiu, em tempo hábil, a Programação de suas empresas vinculadas.

002-00032-3

CÓDIGO PARLAMENTAR

PÁGINA

01 de 01

I - AUTOR DA EMENDA

NOME

HELIO ROSAS

PARTIDO

PMDB

LUF

50

II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO

CÓDIGO ORÇÃO

21000

DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO

Ministério da Aeronáutica

CÓDIGO UNIV. ORÇ.

21203

DENOMINAÇÃO DA UNIV. ORÇAMENTÁRIA

Empresa Brasileira de Aeronáutica S/A

INCLUIR, EM ALGUMAS ANÁLISES, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTÉM O ITEM A SER EMENDADO

ANEXO

PÁGINA

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

Inclua-se o Programa:062 Indústria. Na forma do subprograma: 0347 Produção Industrial, localizado na região sudeste.

- Subprograma: 0347 Produção Industrial
- Meta: 0142 Modern. de Equip. (Equip.)
- Quantidade Física: 30

- Grupo Fonte: 250
- Despesa de Capital: 55.126
- Despesa Corrente: -x-x-
- Total: *55.126

* Cr\$ milhões de abril/93

JUSTIFICAÇÃO

Durante o processo de elaboração do PPA o Ministério da Aeronáutica não incluiu, em tempo hábil, a Programação de suas empresas vinculadas.

002-00053-1

CÓDIGO PARLAMENTAR

Página

01 de 01

I - AUTOR DA EMENDA

Nome

HELIO ROSAS

Partido

PMDB

UF

SP

II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO

Código Artigo

21000

Identificação do Orçamento

Ministério da Aeronáutica

Código Linha Orç.

21203

Identificação da Unidade Orçamentária

Empresa Brasileira de Aeronáutica S/A

DESCRIÇÃO, EM ALFABÉTICO, O "ANEXO" E O "PARÁGRAFO" QUE CONTÉM O ITEM A SER EMENDADO

ANEXO

PÁRAGRAFO

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

Inclua-se o Programa:062 Indústria. Na forma do subprograma: 0347 Produção Industrial, localizado na região sudeste.

- Subprograma: 0347 Produção Industrial
- Meta: 0147 Prod. de Aeronave de alto perf. (unid.)
- Quantidade Física: 10
- Grupo Fonte: 250
- Despesa de Capital: 8.268
- Despesa Corrente: x-x-x
- Total: *8.268

* Cr\$ milhões de abril/93

JUSTIFICAÇÃO

Durante o processo de elaboração do PPA, o Ministério da Aeronáutica não incluiu, em tempo hábil, a Programação de suas empresas vinculadas.

002-00044-3

CÓDIGO PARLAMENTAR		PÁGINA 01 de 01	
I - AUTOR DA EMENDA			
NOME HELIO ROSAS		PARTIDO PMDB SP	
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO			
CÓDIGO ORÇÃO 21000	DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO Ministério da Aeronáutica		
CÓDIGO LEM. UNIC. 21203	DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA Empresa Brasileira de Aeronáutica S/A		
INSCRIÇÃO, EM ALFABÉTICO ARABICO, O "ANEXO" E A "PARÇA" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO		ANEXO	PARÇA
III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO			
<p>TEXTO</p> <p>Inclua-se o Programa:062 Indústria. Na forma do subprograma: 0347 Produção Industrial, localizado na região sudeste.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Subprograma: 0347 Produção Industrial - Meta: Estudo e Pesquisa Desenv. (proj.) - Quantidade Física: 03 - Grupo Fonte: 250 - Quantidade Física: 03 - Despesa de Capital: 52.922 - Despesa Corrente: 13.230 - Total: *66.152 <p>* Cr\$ milhões de abril/93</p>			

JUSTIFICAÇÃO

Durante o processo de elaboração do PPA, o Ministério da Aeronáutica não incluiu, em tempo hábil, a Programação de suas empresas vinculadas.

002-00055-3

CÓDIGO PARLAMENTAR		PÁGINA 01 de 01	
I - AUTOR DA EMENDA			
NOME HELIO ROSAS		PARTIDO PMDB SP	
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO			
CÓDIGO ORÇÃO 21000	DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO Ministério da Aeronáutica		
CÓDIGO LEM. UNIC. 21203	DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA Empresa Brasileira de Aeronáutica		
INSCRIÇÃO, EM ALFABÉTICO ARABICO, O "ANEXO" E A "PARÇA" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO		ANEXO	PARÇA
III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO			
<p>TEXTO</p> <p>Inclua-se o Programa:062 Indústria. Na forma do subprograma: 0347 Produção Industrial, localizado na região sudeste.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Subprograma: 0347 Produção Industrial - Meta: 0514 Modernizar a Infra-Est. Operacional (m2) - Quantidade Física: 10.000 - Grupo Fonte: 250 - Despesa de Capital: 14.470 - Despesa Corrente: 6.202 - Total: *20.672 <p>* Cr\$ milhões de abril/93</p>			

JUSTIFICATIVA

Durante o processo de elaboração do PPA, o Ministério da Aeronáutica não incluiu, em tempo hábil, a Programação de suas empresas vinculadas.

002-00056-6

COMISSÃO PARLAMENTAR

PARECER

01 de 01

I - AUTOR DA EMENDA

NOME

HELIO ROSAS

PARTIDO

PMDB

UF

SP

II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO

CÓDIGO ORÇÃO

21000

DESCRIÇÃO DO ORÇÃO

Ministério da Aeronáutica

CÓDIGO UNID. ORÇ.

21203

DESCRIÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

Empresa Brasileira de Aeronáutica S/A

INDICAR, EM ALFABÉTICO INVERTIDO, O "ANEXO" E O "PARÁGRAFO" QUE CONTÉM O ITEM A SER EMENDADO

ANEXO

PÁGINA

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

Inclua-se o Programa:062 Indústria. Na forma do subprograma:
0347 Produção Industrial, localizado na região sudeste.

- Subprograma: 0347 Produção Industrial
- Meta: Ações de Pesq. Apl. Realizadas (Pesq.)
- Quantidade Física: -x-x
- Grupo Fonte: 250
- Despesa de Capital: 80.209
- Despesa Corrente: 53.473
- Total: *133.682

* Cr\$ milhões de abril/93

JUSTIFICATIVA

Durante o processo de elaboração do PPA, o Ministério da Aeronáutica não incluiu, em tempo hábil, a Programação de suas empresas vinculadas.

002-00057-4

COMISSÃO PARLAMENTAR

PARECER

01 de 01

I - AUTOR DA EMENDA

NOME

HELIO ROSAS

PARTIDO

PMDB

UF

SP

II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO

CÓDIGO ORÇÃO

21000

DESCRIÇÃO DO ORÇÃO

Ministério da Aeronáutica

CÓDIGO UNID. ORÇ.

21203

DESCRIÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

Empresa Brasileira de Aeronáutica S/A

INDICAR, EM ALFABÉTICO INVERTIDO, O "ANEXO" E O "PARÁGRAFO" QUE CONTÉM O ITEM A SER EMENDADO

ANEXO

PÁGINA

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

Inclua-se o Programa:062 Indústria. Na forma do subprograma:
0021 Administração Geral, localizado na região sudeste.

- Subprograma: 0021 Administração Geral
- Meta: 9999 Não Prioritário
- Quantidade Física: -x-x

- Grupo Fonte: 250
- Despesa de Capital: 276
- Despesa Corrente: 2.486
- Total: *2.762

*Cr\$ milhões de abril/93

JUSTIFICATIVA

Durante o processo de elaboração do PPA, o Ministério da Aeronáutica não incluiu, em tempo hábil, a Programação de suas empresas vinculadas.

002-00012-2

CÓDIGO PARA AUTENTICAÇÃO

PÁGINA

01 de 01

I - AUTOR DA EMENDA

NOME

HELIO ROSAS

PARTIDO

PMDB

ESTADO

SP

II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO

CÓDIGO ANEXO

21.000

IDENTIFICAÇÃO DO ORÇÃO

Ministério da Aeronáutica

CÓDIGO LINEA EMP.

21.204

PROGRAMAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

EMBRAER AVIATION INTERNACIONAL

INDICAR, EM ALGARISMOS ARÁBICOS, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTÉM O ITEM A SER EMENDADO

ANEXO

PÁGINA

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

Inclua-se o Programa:063 Comércio . Na forma do subprograma:
0353 - Comercialização, localizado na região sudeste.

- Subprograma: 0353 - Comercialização
- Meta: 0514 - Modernizar Infra-Est. Operacional(m2)
- Quantidade Física : 1.000
- Grupo Fonte : 250
- Despesa de Capital : 49.297
- Despesa Corrente : 21.127
- Total : *70.424

* Cr\$ milhões de abril/93

JUSTIFICATIVA

Durante o processo de elaboração do PPA o Ministério da Aeronáutica não incluiu, em tempo hábil, a Programação de suas empresas vinculadas.

002-00059-1

CÓDIGO PARLAMENTAR	01 de 01
--------------------	----------

I - AUTOR DA EMENDA

NOME	HELIO ROSAS	PARTIDO	PMDB	3P
------	-------------	---------	------	----

II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO

CÓDIGO ORÇÃO	21 000	DESCRIÇÃO DO ORÇÃO	MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
CÓDIGO UNID. ORÇ.	21 205	DESCRIÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTAL	EMBRAER AIRCRAFT CORPORATION

INSCRIÇÃO, SE ALTERNATIVAS ANTERIORES, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTÉM O ITEM A SER EMENDADO	ANEXO	PÁGINA
--	-------	--------

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

<p>TEXTO</p> <p>Inclua-se o Programa : 062 Indústria. Na Forma do subprograma: 0347 - Produção Industrial, localizado na região sudeste.</p> <p>- Subprograma: 0347 - Produção Industrial</p> <p>- Meta : 0214 - Avim. da Infra-Est. de Anvoio (Perc.)</p> <p>- Quantidade Física : 28</p> <p>- Grupo Fonte : 250</p> <p>- Despesa de Capital : 138</p> <p>- despesa Corrente: 1.242</p> <p>- Total : *1.380</p> <p>*Cr\$ milhões de abril-93</p>

<p>JUSTIFICAÇÃO</p> <p>Durante o processo de elaboração do PPA o Ministério da Aeronáutica não incluiu, em tempo hábil, a programação de sua empresas vinculadas.</p>

002-00060-4

CÓDIGO PARLAMENTAR	01 de 01
--------------------	----------

I - AUTOR DA EMENDA

NOME	HELIO ROSAS	PARTIDO	PMDB	3P
------	-------------	---------	------	----

II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO

CÓDIGO ORÇÃO	21 000	DESCRIÇÃO DO ORÇÃO	Ministério da Aeronáutica
CÓDIGO UNID. ORÇ.	21 205	DESCRIÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTAL	EMBRAER AIRCRAFT CORPORATION

INSCRIÇÃO, SE ALTERNATIVAS ANTERIORES, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTÉM O ITEM A SER EMENDADO	ANEXO	PÁGINA
--	-------	--------

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

<p>TEXTO</p> <p>Inclua-se o Programa: 063 Comércio. Na Forma do subprograma: 0353 - comercialização, localizado na região sudeste.</p> <p>- Subprograma : 0353 Comercialização</p> <p>- Meta : 0514 Modernizar Infra-Est. Operacional(M2)</p> <p>- Quantidade Física: 4.000</p> <p>- Grupo Fonte: 250</p> <p>- Despesa de Capital : 20.713</p>
--

- Despesa Corrente : 48.331
 - Total : *69.044

* Cr\$ milhões de abril/93

durante o processo de elaboração do PPAo Ministério da Aeronáutica não incluiu, em tempo hábil, a Programação de suas empresas vinculadas.

007-00011-1
 VUE 00001 L

LÍNEA PARLAMENTAR		01 de 01	
I - AUTOR DA EMENDA		PARTIDO PMDB 50	
NOME HELIO ROSAS			
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO			
CÓDIGO DA EMENDA	DISPOSITIVO DO TEXTO		
21 000	Ministério da Aeronáutica		
CÓDIGO DA EMENDA	DISPOSITIVO DO TEXTO		
21 205	EMBRAER AIRCRAFT CORPORATION		
INDICAR, EM ALGUMAS PALAVRAS, O "ANEXO" E O "PARA" QUE CONTÉM O ITEM A SER EMENDADO		ANEXO	PÁGINA

III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se o Programa: 062 Indústria. Na forma do subprograma 0021 - Administração Geral, localizado na região sudeste.

- Subprograma : Indústria
 - Meta : 9999 Não prioritário
 - Quantidade Física: -,-
 - Grupo Fonte : 250
 - Despesa de Capital : 0,2
 - Despesa Corrente: 1,8
 - Total : *2,0

*Cr\$ milhões de abril/93

Durante o processo de elaboração do PPA o Ministério da Aeronáutica não incluiu, em tempo hábil, a Programação de suas empresas vinculadas.

002-00062-1

CÓDIGO PARLAMENTAR		PÁGINA	
		01	de 01
I - AUTOR DA EMENDA			
NOME		PARTIDO	UF
HELIO ROSAS		PMDB	SP
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO			
CÓDIGO ORÇÃO	DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO		
21.000	Ministério da Aeronautica		
CÓDIGO UNID. ORÇ.	DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		
21.206	Indústria Aeronáutica Neiva S/A		
INDICAR, EM ALFABÉTICO, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTÉM O ITEM A SER EMENDADO		ANEXO	PÁGINA

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

Inclua-se o Programa: 062 Indústria. Na forma do subprograma 0347 - Produção Industrial, localizado na região sudeste.

- Subprograma : 0347 Produção Industrial
- Meta : 0514 Modernizar Infra-Est. Operacional (m2)
- Quantidade Física : 1.500
- Grupo Fonte : 250
- Despesa de Capital : 2.660
- Despesa Corrente : 1.140
- Total : *3.800

* Cr\$ milhões de abril/93

JUSTIFICADA

Durante o processo de elaboração do PPA o Ministério da Aeronáutica não incluiu, em tempo hábil, a Programação de suas empresas vinculadas.

002-00063-9

CÓDIGO PARLAMENTAR		PÁGINA	
		01	de 01
I - AUTOR DA EMENDA			
NOME		PARTIDO	UF
HELIO ROSAS		PMDB	SP
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO			
CÓDIGO ORÇÃO	DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO		
21.000	Ministério da Aeronáutica		
CÓDIGO UNID. ORÇ.	DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		
21.202	Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária		
INDICAR, EM ALFABÉTICO, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTÉM O ITEM A SER EMENDADO		ANEXO	PÁGINA

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

Inclua-se o Programa: 007 Administração. Na forma do subprograma 0523 Infra-Estrutura Aeroportuária, de âmbito Nacional.

- Subprograma : 0523 Infra-Estrutura Aeroportuária
- Meta : Ampliação de Aeroportos (Unid.)
- Quantidade Física : 20
- Grupo Fonte : 250
- Despesa de Capital : 1.661.010

- Despesa Corrente : 184.557
 - Total *1.845.567

* Cr\$ milhões de abril/93

JUSTIFICAÇÃO

Durante o processo de elaboração do PPA o Ministério da Aeronáutica não incluiu, em tempo hábil, a Programação de suas empresas vinculadas.

002-90064-1

CÓDIGO PARLAMENTAR

PÁGINA

01 de 01

I - AUTOR DA EMENDA

NOME

HELIO ROSAS

PARTIDO

PMDB

138

II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO

Código Anexo

21 000

Descrição do Anexo

Ministerio da Aeronautica

Código Item

21 208

Descrição do Item

Telecomunicações Aeronáuticas S/A

REGRAS, EM ALFABÉTICO ALFABÉTICO, O "UNICO" E A "PARADA" QUE CONTÉM O ITEM E SEU ENCAMIAMENTO

ANEXO

PÁGINA

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

Inclua-se o Programa: 087 Transporte Aéreo. Na forma do subprograma 0524 Controle e Segurança do Tráfego Aéreo, de âmbito nacional.

Subprograma : 0524 Controle e Segurança do Tráfego Aéreo

Meta : 0124 Aprim. da Infra-Est. de Apoio (per.)

Quantidade Física : 56

Grupo Fonte : 250

Despesa de Capital: 130.792

Despesa Corrente: 14.532

Despesa Total: *145.324

*Cr\$ milhões de abril/93

JUSTIFICAÇÃO

Durante o processo de elaboração do PPA o Ministério da Aeronáutica não incluiu, em tempo hábil, a programação de suas empresas vinculadas.

002-00065-5

CODIGO PARLAMENTAR	PÁGINA
	01 de 01

I - AUTOR DA EMENDA

NOME	PARTIDO
HELIO ROSAS	PMDB 13P

II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO

CODIGO ORÇÃO	DESCRIÇÃO DO ORÇÃO
21 000	Ministério da Aeronáutica
CODIGO UNIV. ORÇ.	DESCRIÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
21 208	Telecomunicações Aeronáuticas S/A

INDICAR, EM ALFABÉTICO INVERTIDO, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTÉM O ITEM A SER EMENDADO	ANEXO	PÁGINA

III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

<p>TEXTO</p> <p>Inclua-se o Programa: 087 Transporte Aéreo. Na forma do subprograma 0524 Controle e Segurança do Tráfego Aéreo, de âmbito Nacional.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Subprograma : 0524 Controle e Segurança do Tráfego Aéreo - Meta : 9999 Não prioritário - Quantidade Física : -.- - Grupo Fonte : 250 - Despesas de Capital : 69.313 - Despesas Correntes : -.- - Total : *69.313 <p>* Cr\$ milhões de abril/93</p>
--

<p>JUSTIFICAÇÃO</p> <p>Durante o processo de elaboração do PPA o Ministério da Aeronáutica não incluiu, em tempo hábil, a Programação de suas empresas vinculadas.</p>
--

002-00066-3

CODIGO PARLAMENTAR	PÁGINA
	01 de 01

I - AUTOR DA EMENDA

NOME	PARTIDO
HELIO ROSAS	PMDB 13P

II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO

CODIGO ORÇÃO	DESCRIÇÃO DO ORÇÃO
25.000	MINISTÉRIO DA FAZENDA
CODIGO UNIV. ORÇ.	DESCRIÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
202	BANCO DA AMAZÔNIA

INDICAR, EM ALFABÉTICO INVERTIDO, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTÉM O ITEM A SER EMENDADO	ANEXO	PÁGINA
	TABELA 4	068-II.2

III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

<p>TEXTO</p> <p>Alterar o valor das despesas de capital e total dos demais subprogramas da Função 11 - Indústria, Comércio e Serviços.</p>
--

Demais Subprogramas - Nacional (-NA)

Situação Anterior	Capital	Correntes	Total
	1.162.860.014	13.568.768	1.176.428.782
1	80.732	577.856	658.588
2	0	248	248
5	1.162.779.282	12.990.664	1.175.769.946
Situação Proposta			
	64.245.512	13.568.768	77.814.280
1	80.732	577.856	658.588
2	0	248	248
5	64.164.780	12.990.664	77.155.444

JUSTIFICATIVA

Tem por objetivo corrigir erro de digitação, onde foi informado valores em mil cruzeiros ao invés de milhões de cruzeiros, que afetou o total dos "DEMAIS SUBPROGRAMAS" da Função 11 - Indústria, Comércio e Serviços.

002-00067-1

TÍTULO PARLAMENTAR

Número

01 de 01

I - AUTOR DA EMENDA

Nome

HELIO ROSAS

Partido

PMDB 13P

II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO

Código Orç

Identificação do Orç

24000

MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA

Código Orç

Identificação do Orç

24101

MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA

INSERIR, EM ALGUM DOS CASOS, O "AMEND" E A "PARA" QUE CONTÉM O ITEM A SER EMENDADO

Anexo

Tabela 4

Página

005-II.2

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Texto

Função 03 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Subprograma 0055 - PESQUISA APLICADA

Meta 0067 - Projetos de Pesquisa Aplicada Apoiados

Região: NA

Quantidade: 5680

	De Capital	DESPESAS Correntes	Total
Valor	1.284.813	657.373	1.942.186
Alterar para	1.684.813	860.468	2.545.281

JUSTIFICATIVA

É necessário acrescentar ao subprograma pesquisa aplicada, o valor de Cr\$ 603.095 milhões, no grupo fonte 1, fonte 100, referentes à contrapartida do PADCT que, por equívoco no cadastramento dos dados, foram indevidamente incluídos no subprograma participação societária (0035), meta (0063), do NCT, na fonte 100. Está sendo apresentada paralelamente emenda corretiva no subprograma participação societária, não havendo, portanto, nesse caso, acréscimo no valor global do órgão.

002-00068-0

LÍDER PARLAMENTAR		PÁGINA	
1831		01 de 01	
I - AUTOR DA EMENDA			
NOME		PARTIDO	
HELIO ROSAS		PMDB	
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO			
CÓDIGO ORÇ	DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO		
24000	MINISTERIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA		
CÓDIGO UNO	DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		
24101	MINISTERIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA		
EMENDA, EM ALGUMAS ANÁLISES, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTER O ITEM A SER EMENDADO		ANEXO	PÁGINA
		Tabela 4	003-II.2

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Fonte

Função 03 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
 Subprograma 0035-PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA
 Meta 0063 - Projetos Empresariais de P&D apoiados
 Região: NA

DESPESAS

	De Capital	Total
Valor	6.739.777	6.739.777
Alterar para	6.136.682	6.136.682

Justificação

Por equívoco, no cadastramento dos dados, foram incluídos nos recursos de Participação Societária, meta 0063, no grupo fonte 1, fonte 100, Cr\$ 603.095 milhões que de fato, eram destinados à contrapartida do PADCT (MCT 24101), Subprograma 0055, pesquisa aplicada, meta 0067. Dessa forma, estão sendo apresentadas concomitantemente duas emendas corretivas. Esta, que suprime o valor de Cr\$ 603.095 milhões do subprograma 0035 e outra que acrescenta esse montante ao subprograma pesquisa aplicada, meta 0067, onde está incluído o PADCT.

002-00069-0

LÍDER PARLAMENTAR		PÁGINA	
1831		01 de 01	
I - AUTOR DA EMENDA			
NOME		PARTIDO	
WELINTON FAGUNDES		PL	
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO			
CÓDIGO ORÇ	DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO		
28000	MINISTERIO DA INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO		
CÓDIGO UNO	DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		
28001	MINISTERIO DA INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO		
EMENDA, EM ALGUMAS ANÁLISES, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTER O ITEM A SER EMENDADO		ANEXO	PÁGINA
		II	179

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Fonte

INCLUIA-SE NO SUB-PROGRAMA 0363 - PROMOÇÃO DO TURISMO - NO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO.
 META 0492 - TRECHO RODOVIÁRIO IMPLANTADO, RECURSOS PARA ATENDER A REGIÃO CENTRO-OESTE (CO).

INCLUSÃO: META 0492 - SUB-PROGRAMA 0363			
REGIÃO	META	FONTE	DESPESAS DE CAPITAL
CO	150	1	167.625
DEDUÇÃO			
REGIÃO	META	FONTE	DESPESAS DE CAPITAL
NE	150	1	167.625

Justificação

A REGIÃO CENTRO-OESTE, APESAR DE SEU POTENCIAL TURÍSTICO, NÃO TEM RECEBIDO OS RECURSOS QUE LHE PERMITIRÃO UMA CAPTAÇÃO SUBSTANCIAL DE DIVISAS PARA A NAÇÃO.

NÃO SE PODE ESQUECER DA RODOVIA TRANSPANTANEIRA EM MATO GROSSO, A QUAL ATRAVESSA O PANTANAL E OS ACESSOS AOS BALNEÁRIOS DE ÁGUAS QUENTES.

É NECESSÁRIA A INCLUSÃO DE RECURSOS DE MANEIRA A QUE SE DESENVOLVA O TURISMO DA REGIÃO.

002-00070-1

CÓDIGO PARLAMENTAR 1831		PLANO 01 de 01
I - AUTOR DA EMENDA		
NOME WELINTON FAGUNDES		PARTIDO PL MT
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO		
Código de Origem 32000	NOMENCLATURA DO ORÇÃO MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA	
Código para Origem ELETROBRAS	NOMENCLATURA DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA ELETROBRAS	
NOME, EM ALFABETO MAIÚSCULO, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CORTARÁ O ITEM A SER EMENDADO		ANEXO II PÁGINA 167

III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

TEXTO			
INCLUI-SE NO SUB-PROGRAMA 0263 - GERAÇÃO DE ENERGIA HIDRELÉTRICA - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA - META 0195 - CONCLUSÃO DE NOVAS USINAS HIDRELÉTRICAS - RECURSOS PARA ATENDER A REGIÃO CENTRO-OESTE.			
INCLUSÃO: SUB-PROGRAMA 0263 - META 0195.			
REGIÃO	META	FONTE	DESPESAS DE CAPITAL
CO	230	5	2.844.504
DEDUÇÃO: SUB-PROGRAMA 0263 - META 0195			
REGIÃO	META	FONTE	DESPESAS DE CAPITAL
NE	230	5	2.844.504

Justificação

A REGIÃO CENTRO-OESTE É CARENTE EM TERMOS DE ENERGIA ELÉTRICA.

EM ESPECIAL DESTACA-SE O ESTADO DE MATO GROSSO O QUAL DEPENDE QUASE QUE EXCLUSIVAMENTE DA ENERGIA ORIUNDA DE OUTROS ESTADOS.

NÃO HÁ COMO NEGAR A IMPORTÂNCIA QUE REPRESENTA A USINA DO MANSO, CUJAS OBRAS VEM SE ARRASTANDO A ANOS E, ATUALMENTE ENCONTRA-SE PARALIZADA COM GRANDES PREJUÍZOS AO ESTADO, QUE SE VE TOLHIDO EM SEU DESENVOLVIMENTO, E AO PAÍS, PELO QUE JÁ FOI INVESTIDO E ESTÁ SE PERDENDO.

002-00071-0

NUMERO PARLAMENTAR 1831	ANEXO 01 DE 01																														
I - AUTOR DA EMENDA WELINTON FAGUNDES																															
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO																															
CODIGO DA EMENDA 43000	IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL																														
CODIGO DA EMENDA 43101	IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL																														
REGRAS, EM ALGUMAS SITUAÇÕES, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO																															
ANEXO 147																															
III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO																															
<p>INCLUIA-SE NO SUB-PROGRAMA 0537 - CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS, NO MINISTÉRIO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL.</p> <p>META 0492 - TRECHO RODOVIÁRIO IMPLANTADO, RECURSOS PARA ATENDER A REGIÃO CENTRO-OESTE.</p> <p>INCLUSÃO: SUB-PROGRAMA 0537: META 0492</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>REGIÃO</th> <th>META</th> <th>QUANTIDADE</th> <th>FONTE</th> <th>DESPESAS DE CAPITAL</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>CO</td> <td>850</td> <td>1</td> <td></td> <td>430.483</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>2</td> <td></td> <td>164.738</td> </tr> </tbody> </table> <p>DEDUÇÕES: SUB-PROGRAMA 0537: META 0492</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>REGIÃO</th> <th>META</th> <th>QUANTIDADE</th> <th>FONTE</th> <th>DESPESAS DE CAPITAL</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>NA</td> <td>850</td> <td>1</td> <td></td> <td>430.483</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>2</td> <td></td> <td>164.738</td> </tr> </tbody> </table>		REGIÃO	META	QUANTIDADE	FONTE	DESPESAS DE CAPITAL	CO	850	1		430.483			2		164.738	REGIÃO	META	QUANTIDADE	FONTE	DESPESAS DE CAPITAL	NA	850	1		430.483			2		164.738
REGIÃO	META	QUANTIDADE	FONTE	DESPESAS DE CAPITAL																											
CO	850	1		430.483																											
		2		164.738																											
REGIÃO	META	QUANTIDADE	FONTE	DESPESAS DE CAPITAL																											
NA	850	1		430.483																											
		2		164.738																											
<p>DEVIDO AO FATO DE QUE A REGIÃO CENTRO-OESTE É A MAIOR PRODUTORA DE GRÃOS DO PAÍS, SÃO NECESSÁRIOS RECURSOS QUE PERMITAM QUE AS SAFRAS NÃO VENHAM A SE PERDER PELA FALTA DE RODOVIAS EM BOAS CONDIÇÕES.</p> <p>HÁ A NECESSIDADE DE PAVIMENTAÇÃO DE SUAS RODOVIAS VICINAIS, PRINCIPALMENTE AS COLETORAS.</p>																															

002-00072-8

NUMERO PARLAMENTAR 1831	ANEXO 01 DE 01																														
I - AUTOR DA EMENDA WELINTON FAGUNDES																															
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO																															
CODIGO DA EMENDA 43000	IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL																														
CODIGO DA EMENDA 43101	IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL																														
REGRAS, EM ALGUMAS SITUAÇÕES, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO																															
ANEXO 147																															
III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO																															
<p>INCLUIA-SE NO SUB-PROGRAMA 0534 - ESTRADAS VICINAIS - DO MINISTÉRIO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL - META 0492 - TRECHO RODOVIÁRIO IMPLANTADO, RECURSOS PARA ATENDER A REGIÃO CENTRO-OESTE.</p> <p>INCLUSÃO: META 0492 - SUB-PROGRAMA 0534</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>REGIÃO</th> <th>META</th> <th>QUANTIDADE</th> <th>FONTE</th> <th>DESPESAS DE CAPITAL</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>CO</td> <td>1200</td> <td>1</td> <td></td> <td>856.740</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>2</td> <td></td> <td>162.368</td> </tr> </tbody> </table> <p>DEDUÇÕES: META 0492 - SUB-PROGRAMA 0534</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>REGIÃO</th> <th>META</th> <th>QUANTIDADE</th> <th>FONTE</th> <th>DESPESAS DE CAPITAL</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>NA</td> <td>1200</td> <td>1</td> <td></td> <td>856.740</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>2</td> <td></td> <td>162.368</td> </tr> </tbody> </table>		REGIÃO	META	QUANTIDADE	FONTE	DESPESAS DE CAPITAL	CO	1200	1		856.740			2		162.368	REGIÃO	META	QUANTIDADE	FONTE	DESPESAS DE CAPITAL	NA	1200	1		856.740			2		162.368
REGIÃO	META	QUANTIDADE	FONTE	DESPESAS DE CAPITAL																											
CO	1200	1		856.740																											
		2		162.368																											
REGIÃO	META	QUANTIDADE	FONTE	DESPESAS DE CAPITAL																											
NA	1200	1		856.740																											
		2		162.368																											

JUSTIFICATIVA

A REGIÃO CENTRO-OESTE É A MAIOR PRODUTORA DE GRAOS DA NAÇÃO.
 HA NECESSIDADE PREMENTE DE SER EXECUTADA UMA MALHA DE RODOVIAS VICINAIS PARA
 ATENDER AS NECESSIDADES DOS PRODUTORES, EVITANDO-SE ASSIM AS PERDAS DE PRODUÇÃO
 QUE CAUSAM DANOS PARA TODA A POPULAÇÃO BRASILEIRA.

002-00073-6

PROPOSTA PARLAMENTAR 1831	PLANO 01 DE 01
I - AUTOR DA EMENDA	
NOME WELINTON FAGUNDES	PARTIDO PL
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO	
CODIGO ORÇ 43000	DESCRIÇÃO DE BOM Ministério da Integração Regional
CODIGO ORÇ 43101	DESCRIÇÃO DE BOM Ministério da Integração Regional
TÍTULOS, EM ALFABÉTICO ALFABÉTICO, O "ANEXO" E O "PÁGINA" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO	
ANEXO II	PÁGINA 144

III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

INCLUIA-SE NO SUB-PROGRAMA 0323 - PLANEJAMENTO URBANO NO MINISTÉRIO DE INTE-
 GRAÇÃO REGIONAL - META 0022.
 TRECHO PAVIMENTADO RECURSOS PARA ATENDER A REGIÃO CENTRO-OESTE (CO).
 INCLUSÃO: META 0022 - SUB-PROGRAMA 0323.

REGIÃO	META	QUANTIDADE	FONTE	DESPESAS DE CAPITAL
CO		15	1	4.283

DEDUÇÃO: META 0022

REGIÃO	META	QUANTIDADE	FONTE	DESPESAS DE CAPITAL
NO		15	1	4.283

JUSTIFICATIVA

A REGIÃO CENTRO-OESTE, POR SER A MAIOR PRODUTORA DE GRAOS DO PAÍS, CARECE DE
 RECURSOS EM DIVERSAS ÁREAS URBANAS QUE POSSIBILITEM O CRESCIMENTO DE TODA ESSA
 REGIÃO.

002-00074-4

PROPOSTA PARLAMENTAR 1831	PLANO 01 DE 01
I - AUTOR DA EMENDA	
NOME WELINTON FAGUNDES	PARTIDO PL
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO	
CODIGO ORÇ 32000	DESCRIÇÃO DE BOM MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA
CODIGO ORÇ ELETROBRÁS	DESCRIÇÃO DE BOM ELETROBRÁS
TÍTULOS, EM ALFABÉTICO ALFABÉTICO, O "ANEXO" E O "PÁGINA" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO	
ANEXO FI	PÁGINA 169

III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

INCLUIA-SE NO SUB-PROGRAMA 0247 - TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - NO MINISTÉRIO
 DE MINAS E ENERGIA - META 0199, - LINHA DE TRANSMISSÃO CONSTRUÍDA, RECURSOS PARA
 ATENDER A REGIÃO CENTRO-OESTE.

INCLUSÃO: SUB PROGRAMA 0267 - META 0199			
META	QUANTIDADE	FONTES	DESPESAS DE CAPITAL
REGIÃO C O	800	5	4.736.327
DEDUÇÃO: SUB PROGRAMA 0207 - META 0199			
META	QUANTIDADE	FONTES	DESPESAS DE CAPITAL
REGIÃO N E	237	5	1.690.000
REGIÃO n o	166	5	753.260
REGIÃO S D	254	5	1.310.265
REGIÃO S L	143	5	982.802

JUSTIFICATIVA

NÃO HÁ COMO SE NEGAR A IMPORTÂNCIA DA REGIÃO CENTRO-OESTE NO PROCESSO PRODUTIVO NACIONAL.

INFELIZMENTE A REGIÃO CENTRO-OESTE É OBRIGADA A EXPORTAR SEUS PRODUTOS PRIMÁRIOS E IMPORTAR OS MESMOS PRODUTOS DEVIDAMENTE INDUSTRIALIZADOS, DEVIDO À QUASE QUE TOTAL IMPOSSIBILIDADE DE INSTALAÇÃO DE INDÚSTRIAS DEVIDO A FALTA DE ENERGIA ELÉTRICA.

HÁ QUE SE RESSALTAR, EM ESPECIAL, O ESTADO DE MATO GROSSO EM SUAS REGIÕES NORTE E MÉDIO NORTE, DE ALTÍSSIMO POTENCIAL ECONÔMICO, QUE ESTÃO PRIVADOS DE ENERGIA ELÉTRICA PELA FALTA DE LINHAS DE TRANSMISSÃO, IMPEDINDO ASSIM O SEU PLENO DESENVOLVIMENTO.

002-00075-2

CÓDIGO PARLAMENTAR 1831		FOLHA 01 01	
I - AUTOR DA EMENDA			
NOME WELINTON FAGUNDES		PARTE PL	UF MT
II - IDENTIFICAÇÃO DO DEPOSITO EMENDADO			
CÓDIGO DA EMENDA 35000	DESCRIÇÃO DO OBJETO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES		
CÓDIGO DA EMENDA 39201	DESCRIÇÃO DA EMENDA ORÇAMENTÁRIA DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM		
NÚMERO, EM ALFABÉTICO, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTÉM O ITEM A SER EMENDADO		ANEXO II	PÁGINA 100

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

INCLUIA-SE NO SUB PROGRAMA 0537 - CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS NO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - META 0022 - TRECHO PAVIMENTADO, ACRÉSCIMO DE RECURSOS PARA ATENDER A REGIÃO CENTRO-OESTE.

META	QUANTIDADE	FONTE	DESPESAS DE CAPITAL
REGIÃO C O	350	5	4.808.405

META	QUANTIDADE	FONTE	DESPESAS DE CAPITAL
REGIÃO C O		5	4.808.405

POR SER A MAIOR PRODUTORA DE GRÃOS DO PAÍS A REGIÃO CENTRO-OESTE NECESSITA DE INVESTIMENTOS QUE VENHAM A INCREMENTAR AINDA MAIS SUA PRODUÇÃO, GERANDO EMPREGOS E DIMINUINDO OS CUSTOS.

HÁ QUE SE DAR UMA ATENÇÃO ESPECIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO, NO QUAL EXISTEM AINDA RODOVIAS FEDERAIS NÃO PAVIMENTADAS QUE CAUSAM AS MAIS PRODUTIVAS REGIÕES DO ESTADO. SÃO OS CASOS DA BR 364 NO TRECHO ENTRE DIAMANTINO E ENTRONCAMENTO COM A RODOVIA ESTADUAL MT - 170 E, O PROSSEGUIMENTO DA PAVIMENTAÇÃO DA RODOVIA BR 163 ATÉ A DIVISA COM O PARÁ. A PAVIMENTAÇÃO DESSAS DUAS IMPORTANTÍSSIMAS RODOVIAS RESULTARÁ EM BENEFÍCIOS IMEDIATOS À REGIÃO E CONSEQUENTEMENTE A NAÇÃO.

002-00076-1

CÂMARA PARLAMENTAR 1831		PÁGINA 01 DE 01																					
I - AUTOR DA EMENDA																							
NOME WELINTON FAGUNDES		PARTIDO PL	UF MT																				
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO																							
CÓDIGO ORÇÃO 43000	DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO MINISTÉRIO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL																						
CÓDIGO UNO, ORÇ 43101	DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA MINISTÉRIO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL																						
UNIDADE, EM ALFABÉTICO ALFABÉTICO, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTÉM O ITEM A SER EMENDADO		ANEXO II	PÁGINA 142																				
III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO																							
<p>INCLUIA-SE NO SUB PROGRAMA 0183 - PROGRAMAÇÃO ESPECIAL NO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL - META 0506 - INFRAESTRUTURA ECONÔMICA E SOCIAL, ACRÉSCIMO DE RECURSOS DESTINADOS À REGIÃO CENTRO-OESTE.</p> <p>ACRÉSCIMO: SUB PROGRAMA 0183 - META 0506</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>REGIÃO</th> <th>META</th> <th>QUANTIDADE</th> <th>FONTE</th> <th>DESPESAS DE CAPITAL</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>C O</td> <td></td> <td>3</td> <td>1</td> <td>325.840</td> </tr> </tbody> </table> <p>DEDUÇÃO: SUB PROGRAMA 0183 - META 0506</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>REGIÃO</th> <th>META</th> <th>QUANTIDADE</th> <th>FONTE</th> <th>DESPESAS DE CAPITAL</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>N A</td> <td></td> <td>3</td> <td>1</td> <td>325.840</td> </tr> </tbody> </table>				REGIÃO	META	QUANTIDADE	FONTE	DESPESAS DE CAPITAL	C O		3	1	325.840	REGIÃO	META	QUANTIDADE	FONTE	DESPESAS DE CAPITAL	N A		3	1	325.840
REGIÃO	META	QUANTIDADE	FONTE	DESPESAS DE CAPITAL																			
C O		3	1	325.840																			
REGIÃO	META	QUANTIDADE	FONTE	DESPESAS DE CAPITAL																			
N A		3	1	325.840																			
<p>JUSTIFICAÇÃO</p> <p>HÁ NECESSIDADE DE SEREM ALOCADOS MAIS RECURSOS PARA A REGIÃO CENTRO-OESTE DENTRO DO SUB PROGRAMA 0183.</p> <p>EM ESPECIAL, PARA MATO GROSSO, SÃO NECESSÁRIOS RECURSOS QUE PERMITAM A CONCLUSÃO DOS DISTRITOS INDUSTRIAIS DE RONDONÓPOLIS, CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE, OS QUAIS REPRESENTAM E PARTICIPAM DO CRESCIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DA REGIÃO.</p>																							

002-00077-9

CÂMARA PARLAMENTAR 1831		PÁGINA 01 DE 01																															
I - AUTOR DA EMENDA																																	
NOME WELINTON FAGUNDES		PARTIDO PL	UF MT																														
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO																																	
CÓDIGO ORÇÃO 43000	DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL																																
CÓDIGO UNO, ORÇ 43101	DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL																																
UNIDADE, EM ALFABÉTICO ALFABÉTICO, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTÉM O ITEM A SER EMENDADO		ANEXO II	PÁGINA 147-7																														
III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO																																	
<p>INCLUIA-SE NO SUB-PROGRAMA 0538 - CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS - NO MINISTÉRIO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL - META 0026.</p> <p>TRECHO RODOVIÁRIO RESTAURADO, RECURSOS PARA ATENDER A REGIÃO CENTRO-OESTE.</p> <p>INCLUSÃO: SUB-PROGRAMA 0538 - META 0026.</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>REGIÃO</th> <th>META</th> <th>QUANTIDADE</th> <th>FONTE</th> <th>DESPESAS DE CAPITAL</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>CO</td> <td></td> <td>1500</td> <td>-</td> <td>756.341</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>2</td> <td>112.015</td> </tr> </tbody> </table> <p>DEDUÇÕES: SUB-PROGRAMA 0538 - META 0026</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>REGIÃO</th> <th>META</th> <th>QUANTIDADE</th> <th>FONTE</th> <th>DESPESAS DE CAPITAL</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>NA</td> <td></td> <td>1500</td> <td>1</td> <td>756.541</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>2</td> <td>112.015</td> </tr> </tbody> </table>				REGIÃO	META	QUANTIDADE	FONTE	DESPESAS DE CAPITAL	CO		1500	-	756.341				2	112.015	REGIÃO	META	QUANTIDADE	FONTE	DESPESAS DE CAPITAL	NA		1500	1	756.541				2	112.015
REGIÃO	META	QUANTIDADE	FONTE	DESPESAS DE CAPITAL																													
CO		1500	-	756.341																													
			2	112.015																													
REGIÃO	META	QUANTIDADE	FONTE	DESPESAS DE CAPITAL																													
NA		1500	1	756.541																													
			2	112.015																													

JUSTIFICAÇÃO

DEVIDO AO FATO DE QUE A REGIÃO CENTRO-OESTE É A MAIOR PRODUTORA DE GRAOS DO PAÍS, É JUSTO QUE A MAIOR PARCELA DOS RECURSOS DESTINADOS À RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS SEJAM DESTINADOS PARA ESSA REGIÃO.

É DE FUNDAMENTAL IMPORTÂNCIA QUE TODA A MALHA RODOVIÁRIA VICINAL SEJA MANTIDA EM BOAS CONDIÇÕES DE TRAFEGO DURANTE TODO O ANO AFIM DE SE EVITAREM OS PREJUÍZOS E ALTOS CUSTOS DE TRANSPORTES DA PRODUÇÃO DA REGIÃO.

002-00079-7	
ORÇAMENTO PARLAMENTAR	01 = 01
I - AUTOR DA EMENDA	
Nome	DEPUTADO PRISCO VIANA
Partido	PPR
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO	
Ordem da Emenda	01
Ordem da Emenda	01
III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Art. A programação de investimentos, no âmbito de cada órgão ou entidades federais, não poderá contemplar nenhum subprojeto novo no biênio 1.993/95

JUSTIFICAÇÃO

A vedação aqui proposta tem o caráter restritivo necessário para que o governo que estiver saindo não comprometa os recursos dos orçamentos dos anos posteriores e, ao mesmo tempo, permite que ele concentre recursos em metas prioritárias e conclua algumas de suas obras. Por outro lado, também possibilita ao governo entrante tempo e disponibilidade de recursos financeiros para fazer o programa de governo e o PPA para o próximo período de sua vigência sem constrangimentos herdados.

002-00079-5	
ORÇAMENTO PARLAMENTAR	01 = 05
I - AUTOR DA EMENDA	
Nome	DEPUTADO PRISCO VIANA
Partido	PPR
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO	
Ordem da Emenda	01
Ordem da Emenda	01
III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	
<p>Art. Na definição dos subprojetos prioritários pela União não serão incluídos os que se</p>	

destinem a municípios com mais de quinhentos mil habitantes e/ou a unidades político-administrativa cuja densidade populacional seja superior à média brasileira.

JUSTIFICAÇÃO

A proposição aqui apresentada tem objetivo evitar que a União continue a investir em infra-estrutura urbana ou em construção de "favelas de concreto", ou em outro tipo de infra-estrutura que estimule a concentração populacional, urbana ou regional, sem se importar com a raiz do problema que é a descentralização de renda, ou com o bem-estar do indivíduo. Ao invés, o Orçamento da União tem carreado recursos para estimular a concentração populacional e demonstrar a incapacidade de fazer frente aos investimentos que decorrem deste tipo de política.

Esta proposição visa, também, enfatizar, dar coerência e fortalecer a motivação maior que levou a União a criar o Ministério da Integração Regional, a qual considera como "elementos essenciais para viabilizar um desenvolvimento mais harmônico, do ponto de vista social", elementos como "a configuração regional-espacial da alocação dos investimentos em infra-estrutura, em atividades produtivas e na formação de capital humano, a criação de condições para a desconcentração econômica e demográfica das cidades e a utilização racional do meio ambiente e dos recursos naturais...".

De outro lado, a superpopulação que hoje se observa nas capitais dos Estados e suas regiões metropolitanas deve sugerir uma inversão do fluxo migratório interno na busca do equilíbrio locacional da população sob pena de agravarmos as péssimas condições sociais atualmente verificadas nessas áreas, como a falta de habitação, de hospitais, de água e saneamento, o desemprego, tudo isso a motivar a violência e a criminalidade.

Na década de 40 a população era mais concentrada nas pequenas cidades e na zona rural. Eram cerca de 70%

ali e apenas 30% nas grandes cidades. Essa estatística inverteu-se. Atualmente quase 80% da população brasileira mora nas cidades e estas a cada dia pioram nas suas condições humanas, sociais. É tempo de iniciarmos essa inversão, cuja liderança cabe ao poder público - ao Congresso Nacional e ao Governo da União.

002-00000-9

NÚMERO PARLAMENTAR:		PÁGINA 01 de 02		SISTEMAS DE APLICAÇÃO	
I - AUTOR DA EMENDA					
NOME DEPUTADO PRISCO VIANA				PARTIDO PPR	
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO					
CÓDIGO ORÇÃO		DISCRIMINAÇÃO DO ORÇÃO			
CÓDIGO ITEM ORÇ		DISCRIMINAÇÃO DO ITEM ORÇAMENTÁRIO			
EMENDA, EM ALFABÉTICO ORDENADO, O "ANEXO" E A "PARTE" QUE DEVE SER LIDA A SER EMENDADA					

III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. A programação de investimentos constante deste PPA para o período a que se destina obedecerá, no que se refere ao seu valor global, aos seguintes critérios de distribuição:

I - 34% (trinta e quatro por cento), proporcional à população de cada Estado;

II - 33% (trinta e três por cento), inversamente proporcional à renda "per capita" de cada Estado;

JUSTIFICAÇÃO	
<p>Esta proposta considera que parte do critério aprovado na Lei nº 8.694, de 12 de agosto de 1.993 (LDO), relativo à programação dos investimentos federais para 1.994, deva ser estendido para 1.995.</p>	
<p>III - 33% (trinta e três por cento), proporcional à população com coerências alimentares típicas da indigência.</p>	
<p>Parágrafo único - Excetuar-se-ão do valor global referido neste artigo os valores consignados a subprogramas que agrupem projetos que devam ser excluídos em obediência a critérios fixados na Constituição Federal bem como aqueles relativos à segurança e defesa nacional.</p>	

Não vamos como defender a manutenção da excepcionalidade, para o ano de 1.995, de construção, recuperação e manutenção de portos, aeroportos, ferrovias, rodovias e sistemas de geração e transmissão de energia elétrica sem a observância dos critérios de distribuição aqui defendidos e sem a observância da necessidade de a União continuar trilhando os caminhos da descentralização administrativa.

002-00081-7

NOME DO AUTOR		NÚMERO		INFORMAÇÕES DE PUBLICAÇÃO	
		01 - 02			
I - AUTORIA					
NOME				PARTE	TP
DEPUTADO PRISCO VIANA				PPR	3A
II - IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO IDENTIFICADO					
TÍTULO		SUBTÍTULO			
NOME DO AUT		INSCRIÇÃO DE AUTORES			
NOME DO AUT		INSCRIÇÃO DE AUTORES			
NOME DO AUT		INSCRIÇÃO DE AUTORES			

I - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. Os orçamentos deverão contemplar projetos prioritários, de forma a compensar as despesas realizadas pelo Governo Federal com a manutenção dos órgãos Federais, do Congresso Nacional, do Tribunal de Contas da União e do Poder Judiciário, visando facilitar o cumprimento do disposto no caput do art. 35, que fixa o prazo para reduzir as desigualdades inter-regionais.

JUSTIFICAÇÃO

Desde a promulgação da Constituição, mandatória no combate às desigualdades inter-regionais, não se vê absolutamente nenhum programa que, realmente tenha como objetivo claro a inversão do fluxo migratório de forma a mudar a direção do que está acontecendo em relação às desigualdades regionais. As desigualdades têm crescido, ao invés de diminuir.

Esta emenda visa criar condições mais incisivas de se combater este aumento das desigualdades inter-regionais, de acordo com a art. 165, § 7º combinado com o art. 35, § 1º, IV das Disposições Constitucionais Transitórias.?

001-10000-1

RETRAIÇÕES DE PREENCHIMENTO

CONGRESSO PARLAMENTAR	01 DE 01
-----------------------	----------

I - AUTOR DA EMENDA

NOME	PARTIDO	UF
DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA	PFL	BA

II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO

CÓDIGO ORÇÃO	DESIGNAÇÃO DO ORÇÃO
32.000	MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
CÓDIGO UNO ORÇ	DESIGNAÇÃO NA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
	MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

INDICAR, EM ALFABÉTICO INVERSO, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO

ANEXO	PÁGINA
2	47

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

Acrescente-se nas diretrizes do Setor de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia:

-Revitalização do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

JUSTIFICAÇÃO

O Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica se faz necessário em razão dos elevados níveis de desperdício de energia verificadas nas indústrias do país.

001-10000-1

RETRAIÇÕES DE PREENCHIMENTO

CONGRESSO PARLAMENTAR	01 DE 01
-----------------------	----------

I - AUTOR DA EMENDA

NOME	PARTIDO	UF
DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA	PFL	BA

II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO

CÓDIGO ORÇÃO	DESIGNAÇÃO DO ORÇÃO
32.000	MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
CÓDIGO UNO ORÇ	DESIGNAÇÃO NA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
	Ministério de Minas e Energia

INDICAR, EM ALFABÉTICO INVERSO, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO

ANEXO	PÁGINA
2	47

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

-Acrescente-se as diretrizes do Setor de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia:

-Promover a regularização das concessões com o estabelecimento dos respectivos contratos de concessões.

JUSTIFICAÇÃO

Cumprir a Constituição e preservar os direitos do consumidor e dos concessionários.

002-00094-1

MEMO PARLAMENTAR		01	01
I - AUTOR DA EMENDA			
NOME		PARTIDO	UF
DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA		PFL	BA
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO			
ORÇÃO ORÇÃO	RENUMERAÇÃO DO ORÇÃO		
36.000	MINISTÉRIO DA SAÚDE		
RENUMERAÇÃO ORÇ	RENUMERAÇÃO DO ORÇÃO RECAPITULADA		
	MINISTÉRIO DA SAÚDE		
DESCRIBIR, EM ALFABÉTICO ALFABÉTICO, O "ARTIGO" E A "PARÁGRAFO" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO		ANEXO	PÁGINA
		2	54
III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO			
TEXTO			
Adite-se as diretrizes do Ministério da Saúde:			
-Estabelecer um Programa Nacional de Planejamento Familiar.			
JUSTIFICAÇÃO			
Dar igualdade de condições às famílias carentes para o acesso ao conhecimento e aos métodos para o planejamento da família, de modo a assegurar-lhes o mesmo direito já obtido pelas famílias de maior renda.			

002-00095-1

MEMO PARLAMENTAR		01	01
I - AUTOR DA EMENDA			
NOME		PARTIDO	UF
DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA		PFL	BA
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO			
ORÇÃO ORÇÃO	RENUMERAÇÃO DO ORÇÃO		
22.000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E REFORMA AGRÁRIA		
RENUMERAÇÃO ORÇ	RENUMERAÇÃO DO ORÇÃO RECAPITULADA		
	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E REFORMA AGRÁRIA		
DESCRIBIR, EM ALFABÉTICO ALFABÉTICO, O "ARTIGO" E A "PARÁGRAFO" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO		ANEXO	PÁGINA
		02	27
III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO			
TEXTO			
Adite-se aos objetivos do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e Reforma Agrária:			
-Implantar o Programa Nacional de Eletrificação rural com de			
finição e recursos para o financiamento da eletrificação rural.			
JUSTIFICAÇÃO			
O país não dispõe de um Programa de Eletrificação Rural que atenda as necessidades e os recursos, hoje carreados na área de Eletrificação Rural são todos à fundo perdido e que não permite a realimentação e a formação do fundo que seria possível com o financiamento.			

002-00096-9

RETRABALHO DE PREENCHIMENTO

CÓDIGO PARLAMENTAR

PÁGINA

01

DE 01

I - AUTOR DA EMENDA

NOME
DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIAPARTIDO
PFLUF
BA

II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO

CÓDIGO DO ORÇÃO

36.000

DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

CÓDIGO UNO SPC

36.000

DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

INDICAR, EM ALFABÉTICO, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO

ANEXO

02

PÁGINA

47

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

Acrescente-se ao Setor de Petróleo e Gás Natural do Ministério de Minas e Energia:

DIRETRIZES;

-Assegurar o suprimento de gás natural para o desenvolvimento das empresas estaduais.

(Distribuição de gás natural)

JUSTIFICAÇÃO

Cumprir a Constituição.

002-00097-1

RETRABALHO DE PREENCHIMENTO

CÓDIGO PARLAMENTAR

PÁGINA

01

DE 01

I - AUTOR DA EMENDA

NOME

Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA

PARTIDO

PFL

UF

BA

II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO

CÓDIGO DO ORÇÃO

32.000

DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

CÓDIGO UNO SPC

32.101

DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

INDICAR, EM ALFABÉTICO, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO

ANEXO

02

PÁGINA

48

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

Muda-se o item dos objetivos de Energia Elétrica:

-Continuidade das obras em andamento, com destaque para a implantação de usinas hidrelétricas de médio porte, particularmente nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste.

PARA:

-Continuidade das obras em andamento, com destaque para a implantação de usinas hidrelétricas de médio porte, particularmente nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste e Corumbá I - GO.

JUSTIFICAÇÃO

O aproveitamento Hidrelétrico de Corumbá I está sendo construído no Município de Caldas Novas - GO. Este empreendimento, com potência prevista de 384 MW, situa-se a 300 Km de Brasília. Conforme recentes estimativas de demandas energéticas elaboradas pela Eletrobrás, o sistema elétrico interligado da região Sudeste estará em condições críticas de suprimento já no biênio de 95/96. Esta carência é consequência do desbalanço entre oferta e demanda, decorrente de paralisação no Programa de Desenvolvimento das novas fontes energéticas.

Este quadro faz com que o racionamento seja inevitável, principalmente nas pontas do sistema, o que inclui a região Centro-Oeste de Brasília.

O aumento de recursos solicitado é portanto, de vital importância para garantir o ritmo de construção das obras e a antecipação da data de geração desta hidrelétrica, evitando racionamentos e quedas de energia na região de Brasília.

002-00000-4

ANTES DE PREENCHER, LEIA CUIDADOSAMENTE AS INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

CÓDIGO PARLAMENTAR

PÁGINA 01 DE 01

I - AUTOR DA EMENDA

NOME Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA

PARTIDO PFL

UF BA

II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO

CÓDIGO ORÇÃO	32.000	INFORMAÇÃO DO ORÇÃO	MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
CÓDIGO UNO ORÇ.	32.101	INFORMAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

INDICAR, EM ALFABÉTICOS INVERTIDOS, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTÉM O ITEM A SER EMENDADO

ANEXO 02

PÁGINA 48

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

Muda-se o item dos objetivos de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia:

- Conclusão de obras civis e início de operação da UHE Xingó, além da instalação das últimas turbinas da UHE Samuel.

PARA:

- Conclusão de obras civis e início de operação da UHE Xingó, além da conclusão das obras civis e instalação das últimas turbinas da UHE Samuel.

JUSTIFICAÇÃO

Um dos maiores entraves ao desenvolvimento de nossa região é o atual sistema de geração elétrica feito através de usinas termoeletricas na maioria com vida útil vencida, provocando constante interrupções no fornecimento, além do alto custo com derivados de Petróleo.

A solução para este problema está na conclusão da Usina de Samuel, com potência instalada de 216 KW, hoje com duas turbinas em operação, faltando muito pouco para conclusão das obras e entrada em operação das três últimas turbinas.

002-00000-2

ANTES DE PREENCHER, LEIA CUIDADOSAMENTE AS INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

CÓDIGO PARLAMENTAR

1904

PÁGINA 01 DE 01

I - AUTOR DA EMENDA

NOME VALDOMIRO LIMA

PARTIDO PDS

UF RS

II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO

CÓDIGO ORÇÃO		INFORMAÇÃO DO ORÇÃO	MINISTERIO DA INDUSTRIA COMERCIO E TURISMO
CÓDIGO UNO ORÇ.		INFORMAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	

INDICAR, EM ALFABÉTICOS INVERTIDOS, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTÉM O ITEM A SER EMENDADO

ANEXO II

PÁGINA 145

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

Altere-se a regionalização do Subprograma promoção do Turismo, código Funcional Programático nº 07.xxx.0363, do Ministério da Ind., do Com. e do Turismo, página 145 da mensagem 71/93 CN.

DESPESA DE CAPITAL (Cr\$ - Milhões)		DESPESAS CORRENTES (Cr\$ - Milhões)	
DE: NA -	200	DE: NA -	81.380
EX -	0	EX -	0
N -	1.300	N -	2.500
NE -	1.955.732	NE -	25.306
SE -	0	SE -	0
S -	0	S -	0
CO -	0	CO -	0
PARA:		PARA:	
NA -	200	NA -	81.380
EX -	0	EX -	0
N -	1.050	N -	2.400
NE -	1.700.732	NE -	25.106
SE -	0	SE -	0
S -	505.000	S -	300
CO -	0	CO -	0

JUSTIFICACAO

Os Estados do Sul desenvolvem o Programa Sul Fronteiras no âmbito do MERCOSUL, que propõe ações na área de turismo, centradas na promoção do patrimônio histórico, cultural e nas áreas de preservação ambiental, visando o desenvolvimento sustentado da região Sul, através exploração intensiva de suas potencialidades.

Face a posição estratégica da região Sul no MERCOSUL, a de do programa e os objetivos a que se propõe atingir, deve mereção especial por parte do governo federal.

002-00099-5

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

CÓDIGO PARLAMENTAR 1924		PÁGINA 01 de 01	
I - AUTOR DA EMENDA			
NOME VALDOMIRO LIMA		PARTIDO PDT RS	
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO			
CÓDIGO ORÇÃO	RENOVAÇÃO DO ORÇÃO		
CÓDIGO UNID. ORÇ.	MINISTÉRIO DO BEM-ESTAR SOCIAL		
DESCRIÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
INCLUIR, EM ALGARISMOS ARÁBICOS, O "ADENDO" E A "PÁGINA" QUE CONTER O ÍTEM A SER EMENDADO			PÁGINA 188

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

<p>Altere-se a regionalização do Subprograma Sistemas de Esgotos, código Funcional-programático nº 13.XXX.0449, do Ministério do Bem-Estar Social, página 188, da mensagem nº 71/93/CN</p>	
DESPESA DE CAPITAL (Cr\$ - Milhões)	DESPESA CORRENTES (Cr\$ Milhões)
DE: NA - 1.526.808	DE: NA - 0
EX - 0	EX - 0
N - 1.312.876	N - 0
NE - 1.969.314	NE - 0
SE - 1.312.876	SE - 0
S - 787.725	S - 0
CO - 1.181.589	CO - 0
PARA:	PARA:
NA - 1.526.808	NA - 0
EX -	EX - 0
N - 1.012.876	N - 0
NE - 1.969.314	NE - 0
SE - 1.312.876	SE - 0
S - 1.087.725	S - 0
CO - 1.181.589	CO - 0

JUSTIFICACAO

A região Sul é a fronteira do Brasil com os países do MERCOSUL, merecendo uma atenção especial no tocante a serviços públicos de interesse comum e uma priorização por parte do governo federal.

Os Estados do Sul desenvolvem o programa Sul Fronteiras que propõe ações na área de saneamento ambiental, propondo ainda ações imediatas nos municípios de fronteira visando a implantação de barreiras sanitárias, evitando a disseminação de doenças de veiculação hídrica.

002-00001-4

CÓDIGO PARLAMENTAR 1304	PÁGINA 01 de 01
I - AUTOR DA EMENDA	
NOME VALDOMIRO LIMA	PARTIDO PDT RS
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO	
CÓDIGO ORÇÃO MINISTÉRIO DO BEM-ESTAR SOCIAL	
CÓDIGO UNO ORÇ DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	
INICIAR, EM ALFABÉTICO ALFABÉTICO, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO	
ANEXO II	PÁGINA 175

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

<p>Altere-se a regionalização do Subprograma Habitações Urbanas, código Funcional programático nº 10.xxx.0316, do Ministério do Bem-Estar Social, página 175, da mensagem nº 71/93/CN.</p>	
DESPESA DE CAPITAL (Cr\$ - Milhões)	DESPESAS CORRENTES (Cr\$ - Milhões)
DE: NA - 0	DE: NA - 0
EX - 0	EX - 0
N - 7.326.347	N - 0
NE - 14.652.692	NE - 0
SE - 9.361.445	SE - 0
S - 4.884.231	S - 0
CO - 4.447.213	CO - 0
PARA:	PARA:
NA - 0	NA - 0
EX - 0	EX - 0
N - 6.326.347	N - 0
NE - 14.652.692	NE - 0
SE - 9.361.445	SE - 0
S - 5.884.231	S - 0
CO - 4.447.213	CO - 0

É reconhecido nacionalmente o agravamento acelerado da situação habitacional do RS, especialmente pela proliferação de áreas de sub-habituação nos grandes centros urbanos, criando bolsões de miséria. Torna-se inviável a solução destes problemas somente com recursos do Estado e municípios. A intenção é atuar em conjunto com a União, não só nas grandes cidades, como promover programas para cidades de pequeno/médio porte e áreas rurais, numa tentativa de minimizar os movimentos migratórios.

002-00002-2

CÓDIGO PARLAMENTAR 1304	PÁGINA 02 de 02
I - AUTOR DA EMENDA	
NOME VALDOMIRO LIMA	PARTIDO PDT RS
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO	
CÓDIGO ORÇÃO MINISTÉRIO DO BEM-ESTAR SOCIAL	
CÓDIGO UNO ORÇ DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	
INICIAR, EM ALFABÉTICO ALFABÉTICO, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO	
ANEXO	PÁGINA

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

<p>Altere-se a regionalização do subprograma Abastecimento D'água, código Funcional-programático nº 13.xxx.0447, do Ministério do Bem-Estar Social, página 187 da mensagem nº 71/93/CN.</p>	
DESPESA DE CAPITAL (Cr\$ - Milhões)	DESPESA CORRENTES (Cr\$ - Milhões)
DE: NA - 4.136.550	DE: NA - 27.186
EX - 0	EX - 0
N - 2.186.227	N - 0
NE - 5.924.943	NE - 0
SE - 2.962.472	SE - 0
S - 1.458.645	S - 0
CO - 2.221.855	CO - 0

PARA:		PARA:	
NA -	4.136.550	NA -	0
EX -	0	EX -	0
N -	1.886.227	N -	0
NE -	5.924.943	NE -	0
SE -	2.962.472	SE -	0
S -	1.758.645	S -	0
CO -	2.221.855	CO -	0

Autorização

A região Sul é a fronteira do Brasil com os países do MERCOSUL, merecendo uma atenção especial no tocante a serviços públicos de interesse comum e uma priorização por parte do governo federal.

Os Estados do Sul desenvolvem o programa Sul Fronteiras que propõe ações na área de saneamento ambiental, assumindo como base geográfica as bacias hidrográficas de Fronteira; melhoria nas condições de abastecimento de água, esgotamento sanitário e recuperação e preservação ambiental, propondo ainda ações imediatas nos municípios de fronteira visando a implantação de barreiras sanitárias, evitando a disseminação de doenças de veiculação hídrica.

002-00003-1

CÓDIGO PARLAMENTAR 1304		PÁGINA 1 DE 1	
I - AUTOR DA EMENDA			
NOME VALDOMIRO LIMA		PARTIDO PDT RS	
X - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO			
CÓDIGO DO CDD	IDENTIFICAÇÃO DO CDD		
	MINISTÉRIO DO BEM-ESTAR SOCIAL		
CÓDIGO UNO CDD	IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		
INDICAR, EM ALGUMAS PALAVRAS, O "ANEXO" E A "PARTE" QUE CONTÉM O ITEM A SER EMENDADO		ANEXO II	PÁGINA 197

II - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TÍTULO

Altere-se a regionalização da Função 15 - ASSISTENCIA E PREVIDÊNCIA, Subprograma 0485 - Assistência a Velhice, do Ministério do Bem-Estar Social, Meta 0015 - Idoso Atendido, pág. 197, da mensagem 71/93/CN.

DESPESA CORRENTE

de: CO: 252.479
NE: 1.198.638
NO: 599.640
SD: 2.849.116
SL: 315.600

DESPESA CORRENTE

para: CO: 252.479
NE: 1.100.000
NO: 599.640
SD: 2.800.000
SL: 463.354

Autorização

A regionalização proposta não atende as necessidades das regiões brasileiras. As condições climáticas e a expectativa de vida na Região Sul é maior do que nas outras regiões, o que deve-se dar um maior apoio ao Subprograma Assistência a Velhice.

002-00094-9

CÓDIGO PARLAMENTAR 1004		PÁGINA 1 de 1	
I - AUTOR DA EMENDA			
NOME VALDOMIRO LIMA		PARTIDO PDT	UF RS
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO			
CÓDIGO ORÇÃO	DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO MINISTÉRIO DO BEM-ESTAR SOCIAL		
CÓDIGO UNO ORÇ	DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		
INICIAR, EM ALGARISMOS ARÁBICOS, O "TÍTULO" E A "PÁGINA" QUE CONTEM O ÍTEM A SER EMENDADO		ANEXO II	PÁGINA 195

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Altere-se a regionalização da Função 15 - ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA, Subprograma 0483- Assistência ao Menor, do Ministério do Bem-Estar Social, Meta 0014 - Criança Atendida, pág. 195 da mensagem 71/93/CN.

DESPESA CORRENTE

de: CO: 1.549.306
NE: 5.376.916
NO: 3.679.598
SD: 4.840.575
SL: 1.859.960

DESPESA CORRENTE

para: CO: 1.549.306
NE: 4.876.916
NO: 3.679.598
SD: 4.840.575
SL: 2.359.960

JUSTIFICAÇÃO

A regionalização proposta não atende as corretas necessidades das Regiões Brasileiras. As condições climáticas da Região Sul, justificam um maior apoio ao subprograma Assistência ao Menor.

002-00095-7

CÓDIGO PARLAMENTAR 1004		PÁGINA 1 de 1	
I - AUTOR DA EMENDA			
NOME VALDOMIRO LIMA		PARTIDO PDT	UF RS
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO			
CÓDIGO ORÇÃO	DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES		
CÓDIGO UNO ORÇ	DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA REFFSA		
INICIAR, EM ALGARISMOS ARÁBICOS, O "TÍTULO" E A "PÁGINA" QUE CONTEM O ÍTEM A SER EMENDADO		ANEXO II	PÁGINA 201

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Altere-se a regionalização do Subprograma FERROVIAS, código funcional-programático n.XX.XXX,0542, do Ministério dos Transportes, meta 0028, página 201, da Mensagem n.71/93/CN.

Cr\$ milhões abril - 93

DESP.	CAPITAL	fonte	META	TRECHO
				FERROV. RECUP.
			(KM)	
de: NA -	2.481.977	1	260	
SD -	1.860.077	5	50	
SL -	70.350	5	5	

DESP. CAPITAL			META
			TRECHO FERROV. RECUP.
			(KM)
Para: NA -	381.842	1	180
SD -	1.880.077	5	50
SL -	607.970		58
SL -	670.350	1	
SL -	188.188	5	

JUSTIFICAÇÃO

JUSTIFICAÇÃO

A regionalização proposta não atende as corretas necessidades das Regiões brasileiras. As condições das vias férreas da Região Sul obrigam a um maior apoio ao Subprograma FERROVIAS na meta de TRECHO FERROVIÁRIO RECUPERADO.

002-00096-E

ORDEN PARLAMENTAR 1904	PÁGINA 01-01
I - AUTOR DA EMENDA	
NOME VALDOMIRO LIMA	PARTIDO PDT RS
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO	
CÓDIGO ORÇÃO MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E DESPORTOS	
CÓDIGO UNID. ORÇ. MINISTÉRIO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	
INDICAR, EM ALFABÉTICO, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO	
ANEXO II	PÁGINA 151

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

Alterar-se a regionalização da meta 0381, instituição Privada Apoiada do Ministério de Educação e Desporto, subprograma 0185, função Educação e Cultura, pág.151, anexo II, da Mensagem n.71 de 1993.

Cr\$ milhões abril-93

De:		despesa	
	quant.	Fonte	capital
CO	873	2	8.589
NE	4.741	2	48.087
NO	853	2	8.589
SD	405	2	14.800
SL	548	2	6.012

Para:		despesa	
	quant.	Fonte	capital
CO	578	2	5.900
NE	3.872	2	38.508
NO	497	2	5.075
SD	2.256	2	22.398
SL	1.215	2	13.005

JUSTIFICAÇÃO

JUSTIFICAÇÃO

A regionalização proposta prejudica a Região Sul e desconsiderar projetos em andamento neste Subprograma.

COMO PARLAMENTAR 1904		PÁGINA 01 de 01	002-00097-3
I - AUTOR DA EMENDA NOME VALDOMIRO LIMA			
PARTIDO PDT			
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO DISPOSITIVO MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E DESPORTO ORÇÃO UNIV. ORÇ. DEMONSTRAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTAL			
INDICAR, EM ALGUMAS ORÇAMENTOS O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO		ANEXO II	PÁGINA 152
III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO Texto Altere-se a regionalização da meta 0378, Escola Equipada do Ministério da Educação e Desporto, sub-programa 0187, função Educação e Cultura, pág.152, anexo II, da Mensagem n.71 de 1993. Cr\$ milhões abril-93			
De:			
	quant.	Fonte	despesa capital
GO	18	2	7.300
NE	110	2	43.100
NO	19	2	7.300
SD	32	2	12.900
SL	12	2	4.400
Para:			
	quant.	Fonte	despesa capital
GO	14	2	5.152
NE	88	2	34.500
NO	11	2	4.432
SD	50	2	19.580
SL	29	2	11.355
JUSTIFICAÇÃO A regionalização proposta prejudica a Região Sul, desconsiderando suas carências.			

CÓDIGO PARLAMENTAR <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; display: inline-block; margin-top: 10px;">1304</div>		PÁGINA <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; display: inline-block; margin-top: 10px;">1 de 1</div>	
---	--	---	--

I - AUTOR DA ENUNCIADA

NOME <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin-top: 5px;">VALDOMIRO LIMA</div>	PARTIDO <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; display: flex; justify-content: space-between; margin-top: 5px;"> PDT RS </div>
---	---

II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO ENUNCIADO

CÍDIO DO DISPOSITIVO <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin-top: 5px;">MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E DO DESPORTO</div>	DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin-top: 5px;"></div>
---	--

INDICAR, EM ALGUMAS DAS ALTERNATIVAS, O "SIM/NÃO" E A "PÁGINA" QUE CONTÉM O ITEM A SER ENUNCIADO	ANEXO <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin-top: 5px;">II</div>	PÁGINA <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin-top: 5px;">466</div>
--	--	--

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TEXTO	<p>Amplie-se a meta 0389, CAIC (implantado) do Ministério de Educação e do Desporto, subprograma 0483, função Educação e Cultura, pág. 466, anexo II, da Mensagem n. 71 de 1983.</p> <p style="text-align: right; margin-right: 50px;">Cr\$ milhões abril-83</p> <table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th></th> <th style="text-align: right;">quant.</th> <th style="text-align: right;">fonte</th> <th style="text-align: right;">desp. Capital</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>De:</td> <td style="text-align: right;">420</td> <td style="text-align: right;">2e5</td> <td style="text-align: right;">18.058.748</td> </tr> <tr> <td>Para:</td> <td style="text-align: right;">583</td> <td></td> <td style="text-align: right;">28.493.583</td> </tr> <tr> <td>CO</td> <td style="text-align: right;">82</td> <td style="text-align: right;">2</td> <td style="text-align: right;">2.982.298</td> </tr> <tr> <td>NE</td> <td style="text-align: right;">150</td> <td style="text-align: right;">2</td> <td style="text-align: right;">7.345.322</td> </tr> <tr> <td>NO</td> <td style="text-align: right;">50</td> <td></td> <td style="text-align: right;">3.084.691</td> </tr> </tbody> </table>		quant.	fonte	desp. Capital	De:	420	2e5	18.058.748	Para:	583		28.493.583	CO	82	2	2.982.298	NE	150	2	7.345.322	NO	50		3.084.691
	quant.	fonte	desp. Capital																						
De:	420	2e5	18.058.748																						
Para:	583		28.493.583																						
CO	82	2	2.982.298																						
NE	150	2	7.345.322																						
NO	50		3.084.691																						

		2	2.454.013
		5	830.878
SD	150	2	8.531.288
SL	150	2	8.549.984
FONTE PARA CANCELAMENTO:			
Meta 0377, Subprograma 0188, pág.153			
		fonte	desp.Capital
Total	2		7.733.834
CO	2		881.409
NE	2		4.278.877
NO	2		791.548
SD	2		1.332.129
SL	2		471.771

JUSTIFICACAO

JUSTIFICACAO

O objetivo desta emenda é o de reforçar esta importante meta do Subprograma Assistência ao Menor.

002-00009-0

CÂMERA PARLAMENTAR 1904 PÁGINA 01 de 01

I - AUTOR DA EMENDA

NOME VALDOMIRO LIMA PARTIDO PDS UF RS

II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO

CÓDIGO ORÇÃO DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO

ORÇÃO LÍMITE ORÇ. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL

DENOMINAÇÃO DE UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

VERIFICAR, EM ALFABÉTICO ALFABÉTICO, O "ANEXO" E O "PARA" QUE CONTÉM O ITEM A SER EMENDADO

ANEXO II PÁGINA 144

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TEXTO			
Altere-se a regionalização do subprograma Planejamento Urbano, código Funcional-Programático nº 07.xxx.0323 do Ministério da Integração Regional, página 144, da mensagem nº 71/93/CN			
DESPESA DE CAPITAL (Cr\$ - Milhões)		DESPESAS CORRENTES (Cr\$ - Milhões)	
DE: NA -	8.314.839	DE: NA -	17.500
EX -	0	EX -	0
N -	1.951.441	N -	39.438
NE -	2.988.088	NE -	44.628
SE -	2.017.086	SE -	72.826
S -	1.208.256	S -	78.806
CO -	1.796.524	CO -	24.711
PARA:		PARA:	
NA -	8.314.839	NA -	17.500
EX -	0	EX -	0
N -	1.951.441	N -	39.438
NE -	2.188.088	NE -	24.628
SE -	2.017.086	SE -	72.826
S -	2.008.256	S -	98.806
CO -	1.796.524	CO -	24.711

JUSTIFICACAO

A organização territorial assume importância fundamental na região Sul face a necessidade de descompressão urbana e interiorização econômica, diminuindo a pressão nos grandes centros urbanos na busca de maior equilíbrio regional.

Por outro lado, a integração do MERCOSUL exigirá uma intervenção nos Estados do Sul para acelerar o crescimento econômico e social, organizar o desenvolvimento das cidades de forma harmônica com a preservação do meio ambiente e integrada com os demais países.

CÂMARA PARLAMENTAR		PÁGINA		002-00100-7																																																									
1904		1 de 1																																																											
I - AUTOR DA EMENDA																																																													
NOME				PARTIDO																																																									
VALDOMIRO LIMA				PDT RS																																																									
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO																																																													
Código de área		DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO																																																											
		MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DA REFORMA AGRÁRIA																																																											
Código UPM ORÇ.		DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA																																																											
INDICAR, EM ALFABÉTICO INVERTIDO, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO				PÁGINA																																																									
				127																																																									
III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO																																																													
<p>Altere-se a regionalização da meta 0251, Estoque Estratégico Formado (t), do Ministério da Agricultura e da Reforma Agrária, subprograma 0088, função Agricultura, pág.127, anexo II, da Mensagem n.71 de 1993.</p> <p style="text-align: center;">Cr\$ milhões abril-93</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">De:</th> <th colspan="2">despesa</th> </tr> <tr> <th></th> <th>quant.</th> <th>Fonte</th> <th>capital</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>CO</td> <td>2.500.000</td> <td>1</td> <td>48.000.000</td> </tr> <tr> <td>NE</td> <td>250.000</td> <td>1</td> <td>2.300.000</td> </tr> <tr> <td>NO</td> <td>1.000.000</td> <td>1</td> <td>9.200.000</td> </tr> <tr> <td>SO</td> <td>250.000</td> <td>1</td> <td>2.300.000</td> </tr> <tr> <td>SL</td> <td>1.000.000</td> <td>1</td> <td>9.200.000</td> </tr> </tbody> </table> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Para:</th> <th colspan="2">despesa</th> </tr> <tr> <th></th> <th>quant.</th> <th>Fonte</th> <th>capital</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>CO</td> <td>2.000.000</td> <td>1</td> <td>18.400.000</td> </tr> <tr> <td>NE</td> <td>250.000</td> <td>1</td> <td>2.300.000</td> </tr> <tr> <td>NO</td> <td>250.000</td> <td>1</td> <td>2.300.000</td> </tr> <tr> <td>SO</td> <td>250.000</td> <td>1</td> <td>2.300.000</td> </tr> <tr> <td>SL</td> <td>2.250.000</td> <td>1</td> <td>20.700.000</td> </tr> </tbody> </table> <p style="text-align: center;">JUSTIFICACAO</p> <p>A regionalização proposta prejudica a Região Sul. A Região é responsável por mais de 40% da produção agrícola nacional, necessitando maior apoio no Subprograma 0088.</p>						De:		despesa			quant.	Fonte	capital	CO	2.500.000	1	48.000.000	NE	250.000	1	2.300.000	NO	1.000.000	1	9.200.000	SO	250.000	1	2.300.000	SL	1.000.000	1	9.200.000	Para:		despesa			quant.	Fonte	capital	CO	2.000.000	1	18.400.000	NE	250.000	1	2.300.000	NO	250.000	1	2.300.000	SO	250.000	1	2.300.000	SL	2.250.000	1	20.700.000
De:		despesa																																																											
	quant.	Fonte	capital																																																										
CO	2.500.000	1	48.000.000																																																										
NE	250.000	1	2.300.000																																																										
NO	1.000.000	1	9.200.000																																																										
SO	250.000	1	2.300.000																																																										
SL	1.000.000	1	9.200.000																																																										
Para:		despesa																																																											
	quant.	Fonte	capital																																																										
CO	2.000.000	1	18.400.000																																																										
NE	250.000	1	2.300.000																																																										
NO	250.000	1	2.300.000																																																										
SO	250.000	1	2.300.000																																																										
SL	2.250.000	1	20.700.000																																																										

CÂMARA PARLAMENTAR		PÁGINA		002-00101-5																													
1904		01 de 01																															
I - AUTOR DA EMENDA																																	
NOME				PARTIDO																													
VALDOMIRO LIMA				PDT RS																													
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO																																	
Código de área		DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO																															
		MINISTÉRIO DA CULTURA																															
Código UPM ORÇ.		DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA																															
INDICAR, EM ALFABÉTICO INVERTIDO, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO				PÁGINA																													
				162																													
III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO																																	
<p>Altere-se a regionalização do Subprograma Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico, código funcional-programático nº 08.xxx.0246, do Ministério da Cultura, página 162 da mensagem 71/93CN.</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">DESPESA DE CAPITAL (Cr\$-Milhões)</th> <th colspan="2">DESPESA CORRENTE (Cr\$-Milhões)</th> </tr> <tr> <th>DE:</th> <th></th> <th>DE:</th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>NA</td> <td>435.928</td> <td>NA</td> <td>226.893</td> </tr> <tr> <td>EX</td> <td>0</td> <td>EX</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>N</td> <td>29.000</td> <td>N</td> <td>29.000</td> </tr> <tr> <td>NE</td> <td>45.000</td> <td>NE</td> <td>41.748</td> </tr> <tr> <td>SE</td> <td>29.000</td> <td>SE</td> <td>93.009</td> </tr> </tbody> </table>						DESPESA DE CAPITAL (Cr\$-Milhões)		DESPESA CORRENTE (Cr\$-Milhões)		DE:		DE:		NA	435.928	NA	226.893	EX	0	EX	0	N	29.000	N	29.000	NE	45.000	NE	41.748	SE	29.000	SE	93.009
DESPESA DE CAPITAL (Cr\$-Milhões)		DESPESA CORRENTE (Cr\$-Milhões)																															
DE:		DE:																															
NA	435.928	NA	226.893																														
EX	0	EX	0																														
N	29.000	N	29.000																														
NE	45.000	NE	41.748																														
SE	29.000	SE	93.009																														

S -	0	S -	84
CO -	559.228	CO -	3.228
PARA:		PARA:	
NA -	405.928	NA -	206.893
EX -	0	EX -	
N -	29.000	N -	33.236
	45.000	NE -	41.748
-	29.000	SE -	93.009
S -	30.000	S -	20.084
CO -	559.228	CO -	3.228

JUSTIFICAÇÃO

Os Estados da Região Sul estão desenvolvendo o programa Sul Fronteiras no âmbito do MERCOSUL que propõe ações na área de turismo, centradas na promoção do patrimônio histórico e cultural, visando a integração do MERCOSUL.

É importante salientar que o elemento de integração mais marcante dos quatro países do MERCOSUL (em especial o Brasil com a região Sul) é o cultural, merecendo uma priorização por parte do governo federal.

002-00102-3

CÓDIGO PARLAMENTAR 1904	PÁGINA 01 DE 01
----------------------------	--------------------

I - AUTOR DA EMENDA

NOME VALDOMIRO LIMA	PARTIDO PDT	UF RS
------------------------	----------------	----------

II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO

CÓDIGO ORÇÃO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES.	DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO
CÓDIGO UNF. ORÇ.	DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTAL

INDICAR, EM ALFABÉTICOS ARABICOS, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO

ANEXO II	PÁGINA 203
-------------	---------------

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

Altere-se a regionalização do Subprograma Transporte Metropolitano, código Funcional-programático nº 16.xxx.0572, do Ministério dos Transportes., página 203, da mensagem 71/93/CN.

DESPESA DE CAPITAL (Cr\$ - Milhões)

DE: NA -	0
EX -	0
N -	0
NE -	13.136.414
SE -	14.852.349
S -	0
CO -	0

PARA:

NA -	0
EX -	0
N -	0
NE -	9.136.414
SE -	14.852.349
S -	5.335.502
CO -	0

DESPESA CORRENTES (Cr\$ - Milhões)

DE: NA -	0
EX -	0
N -	0
NE -	981.762
SE -	4.144.907
S -	486.350
CO -	0

PARA:

NA -	0
EX -	0
N -	0
NE -	941.762
SE -	4.144.907
S -	526.350
CO -	0

JUSTIFICAÇÃO

O crescimento acelerado da região metropolitana de Porto Alegre (RS) exige intervenções urgentes na área de transporte, por se tratar do espaço mais dinâmico do Estado, concentrando 30% da sua população em apenas 2% do seu território.

Os problemas de transporte estão assumindo proporções incontornáveis, saturando as redes existentes e exigindo investimentos na expansão e modernização dos serviços.

002-00103-4

CÓDIGO PARLAMENTAR	PÁGINA
1904	1 de 1

I - AUTOR DA EMENDA

NOME	PARTIDO
VALDOMIRO LIMA	PDT

II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO

CÓDIGO ORÇÃO	DESCRIÇÃO DO ORÇÃO
	MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
CÓDIGO UNID. ORÇ.	DESCRIÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
	DNCR

INDICAR, EM ALFABÉTICO, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTÉM O ITEM A SER EMENDADO	ANEXO	PÁGINA
	II	200

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Alterar-se a regionalização da meta 0022, Trecho Pavimentado (km) do Ministério dos Transportes, subprograma 0537, função Transportes, pág.200, anexo II, da Mensagem n.71 de 1993.

Gr\$ milhões abril-93

De:

	quant.	Fonte	despesa capital
GO	108	1	1.434.032
NE	118	1	1.654.652
NO	339	1	4.658.610
SD	74	1	992.792
SL	22	1	330.930

Para:

	quant.	Fonte	despesa capital
GO	80	1	1.062.245
NE	100	1	1.402.247
NO	279	1	3.842.307
SD	74	1	992.792
SL	118	1	1.781.423

JUSTIFICAÇÃO

JUSTIFICAÇÃO

A regionalização proposta prejudica a Região Sul ao desconsiderar os projetos em andamento de Rodovias nos Estados do Paraná, Santa Catarina, e Rio Grande do Sul.

002-00104-4

CÓDIGO PARLAMENTAR	PÁGINA
1904	1 de 1

I - AUTOR DA EMENDA

NOME	PARTIDO
VALDOMIRO LIMA	PDT

II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO

CÓDIGO ORÇÃO	DESCRIÇÃO DO ORÇÃO
	MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
CÓDIGO UNID. ORÇ.	DESCRIÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
	MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

INDICAR, EM ALFABÉTICO, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTÉM O ITEM A SER EMENDADO	ANEXO	PÁGINA
	II	202

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Alterar-se a regionalização do Subprograma PORTOS E TERMINAIS MARÍTIMOS, código funcional-programático n.XX.XXX.0583, do Ministério dos Transportes, meta 0034, página 202, da Mensagem n.71/93/CN.

Gr\$ milhões abril-93				
DESP. CAPITAL		fonte	META	DRAGAGEM REALIZADA (M3)
de: NO -	114,254	5		1.400.000
NE -	77,389	5		281.847,338
SO -	2.312,329	5		38.200.000
SL -	104,800	5		1.800.000

DESP. CAPITAL fonte META				
DRAGAGEM REALIZA		(M3)		
para: NO -	114,254	5		1.400.000
NE -	77,389	5		281.847,338
SO -	1.840,867	5		30.000.000
SL -	607,970	5		9.281.990

JUSTIFICACÃO

A regionalização proposta não atende as corretas necessidades das Regiões brasileiras. As condições das vias de navegação da Região Sul obrigam a um maior apoio ao Subprograma Portos e Terminais Marítimos na meta de realização de dragagem na Região.

002-00105-8

CÓDIGO PARLAMENTAR 1904 PÁGINA 1 de 1

I - AUTOR DA EMENDA

NOME VALDOMIRO LIMA PARTIDO PPS UF RS

II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO

CÓDIGO ORÇÃO	DESCRIÇÃO DO ORÇÃO
	MINISTÉRIO DA SAÚDE/FUNDAÇÃO NACIONAL DA SAÚDE
CÓDIGO UNID. ORÇ.	DESCRIÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

INÍCIO, EM ALGUMAS ALÍNEAS, O "APÊNDICE" E O "PÁRAGRAFO" QUE CONTÉM O ITEM A SER EMENDADO APÊNDICE II PÁGINA 186

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

Atera-se a regionalização do subprograma MODERNIZAÇÃO DA REDE BÁSICA DE SAÚDE (UNIDADE), código funcional-programático nº 13.075.0090, do Ministério da Saúde, página 186, da mensagem nº 71/93/CN.

DESPESA DE CAPITAL

de: NA=1.120.540
SE=3.172.000

DESPESA DE CAPITAL

para: NA=1.061.546
SE=3.172.000
S= 58.994

JUSTIFICACÃO

A rede de Unidades Assistenciais da SSMA, que presta a assistência sanitária à população gaúcha, necessita de reformas e/ou construção de novos prédios para qualificar seu atendimento. As condições climáticas adversas refletem na procura de atendimento médico que, quanto mais diversificado e aparelhado, diminui as internações hospitalares e na mortalidade geral da população.

002-00106-3

CÓDIGO PARLAMENTAR 1904 PÁGINA 1-1

I - AUTOR DA EMENDA

NOME VALDOMIRO LIMA PARTIDO PDT UF RS

II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO

CÓDIGO EMENDA DENOMINAÇÃO DE EMENDA

CÓDIGO UNIC. DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

INSCRIÇÃO, EM ALFABÉTICO ALFABÉTICO, O "ANEXO" E O "PARÁGRAFO" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO

ANEXO II PÁGINA 187

III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

Altera-se a Regionalização do Sub-programa EXPANSÃO DA REDE LAB. SAÚDE PÚBLICA (LABORATÓRIO), Código funcional-programático nº 13.075.00 95, do Ministério da Saúde, página 187, da mensagem nº 71/93/CN.

DESPESA DE CAPITAL

DE: NA = 2.425.914

DESPESA DE CAPITAL

PARA: NA = 2.360.614

S = 65.300

JUSTIFICAÇÃO

A rede de Laboratórios de Saúde Pública da SSMA, que presta a assistência laboratorial à população gaúcha, necessita de reformas e/ou construção de novos prédios para qualificar o seu atendimento. As condições climáticas adversas refletem na procura por atendimento médico que necessita do suporte laboratorial qualificado para diminuir a morbi/mortalidade geral da população e os custos de muitas internações hospitalares.

002-00107-4

CÓDIGO PARLAMENTAR 1904 PÁGINA 1-1

I - AUTOR DA EMENDA

NOME VALDOMIRO LIMA PARTIDO PDT UF RS

II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO

CÓDIGO EMENDA DENOMINAÇÃO DE EMENDA

CÓDIGO UNIC. DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

INSCRIÇÃO, EM ALFABÉTICO ALFABÉTICO, O "ANEXO" E O "PARÁGRAFO" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO

ANEXO II PÁGINA 93

III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

Para a regionalização, do SUBPROGRAMA 0024 INFORMÁTICA, página 93 - TABELA 3, do Demonstrativo Sintático da Despesa Prioritária por Sub programa, propomos o seguinte:

DESPESA DE CAPITAL		DESPESA DE CAPITAL	
de:	NA: 6.756.165	Para:	NA: 6.700.000
	NO: 46.783		NO: 46.783
	NE: 130.251		NE: 130.251
	SD: 961.042		SD: 900.000
	SL: 146.234		SL: 263.441
	CO: 69.743		CO: 69.743

JUSTIFICAÇÃO

A proposta apresentada ^{de v}atenderá a atualização dos equipamentos de informática e dos profissionais da área.

002-00100-2

CÓDIGO PARLAMENTAR 1904		PÁGINA 1 de 1	
I - AUTOR DA EMENDA			
NOME VALDOMIRO LIMA		PARTIDO PDT	RS
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO			
CÓDIGO ORÇÃO	DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO		
CÓDIGO UNID. ORÇ.	DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		
INICIAR, EM ALFABETOS ARÁBICOS, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTÉM O ITEM A SER EMENDADO		ANEXO II	PÁGINA 94

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

Para a regionalização, do SUBPROGRAMA 0045 ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICAS-SOCIAIS, página 94, TABELA 3, do Demonstrativo Sintético da Despesa Prioritária por Subprograma, propomos o seguinte:

DESPESA DE CAPITAL

NA: 2.414.703

NO:

NE:

SD:

CO:

SL: 651.969

JUSTIFICAÇÃO

Visando manter atualizadas informações e conhecimentos referentes a situação sócio-econômica, bem como as condições de nossa realidade, dada o crescimento da crise que nos atinge, a Região Sul, objetivando subsidiar a elaboração e implementação de políticas públicas de proteção e apoio (resgate) às populações carenciadas e no resguardo do atendimento das necessidades básicas do cidadão, busca incentivar o o SUBPROGRAMA 0045.

002-00109-1

CÓDIGO PARLAMENTAR 1904		PÁGINA 01 de 01	
I - AUTOR DA EMENDA			
NOME VALDOMIRO LIMA		PARTIDO PDT	RS
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO			
CÓDIGO ORÇÃO	DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO		
CÓDIGO UNID. ORÇ.	DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		
INICIAR, EM ALFABETOS ARÁBICOS, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTÉM O ITEM A SER EMENDADO		ANEXO II	PÁGINA 151

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

Altera-se a regionalização da meta 0380 Instituição Pública apoiada do Ministério de Educação e Desporto, subprograma 0185, função Educação e Cultura, pág.151, anexo II, da Mensagem n.71 de 1993.

Cr\$ milhões abril-93

De:	quant.	Fonte	despesa capital
CO	308	2	12.883
NE	1.871	2	72.144
NO	301	2	12.883
SD	485	2	21.801
SL	192	2	9.018

Para:	quant.	Fonte	despesa capital
CO	445	2	18.324
NE	1.094	2	47.328
NO	400	2	17.388
SD	785	2	33.218
SL	287	2	11.593

JUSTIFICACAO

A regionalização proposta prejudica a Região Sul e desconsiderar projetos em andamento, neste Subprograma.

CADASTRO PARLAMENTAR	NUMERO	002-00110-4
1904	01-01	
I - AUTOR DA EMENDA		
NOME	PARTIDO	
VALDOMIRO LIMA	PDT RS	
II - IDENTIFICACAO DO DISPOSITIVO EMENDADO		
ORIGEM ORCAO	ORIGEM ORCAO	
MINISTERIO DE EDUCACAO E DESPORTOS		
ORIGEM UNIC. ORC	ORIGEM UNIC. ORC	
INDICAR, EM ALGUMAS ALÍNEAS, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO		
ANEXO	PÁGINA	
II	153	

III - TEXTO/JUSTIFICACAO

Altere-se a regionalização da meta 0378, Escola Equipada do Ministério da Educação e Desporto, sub-programa 0188, função Educação e Cultura, pág.153, anexo II, da Mensagem n.71 de 1993.

Cr\$ milhões abril-93

De:	quant.	Fonte	despesa capital
CO	3.896	264	1.422.458
NE	19.521	264	7.178.658
NO	3.781	264	1.318.271
SD	5.849	264	2.187.238
SL	2.384	264	785.147

Para:	quant.	Fonte	despesa capital
CO	2.417	264	885.684
NE	16.187	264	5.930.213
NO	2.079	264	781.803
SD	9.173	264	3.362.178
SL	5.327	264	1.951.813

JUSTIFICACAO

A regionalização proposta prejudica a Região Sul, desconsiderando suas necessidades da área do ensino público.

002-00111-2

COLEGIO PARLAMENTAR
1904

PÁGINA
01 de 01

I - AUTOR DA EMENDA

NOME
VALDOMIRO LIMA

PARTIDO
PDT RS

II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO

CÓDIGO ORÇÃO
DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO
MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

CÓDIGO UN E ORÇ
DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

INDICAR, EM ALFABÉTICO, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO

ANEXO
II

PÁGINA
153

X - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

Altere-se a regionalização da meta 0377, Sala de Aula Construída do Ministério de Educação e Desporto, subprograma 0188, função Educação e Cultura, pag.153, anexo II, da Mensagem n.71 de 1993.

Cr\$ milhões abril-93

De:

	quant.	Fonte	despesa capital
CO	2.023	264	4.226.844
NE	8.889	264	21.447.715
NO	1.839	264	3.883.281
SO	2.843	264	8.538.250
SL	1.153	264	2.314.888

Para:

	quant.	Fonte	despesa capital
CO	1.232	264	2.838.870
NE	8.255	264	17.867.954
NO	1.080	264	2.269.848
SO	4.877	264	10.018.859
SL	2.717	264	5.815.081

JUSTIFICAÇÃO

A regionalização proposta prejudica a Região Sul, desconsiderando suas necessidades da área do ensino público.

002-00112-1

COLEGIO PARLAMENTAR
1904

PÁGINA
01 de 01

I - AUTOR DA EMENDA

NOME
VALDOMIRO LIMA

PARTIDO
PDT RS

II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO

CÓDIGO ORÇÃO
DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL

CÓDIGO UN E ORÇ
DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

INDICAR, EM ALFABÉTICO, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO

ANEXO
IX

PÁGINA
143

X - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

Altere-se a regionalização do Subprograma Estudos e Pesquisas Hidrográficas, código Funcional-Programático nº 07.xxx.0296, do Ministério da Integração Regional, página 143, da mensagem 71/93 CN.

DESPESA DE CAPITAL (Cr\$ - Milhões)		DESPESAS CORRENTES (Cr\$ - Milhões)	
DE: NA -	0	DE: NA -	0
EX -	0	EX -	0
N -	0	N -	0
NE -	56.283	NE -	0
SE -	0	SE -	0
S -	0	S -	0
CO -	0	CO -	0

PARA:		PARA:	
NA -	0	NA -	0
EX -	0	EX -	0
N -	0	N -	0
NE -	31.283	NE -	0
SE -	0	SE -	0
S -	25.000	S -	0
CO -	0	CO -	0

JUSTIFICACÃO

A Região Sul, analisada sob uma ótica global, do ponto de vista de disponibilidade de água, apresenta um quadro favorável. No entanto, submetida a uma análise regionalizada, verifica-se que em determinadas regiões existem áreas com características hidrográficas que levam à escassez de água nos períodos de verão (secas) e ao excesso nos períodos de inverno (enchentes).

A contínua degradação da qualidade de água dos rios, associada à estiagem e às enchentes, tem levado à ocorrência de sérios conflitos de uso, notadamente entre o abastecimento público, a diluição de despejos, a irrigação e a geração de energia, sem contar o lazer.

Este quadro leva à necessidade de intervenção que permita o real conhecimento do comportamento hidrológico dos sistemas hídricos, com vistas à municiar os órgãos responsáveis pela gestão da água de instrumentos que permitam a minimização dos conflitos de uso.

002-00113-9

INDICAÇÕES DE PREENCHIMENTO

CÓDIGO PARLAMENTAR 1004	DATA 01 de 01
----------------------------	------------------

I - AUTOR DA EMENDA

NOME VALDOMIRO LIMA	PARTIDO PDT	UF RS
------------------------	----------------	----------

II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO

CÓDIGO ORÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DO ORÇÃO
	MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL
CÓDIGO UNO ORÇ	IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

INDICAR, EM ALGARISMOS ARÁBICOS, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO

ANEXO II	PÁGINA 139
-------------	---------------

III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

<p>Altere-se a regionalização do Subprograma irrigação, código Funcional-programático nº 07.xxx.0077, do Ministério da Integração Regional, página 139, da mensagem 71/93/CN.</p>																													
<p>DESPESA DE CAPITAL (Cr\$ - Milhões)</p> <table> <tr><td>DE: NA -</td><td>0</td></tr> <tr><td>EX -</td><td>0</td></tr> <tr><td>N -</td><td>173.969</td></tr> <tr><td>NE -</td><td>12.743.636</td></tr> <tr><td>SE -</td><td>2.149.972</td></tr> <tr><td>S -</td><td>1.208.515</td></tr> <tr><td>CO -</td><td>3.608.270</td></tr> </table>	DE: NA -	0	EX -	0	N -	173.969	NE -	12.743.636	SE -	2.149.972	S -	1.208.515	CO -	3.608.270	<p>DESPESA CORRENTES (Cr\$ - Milhões)</p> <table> <tr><td>DE: NA -</td><td>0</td></tr> <tr><td>EX -</td><td>0</td></tr> <tr><td>N -</td><td>75.930</td></tr> <tr><td>NE -</td><td>923.774</td></tr> <tr><td>SE -</td><td>77.679</td></tr> <tr><td>S -</td><td>86.228</td></tr> <tr><td>CO -</td><td>216.430</td></tr> </table>	DE: NA -	0	EX -	0	N -	75.930	NE -	923.774	SE -	77.679	S -	86.228	CO -	216.430
DE: NA -	0																												
EX -	0																												
N -	173.969																												
NE -	12.743.636																												
SE -	2.149.972																												
S -	1.208.515																												
CO -	3.608.270																												
DE: NA -	0																												
EX -	0																												
N -	75.930																												
NE -	923.774																												
SE -	77.679																												
S -	86.228																												
CO -	216.430																												
<p>PARA:</p> <table> <tr><td>NA -</td><td>0</td></tr> <tr><td>EX -</td><td>0</td></tr> <tr><td>N -</td><td>173.969</td></tr> <tr><td>NE -</td><td>9.743.636</td></tr> <tr><td>SE -</td><td>2.149.972</td></tr> <tr><td>S -</td><td>5.208.515</td></tr> <tr><td>CO -</td><td>2.608.270</td></tr> </table>	NA -	0	EX -	0	N -	173.969	NE -	9.743.636	SE -	2.149.972	S -	5.208.515	CO -	2.608.270	<p>PARA:</p> <table> <tr><td>NA -</td><td>0</td></tr> <tr><td>EX -</td><td>0</td></tr> <tr><td>N -</td><td>75.930</td></tr> <tr><td>NE -</td><td>723.774</td></tr> <tr><td>SE -</td><td>77.679</td></tr> <tr><td>S -</td><td>386.228</td></tr> <tr><td>CO -</td><td>116.430</td></tr> </table>	NA -	0	EX -	0	N -	75.930	NE -	723.774	SE -	77.679	S -	386.228	CO -	116.430
NA -	0																												
EX -	0																												
N -	173.969																												
NE -	9.743.636																												
SE -	2.149.972																												
S -	5.208.515																												
CO -	2.608.270																												
NA -	0																												
EX -	0																												
N -	75.930																												
NE -	723.774																												
SE -	77.679																												
S -	386.228																												
CO -	116.430																												

JUSTIFICACÃO

A região Sul, e particularmente o Estado do Rio Grande do Sul, respondem pela maior parte da produção agrícola brasileira.

As constantes oscilações climáticas têm provado significativas perdas na produção devido à estiagens, com graves reflexos na economia nacional.

O Rio Grande do Sul dispõe de amplas áreas agricultáveis que ainda não são exploradas devido à falta de água nos períodos em que ocorrem as safras de verão. Somente na bacia do Rio Santa Maria, existem cerca de 550.000 ha de áreas particularmente agrícolas. Destes, somente 80.000ha são cultivados face à falta d'água.

A incorporação destas áreas ao processo produtivo somente ocorrerá com aumento de oferta de água. Alia-se a isto a capacidade do agricultor de Região Sul em assimilar técnica de cultivo irrigado.

002-0014-7

INSTALAÇÕES DE PREENCHIMENTO

CÓDIGO PARLAMENTAR 1904		PÁGINA 01 DE 01	
I - AUTOR DA EMENDA			
NOME VALDOMIRO LIMA		PARTIDO PDT	Nº 125
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO			
CÓDIGO ORÇÃO	DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL		
CÓDIGO UNO ORÇ	DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		
INDICAR, EM ALFABÉTICOS INVERSIDADE, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO		ANEXO II	PÁGINA 143

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

Altere-se a regionalização do Subprograma Regularização de Cursos D'água código funcional-programático nº 07.xxx.0297, do Ministério da Integração Regional, página 143, da mensagem 71/93/CN.

DESPESA DE CAPITAL (Cr\$ - Milhões)

DE: NA -	0
EX -	0
N -	0
NE -	3.692.219
SE -	0
S -	0
CO -	0

DESPESAS CORRENTES (Cr\$ - Milhões)

DE: NA -	0
EX -	0
N -	0
NE -	0
SE -	0
S -	0
CO -	0

PARA:

NA -	0
EX -	0
N -	0
NE -	2.092.219
SE -	0
S -	1.600.000
CO -	0

PARA:

NA -	0
EX -	0
N -	0
NE -	0
SE -	0
S -	0
CO -	0

JUSTIFICAÇÃO

Se analisarmos o ano hiorológico (Região Sul) verificamos que 84% do deflúvio ocorre no período de abril a outubro, e 16% ocorre no período de novembro a março. Neste último período ocorre a maior demanda de água para irrigação, abastecimento público e diluição de despejos.

No período de inverno, quando estão disponíveis cerca de 84% do total de água, os usos são relativamente pequenos.

Isto mostra a necessidade de regularizar a disponibilidade de água durante o ano, acumulada nos períodos de excesso, minimizando com isso as enchentes, para liberar nos períodos de escassez diminuindo os conflitos de uso.

002-00115-5

INSTALAÇÕES DE PREENCHIMENTO

CÓDIGO PARLAMENTAR 1904		PÁGINA 1 DE 1	
I - AUTOR DA EMENDA			
NOME VALDOMIRO LIMA		PARTIDO PDT	Nº 125
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO			
CÓDIGO ORÇÃO	DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL		
CÓDIGO UNO ORÇ	DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		
INDICAR, EM ALFABÉTICOS INVERSIDADE, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO		ANEXO II	PÁGINA 139

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

Altere-se a regionalização da meta 0492, Obras Hidráulicas Realizadas (m3), do Ministério da Integração Regional, subprograma 0077, função Desenvolvimento Regional, pág.139, anexo II, da Mensagem n.71 de 1993.

Cr\$ milhões abril-93				
De:		despesa		
	quant.	Fonte	capital	
CO	80.170.337	1	2.235.273	
NE	1.086.931	1	1.080.358	
NO	1.086.931	1	25.847	
SD	21.118.803	1	888.701	
SL	34.156.536	1	498.188	

Para:		despesa		
	quant.	Fonte	capital	
CO	80.113.558	1	1.400.100	
NE	1.086.931	1	1.1	
NO	1.086.931	1		
SD	21.118.803	1	598.	
SL	54.213.315	1	1.243.280	

JUSTIFICAÇÃO

A regionalização proposta prejudica a Região Sul. A Região é responsável por mais de 40% da produção agrícola nacional, necessitando maior apoio no Sub-programa 0077.

001.001.000
001.001.000

COMISSÃO PARLAMENTAR	PÁGINA
1994	1 de 1

I - AUTOR DA EMENDA

NOME	PARTIDO	UF
VALDOMIRO LIMA	PDT	RS

II - IDENTIFICAÇÃO DO DEPOSITO EMENDADO

CÓDIGO ORÇÃO	DESCRIÇÃO DO ORÇÃO
	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DA REFORMA AGRÁRIA
CÓDIGO UNID. ORÇ.	DESCRIÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

INICIAR, EM ALGARISMOS ARABICOS, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTER O ITEM A SER EMENDADO

ANEXO	PÁGINA
11	124

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Cr\$ milhões abril-93				
De:		despesa		
	quant.	Fonte	capital	
CO	10	1	19.083	
NE	7	1	13.385	
NO	6	1	11.441	
SD	9	1	19.083	
SL	7	1	13.385	

Para:		despesa		
	quant.	Fonte	capital	
CO	8	1	15.288	
NE	8	1	11.449	
NO	5	1	9.541	
SD	9	1	17.174	
SL	12	1	22.851	

JUSTIFICAÇÃO

A regionalização proposta prejudica a Região Sul. A Região é responsável por mais de 40% da produção agrícola nacional.

002-00447-1

CÓDIGO PARLAMENTAR 1904		PÁGINA 1 DE 1			
I - AUTOR DA EMENDA					
NOME VALDOMIRO LIMA				PARTIDO PDT	UF RS
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO					
CÓDIGO ORÇÃO	DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO				
	MINISTÉRIO DO TRABALHO				
CÓDIGO UNID. ORÇ.	DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA				
INDICAR, EM ALFABÉTICO ALFABÉTICO, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTER O ITEM A SER EMENDADO				ANEXO II	PÁGINA 191

X - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

Para a regionalização da Função 14 - TRABALHO, subprograma 0215: Curso de Qualificação, do Ministério do Trabalho, Meta 0447: Agente Multiplicador para Form. Prof. Treinado, pág. 191, da mensagem nr. 71/93/CN, propomos o seguinte:

DESPESA CORRENTE:

NA: 1.015.000

CO:

NE:

NO:

SD:

SL: 274.050

JUSTIFICAÇÃO

É fundamental ter agentes multiplicadores treinados para a implantação do Programa Cidadania Rural que objetiva, através da formação profissional, fixar os trabalhadores e pequenos proprietários na zona rural.

002-00448-0

CÓDIGO PARLAMENTAR 1904		PÁGINA 1 DE 1			
I - AUTOR DA EMENDA					
NOME VALDOMIRO LIMA				PARTIDO PDT	UF RS
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO					
CÓDIGO ORÇÃO	DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO				
	MINISTÉRIO DO TRABALHO				
CÓDIGO UNID. ORÇ.	DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA				
INDICAR, EM ALFABÉTICO ALFABÉTICO, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTER O ITEM A SER EMENDADO				ANEXO II	PÁGINA 191

X - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

Para a regionalização, da Função 14 - TRABALHO, Subprograma 0215, Cursos de Qualificação, do Ministério do Trabalho, Meta 0448 - Jovem Treinado para o Mercado de Trabalho, pág. 191 da mensagem nr. 71/93/CN propomos o seguinte:

DESPESA CORRENTE:

NA: 228.247

CO:

NE:

NO:

SD:

SL: 61.626

JUSTIFICAÇÃO

O mercado de trabalho tende a se especializar cada vez mais e para tanto é necessário que os jovens que ingressam neste mercado de trabalho estejam preparados para as funções que esta especialização cria.

002-00114-0

CÓDIGO PARLAMENTAR

1904

PÁGINA

1 de 1

I - AUTOR DA EMENDA

NOME	VALDOMIRO LIMA	PARTIDO	PDT	UF	RS
------	----------------	---------	-----	----	----

II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO

CÓDIGO ORÇÃO	DESCRIÇÃO DO ORÇÃO
	MINISTÉRIO DO TRABALHO
CÓDIGO UNF. ORÇ.	DESCRIÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

INCLUIR, EM ALGUMAS ALÍNEAS, O "ARTIGO" E A "PARÁGRAFO" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO	ANEXO	II	PÁGINA	193
--	-------	----	--------	-----

III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

Para a regionalização da Função 14 - TRABALHO, Subprograma 0479: Normatização e Fiscalização da Proteção no Trabalho, Meta 0222 Treinamento Realizado, página 193 da mensagem 71/93/CN, propomos o seguinte:

DESPESA DE CAPITAL:

NA: 14.882

CO:

NE:

NO:

SD:

SL: 4.018

JUSTIFICAÇÃO

A destinação para a Região Sul, virá beneficiar os trabalhadores que estão iniciando no mercado de trabalho, por isso um apoio ao subprograma 0479, meta 0222, se faz necessário.

002-00120-1

CÓDIGO PARLAMENTAR

1904

PÁGINA

1 de 1

I - AUTOR DA EMENDA

NOME	VALDOMIRO LIMA	PARTIDO	PDT	UF	RS
------	----------------	---------	-----	----	----

II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO

CÓDIGO ORÇÃO	DESCRIÇÃO DO ORÇÃO
	MINISTÉRIO DO TRABALHO
CÓDIGO UNF. ORÇ.	DESCRIÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

INCLUIR, EM ALGUMAS ALÍNEAS, O "ARTIGO" E A "PARÁGRAFO" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO	ANEXO	II	PÁGINA	192
--	-------	----	--------	-----

III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

Para a regionalização da Função 14 - TRABALHO, Subprograma 0473, Associação e Sindicalismo, Meta 0136 Sindicato Assistido, página 192 da mensagem 71/93/CN, propomos o seguinte:

DESPESA CORRENTE:

NA: 1.773

CO:
NE:
NO:
SD:
SL: 478

JUSTIFICAÇÃO

Para a Região Sul poder ter um sindicalismo forte e representativo é necessário que os líderes sindicais tenham reais condições de liderança e de administrar bem os sindicatos.

002.0021-3

CÓDIGO PARLAMENTAR

1904

PÁGINA

1 de 1

I - AUTOR DA EMENDA

NOME

VALDOMIRO LIMA

PARTIDO

PDT

UF

RS

II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO

CÓDIGO ORÇÃO

DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO

MINISTÉRIO DO TRABALHO

CÓDIGO UNID. ORÇ.

DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

INDICAR, EM ALFABÉTICO ALFABÉTICO, O "ALÍNEA" E A "PARÁGRAFO" QUE CONTÉM O ITEM A SER EMENDADO

ALÍNEA

II

PÁGINA

193

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

Para a Regionalização da Função 14 - TRABALHO, Subprograma 0480, Prevenção do Acidente de Trabalho, do Ministério do Trabalho, Meta 0443 - Cartilha Sobre Dir Trab em Saúde Divulgada, pág. 193, da mensagem 71/93/CN, propomos o seguinte:

DESPESA CORRENTE:

NA: 26.600

CO:
NE:
NO:
SD:
SL: 7.182

JUSTIFICAÇÃO

A destinação aqui proposta se faz necessária devido ao grande número de acidentes de trabalho e doenças profissionais ocorridas na região sul.

002-00171-9

CÓDIGO PARLAMENTAR 1904		PÁGINA 1 de 1		INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO	
I - AUTOR DA EMENDA					
NOME VALDOMIRO LIMA				PARTIDO PDT	UF RS
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO					
CÓDIGO ORÇÃO	DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA				
CÓDIGO UNID. ORÇ.	DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA				
INDICAR, EM ALFABÉTICO, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO				ANEXO II	PÁGINA 43
III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO					
<p>INCLUIR NA PARTE REFERENTE AO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, PÁG. 42, DO TEXTO EM QUE FALA DA POLÍTICA INDIGENISTA, PÁG. 43, A SEGUINTE SUGESTÃO:</p> <p>INDENIZAÇÃO POR BENFEITORIAS ÚTEIS E NECESSÁRIAS AOS PROPRIETÁRIOS E POSSEIROS DE ÁREAS INDÍGENAS.</p>					

002-00120-6

CÓDIGO PARLAMENTAR 1904		PÁGINA 1 de 1		INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO	
I - AUTOR DA EMENDA					
NOME VALDOMIRO LIMA				PARTIDO PDT	UF RS
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO					
CÓDIGO ORÇÃO	DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA				
CÓDIGO UNID. ORÇ.	DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA				
INDICAR, EM ALFABÉTICO, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO				ANEXO II	PÁGINA 196
III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO					
<p>ALTERE-SE A REGIONALIZAÇÃO DA FUNÇÃO 15 Assistência e Previdência, subprograma 0484 - Assistência ao Silvicola, do Ministério da Justiça, meta 0161 - Demarcação e Regulamentação de Terra Indígenas, pág. 196 da mensagem 71/93/CN.</p> <p style="text-align: center;">DESPESAS CORRENTES</p> <p>de: CO: 16.371 NO: 172.908 SD: 2.051 SL: 4.143</p> <p style="text-align: center;">DESPESAS CORRENTES</p> <p>para: CO: 15.000 NO: 171.000 SD: 2.051 SL: 7.422</p>					

JUSTIFICAÇÃO

A regionalização proposta não atende as corretas necessidades das regiões brasileiras. Se faz necessário a demarcação de todas as áreas indígenas do RS, inclusive para reaviver marcos de antigas áreas; há necessidades urgentes de demarcar pelo menos 10 áreas indígenas só no RS; além disso para se recuperar terras indígenas há necessidade de consideráveis somas para indenização de benfeitorias dos ocupantes de boa fé (parágrafo 6º do Art. 231 da Constituição Federal), justificam um maior apoio ao subprograma Assistência ao Silvicola.

002-00124-4

CÓDIGO PARLAMENTAR 1904		PÁGINA 1 DE 1	
I - AUTOR DA EMENDA			
NOME VALDOMIRO LIMA		PARTIDO PDT	UF RS
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO			
CÓDIGO ORÇÃO	DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO		
	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA		
CÓDIGO UNO ORÇ	DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		
INDICAR, EM ALFABÉTICO ALFABÉTICO, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO		ANEXO II	PÁGINA 196

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

Altere-se a regionalização da Função 15 - Assistência e Previdência, Subprograma 0484, Assistência ao Silvicola, do Ministério da Justiça, Meta 0166 Serviços Assistenciais a Postos Indígenas, pag. 196, da mensagem 71/93/CN.

DESPESAS DE CAPITAL

de: CO: 46.407
NA: 15.580
NE: 6.573
NO: 17.013
SD: 2.707
SL: 4.253

DESPESAS DE CAPITAL

para: CO: 45.000
NA: 15.580
NE: 6.573
NO: 17.013
SD: 2.707
SL: 5.660

JUSTIFICAÇÃO

A regionalização proposta não atende as corretas necessidades das regiões brasileiras. Isto porque só no RS há mais de 20 comunidades indígenas (Guaranis e Kaigangues), cujos postos de atendimento e assistência estão precariamente construídos, havendo, inclusive comunidades sem qualquer Posto organizado. Todas as escolas destes Postos Indígenas precisam ser recuperados, o que justifica um maior apoio ao Subprograma Assistência ao Silvicola.

002-00125-1

CÓDIGO PARLAMENTAR 1904		PÁGINA 1 DE 1	
I - AUTOR DA EMENDA			
NOME VALDOMIRO LIMA		PARTIDO PDT	RS
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO			
CÓDIGO ORÇÃO	DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO		
	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA		
CÓDIGO UNO ORÇ	DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		
INDICAR, EM ALFABÉTICO ALFABÉTICO, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO		ANEXO II	PÁGINA 93

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

Para a regionalização, do SUBPROGRAMA 0015 - CUSTÓDIA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL, página 93 - TABELA 3, do Demonstrativo Sintético da despesa prioritário por Subprograma, propomos o seguinte:

DESPESA DE CAPITAL

NA: 701.460

NO:

NE:

SD:

SL: 175.425

CO:

JUSTIFICAÇÃO

A proposta aqui apresentada irá atender as necessidades da Região Sul, onde o número de apenados está crescendo, com isso se faz necessário um maior apoio ao Subprograma CUSTÓDIA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL.

002-00126-1

CÓDIGO PARLAMENTAR 1904		PRIMEIRA 1ª 1	INSCRIÇÃO DE Nº 126 - 1	
I - AUTOR DA EMENDA				
NOME VALDOMIRO LIMA		PARTIDO PDT		UF RS
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO				
CÓDIGO ORÇÃO	DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO			
	MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES			
CÓDIGO UNIDADE ORÇ.	DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
MENSAGEM, EM ALFABÉTICO, DE "ARTIGO" E A "PARÁGRAFO" QUE CONTÉM O ITEM A SER EMENDADO			ANEXO II	PÁGINA 203
III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

TEXTO

Altere-se a regionalização da meta 0041 - Capacidade de Transportes de Passageiros, no Subprograma 0572, do Ministério dos Transportes, página 203, da Mensagem n.71/93/CN.

Gr\$ milhões abril-93
DESP. CAPITAL fonte

de:

NE -	2.781.087	1
SD -	8.781.538	1
SL -	1.114.882	1

DESP. CAPITAL fonte

para:

NE -	2.781.087	1
SD -	8.281.538	1
SL -	2.814.882	1

JUSTIFICAÇÃO

JUSTIFICAÇÃO

A regionalização proposta não atende as corretas necessidades das Regiões brasileiras. A emenda pretende corrigir as distorções da proposta do Executivo.

002-00427-0
002-00427-1

CÓDIGO PARLAMENTAR 1304 PÁGINA 1 de 1

I - AUTOR DA EMENDA

NOME VALDOMIRO LIMA PARTIDO PDT RS

II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO

CÓDIGO ORÇÃO DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO
CÓDIGO UNO ORÇ DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

INDICAR, EM ALFABÉTICO ANÁLICO, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO

ANEXO II PÁGINA 202

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

Altere-se a regionalização da meta 0036, Berço Implantado do Ministério dos Transportes, subprograma 0572, função Transportes, pág.202, anexo II, da Mensagem n.71 de 1993.

Gr\$ milhões abril-93

De:

	quant.	Fonte	despesa capital
NE	9	5	344.777
NO	5	5	815.352
SO	10	5	8.881.351
SL	-	-	-

Para:

	quant.	Fonte	despesa capital
NE	9	5	344.777
NO	5	5	815.352
SO	6	5	8.881.351
SL	4	5	3.552.540

JUSTIFICAÇÃO

A regionalização proposta prejudica a Região Sul ao desconsiderar os projetos em andamento dos Portos dos Estados do Paraná, Santa Catarina, e Rio Grande do Sul.

002-00428-7
002-00428-7

CÓDIGO PARLAMENTAR 1304 PÁGINA 1 de 1

I - AUTOR DA EMENDA

NOME VALDOMIRO LIMA PARTIDO PDT RS

II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO

CÓDIGO ORÇÃO DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO
CÓDIGO UNO ORÇ DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

MINISTÉRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA.

INDICAR, EM ALFABÉTICO ANÁLICO, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO

ANEXO II PÁGINA 95

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

Altera-se a regionalização do subprograma 0057 - Informações Científicas e Tecnológicas, do Ministério de Ciência e Tecnologia, página 95 da mensagem nº 71/93.

Cr\$ milhões-abril/93
CAPITAL CORRENTE

	DE	PARA	DE	PARA
R. NORDESTE			21.639	15.639
R. CENTRO OESTE			11.160	9.160
R. SUDESTE	14.377	9.377		
R. SUL	124	5.124	746	8.746

JUSTIFICAÇÃO

Os recursos financeiros destinados para o subprograma 0057 - Informação Científica e Tecnológica, para a Região Sul, são insuficientes para o desenvolvimento dos programas e projetos em andamento.

A implantação da Rede Regional de Informação em Ciência e Tecnologia no Estado do RS, conectada a Rede Nacional de Pesquisa-RNP (Coordenada pelo CNPq), levou o Estado a aplicar recursos financeiros na ordem de US\$ 300.000 até o presente momento.

Para a consolidação do Sistema Estadual de Informação em Ciência e Tecnologia/RS, será necessária a aplicação de recursos financeiros visando tornar disponíveis, através da Rede Regional, as informações Científicas e Tecnológicas a serem organizadas em base de dados.

CÓDIGO PARLAMENTAR		PÁGINA	01 DE 01	00000000-5 00000000-5
I - AUTOR DA EMENDA				
NOME DEPUTADO UBIRATAN AGUIAR			PARTIDO PMDB	UF CE
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO				
CÓDIGO DA EMENDA 26000	RENOVAÇÃO DO TERMO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO			
CÓDIGO DA EMENDA 26101	RENOVAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO			
INCLUIR EM ALÍNEAS ANTERIORES A "AÇÃO" E A "PÁGINA" QUE CONTÉM O ITEM A SER EMENDADO			ANEXO II	PÁGINA 36

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

INCLUA-SE NAS DIRETRIZES DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO, O SEGUINTE:

DIRETRIZES

AS AÇÕES DO MINISTÉRIO DEVERÃO OBEDECER AS SEGUINTE DIRETRIZES:

-
-

- REFORMULAÇÃO DAS PRIORIDADES DE ENSINO, COM A PRIORIZAÇÃO DO ENSINO TÉCNICO, DE FORMA A PERMITIR A CERAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA ADEQUADA AO MERCADO BRASILEIRO, NECESSÁRIA AO NOSSO CRESCIMENTO.

JUSTIFICAÇÃO

A EMENDA OBJETIVA A SOLUÇÃO DE MELHORIA DO ENSINO TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE, COM A FINALIDADE DE:

- PROMOVER A EXPANSÃO E MELHORIA DO ENSINO DE 2º GRAU;
- AJUSTAR A OFERTA DESSE NÍVEL DE ENSINO AS EXIGÊNCIAS DE UM MERCADO DE TRABALHO EM FRANCO PROCESSO DE CRESCIMENTO;
- GARANTIR NOVAS ALTERNATIVAS DE FORMAÇÃO NESTE NÍVEL DE ENSINO, DE FORMA A EVITAR O ESTRANGULAMENTO NO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR.

CÓDIGO PARLAMENTAR: 002-00439-9

PAÍS: CE

I - AUTOR DA EMENDA

NOME: DEPUTADO UBIRATAN AGUIAR

PARTIDO: PMDB

UF: CL

II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO

CÓDIGO ORÇÃO	43000	DESCRIÇÃO DO ORÇÃO	MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL
CÓDIGO UNF. ORÇ.	43101	DESCRIÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL

INICIAR, EM ALGUMOS ALÍNEAS, O "ANTES" E O "DEPOIS" QUE CONTEM O ÍTEM A SER EMENDADO

ANEXO: III

PÁGINA: 239

III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

SUPLEMENTAÇÃO

CÓDIGO/TÍTULO	QUANTIDADE	VALOR
16.088.0534 - ESTRADAS VICINAIS	1.635 Km	1.691.505

CANCELAMENTO

CÓDIGO/TÍTULO	QUANTIDADE	VALOR
07.040.0542 - FERROVIAS	110 Km	1.691.505

JUSTIFICAÇÃO

O PROGRAMA DE RODOVIAS VICINAIS É FUNDAMENTAL AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, POIS POSSIBILITA INTEGRAÇÃO NAS ZONAS PRODUTORAS AO MERCADO CONSUMIDOR, VIABILIZANDO A PRODUÇÃO DE EMPREGOS. QUANTO AO CANCELAMENTO, O MESMO DEOCORRE DA NÃO PRIORIZAÇÃO E VIABILIZAÇÃO DO SEGMENTO FERROVIA NO CONTEXTO DAS AÇÕES DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL.

CÓDIGO PARLAMENTAR: 002-00434-7

PAÍS: CE

I - AUTOR DA EMENDA

NOME: DEPUTADO UBIRATAN AGUIAR

PARTIDO: PMDB

UF: CE

II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO

CÓDIGO ORÇÃO	32000	DESCRIÇÃO DO ORÇÃO	MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA
CÓDIGO UNF. ORÇ.	32101	DESCRIÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA

INICIAR, EM ALGUMOS ALÍNEAS, O "ANTES" E O "DEPOIS" QUE CONTEM O ÍTEM A SER EMENDADO

ANEXO: II

PÁGINA: 47

III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

EMENDA ADITIVA

ADITE-SE NAS DIRETRIZES DO MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA NO ÍTEM ENERGIA ELÉTRICA, O SEGUINTE:

- IMPLANTAÇÃO DE PEQUENAS CENTRAIS HIDRELETRICAS (PCH'S) NAS REGIÕES NORTE, NORDESTE E CENTRO-OESTE.

JUSTIFICAÇÃO

VÁRIAS CIDADES DO NORTE, NORDESTE E CENTRO-OESTE, FICAM CONDENADAS AO ATRASO POR FALTA DE ENERGIAS ELÉTRICA E DE UMA DIRETRIZ QUE PERMITA ENCONTRAR SOLUÇÕES PARA O PROBLEMA: A ÉPOCA DE GRANDES OBRAS E GRANDES USINAS DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA ACABOU, ATÉ POR FALTA DE RECURSOS DA UNIÃO. A SOLUÇÃO ESTÁ NA IMPLANTAÇÃO MACIÇA DE SISTEMAS PIONEIROS À BASE DE PCHs, ATENDENDO A UM RATO PEQUENO E ECONOMIZANDO, PORTANTO, NA TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA.

CÓDIGO PARLAMENTAR	PÁGINA	002-00132-6
--------------------	--------	-------------

I - AUTOR DA EMENDA

NOME	PARTIDO	UF
DEPUTADO UBIRATAN AGUIAR	PMDB	CE

II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO

CÓDIGO DA EMENDA	IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO
26.000	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
CÓDIGO UNO DE ORÇ.	IDENTIFICAÇÃO DA LINHA ORÇAMENTÁRIA
26.101	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO

INDICAR, EM ALFABÉTICO, O "ARTIGO" E A "PARÁGRAFO" QUE CONTÉM O ITEM A SER EMENDADO	ARTIGO	PÁGINA
	III	227

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

SUPLEMENTAÇÃO			
SUBPROGRAMAS PRIORITÁRIOS (PROGRAMA NOVO)			
CÓDIGO / TÍTULO	META	QUANTIDADE	VALOR
08.043.0199 - ENSINO POLIVALENTE - CONSTRUÇÃO E ADEQUAÇÃO - DE ESCOLAS AGROTECNICAS		40	3.000.000
CANCELAMENTO			
CÓDIGO / TÍTULO	META		VALOR
13.075.0428 - ASSISTÊNCIA MÉDICA E - ALUNO BENEFICIÁRIO SANITÁRIA.			3.000.000

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDE-SE APERFEIÇOAR E AJUSTAR A PROPOSTA DO EXECUTIVO, PRIORIZANDO PROGRAMA FUNDAMENTAL AO DESENVOLVIMENTO DO PAÍS. O ATENDIMENTO REGIONALIZADO NA FORMA PROPOSTA, DECORRE DE OBIEDIÊNCIA À DISPOSITIVO CONSTATANTE DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA, NÃO DEIXANDO, ENTRETANTO, DE DAR PRIORIZAÇÃO A REGIÃO NORDESTE POR SER A MENOS FAVORECIDA DO PAÍS.

CÓDIGO PARLAMENTAR	PÁGINA	002-00133-3
--------------------	--------	-------------

I - AUTOR DA EMENDA

NOME	PARTIDO	UF
DEPUTADO UBIRATAN AGUIAR	PMDB	CE

II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO

CÓDIGO DA EMENDA	IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO
26.000	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
CÓDIGO UNO DE ORÇ.	IDENTIFICAÇÃO DA LINHA ORÇAMENTÁRIA
26.101	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO

INDICAR, EM ALFABÉTICO, O "ARTIGO" E A "PARÁGRAFO" QUE CONTÉM O ITEM A SER EMENDADO	ARTIGO	PÁGINA
	II	99

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

SUPLEMENTAÇÃO			
SUBPROGRAMA : 0199			
TÍTULO : ENSINO POLIVALENTE			
CATEGORIA ECONÔMICA :	DESPESA DE CAPITAL	DESPESA CORRENTE	
DISTRIBUIÇÃO :			
REGIÃO NORDE	20.000	5.000	
REGIÃO NORDESTE	400.000	200.000	
REGIÃO SUDESTE	300.000	100.000	
REGIÃO SUL	100.000	50.000	
REGIÃO CENTRO-OESTE	180.000	145.000	
CANCELAMENTO			
SUBPROGRAMA : 0205			
TÍTULO : ENSINO DE GRADUAÇÃO			
CATEGORIA ECONÔMICA :	DESPESA DE CAPITAL	DESPESA CORRENTE	
CANCELAMENTO :			
REGIÃO SUDESTE	1.000.000	500.000	

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDE-SE APERFEIÇOAR E AJUSTAR A PROPOSTA DO EXECUTIVO, PRIORIZANDO PROGRAMA FUNDAMENTAL AO DESENVOLVIMENTO DO PAÍS. O ATENDIMENTO REGIONALIZADO NA FORMA PROPOSTA, DECORRE DE OBIEDIÊNCIA À DISPOSITIVO CONSTATANTE DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA, NÃO DEIXANDO, ENTRETANTO, DE DAR PRIORIZAÇÃO A REGIÃO NORDESTE, POR SER A MENOS FAVORECIDA DO PAÍS.

CÓDIGO PARLAMENTAR	PÁGINA	002-00135-0
I - AUTOR DA EMENDA		
NOME		PARTIDO
DEP UBIRATAN AGUIAR		PMDB CE
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO		
CÓDIGO ORÇÃO	DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO	
39000	MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	
CÓDIGO ORÇÃO CAC	DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	
39101	MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	
INICIAR, EM ALGUMAS ALÍNEAS, O "ANEXO" E A "PARA" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO		PÁGINA
		108
III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO		
<p>TEXTO</p> <p style="text-align: center;"><u>SUPLEMENTAÇÃO</u></p> <p>SUBPROGRAMA 0563</p> <p>TÍTULO PORTOS E TERMINAIS MARÍTIMOS</p> <p>CATEGORIA ECONÔMICA : DESPESA DE CAPITAL</p> <p>DISTRIBUIÇÃO :</p> <p style="padding-left: 40px;">REGIÃO NORDESTE 14.083.574</p> <p style="text-align: center;"><u>CANCELAMENTO</u></p> <p>SUBPROGRAMA : 0563</p> <p>TÍTULO : PORTOS E TERMINAIS MARÍTIMOS</p> <p>CATEGORIA ECONÔMICA : DESPESA DE CAPITAL</p> <p>CANCELAMENTO :</p> <p style="padding-left: 40px;">REGIÃO CENTRO-OESTE 14.083.574</p>		
<p>JUSTIFICAÇÃO</p> <p>PRETENDE-SE CORRIGIR OMISSÃO DO PROJETO DO EXECUTIVO, POIS NÃO EXISTE PORTO E TERMINAL MARÍTIMO NA REGIÃO CENTRO-OESTE. POR OUTRO LADO, OS PORTOS E TERMINAIS MARÍTIMOS DO NORDESTE, MERECEM SE INVESTIMENTOS QUE POSSIBILITEM SUA ADEQUAÇÃO AO MERCADO INTERNACIONAL.</p>		

CÓDIGO PARLAMENTAR	PÁGINA	002-00135-0												
I - AUTOR DA EMENDA														
NOME		PARTIDO												
DEPUTADO UBIRATAN AGUIAR		PMDB CE												
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO														
CÓDIGO ORÇÃO	DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO													
23000	MINISTÉRIO DO BEM-ESTAR SOCIAL													
CÓDIGO ORÇÃO CAC	DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA													
23101	MINISTÉRIO DO BEM-ESTAR SOCIAL													
INICIAR, EM ALGUMAS ALÍNEAS, O "ANEXO" E A "PARA" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO		PÁGINA												
		105												
III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO														
<p>TEXTO</p> <p style="text-align: center;"><u>SUPLEMENTAÇÃO</u></p> <p>SUBPROGRAMA 0456</p> <p>TÍTULO : CONTROLE DE POLUIÇÃO</p> <p>CATEGORIA ECONÔMICA : DESPESA DE CAPITAL</p> <p>DISTRIBUIÇÃO :</p> <table style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 60%;">REGIÃO NORDESTE</td> <td style="width: 10%; text-align: center;">-</td> <td style="width: 30%; text-align: right;">200.000</td> </tr> <tr> <td>REGIÃO SUDESTE</td> <td style="text-align: center;">-</td> <td style="text-align: right;">100.000</td> </tr> <tr> <td>REGIÃO SUL</td> <td style="text-align: center;">-</td> <td style="text-align: right;">20.000</td> </tr> </table> <p style="text-align: center;"><u>CANCELAMENTO</u></p> <p>SUBPROGRAMA : 0456</p> <p>TÍTULO : CONTROLE DE POLUIÇÃO</p> <p>CATEGORIA ECONÔMICA : DESPESA DE CAPITAL</p> <p>CANCELAMENTO :</p> <table style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 60%;">NACIONAL</td> <td style="width: 10%; text-align: center;">-</td> <td style="width: 30%; text-align: right;">320.000</td> </tr> </table>			REGIÃO NORDESTE	-	200.000	REGIÃO SUDESTE	-	100.000	REGIÃO SUL	-	20.000	NACIONAL	-	320.000
REGIÃO NORDESTE	-	200.000												
REGIÃO SUDESTE	-	100.000												
REGIÃO SUL	-	20.000												
NACIONAL	-	320.000												
<p>JUSTIFICAÇÃO</p> <p>PRETENDE-SE APERFEIÇOAR E AJUSTAR A PROPOSTA DO EXECUTIVO, PRIORIZANDO PROGRAMA FUNDAMENTAL AO DESENVOLVIMENTO DO PAÍS. O ATENDIMENTO REGIONALIZADO NA FORMA PROPOSTA, DECORRE DE OBEDIÊNCIA À DISPOSITIVO CONSTANTE DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA, NÃO DEIXANDO, ENTRETANTO, DE DAR PRIORIZAÇÃO À REGIÃO NORDESTE POR SER A MENOS FAVORECIDA DO PAÍS.</p>														

CÓDIGO PARLAMENTAR		PÁGINA	002-00136-9												
I - AUTOR DA EMENDA															
NOME		PARTIDO	UF												
DEPUTADO USIRATAN AGUIAR		PMDB	CE												
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO															
CÓDIGO ORÇÃO	DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO														
12000	JUSTIÇA FEDERAL														
CÓDIGO UNIDADE ORÇ	DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA														
12106	TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO														
INDICAR SE PLACARDADO ALGUELO, O "FIM" E O "FUND" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO		LÍNEA	PÁGINA												
		II	93												
III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO															
<p style="text-align: center;"><u>SUPLEMENTAÇÃO</u></p> <p>SUBPROGRAMA: 0013 - HISTÓRIA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL</p> <p>CATEGORIA ECONÔMICA: DESPESAS DE CAPITAL</p> <p>DISTRIBUIÇÃO:</p> <table style="margin-left: 40px;"> <tr> <td>REGIÃO CENTRO-OESTE</td> <td>-</td> <td>1.000.000</td> </tr> <tr> <td>REGIÃO NORDESTE</td> <td>-</td> <td>500.000</td> </tr> <tr> <td>REGIÃO Sude</td> <td>-</td> <td>500.000</td> </tr> </table> <p style="text-align: center;"><u>CANCELAMENTO</u></p> <p>SUBPROGRAMA: 0013 - COMERCIALIZAÇÃO</p> <p>CATEGORIA ECONÔMICA: DESPESAS DE CAPITAL</p> <p>CANCELAMENTO:</p> <table style="margin-left: 40px;"> <tr> <td>REGIÃO CENTRO-OESTE</td> <td>-</td> <td>2.000.000</td> </tr> </table>				REGIÃO CENTRO-OESTE	-	1.000.000	REGIÃO NORDESTE	-	500.000	REGIÃO Sude	-	500.000	REGIÃO CENTRO-OESTE	-	2.000.000
REGIÃO CENTRO-OESTE	-	1.000.000													
REGIÃO NORDESTE	-	500.000													
REGIÃO Sude	-	500.000													
REGIÃO CENTRO-OESTE	-	2.000.000													
<p style="text-align: center;"><u>JUSTIFICAÇÃO</u></p> <p>PRETENDE-SE APERFEIÇOAR E AJUSTAR A PROPOSTA DO EXECUTIVO, PRIORIZANDO PROGRAMA FUNDAMENTAL AO DESENVOLVIMENTO DO PAÍS, O ATENDIMENTO REGIONALIZADO NA FORMA PROPOSTA, DECORRE DE OBIEDIÊNCIA À DISPOSITIVO CONSTATANTE DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA, NÃO DEIXANDO, ENTRETANTO, DE DAR PRIORIZAÇÃO A REGIÃO NORDESTE POR SER A MENOS FAVORECIDA DO PAÍS.</p>															

CÓDIGO PARLAMENTAR		PÁGINA	002-00137-6 002-00137-6						
I - AUTOR DA EMENDA									
NOME		PARTIDO	UF						
DEPUTADO USIRATAN AGUIAR		PMDB	CE						
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO									
CÓDIGO ORÇÃO	DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO								
12000	JUSTIÇA FEDERAL								
CÓDIGO UNIDADE ORÇ	DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA								
12106	TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO								
INDICAR SE PLACARDADO ALGUELO, O "FIM" E O "FUND" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO		LÍNEA	PÁGINA						
		II	93						
III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO									
<p style="text-align: center;"><u>SUPLEMENTAÇÃO</u></p> <p>SUBPROGRAMA: 0025 - EDIFICAÇÕES PÚBLICAS</p> <p>CATEGORIA ECONÔMICA: DESPESAS DE CAPITAL</p> <p>DISTRIBUIÇÃO:</p> <table style="margin-left: 40px;"> <tr> <td>REGIÃO NORDESTE</td> <td>-</td> <td>30.000</td> </tr> </table> <p style="text-align: center;"><u>CANCELAMENTO</u></p> <p>SUBPROGRAMA: 0025 - EDIFICAÇÕES PÚBLICAS</p> <p>CATEGORIA ECONÔMICA: DESPESAS DE CAPITAL</p> <p>CANCELAMENTO:</p> <table style="margin-left: 40px;"> <tr> <td>NACIONAL</td> <td>-</td> <td>30.000</td> </tr> </table>				REGIÃO NORDESTE	-	30.000	NACIONAL	-	30.000
REGIÃO NORDESTE	-	30.000							
NACIONAL	-	30.000							

JUSTIFICAÇÃO

PREENDE-SE APERFEIÇOAR E AJUSTAR A PROPOSTA DO EXECUTIVO, PRIORIZANDO PROGRAMA FUNDAMENTAL AO DESENVOLVIMENTO DO PAÍS, O ATENDIMENTO REGIONALIZADO NA FORMA PROPOSTA, DECORRE DE OBIEDIÊNCIA À DISPOSITIVO CONSTATANTE DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA, NÃO DEIXANDO, ENTRETANTO, DE DAR PRIORIZAÇÃO A REGIÃO NORDESTE POR SER A MENOS FAVORECIDA DO PAÍS.

002-00135-4

INSTRUÇÃO DE PREENCHIMENTO

CÓDIGO PARLAMENTAR	PÁGINA	DE
--------------------	--------	----

I - AUTOR DA EMENDA

NOME	PARTIDO	UF
DEPUTADO UBERLÂNIO ALUIZ	PMDB	CE

II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO

CÓDIGO ORÇÃO	DESIGNAÇÃO DO ORÇÃO
4100	MINISTÉRIO DO BEM-ESTAR SOCIAL
CÓDIGO UNID. ORÇ.	DESIGNAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
4101	MINISTÉRIO DO BEM-ESTAR SOCIAL

INDICAR, EM ALGARISMOS ARÁBICOS, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO	ANEXO	PÁGINA
	11	105

III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

TEXTO	SUPLEMENTAÇÃO
SUBPROGRAMA : 0448	
TÍTULO : SANTEAMENTO GERAL	
CATEGORIA ECONÔMICA : DESPESA DE CAPITAL	
DISTRIBUIÇÃO:	
REGIÃO NORDE	- 1.000.000
REGIÃO NORDESTE	- 12.000.000
REGIÃO SUDESTE	- 5.000.000
REGIÃO SUL	- 5.000.000
REGIÃO CENTRO OESTE	- 9.000.000
CANCELAMENTO	
SUBPROGRAMA : 0153	
TÍTULO : COMERCIALIZAÇÃO	
CATEGORIA ECONÔMICA : DESPESA DE CAPITAL	
CANCELAMENTO:	
REGIÃO NORTE	- 1.000.000
REGIÃO NORDESTE	- 10.000.000
REGIÃO SUDESTE	- 9.000.000
REGIÃO SUL	- 2.000.000
REGIÃO CENTRO OESTE	- 10.000.000

JUSTIFICAÇÃO

O PROGRAMA DE RODOVIAS VICINAIS É FUNDAMENTAL AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, POIS POSSIBILITA INTEGRAÇÃO NAS ZONAS FRONTEIRAS AO MERCADO CONSUMIDOR, VIABILIZANDO A PRODUÇÃO DE PRODUTOS, QUANTO AO CANCELAMENTO O MESMO DEVERIA DA NÃO PRIORIZAÇÃO E VIABILIZAÇÃO DO SECTOER FERRÓVIA NO CONTEXTO DAS AÇÕES DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL.

002-00139-2

CÓDIGO PARLAMENTAR	PÁGINA	DE
--------------------	--------	----

I - AUTOR DA EMENDA

NOME	PARTIDO	UF
DEPUTADO UBERLÂNIO ALUIZ	PMDB	CE

II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO

CÓDIGO ORÇÃO	DESIGNAÇÃO DO ORÇÃO
4100	MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL
CÓDIGO UNID. ORÇ.	DESIGNAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
4101	MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL

INDICAR, EM ALGARISMOS ARÁBICOS, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO	ANEXO	PÁGINA
	11	107

III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

TEXTO	SUPLEMENTAÇÃO
SUBPROGRAMA : 0514	
TÍTULO : ESTRADAS VICINAIS	
CATEGORIA ECONÔMICA : DESPESA DE CAPITAL	
DISTRIBUIÇÃO:	
REGIÃO NORTE	- 10.000.000
REGIÃO NORDESTE	- 20.000.000
REGIÃO SUDESTE	- 10.000.000
REGIÃO SUL	- 10.000.000
REGIÃO CENTRO-OESTE	- 10.000.000

CANCELAMENTO

SUBPROGRAMA : 0181
TÍTULO : PROGRAMAÇÃO ESPECIAL
CATEGORIA ECONÔMICA : DESPESA DE CAPITAL
CANCELAMENTO : NACIONAL 60.000.000

JUSTIFICAÇÃO

O PROGRAMA DE RODOVIAS VICINAIS É FUNDAMENTAL AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, POIS POSSIBILITA INTEGRAÇÃO NAS ZONAS PERIFÉRICAS AO MERCADO CONSUMIDOR, VIABILIZANDO A PRODUÇÃO DE EMPREGOS. QUANTO AO CANCELAMENTO O MESMO DEPENDE DA NÃO PRIORIZAÇÃO E VIABILIZAÇÃO DO SEGMENTO FERROVIA NO CONTEXTO DAS AÇÕES DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL.

002-00140-3

CÓDIGO PARLAMENTAR

PÁGINA

DE

I - AUTOR DA EMENDA

NOME

DEPUTADO UBIRATAN AGUIAR

PARTIDO

PMDB

UF

CE

II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO

CÓDIGO ORÇÃO

DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO

21000

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

CÓDIGO UNIV. ORÇ.

DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

21101

SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

INDICAR, EM ALGUMAS ALÍNEAS, O "ANEXO" E O "PARÁGRAFO" QUE CONTÉM O ITEM A SER EMENDADO

ANEXO

11

PÁGINA

107

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

SUPLEMENTAÇÃO

SUBPROGRAMA : 0523

TÍTULO : INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

CATEGORIA ECONÔMICA : DESPESA DE CAPITAL

DISTRIBUIÇÃO : REGIÃO NORTE - 500.000

REGIÃO NORDESTE - 500.000

REGIÃO CENTRO-OESTE - 2.000.000

CANCELAMENTO

SUBPROGRAMA : 0181

TÍTULO : PROGRAMAÇÃO ESPECIAL

CANCELAMENTO : NACIONAL - 3.000.000

JUSTIFICAÇÃO

O PROGRAMA DE RODOVIAS VICINAIS É FUNDAMENTAL AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, POIS POSSIBILITA INTEGRAÇÃO NAS ZONAS PERIFÉRICAS AO MERCADO CONSUMIDOR, VIABILIZANDO A PRODUÇÃO DE EMPREGOS. QUANTO AO CANCELAMENTO O MESMO DEPENDE DA NÃO PRIORIZAÇÃO E VIABILIZAÇÃO DO SEGMENTO FERROVIA NO CONTEXTO DAS AÇÕES DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL.

002-00141-4

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

CÓDIGO PARLAMENTAR

PÁGINA

DE

I - AUTOR DA EMENDA

NOME

DEPUTADO UBIRATAN AGUIAR

PARTIDO

PMDB

UF

CE

II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO

CÓDIGO ORÇÃO

DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO

23000

MINISTÉRIO DO BEM-ESTAR SOCIAL

CÓDIGO UNIV. ORÇ.

DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

23101

MINISTÉRIO DO BEM-ESTAR SOCIAL

INDICAR, EM ALGUMAS ALÍNEAS, O "ANEXO" E O "PARÁGRAFO" QUE CONTÉM O ITEM A SER EMENDADO

ANEXO

11

PÁGINA

106

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

SUPLEMENTAÇÃO

SUBPROGRAMA : 0558

TÍTULO : DESPESA CONTRA INUNDAÇÕES

CATEGORIA ECONÔMICA : DESPESA DE CAPITAL

DISTRIBUIÇÃO : REGIÃO NORTE - 10.000.000

REGIÃO NORDESTE - 10.000.000

REGIÃO SUDESTE - 10.000.000

REGIÃO SUL - 10.000.000

REGIÃO CENTRO-OESTE - 20.000.000

CANCELAMENTO

SUBPROGRAMA : 0183
TÍTULO : PROGRAMAÇÃO ESPECIAL
CANCELAMENTO : NACIONAL 60.000.000

JUSTIFICAÇÃO

O PROGRAMA DE RODOVIAS VICINAIS É FUNDAMENTAL AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, POIS POSSIBILITA INTEGRAÇÃO NAS ZONAS PRIORITÁRIAS AO MERCADO CONSUMIDOR, VIABILIZANDO A PRODUÇÃO DE EMPREGOS, QUANTO AO CANCELAMENTO O RISCO DEVERÁ DA NÃO PRIORIZAÇÃO E VIABILIZAÇÃO DO SECTOR FERROVIA NO CONTEXTO DAS AÇÕES DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL.

002-00442-2

CÓDIGO PARLAMENTAR	1470	NÚMERO	01 de 01
--------------------	------	--------	----------

I - AUTOR DA EMENDA

NOME	DEP. LUCIA VANIA	PARTIDO	PP	UF	GO
------	------------------	---------	----	----	----

II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO

CÓDIGO ORÇÃO	26000	DESCRIÇÃO DO ORÇÃO	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO
CÓDIGO UNID. ORÇ	26101	DESCRIÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO

REGRAS, EM ALGUMAS SITUAÇÕES, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO	ANEXO	PÁGINA
	TABELA 4	156

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

<p>Altera-se a Despesa do Subprograma 0205 - Ensino de Graduação, Meta 0403 - Instituição de Ensino Superior Apoiada - Região Centro-Oeste, o valor da Despesa de Capital para CR\$ 234.884,00 e o das Despesas Correntes para CR\$ 205.809,00, total: CR\$ 440.693,00 (CR\$ milhões de abril/93).</p> <p><u>Fonte de Cancelamento:</u></p> <p>"DEMAIS SUBPROGRAMA" (pág. 166)</p> <p>Valor: Despesas de Capital CR\$ 100.000,00 (CR\$ milhões) Despesas Correntes CR\$ 40.000,00 (CR\$ milhões)</p>
--

JUSTIFICAÇÃO

A presente necessidade de se equipar as unidades de ensino do setor, que, além do sucateamento ocorrido em seus equipamentos e instalações, não possuem as condições necessárias e os equipamentos adequados para a boa aplicação do ensino.

002-00143-1

CÂMARA PARLAMENTAR		1470	01	01
I - AUTOR DA EMENDA				
NOME			PARTIDO	UF
DEP. LÚCIA VANIA			PP	GO
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO				
CÓDIGO ORÇÃO	DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO			
36000	MINISTÉRIO DA SAÚDE			
CÓDIGO UNIDADE ORÇ.	DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
36901	FUNDO NACIONAL DE SAÚDE			
INDICAR, EM ALFABÉTICO INVERTIDO, O "ANEXO" E O "PÁGINA" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO			ANEXO	PÁGINA
			TABELA 4	187

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Altere-se a Despesa do Subprograma 0431 - Produtos Profiláticos e Terapêuticos, Meta 0098 - Distribuição de Medicamentos, para:

- quantidade: 476.295
- valor: CR\$ 52.677.943,00 (CR\$ milhões de abril/93)

CANCELAMENTO:

- Subprograma 0031 - Assistência Financeira
- valor: CR\$ CR\$ 11.059.917,00 (CR\$ milhões de abril/93)
- Categoria: Despesas Correntes

JUSTIFICAÇÃO

A carência de recursos tem impossibilitado a população de adquirir os medicamentos no trato de doenças e enfermidades. A distribuição de medicamentos tem permitido um maior controle das epidemias e consequentemente uma maior tranquilidade da população com relação à saúde pública.

002-00144-9

CÂMARA PARLAMENTAR		1470	01	01
I - AUTOR DA EMENDA				
NOME			PARTIDO	UF
DEP. LÚCIA VANIA			PP	GO
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO				
CÓDIGO ORÇÃO	DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO			
23000	MINISTÉRIO DO BEM-ESTAR SOCIAL			
CÓDIGO UNIDADE ORÇ.	DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
23101	MINISTÉRIO DO BEM-ESTAR SOCIAL			
INDICAR, EM ALFABÉTICO INVERTIDO, O "ANEXO" E O "PÁGINA" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO			ANEXO	PÁGINA
			TABELA 4	175

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Altere-se a Despesa do Subprograma 0316 - Habitações Urbanas, Meta 0093 - Família Beneficiada, Região Centro-Oeste, para:

- Quantidade: 86.711 unidades habitacionais
- Valor: CR\$ 5.819.478,00 (CR\$ milhões de abril/93)

CANCELAMENTO:

- PROGRAMAÇÃO PRIORITÁRIA CONDICIONADA - (pág. 223)
- Valor: CR\$ 1.042.265,00 (CR\$ milhões de abril/93)

Em função do aumento desordenado da população, a quantidade de construções habitacionais para o atendimento às famílias carentes tem se tornado insuficiente.

Dessa forma, poder-se acrescentar 20.000 unidades à Região Centro-Oeste que possui 40.071 para 58.711, com o intuito de amenizar a carência habitacional na região.

000-00145-7
000-00145-7

CÓDIGO PARLAMENTAR		1470		01		01	
I - AUTOR DA EMENDA							
NOME						PARTIDO	
DEP. LÚCIA VIANE						PP	
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO							
CÓDIGO DA EMENDA		IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO					
36000		MINISTÉRIO DA SAÚDE					
CÓDIGO DA EMENDA		IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO					
36901		FUNDO NACIONAL DE SAÚDE					
LOCAL, EM ALG: 1000 100000 0 100000 0 100000 0 100000 0 100000 0						TABELA 4	
						184	

III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Alteração a Despesa do Subprograma 0427 - Alimentação e Nutrição, Meta 0027 - Criança Desnutrida Atendida, para:

- quantidade5.500.000
- valor.....R\$ 16.897.331,00 (CR\$ milhões de abril/93)

CANCELAMENTO:

- Subprograma 0031 - Assistência Financeira
- Valor: CR\$ 5.002.729,00 (CR\$ milhões de abril/93)
- Categoria: Despesa Corrente

A manutenção dos serviços de atendimento à criança desnutrida tem possibilitado à população carência uma maior tranquilidade em relação à alimentação das crianças. Num país onde a carência de recursos tem aumentado o número de crianças em risco de morte, o projeto torna-se fundamental para a formação da criança no país.

000-00146-8
000-00146-8

CÓDIGO PARLAMENTAR		1470		01		01	
I - AUTOR DA EMENDA							
NOME						PARTIDO	
DEP. LÚCIA VIANE						PP	
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO							
CÓDIGO DA EMENDA		IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO					
26000		MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E ESPORTE					
CÓDIGO DA EMENDA		IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO					
26101		MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E ESPORTE					
LOCAL, EM ALG: 1000 100000 0 100000 0 100000 0 100000 0						TABELA 4	
						153	

III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Alteração a Despesa do Subprograma 0186 - Ensino Regular, Meta 0377 - Sala de Aula Construída, Região Centro-Oeste, para:

- quantidade: 2.400 salas
- valor: CR\$ 3.243.357,00 (CR\$ milhões de abril/93)

CANCELAMENTO:

- Demais Subprogramas (pág. 166)
- Valor: CR\$ 761.679,00 (CR\$ milhões de abril/93)

JUSTIFICAÇÃO

O alto índice de crianças e jovens não matriculados na região tem como uma das principais causas a pequena oferta de vagas nas escolas. A construção de 2.400 salas de aulas torna-se necessária para um oferecimento maior de vagas à população em idade escolar da região.

AA1 AA447.0
504 5527.0

SISTEMA PARLAMENTAR		PÁGINA 01 DE 02	
I - AUTOR DA EMENDA			
Nome Deputado OSVALDO COELHO		Partido PFL	UF PE
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO			
CÓDIGO EMENDA	DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO		
CÓDIGO PROJ. DEC.	DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		
INDICAR, EM ALGUMAS PALAVRAS O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTÉM O ITEM A SER EMENDADO		ANEXO	PÁGINA

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO**TEXTO**

Revogue-se o art. 4º.

JUSTIFICAÇÃO

O 1º Plano Plurianual - PPA, instrumento de planejamento estabelecido na Constituição, com caráter multianual, com duração de cinco anos, tornou-se um instrumento legal de orientação dos gastos públicos pela Lei nº 8.173/91, para os exercícios de 1.992 a 1.995. Já em 1.992, houve uma primeira revisão, que se transformou na Lei nº 8.446/92, para vigorar no triênio 1.993/95. Em seguida veio ao Congresso o PL 02/93, solicitando uma revisão para os exercícios de 1.994/95, ao qual o próprio Poder Executivo já propõe emenda através da Mensagem nº 26-CN (226 na origem).

Com todo este precedente histórico, há que se tentar resgatar o caráter plurianual e perene que o Constituinte quis dar ao planejamento institucional. Não há porque dar ênfase às modificações constantes, feitas anualmente, de um projeto de governabilidade, criado para dar horizonte aos agentes econômicos e segurança aos indivíduos, e que é sempre refeito. Além disso, espera-se, já tenha sido profundamente discutido no âmbito do Poder Executivo, encaminhado ao Poder Legislativo e, novamente, rediscutido, de forma mais ampla e, com o envolvimento da sociedade e que, por consequência, não deve ser objeto de rediscussão e revisão anual no Congresso.

002-00149-1

INSCRIÇÃO DE REGISTRO

DEPUTADO PARLAMENTAR	Nome
----------------------	------

I - AUTOR DA EMENDA

Nome	DEPUTADO OSVALDO COELHO	Partido	PFL	UF	PE
------	-------------------------	---------	-----	----	----

II - IDENTIFICAÇÃO DO DEPOSITO EMENDADO

Ordem de Emenda	Identificação de Emenda
Ordem de Emenda	Identificação de Emenda
Emenda, se alterada, a "antes" e a "depois" que contém o item a ser emendado	
Antes	Depois

III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

<p>Acrescente-se nas DIRETRIZES DO MINISTERIO DA EDUCACAO (Página 36) o seguinte:</p> <p>. A Aplicação dos recursos provenientes do Art. 60, do ADCl se- rá inversamente proporcional ao nível de ensino de cada região do País.</p>

JUSTIFICAÇÃO

Visa combater o analfabetismo nas regiões onde há deficiência de ensino básico.

002-00149-2

INSCRIÇÃO DE REGISTRO

DEPUTADO PARLAMENTAR	Nome
----------------------	------

I - AUTOR DA EMENDA

Nome	DEPUTADO OSVALDO COELHO	Partido	PFL	UF	PE
------	-------------------------	---------	-----	----	----

II - IDENTIFICAÇÃO DO DEPOSITO EMENDADO

Ordem de Emenda	Identificação de Emenda
Ordem de Emenda	Identificação de Emenda
Emenda, se alterada, a "antes" e a "depois" que contém o item a ser emendado	
Antes	Depois

III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

<p>Acrescente nas DIRETRIZES DO MINISTERIO DA EDUCACAO (página 36), o seguinte:</p> <p>. As universidades federais deverão oferecer prioritariamente vagas em seus estabelecimentos de ensino para cursos noturnos.</p>

JUSTIFICAÇÃO

Hoje quem frequenta as universidades federais diurnas são alunos pertencentes a classe média alta, enquanto que os alunos carentes, trabalham durante o dia e pagam mensalidades caríssimas às faculdades e universidades particulares.

002-3450-3

NOME PARLAMENTAR		PARTIDO		DATA/DESCRIÇÃO DO PROPOSTO	
		PC			
I - AUTOR DA EMENDA					
NOME OSVALDO COELHO				PARTIDO PFL PE	
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO					
CÓDIGO ORÇÃO		DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO			
CÓDIGO UNO ORÇ		DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
INDICAR, EM ALFABÉTICO INVERTIDO, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTÉM O ITEM A SER EMENDADO				ANEXO PÁGINA	
III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO					
<p>TEXTO</p> <p>Acrescenta-se, nos OBJETIVOS E DIRETRIZES PARA A REGIÃO NORDESTE do Ministério da Integração Regional, a seguinte diretriz:</p> <p>Desenvolver programas de crédito agrícola para investimento em regiões semi-áridas.</p> <p>JUSTIFICAÇÃO</p> <p>Estimular a produção agrícola na semi-árida.</p>					

002-3450-3

NOME PARLAMENTAR		PARTIDO		DATA/DESCRIÇÃO DO PROPOSTO	
		PC			
I - AUTOR DA EMENDA					
NOME OSVALDO COELHO				PARTIDO PFL PE	
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO					
CÓDIGO ORÇÃO		DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO			
CÓDIGO UNO ORÇ		DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
INDICAR, EM ALFABÉTICO INVERTIDO, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTÉM O ITEM A SER EMENDADO				ANEXO PÁGINA	
III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO					
<p>TEXTO</p> <p>Acrescenta-se nas DIRETRIZES DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, (página 58), o seguinte texto:</p> <p>Recuperação do sistema hidroviário nacional.</p> <p>JUSTIFICAÇÃO</p> <p>Se faz necessário priorizar este importante meio de escoamento da produção.</p>					

002-00152-0

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

CÓDIGO PARLAMENTAR		PÁGINA	
		01	
I - AUTOR DA EMENDA			
NOME		PARTIDO	UF
OSVALDO COELHO		PFL	PE
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO			
CÓDIGO ORÇÃO	DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO		
CÓDIGO UNO, INC	DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		
INDICAR, EM ALGUNS DOS CASOS, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTER O ITEM A SER EMENDADO		ANEXO	PÁGINA

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

Acrescente-se nas DIRETRIZES do Ministério do Bem-Estar Social (página 29), o seguinte complemento:

. Descentralização, conferindo-se aos recursos federais caráter complementar aos investimentos das demais esferas de governo, dando prioridade a projetos em que a população beneficiada participe diretamente de sua execução.

JUSTIFICAÇÃO

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de priorizar o sistema de saneamento comunitário desenvolvido com grande sucesso em vários municípios brasileiros.

002-00153-0

CÓDIGO PARLAMENTAR		PÁGINA	
1470		01 de 01	
I - AUTOR DA EMENDA			
NOME		PARTIDO	UF
DEP. LÚCIA VANIA		PP	GO
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO			
CÓDIGO ORÇÃO	DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO		
22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA		
CÓDIGO UNO, INC	DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		
22201	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA		
INDICAR, EM ALGUNS DOS CASOS, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTER O ITEM A SER EMENDADO		ANEXO	PÁGINA
		Tabela 4	125

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

Altere-se a Despesa do Subprograma 0066 - REFORMA AGRÁRIA, Meta 0238 - Família Assentada, Região Centro-Oeste, para o valor de R\$ 20.720.532,00 (R\$ milhões de abril/93).

FONTE DE CANCELAMENTO:

Subprograma: 0031

Assistência Financeira

Valor: R\$ 6.000.000,00 (R\$ milhões de abril/93)

Categoria: Despesas Correntes

Agrava-se dia a dia a tensão social verificada no meio rural, na Região Centro-Oeste, com evidência para o Estado de Goiás, conforme se pode constatar pelo noticiário através da Imprensa. Tal fato, pelas desagradáveis consequências, requer a URGENTE intervenção do Governo Federal, através da destinação de recursos próprios, na busca de uma solução a tempo. A adoção urgente de medidas de atuação no setor visa primordialmente evitar maiores conflitos nas áreas localizadas na aquela Região, o que, se não efetivado, ensejaria a ocorrência de consequências sabidamente graves.

Destarte, torna-se plenamente justificável a consignação de recursos para aquele mistar, igualando-se, pelo menos, a importância consignada à Região Norte.

002-00454-6

CÓDIGO PARLAMENTAR		PÁGINA	
1470		01 de 01	
- AUTOR DA EMENDA			
NOME		PARTIDO	UF
DEP. LUCIA VANIA		PP	GO
I - IDENTIFICAÇÃO DO DE. JETIVO EMENDADO			
CÓDIGO ORÇÃO	DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO		
43000	MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL		
CÓDIGO UNID. ORÇ.	DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		
43101	MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL		
- INDIQUE, SE ALTERNAR AS ALÍNEAS, A "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTÉM O ÍTEM A SER EMENDADO		ANEXO	PÁGINA
		tabela 3	96

II - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

Altere-se a Despesa do Subprograma 0077 - IRRIGAÇÃO, para o valor de CR\$ 4.252.880,00, Região Centro-Oeste, cancelando-se o acréscimo proporcionalmente nas demais regiões.

DE:

Região Centro-Oeste...CR\$ 3.824.700,00 (17,99%)
 Região Nordeste.....CR\$ 13.667.410,00 (64,27%)
 Região Sudoeste.....CR\$ 2.227.651,00 (10,48%)
 Região Sul.....CR\$ 1.294.743,00 (6,08%)
 Região Norte.....CR\$ 249.899,00 (1,18%)

PARA:

CR\$ 4.252.880,00 (20%)

Obs. CR\$ milhões de abril/93

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com o Art. 42, incisos I e II, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que diz:

"Art. 42 - Durante quinze anos, a União aplicará, dos recursos destinados à irrigação:

I - 20% na Região Centro-Oeste

II - 50% na Região Nordeste, preferencialmente no semi árido".

As Regiões Centro-Oeste e Nordeste teriam que figurar, n Subprograma IRRIGAÇÃO, com os seguintes valores:

- Região Centro-Oeste.....CR\$ 4.252.880,00
 - Região Nordeste.....CR\$ 10.632.201,00

Tais números refletem claramente o prejuízo advindo Região Centro-Oeste, além da agressão aos preceitos constitucionais.

002-00153-4

CÓDIGO PARLAMENTAR		17 J		PÁGINA		01 de 01	
I - AUTOR DO							
NOME		DEP. LUCIA VANIA				PARTIDO	
						PP	
UF		GO					
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO							
CÓDIGO DA EMENDA		36000					
DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO		MINISTÉRIO DA SAÚDE					
CÓDIGO UNO DO		36901					
DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		FUNDO NACIONAL DE SAÚDE					
REGRAS, EM ALFABÉTICO ALFABÉTICO, O "ANEXO" E O "PARA" QUE CONTÉM O TEXTO A SER EMENDADO						TABELA 4	
						188	
III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO							
<p>Altere-se a Despesa do Subprograma 0449 - Sistemas de Esgotos, Meta 0093 - Família Beneficiada, para:</p> <ul style="list-style-type: none"> - quantidade.....340.000 - valor.....CR\$ 2.162.978,00 (CR\$ milhões de abril/93) <p><u>CANCELAMENTO:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> . Subprograma: 0031 - Assistência Financeira . valor: CR\$ 636.170,00 (CR\$ milhões de abril/93) 							

Na descrição das DIRETRIZES, OBJETIVOS e METAS SETORIAIS, a presente proposta de revisão do Plano Plurianual reconhece que "políticas de redução do gasto público, adotadas como resposta a crises econômicas recorrentes, têm afetado de modo geral os programas sociais e, em particular, os da área da saúde, acarretando um decréscimo drástico e persistente do aporte de recursos para o setor. Na primeira metade dos anos 80, o gasto federal per capita com saúde caiu 27%. Entre 89 e 91 a queda foi de 30%.

Tais acontecimentos levaram o setor ao completo caos, notadamente pela precariedade de saneamento básico, dificuldade de acesso da população aos medicamentos essenciais, desativação de hospitais etc.

Assim, justifica-se plenamente a alocação de maior volume ao setor, que, não sendo de caráter para solução definitiva, pelo menos, virá abrandar as agruras de que são acometidas as populações situadas nas diversas regiões brasileiras.

Os recursos ora transferidos decorrerão de decréscimo nos valores consignados para PROGRAMAÇÃO DA DESPESA, na especificação AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA CONTRATUAL. A repactuação dos contratos, a aplicação de medidas objetivando a queda da inflação, apontam para a queda de taxa de juros, deixando, sem margem de dúvida, a clareza da redução dos gastos com amortização e encargos da dívida.

002-00153-2

CÓDIGO PARLAMENTAR		1470		PÁGINA		01 de 01	
I - AUTOR DA EMENDA							
NOME		DEP. LUCIA VANIA				PARTIDO	
						PP	
UF		GO					
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO							
CÓDIGO DA EMENDA		36000					
DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO		MINISTÉRIO DA SAÚDE					
CÓDIGO UNO DO		36901					
DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		FUNDO NACIONAL DE SAÚDE					
REGRAS, EM ALFABÉTICO ALFABÉTICO, O "ANEXO" E O "PARA" QUE CONTÉM O TEXTO A SER EMENDADO						TABELA 4	
						186	
III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO							
<p>Altere-se a Despesa do Subprograma 0428 - Assistência Médica e Sanitária, Meta 0089 - Modernização da Rede Hospitalar, para:</p> <ul style="list-style-type: none"> - quantidade.....68 - valor.....CR\$ 4.402.435,00 (CR\$ milhões de abril/93) <p><u>CANCELAMENTO:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> . Subprograma: 0031 - Assistência Financeira (pág. 94) . valor: CR\$ 1.294.245,00 (CR\$ milhões de abril/93) 							

JUSTIFICATIVA

Na descrição das DIRETRIZES, OBJETIVOS e METAS SETORIAIS, a presente proposta de revisão do Plano Plurianual reconhece que "políticas de redução do gasto público, adotadas como resposta a crises econômicas recorrentes, têm afetado de modo geral os programas sociais e, em particular, os da área da saúde, acarretando um decréscimo drástico e persistente do aporte de recursos para o setor. Na primeira metade dos anos 80, o gasto federal per capita com saúde caiu 27%. Entre 89 e 91 a queda foi de 30%.

Tais acontecimentos levaram o setor ao completo caos, notadamente pela precariedade de saneamento básico, dificuldade de acesso da população aos medicamentos essenciais, desativação de hospitais etc.

Assim, justifica-se plenamente a alocação de maior volume ao setor, que, não sendo de caráter para solução definitiva, pelo menos, virá abrandar as agruras de que são acometidas as populações situadas nas diversas regiões brasileiras.

Os recursos ora transferidos decorrerão do decréscimo nos valores consignados para PROGRAMAÇÃO DA DESPESA, na especificação AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA CONTRATUAL. A respectivação dos contratos, a aplicação de medidas objetivando a queda da inflação, apontam para a queda da taxa de juros, deixando, sem margem de dúvida, a clareza da redução dos gastos com amortização e encargos da dívida.

CÓDIGO PARLAMENTAR		1470		PÁGINA		01 de 01		002-0017-1	
I - AUTOR DA EMENDA									
NOME		DEP. LÚCIA VÂNIA						PARTIDO	
								PP	
UF								GO	
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO									
CÓDIGO ORÇÃO		DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO							
		TEXTO DA LEI							
CÓDIGO PROJ. ORÇ.		DENOMINAÇÃO DA JORNADA ORÇAMENTÁRIA							
		TEXTO DA LEI							
NÚMERO, EM ALFABÉTICO ARABICO, E "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTER O ITEM A SER EMENDADO									
		ANEXO						PÁGINA	
		PL Nº 02						04	

III - TEXTO / JUSTIFICATIVA

TEXTO

Acrescenta Parágrafo Único ao Art. 3º do Projeto de Lei nº 2, de 1993-CN, a seguir descrito:

"Art. 3º - (inalterado)

Parágrafo Único - os projetos e atividades orçamentários que integrarão as leis orçamentárias anuais serão compatibilizados com as metas especificadas anualmente nas leis de diretrizes orçamentárias, respeitados os critérios adotados para distribuição da programação dos investimentos, ficando assegurada a irredutibilidade dos índices participativos de cada Estado, em relação ao exercício anterior".

JUSTIFICATIVA

A adoção de critérios para a distribuição dos investimentos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, tem, com elevada frequência, ocasionado sensíveis prejuízos a diversas unidades da Federação, no tocante à execução dos subprogramas prioritários, destacados da classificação funcional-programática, integrante do Plano Plurianual.

Destarte, para que a compatibilização da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Geral da União com o Plano Plurianual se realize com toda a eficiência possível, necessário se torna a instituição de mecanismos legais que venham a assegurar a quantificação dos valores a serem alocados aos projetos, em sua execução física e financeira, garantindo, de tal sorte, a manutenção do elo indissolúvel entre o planejamento e a orçamentação.

002-00159-9

LEGISLAÇÃO PARLAMENTAR 1767	PÁGINA 1 DE 1	
--------------------------------	------------------	--

I - AUTOR DA EMENDA

NOME CARLOS ALBERTO CAMPISTA	PARTIDO PDT	UF RJ
---------------------------------	----------------	----------

II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO

CÓDIGO DA EMENDA 39000	DISPOSITIVO DO TEXTO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
---------------------------	--

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

INDICAR, EM ALFABÉTICO, AS ALÍNEAS DO "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO

ANEXO II PÁGINA 202

ALTERE-SE A regionalização do Subprograma PORTOS E TERMINAIS MARÍTIMOS, código funcional-programático n.XX.XXX.0583, do Ministério dos Transportes, meta 0034, página 202, da Mensagem n.71/93/CN.

Gr\$ milhões abril-93			
	DESP. CAPITAL	fonte	META
			DRAGAGEM REALIZADA (M3)
de: NO -	114.254	5	1.400.000
NE -	77.389	5	281.847.336
SD -	2.312.328	5	38.200.000
SL -	104.800	5	1.800.000

	DESP. CAPITAL	fonte	META
			DRAGAGEM REALIZA (M3)
para: NO -	14.254	5	174.859
NE -	7.389	5	27.848.104
SD -	2.482.328	5	41.008.423
SL -	1.104.800	5	1.800.000

JUSTIFICAÇÃO

A regionalização proposta não atende as corretas necessidades das Regiões brasileiras. As condições das vias de navegação da Região Sudeste obrigam a um maior apoio ao Subprograma Portos e Terminais Marítimos na meta de realização de dragagem na Região.

002-00159-7

LEGISLAÇÃO PARLAMENTAR 1767	PÁGINA 1 DE 1	
--------------------------------	------------------	--

I - AUTOR DA EMENDA

NOME CARLOS ALBERTO CAMPISTA	PARTIDO PDT	UF RJ
---------------------------------	----------------	----------

II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO

CÓDIGO DA EMENDA 39000	DISPOSITIVO DO TEXTO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
---------------------------	--

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

INDICAR, EM ALFABÉTICO, AS ALÍNEAS DO "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO

ANEXO II PÁGINA 201

ALTERE-SE A regionalização do Subprograma FERROVIAS, código funcional-programático n.XX.XXX.0542, do Ministério dos Transportes, meta 0028, página 201, da Mensagem n.71/93/CN.

Cr\$ milhões abril - 93			
DESP. CAPITAL		fonte	META
			TRECHO FERROV. RECUP. (KM)
de: NA -	2.481.877	1	280
SD -	1.888.077	5	50
SL -	70.350	5	5
DESP. CAPITAL			META
			TRECHO FERROV. RECUP. (KM)
para: NA -	1.842.054	1	123
SD -	2.500.000	5	87
SL -	70.350	5	5

JUSTIFICACAO

JUSTIFICACAO

A regionalização proposta não atende as corretas necessidades das Regiões brasileiras. As condições das vias férreas da Região Sudeste obrigam a um maior apoio ao Subprograma FERROVIAS na meta de TRECHO FERROVIÁRIO RECUPERADO.

Número da Emenda		Página	002-00160-1
1767		1 de 1	
I - AUTOR DA EMENDA			
CARLOS ALBERTO CAMPISTA		Partido	PDT RJ
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO			
Identificação	Descrição do Dispositivo		
39000	MINISTERIO DOS TRANSPORTES		
Unidade Org. CPM	Características da Unidade Organizacional		
Inserir, em algarismos arábicos, o "número" e a "página" que contém o item a ser emendado		Item	Página
		II	203

III - TEXTO/JUSTIFICACAO

TEXTO

Altera-se a regionalização da meta 0041 - Capacidade de Transportes de Passageiros, no Subprograma 0572, do Ministério dos Transportes, página 203, da Mensagem n. 71/93/CN.

Cr\$ milhões abril-93			
DESP. CAPITAL		fonte	
de:			
NE -	2.781.067	1	
SD -	9.781.538	1	
SL -	1.114.882	1	
DESP. CAPITAL		fonte	
para:			
NE -	1.781.067	1	
SD -	10.781.538	1	
SL -	1.114.882	1	

JUSTIFICACAO

JUSTIFICACAO

A regionalização proposta não atende as corretas necessidades das Regiões brasileiras. A emenda pretende corrigir as distorções da proposta do Executivo.

002-00161-9

CÓDIGO PARLAMENTAR 1767	PÁGINA 11	DE 1	
----------------------------	--------------	---------	--

I - AUTOR DA EMENDA

NOME CARLOS ALBERTO CAMPISTA	PARTIDO PDT	UF RJ
---------------------------------	----------------	----------

II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO

CÓDIGO ORÇÃO 39000	DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO MINISTERIO DOS TRANSPORTES
CÓDIGO UNO ORÇ 00000000000000000000	DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

INICIAR, EM ALGUMAS ALÍNEAS, O "ANEXO" E A "PARTE" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO	ANEXO II	PÁGINA 203
---	-------------	---------------

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

Altera-se a regionalização da meta 0034, Berço implantado do Ministério dos Transportes, subprograma 0572, função Transportes, pág.203, anexo II, da Mensagem n.71 de 1993.

Gr\$ milhões abril-93

De:

	quant.	Fonte	despesa capital
NE	8	5	344.777
NO	5	5	815.352
SO	10	5	8.881.351
SL	-	-	-

Para:

	quant.	Fonte	despesa capital
NE	1	5	38.308
NO	1	5	123.070
SO	12	5	9.880.101
SL	4	5	3.552.540

JUSTIFICAÇÃO

A regionalização proposta prejudica a Região Sudeste desconsiderar os projetos em andamento dos Portos dos Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo.

002-00162-7

CÓDIGO PARLAMENTAR 1767	PÁGINA 1	DE 1	
----------------------------	-------------	---------	--

I - AUTOR DA EMENDA

NOME CARLOS ALBERTO CAMPISTA	PARTIDO PDT	UF RJ
---------------------------------	----------------	----------

II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO

CÓDIGO ORÇÃO 39000	DENOMINAÇÃO DO ORÇÃO MINISTERIO DOS TRANSPORTES
CÓDIGO UNO ORÇ 00000000000000000000	DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

INICIAR, EM ALGUMAS ALÍNEAS, O "ANEXO" E A "PARTE" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO	ANEXO II	PÁGINA 200
---	-------------	---------------

III - TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

Altera-se a regionalização da meta 0022, Trecho Pavimentado (km) do Ministério dos Transportes, subprograma 0537, função Transportes, pág.200, anexo II, da Mensagem n.71 de 1993.

Grô milhões abril-93			
De:			
	quant.	Fonte	despesa capitol
CO	108	1	1.434.032
NE	118	1	1.854.652
NO	339	1	4.888.810
SD	74	1	992.792
SL	22	1	330.930
Para:			
	quant.	Fonte	despesa capitol
CO	108	1	1.434.032
NE	118	1	1.854.652
NO	189	1	2.802.853
SD	224	1	3.058.548
SL	22	1	330.930

JUSTIFICAÇÃO

JUSTIFICAÇÃO

A regionalização proposta prejudica a Região Sudeste ao desconsiderar os projetos em andamento do Rodovias nos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo e Minas Gerais.

002-00163-5

COMO PARLAMENTAR		PÁGINA																																																									
1767		1 de 1																																																									
I - AUTOR DA EMENDA																																																											
NOME		POT																																																									
CARLOS ALBERTO CAMPISTA		RJ																																																									
II - IDENTIFICAÇÃO DO DEPOSITO ENVIOADO																																																											
NUMERO DO DEPOSITO	DEPOSITO EM DEBITO																																																										
26000	MINISTERIO DA EDUCACAO E DESPORTO																																																										
INDICAR, EM ALFABETICO, O "ANEXO" E A "PARTE" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO																																																											
ANEXO		PARTE																																																									
II		151																																																									
III - TEXTO / JUSTIFICACAO																																																											
<p>Altere-se a regionalização da meta 0185, Instituição Pública apoiada do Ministério de Educação e Desporto, subprograma 0185, função Educação e Cultura, pág.151, anexo II, da Mensagem n.71 de 1993.</p> <p>Grô milhões abril-93</p> <table> <tr> <th>De:</th><th></th><th></th><th></th></tr> <tr> <th></th><th>quant.</th><th>Fonte</th><th>despesa capitol</th></tr> <tr> <td>CO</td><td>308</td><td>2</td><td>12.883</td></tr> <tr> <td>NE</td><td>1.671</td><td>2</td><td>72.144</td></tr> <tr> <td>NO</td><td>301</td><td>2</td><td>12.883</td></tr> <tr> <td>SD</td><td>495</td><td>2</td><td>21.901</td></tr> <tr> <td>SL</td><td>192</td><td>2</td><td>9.016</td></tr> <tr> <td colspan="4">Para:</td></tr> <tr> <th></th><th>quant.</th><th>Fonte</th><th>despesa capitol</th></tr> <tr> <td>CO</td><td>445</td><td>2</td><td>19.324</td></tr> <tr> <td>NE</td><td>594</td><td>2</td><td>25.740</td></tr> <tr> <td>NO</td><td>400</td><td>2</td><td>17.308</td></tr> <tr> <td>SD</td><td>1.265</td><td>2</td><td>54.803</td></tr> <tr> <td>SL</td><td>267</td><td>2</td><td>11.933</td></tr> </table>				De:					quant.	Fonte	despesa capitol	CO	308	2	12.883	NE	1.671	2	72.144	NO	301	2	12.883	SD	495	2	21.901	SL	192	2	9.016	Para:					quant.	Fonte	despesa capitol	CO	445	2	19.324	NE	594	2	25.740	NO	400	2	17.308	SD	1.265	2	54.803	SL	267	2	11.933
De:																																																											
	quant.	Fonte	despesa capitol																																																								
CO	308	2	12.883																																																								
NE	1.671	2	72.144																																																								
NO	301	2	12.883																																																								
SD	495	2	21.901																																																								
SL	192	2	9.016																																																								
Para:																																																											
	quant.	Fonte	despesa capitol																																																								
CO	445	2	19.324																																																								
NE	594	2	25.740																																																								
NO	400	2	17.308																																																								
SD	1.265	2	54.803																																																								
SL	267	2	11.933																																																								
JUSTIFICACAO																																																											
<p>A regionalização proposta prejudica a Região Sudeste ao desconsiderar projetos em andamento, neste subprograma.</p>																																																											

002-00164-3

CÓDIGO PARLAMENTAR 1767		PÁGINA 1 de 1																																																									
I - AUTOR DA EMENDA																																																											
NOME CARLOS ALBERTO CAMPISTA		PARTIDO PDT	UF RJ																																																								
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO																																																											
CÓDIGO DA EMENDA 26000	DENOMINAÇÃO DO DISPOSITIVO MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO																																																										
CÓDIGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA																																																										
INDICAR, EM ALFABÉTICO, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO		ANEXO II	PÁGINA 151																																																								
III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO																																																											
<p>Alterar-se a regionalização da meta 0381, Instituição Privada Apoiada do Ministério de Educação e Desporto, subprograma 0185, função Educação e Cultura, pág.151, anexo II, da Mensagem n.71 de 1993.</p> <p>Gr\$ milhões abril-93</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">De:</th> <th colspan="2">despesa</th> </tr> <tr> <th></th> <th>quant.</th> <th>fonte</th> <th>capital</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>CO</td> <td>873</td> <td>2</td> <td>8.589</td> </tr> <tr> <td>NE</td> <td>4.741</td> <td>2</td> <td>48.087</td> </tr> <tr> <td>NO</td> <td>853</td> <td>2</td> <td>8.589</td> </tr> <tr> <td>SD</td> <td>405</td> <td>2</td> <td>14.800</td> </tr> <tr> <td>SL</td> <td>548</td> <td>2</td> <td>8.012</td> </tr> </tbody> </table> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Para:</th> <th colspan="2">despesa</th> </tr> <tr> <th></th> <th>quant.</th> <th>fonte</th> <th>capital</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>CO</td> <td>873</td> <td>2</td> <td>8.589</td> </tr> <tr> <td>NE</td> <td>2.186</td> <td>2</td> <td>22.178</td> </tr> <tr> <td>NO</td> <td>853</td> <td>2</td> <td>8.589</td> </tr> <tr> <td>SD</td> <td>2.258</td> <td>2</td> <td>33.378</td> </tr> <tr> <td>SL</td> <td>1.250</td> <td>2</td> <td>13.154</td> </tr> </tbody> </table>				De:		despesa			quant.	fonte	capital	CO	873	2	8.589	NE	4.741	2	48.087	NO	853	2	8.589	SD	405	2	14.800	SL	548	2	8.012	Para:		despesa			quant.	fonte	capital	CO	873	2	8.589	NE	2.186	2	22.178	NO	853	2	8.589	SD	2.258	2	33.378	SL	1.250	2	13.154
De:		despesa																																																									
	quant.	fonte	capital																																																								
CO	873	2	8.589																																																								
NE	4.741	2	48.087																																																								
NO	853	2	8.589																																																								
SD	405	2	14.800																																																								
SL	548	2	8.012																																																								
Para:		despesa																																																									
	quant.	fonte	capital																																																								
CO	873	2	8.589																																																								
NE	2.186	2	22.178																																																								
NO	853	2	8.589																																																								
SD	2.258	2	33.378																																																								
SL	1.250	2	13.154																																																								
JUSTIFICAÇÃO																																																											
<p>A regionalização proposta prejudica a Região Sudeste e desconsiderar projetos em andamento neste Subprograma.</p>																																																											

002-00165-1

CÓDIGO PARLAMENTAR 1767		PÁGINA 1 de 1	
I - AUTOR DA EMENDA			
NOME CARLOS ALBERTO CAMPISTA		PARTIDO PDT	UF RJ
II - IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO EMENDADO			
CÓDIGO DA EMENDA 26000	DENOMINAÇÃO DO DISPOSITIVO Ministerio da Educação e Desporto		
CÓDIGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	DENOMINAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		
INDICAR, EM ALFABÉTICO, O "ANEXO" E A "PÁGINA" QUE CONTEM O ITEM A SER EMENDADO		ANEXO II	PÁGINA 152
III - TEXTO / JUSTIFICAÇÃO			
<p>Alterar-se a regionalização da meta 0378, Escola Equipada do Ministério de Educação e Desporto, subprograma 0187, função Educação e Cultura, pág.152, anexo II, da Mensagem n.71 de 1993.</p>			

Gr\$ milhões abril-93			
De:			
	quant.	Fonte	despesa capital
GO	19	2	7.300
NE	110	2	43.100
NO	19	2	7.300
SO	32	2	12.800
SL	12	2	4.400
Para:			
	quant.	Fonte	despesa capital
GO	19	2	7.300
NE	84	2	34.500
NO	19	2	7.300
SO	50	2	19.923
SL	30	2	11.000

JUSTIFICAÇÃO

A regionalização proposta prejudica a Região Sudeste, desconsiderando suas carências.

PROJETO DE LEI
Nº 10, DE 1993 — CN

MENSAGEM Nº 89, DE 1993 — CN
(Nº 497/93, na origem)

EMENDA

Suprimir do Projeto/Atividade do Anexo I — 06.010.1003.0017 — Construção do Edifício Sede da Superintendência Regional de São Paulo, a importância de Cr\$60.000.000

Incluir no Projeto/Atividade no Anexo I — Conclusão da Delegacia Municipal de Caapiranga/AM, a importância de Cr\$60.000.000

Justificação

O Município de Caapiranga, localizado no Estado do Amazonas, com uma população em acelerado desenvolvimento, necessita urgente do apoio do Governo Federal para concluir a sua Delegacia, tendo em vista que o Governo do Estado do Amazonas, não tem como ajudar esses municípios, a municipalidade com seus recursos — comprometidos com pagamento de pessoal e encargos sociais, junte-se a isso, a baixa arrecadação e a recente decisão do corte de 58% do FPM.

O Município de Caapiranga, por se localizar no médio Solimões, (rio), teve a maioria de suas terras alagadas pela última enchente que se abateu sobre o Estado do Amazonas, a maior já verificada, fato que expulsou os brasileiros da terra da Várzea, fato que obrigou a municipalidade a socorrer esses brasileiros que perderam suas plantações e seu rebanho.

Com esta emenda procuro ajudar essa municipalidade a concluir essa Delegacia.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 42ª SESSÃO CONJUNTA, EM 2 DE SETEMBRO DE 1993

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Leitura de Mensagens Presidenciais

— Nº 103, de 1993-CN (nº 532/93, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República, encaminha ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 21, de 1993-CN, que altera dispositivos da Lei nº 8.447, de 21 de julho de 1992, e dá outras providências.

1.2.2 — Fixação de calendário para tramitação da matéria

1.2.3 — Leitura de Mensagens Presidenciais

— Nº 102, de 1993-CN (nº 531/93, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República, encaminha ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 345, de 25 de agosto de 1993, que dá nova redação aos arts. 5º e 19 da Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, que cria o Programa Nacional de Desestatização e dispõe sobre a suspensão de processos de privatização.

— Nº 106, de 1993-CN (nº 540/93, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República, encaminha ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 346, de 27 de agosto de 1993, que altera o art. 2º da Lei nº 8.352, de 28 de

dezembro de 1991, com a redação dada pela Lei nº 8.458, de 11 de setembro de 1992, que dispõe sobre as disponibilidades financeiras do Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT e dá outras providências, e autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde — Fundo Nacional de Saúde, crédito extraordinário no valor de CR\$35.000.000.000,00.

— Nº 107, de 1993-CN (nº 541/93, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República encaminha ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 347, de 27 de agosto de 1993, que altera a Lei nº 8.631, de 4 de março de 1991.

— Nº 108, de 1993-CN (nº 542/93, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República, encaminha ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 348, de 27 de agosto de 1993, que dispõe sobre o exercício das atribuições institucionais da Advocacia-Geral da União, em caráter emergencial e provisório, e dá outras providências.

— Nº 104, de 1993-CN (nº 542/93, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República, encaminha ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 22, de 1993-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor de encargos financeiros da União — recursos sob supervisão do Ministério da Fazenda, crédito suplementar no valor de CR\$700.000.000.000,00 (setecentos bilhões de cruzeiros reais), para os fins que especifica.

— Nº 105, de 1993-CN (nº 550/93, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República, encaminha ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 23, de 1993-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1994.

1.2.4 — Fixação de calendário para tramitação dos Projetos de Lei nºs 22 e 23/93-CN

1.2.5 — Apreciação da Matéria

— Projeto de Lei nº 19, de 1993-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial até o limite de CR\$800.000.000,00 (oitocentos milhões de cruzeiros reais) para os fins que especifica, em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 139/93-CN. **Aprovado** o projeto, sendo rejeitadas as emendas, após pareceres de plenário. À **sanção**.

1.2.6 — Requerimento

— Nº 140, de 1993-CN, de autoria do Deputado Jonas Pinheiro, solicitando prorrogação por mais 60 (sessenta) dias, do prazo concedido a este órgão técnico, para conclusão dos seus trabalhos. **Aprovado**.

1.2.7 — Comunicações da Presidência

— Término do prazo e perda da eficácia da Medida Provisória nº 337, de 28 de julho de 1993, que altera o art. 2º da Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, com a redação dada pela Lei nº 8.458, de 11 de setembro de 1992, que dispõe sobre as disponibilidades financeiras do

Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT e dá outras providências, e autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde — Fundo Nacional de Saúde, crédito extraordinário no valor de CR\$35.000.000.000,00 (trinta e cinco bilhões de cruzeiros).

— Término do prazo e perda da eficácia da Medida Provisória nº 338, de 28 de julho de 1993, que altera a Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993.

— Término do prazo e perda da eficácia da Medida Provisória nº 339, de 29 de julho de 1993, que dispõe sobre o exercício das atribuições institucionais da Advocacia-Geral da União, em caráter emergencial e provisório, e dá outras providências.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Medida Provisória nº 341, de 6 de agosto de 1993, que acrescenta parágrafo único ao art. 57 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor, e revoga o art. 3º da Lei nº 8.656, de 21 de maio de 1993. **Aprovada**, sendo rejeitada a emenda. À **promulgação**.

— Medida Provisória nº 342, de 10 de agosto de 1993, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito extraordinário para os fins que especifica, e dá outras providências. **Aprovada** nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 21/93. À **sanção**.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR

Do Sr. Carlos Lupi, proferido na sessão de 25-8-93.

3 — RETIFICAÇÃO

Ata da 34ª Sessão Conjunta, realizada em 5-8-93

4 — ATA DE COMISSÃO MISTA

SUMÁRIO DA ATA DA 34ª SESSÃO CONJUNTA, REALIZADA EM 4 DE AGOSTO DE 1993

Retificação

Na publicação do Sumário, feita no DCN, de 5 de agosto de 1993, na página 1627, 1ª coluna, no item 1.2.3 — **Leitura de Mensagens Presidenciais**, imediatamente após a Mensagem nº 72/93-CN (nº 478/93, na origem), incluía-se por omissão o seguinte:

— Nº 73, de 1993-CN (nº 479/93, na origem), submetendo à deliberação do Congresso Nacional a Medida Provisória nº 338, de 28 de julho de 1993, que altera a Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993.

— Nº 74, de 1993-CN (nº 480/93, na origem), submetendo à deliberação do Congresso Nacional a Medida Provisória nº 339, de 29 de julho de 1993, que dispõe sobre o exercício das atribuições institucionais da Advocacia-Geral da União, em caráter emergencial e provisório, e dá outras providências.

Ata da 42ª Sessão Conjunta, em 2 de setembro de 1993

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência do Sr. Chagas Rodrigues

ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS.

SENADORES:

Affonso Camargo _ Albano Franco _ Alfredo Campos _
Aimír Gabriel _ Aluizio Bezerra _ Álvaro Pacheco _ Antonio
Mariz _ Aureo Mello _ Bello Parga _ Bení Veras _ Carlos
De'Carli _ Carlos Patrocínio _ Chagas Rodrigues _ Cid Sabóia de
Carvalho _ Darcy Ribeiro _ Dário Pereira _ Divaldo Suruagy _
Eduardo Suplicy _ Elcio Alvares _ Epitácio Cafeteira _ Eva Blay
_ Francisco Rollemberg _ Garibaldi Alves Filho _ Gerson
Camata _ Gilberto Miranda _ Guilherme Palmeira _ Henrique
Almeida _ Humberto Lucena _ Hydekél Freitas _ Iram Saraiva _
Irapuan Costa Júnior _ Jarbas Passarinho _ João Calmon _ João
França _ João Rocha _ Jonas Pinheiro _ Josaphat Marinho _ José
Paulo Bisol _ José Sarney _ Júlio Campos _ Júnia Marise _
Juvêncio Dias _ Lavoisier Maia _ Levy Dias _ Louremberg
Nunes Rocha _ Lourival Baptista _ Lucídio Portella _ Luiz
Alberto Oliveira _ Magno Bacelar _ Mansueto de Lacerda _
Márcio Lacerda _ Marco Maciel _ Mário Covas _ Marluce Pinto
_ Mauro Benevides _ Meira Filho _ Moisés Abrão _ Nelson
Carneiro _ Nelson Wedekin _ Ney Maranhão _ Pedro Simon _
Pedro Teixeira _ Raimundo Lira _ Ronaldo Aragão _ Ronan Tito
_ Ruy Bacelar _ Teotônio Vilela Filho _ Valmir Campelo.

E OS SRS. DEPUTADOS:

RORAIMA

AVENIR ROSA PP
MARCELO LUZ PP

AMAPA

FATIMA PELAES BLOCO
GILVAM BORGES PMDB
LOURIVAL FREITAS PT
MURILO PINHEIRO BLOCO
SERGIO BARCELLOS BLOCO

PARA'

DOMINGOS JUVENIL PMDB
ELIEL RODRIGUES PMDB
GERSON PERES PPR
MARIO CHERMONT PP
NICIAS RIBEIRO PMDB
OSVALDO MELO PPR
PAULO ROCHA PT

AMAZONAS

JOAO THOME PMDB
PAUDERNEY AVELINO PPR

RONDONIA

CARLOS CAMURCA PP
EDISON FIDELIS PSD
RAQUEL CANDIDO BLOCO
REDITARIO CASSOL PP

ACRE

JOAO TOTA PPR
RONIVON SANTIAGO PPR
ZILA BEZERRA PMDB

TOCANTINS

DARCI COELHO BLOCO
DERVAL DE PAIVA PMDB
FREIRE JUNIOR PMDB
HAGAHUS ARAUJO PMDB

MARANHAO

CESAR BANDEIRA BLOCO
CID CARVALHO PMDB
COSTA FERREIRA PP
HAROLDO SABOIA PT
JAYME SANTANA PSDB
JOSE BURNETT PRN
JOSE CARLOS SABOIA PSB
ROSEANA SARNEY BLOCO
SARNEY FILHO BLOCO

CEARA

ANTONIO DOS SANTOS BLOCO
ARIOSTO HOLANDA PSB
CARLOS VIRGILIO PPR
CESAR CALS NETO PSD
GONZAGA MOTA PMDB
JACKSON PEREIRA PSDB
LUIZ GIRAO PDT
LUIZ PONTES PSDB
MARIA LUIZA FONTENELE S/P
MAURO SAMPAIO PSDB
PINHEIRO LANDIM PMDB

SERGIO MACHADO
UBIRATAN AGUIAR

PSDB
PMDB

OLAVO CALHEIROS
ROBERTO TORRES
VITORIO MALTA

PMDB
BLOCO
PPR

PIAUI

B. SA
CIRO NOGUEIRA
FELIPE MENDES
JESUS TAJRA
JOAO HENRIQUE
JOSE LUIZ MAIA
MURILO REZENDE
MUSSA DEMES
PAES LANDIM

PP
BLOCO
PPR
BLOCO
PMDB
PPR
PMDB
BLOCO
BLOCO

SERGIPE

BENEDITO DE FIGUEIREDO
CLEONANCIO FONSECA
DJENAL GONCALVES
JERONIMO REIS
JOSE TELES

PDT
PRN
PPR
BLOCO
PPR

BAHIA

RIO GRANDE DO NORTE

ALUIZIO ALVES
IBERE FERREIRA
LAIRE ROSADO

PMDB
BLOCO
PMDB

ALCIDES MODESTO
BENITO GAMA
BERALDO BOAVENTURA
CLOVIS ASSIS
ERALDO TINOCO
FELIX MENDONCA
GEDDEL VIEIRA LIMA
GENEBALDO CORREIA
JABES RIBEIRO
JAIR AZI

PT
BLOCO
PSDB
PSDB
BLOCO
BLOCO
PMDB
PMDB
PSDB
PPR

PARAIBA

ADAUTO PEREIRA
EFRAIM MORAIS
EVALDO GONCALVES
FRANCISCO EVANGELISTA
IVAN BURITY
IVANDRO CUNHA LIMA
JOSE LUIZ CLEROT
LUCIA BRAGA
VITAL DO REGO
ZUCA MOREIRA

BLOCO
BLOCO
BLOCO
PPR
BLOCO
PMDB
PMDB
PDT
PDT
PMDB

JAIR CARNEIRO
JOAO ALMEIDA
JOAO ALVES
JONIVAL LUCAS
JOSE CARLOS ALELUIA
JOSE LOURENCO
LEUR LOMANTO
LUIS EDUARDO
MANOEL CASTRO
SERGIO GAUDENZI
TOURINHO DANTAS
UBALDO DANTAS
WALDIR PIRES

BLOCO
PMDB
PPR
PPR
BLOCO
PPR
BLOCO
BLOCO
BLOCO
PSDB
BLOCO
PSDB
PSDB

PERNAMBUCO

ALVARO RIBEIRO
FERNANDO LYRA
GILSON MACHADO
INOCENCIO OLIVEIRA
JOSE JORGE
JOSE MENDONCA BEZERRA
JOSE MUCIO MONTEIRO
MAURILIO FERREIRA LIMA
NILSON GIBSON
PEDRO CORREA
ROBERTO FRANCA
ROBERTO MAGALHAES
SALATIEL CARVALHO
WILSON CAMPOS

PSB
PDT
BLOCO
BLOCO
BLOCO
BLOCO
PMDB
PMDB
BLOCO
PSB
BLOCO
PP
PMDB

MINAS GERAIS

ALVARO PEREIRA
ARMANDO COSTA
CAMILO MACHADO
ELIAS MURAD
FELIPE NERI
FERNANDO DINIZ
GENESIO BERNARDINO
HUMBERTO SOUTO
IBRAHIM ABI-ACKEL
IRANI BARBOSA
ISRAEL PINHEIRO
JOAO PAULO
JOSE ALDO
JOSE GERALDO
JOSE SANTANA DE VASCONCELLOS
JOSE ULISSES DE OLIVEIRA
NEIF JABUR

PSDB
PMDB
BLOCO
PSDB
PMDB
PMDB
PMDB
BLOCO
PPR
PSD
BLOCO
PT
BLOCO
PMDB
BLOCO
BLOCO
PMDB

ALAGOAS

AUGUSTO FARIAS
CLETO FALCAO
JOSE THOMAZ NONO
MENDONCA NETO

BLOCO
PSD
PMDB
PDT

PPR
S/P
PT
PSDB
PPR
PT
PSDB
PSDB
PT
PSDB
PSDB
PDT
PSDB
BLOCO
PMDB
BLOCO
PMDB
PP
PMDB

BLOCO
BLOCO
BLOCO
PMDB
BLOCO

PP
PT
BLOCO
PT
BLOCO
PRN
PSDB

PSDB
PMDB
PMDB
PMDB
PPR
PP
PMDB
PPR
BLOCO
BLOCO
PMDB

PRN
BLOCO
BLOCO
PMDB

PARANA

BASILIO VILLANI
CARLOS ROBERTO MASSA
CARLOS SCARPELINI
DENI SCHWARTZ
EDESIO PASSOS
EDI SILIPRANDI
FLAVIO ARNS
IVANIO GUERRA
LUIZ CARLOS HAULY
MUNHOZ DA ROCHA
OTTO CUNHA
PAULO BERNARDO
REINHOLD STEPHANES
RENATO JOHNSON

PPR
PP
PP
PSDB
PT
PDT
PSDB
BLOCO
PP
PSDB
PRN
PT
BLOCO
PP

SANTA CATARINA

CESAR SOUZA
DEJANDIR DALPASQUALE
DERCIO KNOP
EDISON ANDRINO
HUGO BIEHL
LUCI CHOINACKI
LUIZ HENRIQUE
ORLANDO PACHECO
PAULO DUARTE
RUBERVAL PILOTTO
VALDIR COLATTO

BLOCO
PMDB
PDT
PMDB
PPR
PT
PMDB
BLOCO
PPR
PPR
PMDB

RIO GRANDE DO SUL

ADROALDO STRECK
ADYLSO MOTA
CARLOS AZAMBUJA
EDEN PEDROSO
EDSON MENEZES SILVA
FETTER JUNIOR
GERMANO RIGOTTO
JOAO DE DEUS ANTUNES
JOSE FORTUNATI
ODACIR KLEIN
OSVALDO BENDER
PAULO PAIM
TELMO KIRST

PSDB
PPR
PPR
PDT
PCdoB
PPR
PMDB
PPR
PT
PMDB
PPR
PT
BLOCO

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A lista de presença acusa o comparecimento de 68 Srs. Senadores e 269 Srs. Deputados.

Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sobre a mesa, Mensagem Presidencial que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

MENSAGEM Nº 103, DE 1993 — CN
(nº 532/93, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,
Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado

de Exposição Motivos do Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República, o texto do projeto de lei que “Altera dispositivos da Lei nº 8.447, de 21 de julho de 1992, e dá outras providências”.

Brasília, 25 de agosto de 1993. — Itamar Franco.
E.M. nº 102

Em 25 de agosto de 1993.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

Submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de lei que altera dispositivos da Lei nº 8.447, de 21 de julho de 1992.

A nova redação que o projeto de lei estatui para os arts. 19 e 43 da citada lei objetiva adequá-la à autorização contida na Lei nº 8.681, de 31 de julho de 1993, que permite a emissão de Notas do Tesouro Nacional para atendimento a programas e projetos nas áreas de ciência e tecnologia, da saúde, da segurança pública e do meio ambiente, no âmbito do Programa Nacional de Desestatização.

Respeitosamente. — Alexis Stepanenko, Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República.

PROJETO DE LEI Nº 21, DE 1993 — CN

Altera dispositivos da Lei nº 8.447, de 21 de julho de 1992, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 19 e 43 da Lei nº 8.447, de 21 de julho de 1992, passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 19.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica às receitas provenientes da alienação de ações, bens e direitos no âmbito do Programa Nacional de Desenvolvimento, cuja destinação exclusiva obedecerá ao disposto no inciso VIII do art. 43 desta lei.”

“Art. 43.

VII — ressarcimento à Caixa Econômica Federal pela subscrição de ações de Empresas do Governo Federal em nome do Tesouro Nacional ou pagamento de débitos da União junto àquela instituição financeira;

VIII — programas e projetos nas áreas de ciência e tecnologia, da saúde, da defesa nacional, da segurança pública e do meio ambiente, com recursos oriundos da aquisição de Notas do Tesouro Nacional por alienantes de ações, bens e direitos no âmbito do Programa Nacional de Desestatização, instituído pela Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990.

§ 1º

§ 2º Os títulos emitidos para atender ao disposto no inciso IV deste artigo conterão cláusulas de inalienabilidade até o seu vencimento e serão vendidas às respectivas empresas beneficiárias do aumento de capital, reservados aqueles destinados ao aumento de capital da Caixa Econômica Federal.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

LEGISLAÇÃO CITADA

(Anexada pela Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional)

LEI Nº 8.447, DE 21 DE JULHO DE 1992

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 1993.

LEI Nº 8.031, DE 12 DE ABRIL DE 1990

Cria o programa de Desestatização.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A Mensagem que acaba de ser lida encaminha o Projeto de Lei nº 21, de 1993 — CN, que trata de alteração da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 1993 e será encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos da Resolução nº 1, de 1991 — CN, a Presidência estabelece o seguinte calendário para tramitação da matéria:

Até 7/9 — Publicação e distribuição de avulsos;

Dia 22/9 — Prazo para apresentação de emendas;

Até 27/9 — Publicação e distribuição de avulsos das emendas;

Até 22/10 — Encaminhamento de parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Sobre a mesa, mensagens presidenciais que vão ser lidas pelo Sr. 1º Secretário.

São lidas as seguintes:

MENSAGEM Nº 102, DE 1993 — CN

(Nº 531/93, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 62 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República, o texto da Medida Provisória nº 345, de 25 de agosto de 1993, que “Dá nova redação aos arts. 5º e 19 da Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, que cria o Programa Nacional de Desestatização e dispõe sobre a suspensão de processos de privatização”.

Brasília, 25 de agosto de 1993. — **Alexis Stepanenko**.
E.M. nº 103

Em 25 de julho de 1993.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Temos a honra de submeter a elevada consideração de Vossa Excelência proposta de reedição da Medida Provisória nº 334, de 23 de julho de 1993, que dá nova redação aos arts. 5º e 19 da Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, que cria o Programa Nacional de Desestatização e dispõe sobre a suspensão de processos de privatização.

A presente proposição tem por objetivo reiterar os preceitos contidos naquela Medida Provisória, tendo em vista a iminência da perda de sua eficácia, face à falta de apreciação pelo Congresso Nacional, no prazo previsto no parágrafo único do art. 62 da Constituição.

Assim, a relevância e a urgência que a matéria envolve justificam a edição de nova Medida Provisória.

Respeitosamente. — **Alexis Stepanenko**, Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República.

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 345
DE 25 DE AGOSTO DE 1993**

Dá nova redação aos arts. 5º e 19 da Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, que cria o Programa Nacional de Desestatização e dispõe sobre a suspensão de processos de privatização.

O presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Os arts. 5º e 19 da Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º O Programa Nacional de Desestatização terá uma Comissão Diretora, diretamente subordinada ao Presidente da República, composta de doze a quinze membros titulares, e igual número de suplentes, sendo:

I — cinco dos cargos de membro titular e respectivos suplente serão exercidos por representantes de órgãos da Administração Pública Federal, livremente nomeados pelo Presidente da República;

II — de sete a dez cargos de membro titular e respectivos suplente serão exercidos por pessoas de notórios conhecimentos em direito econômico, em direito comercial, em mercado de capitais, em economia ou em finanças, nomeados pelo Presidente da República, após a aprovação de sua indicação pelo Senado Federal.

“Art. 19. A Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República prestará o apoio necessário ao funcionamento da Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização.”

Art. 2º Os processos de alienação, no âmbito do Programa Nacional de Desestatização, poderão ser suspensos, pelo prazo de vinte dias, caso o Senado Federal, mediante requisição dirigida ao Presidente da República, avoque o processo para reexame do laudo de avaliação da empresa ou dos bens a serem alienados, no prazo de cinco dias contado da publicação do edital a que se refere o art. 11 da Lei nº 8.031, de 1990.

Parágrafo único. O prazo de suspensão a que se refere o artigo será contado a partir da data de entrega do laudo de avaliação requisitado à Presidência do Senado.

Art. 3º Caberá ao Presidente da Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização:

I — dar continuidade ao processo de alienação, mediante aviso no **Diário Oficial** e nos jornais onde houver sido publicado o edital, caso o Senado Federal ratifique o laudo ou não se manifeste até o término do período de suspensão em que o laudo de avaliação será considerado ratificado;

II — convocar, dentro de dois dias, à vista da resolução do Senado Federal, reunião especial da Comissão Diretora, para promover a reavaliação, ou as retificações indicadas, no prazo de dez dias.

Parágrafo único. Da reunião especial prevista no inciso II, poderão participar, se assim deliberar o Senado, senadores e técnicos que indicar.

Art. 4º Feitas a reavaliação ou as retificações, o processo terá prosseguimento, mediante publicação de novo edital, pelo prazo que faltava decorrer, à época da suspensão do processo.

Art. 5º Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida provisória nº 334, de 23 de julho de 1993.

Art. 6º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de agosto de 1993; 172ª da Independência e 105ª da República. — **Fernando Collor de Mello.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.031, DE 12 DE ABRIL DE 1990

Cria o Programa Nacional de Desestatização, e dá outras providências.

Art. 5º O Programa Nacional de Desestatização terá uma Comissão Diretora, diretamente subordinada ao Presidente da República, cujos membros, titulares e suplentes, serão por ele nomeados, depois de aprovada a sua indicação pelo Congresso Nacional.

§ 1º (Vetado).

§ 2º O Presidente da Comissão Diretora terá voto de qualidade.

§ 3º Participarão das reuniões da Comissão Diretora, sem direito à voto, quaisquer outras pessoas cuja presença, a critério de seus membros, seja considerada necessária para a apreciação dos processos.

§ 4º Os membros da Comissão Diretora e os funcionários em serviço na referida comissão, nem os membros e sócios das empresas incluídas no Programa Nacional de Desestatização, seus cônjuges e parentes até o segundo grau, não poderão adquirir ações ou bens pertencentes às empresas incluídas no Programa Nacional de Desestatização.

Art. 11. Para salvaguarda do conhecimento público das condições em que se processará a privatização, assim como da situação econômica, financeira e operacional de cada empresa incluída no Programa Nacional de Desestatização, será dada ampla divulgação das informações necessárias, mediante a publicação de edital, no *Diário Oficial da União*, e em jornais de notória circulação nacional, do qual constarão, pelo menos, os seguintes elementos:

a) justificativa da privatização, indicando o percentual do capital social da empresa a ser alienado;

b) data e ato que determinou a constituição da empresa originariamente estatal ou, se estatizada, data, ato e motivos que determinaram sua estatização;

c) passivo das empresas, a curto, médio e longo prazos, indicando os responsáveis pelo mesmo após a privatização;

d) situação econômico-financeira da empresa, especificando lucros ou prejuízos, endividamento interno e externo, pagamento de dividendos ao Tesouro Nacional ou recebimento de recursos providos pelo Governo Federal, nos últimos exercícios;

e) indicação da utilização dos recursos oriundos da privatização;

f) informações sobre a existência ou não de controle de preços sob produtos ou serviços da empresa a privatização e qual a variação dos mesmos nos últimos exercícios e respectiva comparação com os índices de inflação;

g) descrição do volume de recursos investidos pelo Estado, no caso de empresas privadas estatizadas, e de como serão recuperados esses recursos após a privatização;

h) sumário dos estudos de avaliação da empresa, elaboração de acordo com o disposto no art. 13, incisos III e IV, desta Lei;

i) critério de fixação do preço total de alienação da empresa e o valor de cada ação, com base nos laudos de avaliação;

j) (Vetado).

l) a indicação, se for o caso, de que será criada ação de classe especial, e os poderes nela compreendidos.

Art. 19. O Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento prestará o apoio necessário ao funcionamento da Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 334

DE 23 DE JULHO DE 1993

Dá nova redação aos arts. 5º e 19 da Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, que cria o Programa Nacional de Desestatização e dispõe sobre a suspensão de processos de privatização.

MENSAGEM Nº 106, DE 1993-CN

(Nº 540/93, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 62 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado da Fazenda, da Saúde, do Trabalho, da Previdência Social e Chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República, o texto da Medida Provisória nº 346, de 27 de agosto de 1993, que "Altera o art. 2º da Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, com a redação dada pela Lei nº 8.458, de 11 de setembro de 1992, que dispõe sobre as disponibilidades financeiras do Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT e dá outras providências, e autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde — Fundo Nacional de Saúde, crédito extraordinário no valor de CR\$35.000.000.000,00"

Brasília, 27 de agosto de 1993. — **Itamar Franco**
EM Conjunta nº 275

Em 27 de agosto de 1993

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência proposta de reedição da Medida Provisória nº 337, de 28 de julho de 1993, que altera o art. 2º da Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, com a redação dada pela Lei nº 8.458, de 11 de setembro de 1992, que dispõe sobre as disponibilidades financeiras do Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT e dá outras providências, e autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde — Fundo Nacional de Saúde, crédito extraordinário no valor de CR\$35.000.000.000,00.

A presente proposição tem por abjetivo reiterar os preceitos contidos naquela Medida Provisória, tendo em vista a iminência da perda de sua eficácia, em face da falta de apreciação pelo Congresso Nacional, no prazo previsto no parágrafo único do art. 62 da Constituição.

Assim, a relevância e a urgência que a matéria envolve justificam a edição de nova Medida Provisória.

Respeitosamente. — **Fernando Henrique Cardoso**, Ministro de Estado da Fazenda — **Walter Borelli**, Ministro de Estado do Trabalho — Ministro de Estado da Saúde — **Antônio Brito Filho**, Ministro de Estado da Previdência Social — **Alexis Stepanenko**, Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República.

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 346,
DE 27 DE AGOSTO DE 1993**

Altera o art. 2º da Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, com a redação dada pela Lei nº 8.458, de 11 de setembro de 1992, que dispõe sobre as disponibilidades financeiras do Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT e dá outras providências, e autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde — Fundo Nacional de Saúde, crédito extraordinário no valor de CR\$35.000.000.000,00.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 8.458, de 11 de setembro de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

IV — ao INAMPS, em caráter excepcional, para pagamento de Autorização de Internação Hospitalar — AIH e de Unidade de Cobertura Ambulatorial — UCA, no exercício de 1993, desde que garantidos pelo Tesouro Nacional, mediante lançamento de Notas do Tesouro Nacional, Série F, regulamentadas pelo Decreto nº 747, de 5 de fevereiro de 1993, que poderão ser resgatadas antecipadamente, sempre até os valores que o FAT necessite sacar dos depósitos especiais para atender à manutenção de sua reserva mínima de liquidez ou às despesas com benefícios do seguro-desemprego e do abono de que trata o art. 239 da Constituição Federal.

§ 4º O empréstimo de que trata o inciso IV deste artigo não poderá exceder o valor corrente de CR\$35.000.000.000,00 (trinta e cinco bilhões de cruzeiros reais), e terá prazo de vencimento de seis meses, a contar da data de efetiva liberação dos recursos, prorrogável por mais sessenta dias, no caso de não ter sido

publicado até a data de vencimento do empréstimo, o Quadro de Detalhamento da Despesa — QDD, referente ao exercício de 1994.

§ 5º Na necessidade de se efetuarem resgates antecipados, conforme previsto nos incisos III e IV deste artigo, o Conselho Deliberativo do FAT — CODEFAT, deverá comunicar o fato ao Ministério da Fazenda, por intermédio da Secretaria do Tesouro Nacional, com antecedência mínima de trinta dias da data do resgate.”

Art. 2º O FAT, através do CODEFAT, liberará imediatamente o empréstimo de que trata o § 4º do art. 2º da Lei nº 8.352, de 1991, com a redação dada pelo art. 1º desta Medida Provisória.

Art. 3º Fica o Tesouro Nacional autorizado a emitir em favor do FAT título da dívida pública, nos montantes e condições necessários para dar cumprimento ao disposto no inciso IV do art. 2º da Lei nº 8.352, de 1991, com a redação dada pelo art. 1º desta Medida Provisória, os quais serão mantidos em custódia pelo Banco do Brasil S.A., como garantia de operações que venham a ser contratadas pelo INAMPS.

Art. 4º As leis orçamentárias da União consignarão no orçamento do INAMPS, à conta dos recursos de que trata a alínea d, do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, dotações específicas para o pagamento do serviço da dívida decorrente das operações de que trata o inciso IV da Lei nº 8.352, de 1991, com a redação dada pelo art. 1º desta Medida Provisória.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 8.652, de 29 de abril de 1993), em favor do Ministério da Saúde — Fundo Nacional de Saúde, crédito extraordinário no valor de CR\$35.000.000.000,00 (trinta e cinco bilhões de cruzeiros reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Medida Provisória.

§ 1º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior serão provenientes de Operações de Crédito Internas — em moeda.

§ 2º Em decorrência da abertura do presente crédito, fica alterada a receita do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social — INAMPS, na forma do Anexo II desta Medida Provisória.

Art. 6º Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 337, de 28 de julho de 1993.

Art. 7º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de agosto de 1993; 172º da Independência e 105º da República. — **ITAMAR FRANCO** — **Fernando Henrique Cardoso** — **Walter Borelli** — **Alexis Stepanenko**.

CA# : 00

CREDITO EXTRAORDINARIO

REFLECTIONS (DE TENDAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS)

ESPECIFICAÇÃO	ESPERA	T O S & L	PERSONAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
SALMOS E SANITÁRIOS		15 400 000 000			15 000 000 000				
SALMOS		15 400 000 000			15 000 000 000				
ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA		15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0500 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0500	15 000 000 000			15 000 000 000				
APÓIAR O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E HIGIENIZACÃO EM UNIDADES AMBULATORIAIS E DE INTERNAÇÃO SEM COM. EXECUTAR O CONTRATO DAS DOENÇAS INFECTAS, TUBERCULOSES E PARASITARIAS, OUTRAS TRANSMISSÍVEIS E CRÔNICAS, ODESMANANDO A DISPONIBILIDADE ETIOLÓGICA EM CADA UM DAS DEPARTAMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DO SUS									
13 075 0428 2317 0501 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0501	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0502 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0502	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0503 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0503	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0504 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0504	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0505 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0505	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0506 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0506	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0507 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0507	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0508 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0508	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0509 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0509	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0510 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0510	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0511 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0511	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0512 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0512	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0513 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0513	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0514 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0514	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0515 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0515	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0516 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0516	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0517 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0517	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0518 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0518	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0519 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0519	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0520 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0520	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0521 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0521	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0522 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0522	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0523 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0523	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0524 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0524	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0525 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0525	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0526 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0526	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0527 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0527	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0528 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0528	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0529 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0529	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0530 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0530	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0531 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0531	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0532 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0532	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0533 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0533	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0534 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0534	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0535 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0535	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0536 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0536	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0537 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0537	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0538 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0538	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0539 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0539	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0540 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0540	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0541 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0541	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0542 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0542	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0543 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0543	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0544 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0544	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0545 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0545	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0546 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0546	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0547 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0547	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0548 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0548	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0549 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0549	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0550 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0550	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0551 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0551	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0552 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0552	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0553 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0553	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0554 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0554	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0555 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0555	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0556 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0556	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0557 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0557	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0558 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0558	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0559 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0559	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0560 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0560	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0561 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0561	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0562 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0562	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0563 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0563	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0564 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0564	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0565 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0565	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0566 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0566	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0567 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0567	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0568 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0568	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0569 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0569	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0570 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0570	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0571 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0571	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0572 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0572	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0573 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0573	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0574 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0574	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0575 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0575	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0576 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0576	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0577 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0577	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0578 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0578	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0579 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0579	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0580 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0580	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0581 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0581	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0582 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0582	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0583 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0583	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0584 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0584	15 000 000 000			15 000 000 000				
13 075 0428 2317 0585 INTERNAÇÕES NA UNEM HOSPITALAR CONTRATAÇÃO E CONVENIÊNCIA	13 075 0428 2317 0585	15 000 000 000			15 000 000 000				

亡命者 1 名

14875

CREDIT EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

46 C.A.1501, 107 A.2d 83, 70 R.2d 511, 1954 P.2d 1011.

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	LOCAL	PERSONAL E ENC. SOCIAIS	JUNTOS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. COMPLEMENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
11.075.0028 2317.0000 INFORMAÇÕES NA REDE HOSPITALAR CONTEMPORÂNEA E CONTEMPORÂNEA NOS MUNICÍPIOS DO MATO GROSSO DO SUL	CONTEMPORÂNEA	2317.0028.0000			737.077.600				
11.075.0028 2317.0000 INFORMAÇÕES NA REDE HOSPITALAR CONTEMPORÂNEA E CONTEMPORÂNEA NOS MUNICÍPIOS DO MATO GROSSO DO SUL	CONTEMPORÂNEA	2317.0028.0000			315.676.977				
11.075.0028 2317.0000 INFORMAÇÕES NA REDE HOSPITALAR CONTEMPORÂNEA E CONTEMPORÂNEA NOS MUNICÍPIOS DO MATO GROSSO DO SUL	CONTEMPORÂNEA	2317.0028.0000			56.746.956				
11.075.0028 2317.0000 INFORMAÇÕES NA REDE HOSPITALAR CONTEMPORÂNEA E CONTEMPORÂNEA NOS MUNICÍPIOS DO MATO GROSSO DO SUL	CONTEMPORÂNEA	2317.0028.0000			118.785.912				
11.075.0028 2317.0000 INFORMAÇÕES NA REDE HOSPITALAR CONTEMPORÂNEA E CONTEMPORÂNEA NOS MUNICÍPIOS DO MATO GROSSO DO SUL	CONTEMPORÂNEA	2317.0028.0000			275.704.916				
11.075.0028 2317.0000 INFORMAÇÕES NA REDE HOSPITALAR CONTEMPORÂNEA E CONTEMPORÂNEA NOS MUNICÍPIOS DO MATO GROSSO DO SUL	CONTEMPORÂNEA	2317.0028.0000			251.128.121				
11.075.0028 2317.0000 INFORMAÇÕES NA REDE HOSPITALAR CONTEMPORÂNEA E CONTEMPORÂNEA NOS MUNICÍPIOS DO MATO GROSSO DO SUL	CONTEMPORÂNEA	2317.0028.0000			119.400.242				
11.075.0028 2317.0000 INFORMAÇÕES NA REDE HOSPITALAR CONTEMPORÂNEA E CONTEMPORÂNEA NOS MUNICÍPIOS DO MATO GROSSO DO SUL	CONTEMPORÂNEA	2317.0028.0000			862.610.465				
11.075.0028 2317.0000 INFORMAÇÕES NA REDE HOSPITALAR CONTEMPORÂNEA E CONTEMPORÂNEA NOS MUNICÍPIOS DO MATO GROSSO DO SUL	CONTEMPORÂNEA	2317.0028.0000			118.309.372				
11.075.0028 2317.0000 INFORMAÇÕES NA REDE HOSPITALAR CONTEMPORÂNEA E CONTEMPORÂNEA NOS MUNICÍPIOS DO MATO GROSSO DO SUL	CONTEMPORÂNEA	2317.0028.0000			246.401.264				
11.075.0028 2317.0000 INFORMAÇÕES NA REDE HOSPITALAR CONTEMPORÂNEA E CONTEMPORÂNEA NOS MUNICÍPIOS DO MATO GROSSO DO SUL	CONTEMPORÂNEA	2317.0028.0000			421.340.452				
11.075.0028 2317.0000 INFORMAÇÕES NA REDE HOSPITALAR CONTEMPORÂNEA E CONTEMPORÂNEA NOS MUNICÍPIOS DO MATO GROSSO DO SUL	CONTEMPORÂNEA	2317.0028.0000			310.948.504				
11.075.0028 2317.0000 INFORMAÇÕES NA REDE HOSPITALAR CONTEMPORÂNEA E CONTEMPORÂNEA NOS MUNICÍPIOS DO MATO GROSSO DO SUL	CONTEMPORÂNEA	2317.0028.0000			118.401.600				
11.075.0028 2317.0000 INFORMAÇÕES NA REDE HOSPITALAR CONTEMPORÂNEA E CONTEMPORÂNEA NOS MUNICÍPIOS DO MATO GROSSO DO SUL	CONTEMPORÂNEA	2317.0028.0000			145.756.745				
11.075.0028 2317.0000 INFORMAÇÕES NA REDE HOSPITALAR CONTEMPORÂNEA E CONTEMPORÂNEA NOS MUNICÍPIOS DO MATO GROSSO DO SUL	CONTEMPORÂNEA	2317.0028.0000			106.348.639				
11.075.0028 2317.0000 INFORMAÇÕES NA REDE HOSPITALAR CONTEMPORÂNEA E CONTEMPORÂNEA NOS MUNICÍPIOS DO MATO GROSSO DO SUL	CONTEMPORÂNEA	2317.0028.0000			661.718.264				
11.075.0028 2317.0000 INFORMAÇÕES NA REDE HOSPITALAR CONTEMPORÂNEA E CONTEMPORÂNEA NOS MUNICÍPIOS DO MATO GROSSO DO SUL	CONTEMPORÂNEA	2317.0028.0000			258.817.416				
11.075.0028 2317.0000 INFORMAÇÕES NA REDE HOSPITALAR CONTEMPORÂNEA E CONTEMPORÂNEA NOS MUNICÍPIOS DO MATO GROSSO DO SUL	CONTEMPORÂNEA	2317.0028.0000			1.060.478.784				
11.075.0028 2317.0000 INFORMAÇÕES NA REDE HOSPITALAR CONTEMPORÂNEA E CONTEMPORÂNEA NOS MUNICÍPIOS DO MATO GROSSO DO SUL	CONTEMPORÂNEA	2317.0028.0000			62.088.144				
11.075.0028 2317.0000 INFORMAÇÕES NA REDE HOSPITALAR CONTEMPORÂNEA E CONTEMPORÂNEA NOS MUNICÍPIOS DO MATO GROSSO DO SUL	CONTEMPORÂNEA	2317.0028.0000			2.765.011				
11.075.0028 2317.0000 INFORMAÇÕES NA REDE HOSPITALAR CONTEMPORÂNEA E CONTEMPORÂNEA NOS MUNICÍPIOS DO MATO GROSSO DO SUL	CONTEMPORÂNEA	2317.0028.0000			6.772.136				
11.075.0028 2317.0000 INFORMAÇÕES NA REDE HOSPITALAR CONTEMPORÂNEA E CONTEMPORÂNEA NOS MUNICÍPIOS DO MATO GROSSO DO SUL	CONTEMPORÂNEA	2317.0028.0000			22.462.480				
11.075.0028 2317.0000 INFORMAÇÕES NA REDE HOSPITALAR CONTEMPORÂNEA E CONTEMPORÂNEA NOS MUNICÍPIOS DO MATO GROSSO DO SUL	CONTEMPORÂNEA	2317.0028.0000			5.002.544				
11.075.0028 2317.0000 INFORMAÇÕES NA REDE HOSPITALAR CONTEMPORÂNEA E CONTEMPORÂNEA NOS MUNICÍPIOS DO MATO GROSSO DO SUL	CONTEMPORÂNEA	2317.0028.0000			61.428.242				
11.075.0028 2317.0000 INFORMAÇÕES NA REDE HOSPITALAR CONTEMPORÂNEA E CONTEMPORÂNEA NOS MUNICÍPIOS DO MATO GROSSO DO SUL	CONTEMPORÂNEA	2317.0028.0000			112.233.504				
11.075.0028 2317.0000 INFORMAÇÕES NA REDE HOSPITALAR CONTEMPORÂNEA E CONTEMPORÂNEA NOS MUNICÍPIOS DO MATO GROSSO DO SUL	CONTEMPORÂNEA	2317.0028.0000			81.451.976				
11.075.0028 2317.0000 INFORMAÇÕES NA REDE HOSPITALAR CONTEMPORÂNEA E CONTEMPORÂNEA NOS MUNICÍPIOS DO MATO GROSSO DO SUL	CONTEMPORÂNEA	2317.0028.0000			746.163.476				
11.075.0028 2317.0000 INFORMAÇÕES NA REDE HOSPITALAR CONTEMPORÂNEA E CONTEMPORÂNEA NOS MUNICÍPIOS DO MATO GROSSO DO SUL	CONTEMPORÂNEA	2317.0028.0000			442.071.076				

36000 - MINISTERIO DA SAUDE - FUNDO NACIONAL DE SAUDE - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
36000 - INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTENCIA MEDICA DA PREVIDENCIA SOCIAL

548 1 89

— 44 —

CREDIT EXTENSION 10/10/00

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECIBIDOS EN TODAS AS FUENTES DE TRANSFERENCIA

[illegible]

36000 - MINISTÉRIO DA SAÚDE - FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
36206 - INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

CMB 1,00

ANEXO I

CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS EM FUNDO AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	S O I A E	PERSONAL E ENC. SPECIAIS	ANOS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
12.075.0428.2352.0001 ACQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA O SUS - MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS - SP	EXERCÍCIO	2075.0000.0000			1.000.000,00				
12.075.0428.2352.0002 ATENDIMENTO EM CLÍNICA AMBULATORIAL - MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - SP	EXERCÍCIO	2075.0000.0000			1.000.000,00				
12.075.0428.2352.0003 ATENDIMENTO EM CLÍNICA AMBULATORIAL - MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - SP	EXERCÍCIO	2075.0000.0000			1.000.000,00				
12.075.0428.2352.0004 ATENDIMENTO EM CLÍNICA AMBULATORIAL - MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - SP	EXERCÍCIO	2075.0000.0000			1.000.000,00				
12.075.0428.2352.0005 ATENDIMENTO EM CLÍNICA AMBULATORIAL - MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - SP	EXERCÍCIO	2075.0000.0000			1.000.000,00				
12.075.0428.2352.0006 ATENDIMENTO EM CLÍNICA AMBULATORIAL - MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - SP	EXERCÍCIO	2075.0000.0000			1.000.000,00				
12.075.0428.2352.0007 ATENDIMENTO EM CLÍNICA AMBULATORIAL - MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - SP	EXERCÍCIO	2075.0000.0000			1.000.000,00				
12.075.0428.2352.0008 ATENDIMENTO EM CLÍNICA AMBULATORIAL - MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - SP	EXERCÍCIO	2075.0000.0000			1.000.000,00				
12.075.0428.2352.0009 ATENDIMENTO EM CLÍNICA AMBULATORIAL - MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - SP	EXERCÍCIO	2075.0000.0000			1.000.000,00				
12.075.0428.2352.0010 ATENDIMENTO EM CLÍNICA AMBULATORIAL - MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - SP	EXERCÍCIO	2075.0000.0000			1.000.000,00				
TOTAL	EXERCÍCIO	2075.0000.0000			10.000.000,00				

ANEXO II

ANEXO

ACRESCENDO

36000 - MINISTÉRIO DA SAÚDE - FUNDO NACIONAL DE SAÚDE
36206 - INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS (CMB 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESCRIÇÃO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	SES			36.000.000.000
2100.00.00 OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SES		35.000.000.000	
2110.00.00 OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	SES		35.000.000.000	
2119.00.00 OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	SES	35.000.000.000		
TOTAL SEGURIDADE				35.000.000.000

LEGISLAÇÃO CITADA

Anexada pela Subsecretaria de Coordenação
Legislativa do Congresso Nacional

LEI Nº 8.352, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1991

Dispõe sobre as disponibilidades financeiras do
Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT, e dá outras
providências.

LEI Nº 8.458, DE 11 DE SETEMBRO DE 1992

Altera o artigo 2º da Lei nº 8.352, de 28 de dezembro
de 1991, que dispõe sobre as disponibilidades financeiras
do Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT e dá
outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso
Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 2º da Lei nº 8.352, de 28 de dezembro
de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O Banco do Brasil S/A poderá utilizar
os recursos originários dos depósitos especiais de que

trata o artigo 9º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de
1990, para conceder empréstimos:

I — ao setor rural;

II — ao Instituto Nacional de Assistência Médica
da Previdência Social — INAMPS, em caráter excep-
cional, no exercício de 1991;

III — ao INAMPS, em caráter excepcional, no
exercício de 1992, desde que sejam garantidos pelo
Tesouro Nacional, mediante a entrega de títulos públi-
cos especiais de sua emissão, com registro no Sistema
Especial de Liquidação e de Custódia — SELIC, admi-
nistrado pelo Banco Central do Brasil, com remune-
ração equivalente aos encargos previstos nos respec-
tivos empréstimos e com poder liberatório e endos-
sáveis a partir do vencimento das operações de emprés-
timos por eles garantidas na hipótese de inadimplência
do INAMPS, ou sempre e até os valores que o FAT
necessite sacar dos depósitos especiais para atender
à manutenção da sua Reserva Mínima de Liquidez ou
às despesas com os benefícios do seguro-desemprego
e do abono de que trata o artigo 239 da Constituição
Federal.

§ 1º O empréstimo de que trata o inciso II deste
artigo não poderá exceder o valor corrente de

Cr\$220.000.000.000,00 (duzentos e vinte bilhões de cruzeiros), e terá prazo de vencimento até 31 de junho de 1992.

§ 2º O empréstimo de que trata o parágrafo anterior poderá ser objeto de refinanciamento, desde que oferecidas as garantias referidas no inciso III deste artigo.

§ 3º O empréstimo de que trata o inciso III deste artigo não poderá exceder ao valor corrente de Cr\$5.000.000.000.000,00 (cinco trilhões de cruzeiros), ou ao valor correspondente a 46% (quarenta e seis por cento) do valor da diferença entre a arrecadação estimada para o exercício de 1992, na Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992, sob o título de contribuição para o Fundo de Investimento Social — FINSOCIAL (Fonte 153) e aquela que efetivamente ocorrer durante o exercício.”

DECRETO Nº 747 DE 5 DE FEVEREIRO DE 1993

Consolida o regulamento da Lei nº 8.249, de 24 de outubro de 1991, que estabelece as características da Nota do Tesouro Nacional — NTN e dá outras providências.

LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991

Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.

Art. 1º A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único. A Seguridade Social obedecerá aos seguintes princípios e diretrizes:

- a) universalidade da cobertura e do atendimento;
- b) uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- c) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- d) irredutibilidade do valor dos benefícios;
- e) equidade na forma de participação no custeio;
- f) diversidade da base do financiamento;
- g) caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados.

LEI Nº 8.652, DE 29 DE ABRIL DE 1993

Estima a Receita e fixa e Despesa da União para o exercício financeiro de 1993.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 337, DE 28 DE JULHO DE 1993

Altera o art. 2º da Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, com a redação dada pela Lei nº 8.458, de 11 de setembro de 1992, que dispõe sobre as disponibilidades financeiras do Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT e dá outras providências, e autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade social

da União, em favor do Ministério da Saúde — Fundo Nacional de Saúde, crédito extraordinário no valor de Cr\$35.000.000.000.000,00.

MENSAGEM Nº 107, DE 1993-CNF (Nº 541/93, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 62 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda o texto da Medida Provisória nº 347, de 27 de agosto de 1993, que “Altera a Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993”.

Brasília, 27 de agosto de 1993. — **ITAMAR FRANCO**,
EM nº 274

Em 27 de agosto de 1993

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de submeter a elevada consideração de Vossa Excelência proposta de reedição da Medida Provisória nº 338, de 28 de julho de 1993, que altera a Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993, visando evitar sério problema de fluxo de caixa para a União, que decorreria da aplicação dos §§ 4º, alínea b, e 8º, ambos da referida Lei.

A presente proposição tem por objetivo reiterar os preceitos contidos naquela Medida Provisória, tendo em vista a iminência da perda de sua eficácia, em face da falta de apreciação pelo Congresso Nacional, no prazo previsto no parágrafo único do art. 62 da Constituição.

Assim, a relevância e a urgência que a matéria envolve justificam a edição de nova Medida Provisória.

Respeitosamente. — **Fernando Henrique Cardoso**, Ministro de Estado da Fazenda.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 347, DE 27 DE AGOSTO DE 1993

Altera a Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º O art. 7º da Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º
.....

§ 8º Os efeitos fiscais produzidos pelos lançamentos contábeis efetuados para a utilização dos créditos de CRC, decorrentes da aplicação do disposto nesta Lei, terão o seguinte tratamento:

a) o Imposto de Renda devido da pessoa jurídica será calculado em separado, à alíquota de vinte e cinco por cento devendo a base de cálculo do referido imposto ser excluída do lucro líquido, para fins de determinação do lucro real;

b) este imposto será definitivo, não podendo ser compensado com o imposto sobre a renda mensal, apurado com base no lucro real, devendo ser convertido em quantidade de UFIR diária pelo valor desta no último dia do mês a que corresponder e pago no último dia útil do mês subsequente ao da apuração;

c) o Imposto de Renda apurado na forma da alínea a poderá ser compensado com os próprios créditos de CRC até o limete da parcela assegurada à União, nos termos do disposto no art. 159 da Constituição Federal;

d) na hipótese de a pessoa jurídica optar pela compensação a que se refere a alínea c, o referido imposto vencerá em parcelas mensais à razão de 1/240 (um, duzentos e quarenta avos), vedada a compensação de mais uma parcela em um mesmo período, e somente admitida a dedutibilidade da variação monetária passiva da provisão para o Imposto de Renda na mesma proporção."

Art. 2º O disposto nas alíneas b, c, d do § 8º do art. 7º da Lei nº 8.631/93, com a redação dada pelo art. 1º desta Medida Provisória, aplica-se também à Compensação com CRC de créditos a receber pela União, relativos a impostos federais, na forma da alínea b do § 4º do art. 7º da Lei nº 8.631/93.

Art. 3º Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 338, de 28 de julho de 1993.

Art. 4º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de agosto de 1993; 172ª da Independência e 105ª da República. — **ITAMAR FRANCO, Fernando Henrique Cardoso.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.631, DE 4 DE MARÇO DE 1993

Dispõe sobre a fixação dos níveis das tarifas para o serviço público de energia elétrica, extingue o regime de remuneração garantida e dá outras providências.

Art. 7º O regime de remuneração garantida e, em consequência, a Conta de Resultados a Compensar — CRC e a Reserva Nacional de Compensação de Remuneração — RENCOR, ficarão extintos na data da publicação do decreto regulamentador desta lei.

§ 1º A extinção da CRC e da RENCOR não exime os concessionários inadimplentes de quitar os respectivos débitos.

§ 2º Até 30 junho de 1993, os concessionários que já tiverem firmado o contrato de suprimento a que se refere o art. 3º desta Lei, poderão transferir para outros concessionários e para Itaipu Binacional parcelas dos seus saldos credores nas CRC, acumulados até a data da publicação do decreto de regulamentação desta Lei, excluídos os efeitos da correção monetária especial a que se refere o art. 2º da Lei nº 8.200, de 28 de junho de 1991.

§ 3º As parcelas dos saldos credores das CRC, referidas no parágrafo anterior, serão destinadas à quitação, mediante encontro de contas de débitos vencidos até 31 de dezembro de 1992, obedecida a seguinte ordem:

- a) relativos ao suprimento e ao transporte de energia elétrica gerada por Itaipu Binacional;
- b) relativos ao suprimento de energia gerada por outros concessionários supridores;
- c) remanescentes da RENCOR;
- d) relativos aos suprimentos de combustíveis fósseis.

§ 4º Após o encontro de contas efetuado na forma do parágrafo anterior, os detentores de créditos da CRC poderão compensá-los com os seguintes ativos da União existentes em 31 de dezembro de 1992:

- a) créditos a receber de compromissos internos e externos cujas garantias foram adimplidas pela União;
- b) créditos a receber relativos a impostos federais;

c) créditos a receber relativos à RGR; e

d) outros ativos a critério do Ministério da Fazenda.

§ 5º A ELETROBRÁS receberá créditos da CRC, de que sejam titulares concessionários de distribuição de energia elétrica, para compensação de débitos vencidos relativos a contratos de financiamentos com ela celebrados, podendo utilizar tais ativos para os efeitos do que estabelecem as alíneas a, b e d do parágrafo anterior.

§ 6º Os eventuais saldos de CRC, remanescentes em 30 de junho de 1993, após as compensações autorizadas por esta Lei, poderão ser utilizados, durante o período da respectiva concessão ou em seu término, na forma e para os fins estabelecidos pelo Ministério da Fazenda, ouvido o Ministério de Minas e Energia.

§ 7º (VETADO)

§ 8º Os lançamentos contábeis efetuados com valores da CRC, decorrentes da aplicação do previsto nesta Lei, serão considerados para efeito da tributação pelo Imposto sobre a Renda da pessoa jurídica titular da conta conforme as alíquotas vigentes às épocas de formação dos saldos, podendo, o débito fiscal correspondente, ser pago com os próprios créditos de CRC.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 338,
DE 28 DE JULHO DE 1993

Altera a Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993.

MENSAGEM Nº 108, DE 1993-CN
(Nº 545/93, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 62 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Advogado-Geral da União, o texto da Medida Provisória nº 348, de 27 de agosto de 1993, que "Dispõe sobre o exercício das atribuições institucionais da Advocacia-Geral da União, em caráter emergencial e provisório, e dá outras providências".

Brasília, 27 de agosto de 1993. — **Itamar Franco.**

EM nº 5

Em 27 de agosto de 1993

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência proposta de reedição da Medida Provisória nº 339, de 29 de julho de 1993, que dispõe sobre o exercício das atribuições institucionais da Advocacia-Geral da União, em caráter emergencial e provisório, e dá outras providências.

A presente proposição tem por objetivo reiterar os preceitos contidos naquela Medida Provisória, tendo em vista a iminência da perda de sua eficácia, em face da falta de apreciação pelo Congresso Nacional, no prazo previsto no parágrafo único do art. 62 da Constituição.

Assim, a relevância e urgência que a matéria envolve justificam a edição de nova Medida Provisória.

Respeitosamente. — **Geraldo Magela da Cruz Quintão,**
Advogado-Geral da União.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 348,
DE 27 DE AGOSTO DE 1993

Dispõe sobre o exercício das atribuições institucionais da Advocacia-Geral da União, em caráter emergencial e provisório, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º O exercício das atribuições institucionais previstas na Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, dar-se-á, em caráter emergencial e provisório, até a criação e implantação da estrutura administrativa da Advocacia-Geral da União — AGU, nos termos e condições previstos nesta Medida Provisória.

Art. 2º O Poder Público, por seus órgãos, entes e instituições, poderá, mediante termo, convênio ou ajuste outro, fornecer à AGU, gratuitamente, bens e serviços necessários à sua implantação e funcionamento.

Art. 3º Aos Procuradores Regionais da União incumbe orientar e supervisionar, tecnicamente, os representantes judiciais da União com exercício no âmbito da jurisdição dos respectivos Tribunais Regionais Federais, respeitada a competência dos Procuradores Regionais da Fazenda Nacional.

Parágrafo único. A orientação e a supervisão previstas no **caput** deste artigo serão prestadas por intermédio dos Procuradores-Chefes das Procuradorias da União nos Estados, inclusive às Procuradorias Seccionais.

Art. 4º Na defesa dos direitos ou interesses da União, os órgãos ou entidades da Administração Federal fornecerão os elementos de fato, de direito e outros necessários à atuação dos membros da AGU, inclusive nas hipóteses de mandado de segurança, **habeas data** e **habeas corpus** impetrados contra ato ou omissão de autoridade federal.

§ 1º As requisições objeto deste artigo terão tratamento preferencial e serão atendidas no prazo nelas assinalado.

§ 2º A responsabilidade pela inobservância do disposto neste artigo será apurada na forma da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 3º O disposto neste artigo aplica-se às requisições feitas pelos representantes judiciais da União designados na forma do art. 69 da Lei Complementar nº 73, de 1993.

Art. 5º Nas audiências de reclamações trabalhistas em que a União seja parte, será obrigatório o comparecimento de preposto que tenha completo conhecimento do fato objeto da reclamação, o qual, na ausência do representante judicial da União, entregará a contestação subscrita pelo mesmo.

Parágrafo único. Não se aplica à União a cominação de revelia e de confissão (CLT, art. 844).

Art. 6º A intimação de membro da Advocacia-Geral da União, em qualquer caso, será feita pessoalmente.

Parágrafo único. O disposto neste artigo se aplica aos representantes judiciais da União designados na forma do art. 69 da Lei Complementar nº 73, de 1993.

Art. 7º O vencimento básico dos cargos efetivos de Advogado da União, criados pelo art. 62 da Lei Complementar nº 73, de 1993, é o fixado no Anexo I a esta Medida Provisória.

Parágrafo único. Os Advogados da União farão jus, além do vencimento básico a que se refere o **caput**, à Gratificação de Atividade, instituída pela Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1993, no percentual de cento e sessenta por cento, bem como à gratificação a que se refere o art. 7º da

Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, conforme valores constantes do Anexo I desta Medida Provisória.

Art. 8º Ficam criadas quarenta e uma Procuradorias Seccionais da União, a serem implantadas, conforme a necessidade do serviço, nas cidades onde instaladas varas da Justiça Federal.

Art. 9º São criados um cargo de Diretor-Geral de Administração, DAS 101.5, quatro cargos de Coordenador-Geral, DAS 101.4, dois cargos de Chefe de Divisão, DAS 101.2, dois cargos de Oficial-de-Gabinete, DAS 101.1, destinados à composição da Diretoria-Geral de Administração: vinte e sete cargos de Procurador-Chefe, DAS 101.5, titulares das Procuradorias da União nos Estados e no Distrito Federal, de que trata o art. 2º, inciso II, alínea a, da Lei Complementar nº 73, de 1993; quarenta cargos de Procurador Seccional da União, DAS 101.4; três cargos de Adjunto DAS 102.4 e dois cargos de Assessor Jurídico DAS 102.3.

Art. 10. As Procuradorias da União têm sede nas capitais dos Estados e as Procuradorias Seccionais da União, nas cidades onde estejam instaladas varas da Justiça Federal.

Art. 11. Não se aplica o disposto no art. 14 da Lei nº 8.460, de 1992, à escolha dos ocupantes dos cargos em comissão da AGU, até que organizado seu quadro de cargos efetivos e regularmente investidos os titulares de sessenta por cento destes.

Art. 12. O Anexo II à Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, passa a vigorar na forma do Anexo II a esta Medida Provisória.

Art. 13. O preenchimento dos cargos previstos nesta Medida Provisória dar-se-á segundo a necessidade do serviço e na medida das disponibilidades orçamentárias.

Art. 14. Fica o Ministério da Fazenda com a responsabilidade de prestar o apoio necessário à instalação e ao funcionamento da Procuradoria-Geral da União, em todo o território nacional.

Parágrafo único. O apoio de que trata o **caput** compreende o fornecimento de recursos materiais e financeiros, e será especificado pelo Advogado-Geral da União.

Art. 15. A Secretaria de Controle Interno da Presidência da República fica responsável pelas atividades de controle interno da AGU, até a criação do órgão próprio da Instituição.

Art. 16. Até que sejam implantados os quadros de cargos efetivos da Advocacia-Geral da União, o Advogado-Geral da União poderá atribuir a servidor em exercício e a representante judicial da União designado na forma do art. 69 da Lei Complementar nº 73, de 1993, Gratificação Temporária pelo exercício na Advocacia-Geral da União, observado o disposto neste artigo.

§ 1º A Gratificação Temporária instituída no **caput** será paga de acordo com os níveis e fatores constantes do Anexo III, aplicado sobre o valor do vencimento básico do cargo efetivo de Advogado da União de Categoria Especial.

§ 2º Os quantitativos e os critérios para a atribuição da Gratificação Temporária serão estabelecidos em decreto.

§ 3º A Gratificação Temporária, compatível com as demais vantagens atribuídas ao cargo efetivo ou ao emprego permanente do servidor, não se incorpora ao vencimento nem aos proventos de aposentadoria ou de pensão, bem como não servirá de base de cálculo para quaisquer outros benefícios, vantagens, ou contribuições previdenciárias ou de seguridade.

§ 4º A Gratificação Temporária não poderá ser atribuída a ocupantes de cargo ou função de confiança ou a titular de gratificação de representação de gabinete.

§ 5º O pagamento da Gratificação Temporária cessará para os representantes judiciais da União designados na forma do art. 69 da Lei Complementar nº 73, de 1993, na data de vigência da Lei a que se refere o parágrafo único do art. 26 da Lei Complementar nº 73, de 1993.

§ 6º A Gratificação Temporária não será computada para os efeitos do art. 12 da Lei nº 8.460, de 1992.

Art. 17. O Advogado-Geral da União editará os atos necessários ao cumprimento do disposto nesta Medida Provisória.

Art. 18. As despesas decorrentes desta Medida Provisória correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 19. Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 339, de 29 de julho de 1993.

Art. 20. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de agosto de 1993; 172º da Independência e 105º da República. — ITAMAR FRANCO — Geraldo Magela da Cruz Quintão.

ANEXO I

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO - AGU

DENOMINAÇÃO	VENCIMENTO (CR\$)	ARTIGO 7º (CR\$)
Advogado da União de Categoria Especial	31.339,28	14.191,17
Advogado da União de 1ª Categoria	29.324,08	13.469,07
Advogado da União de 2ª Categoria	27.491,82	12.874,44

Observação: Valores relativos ao mês de agosto de 1993

ANEXO II

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO - AGU
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

CARREIRA PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL		
DENOMINAÇÃO	CLASSE	QUANTIDADE
Procurador da Fazenda Nacional	Subprocurador-Geral	40
	1ª Categoria	155
	2ª Categoria	405

ANEXO III

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO - AGU

NÍVEL	FATOR
GT-I	0,90
GT-II	0,65
GT-III	0,40
GT-IV	0,30

Base de Cálculo: Vencimento básico do cargo efetivo de Advogado da União de Categoria Especial

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.112, DE DEZEMBRO DE 1990

Dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos Cíveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

LEI COMPLEMENTAR Nº 73,
DE 10 DE FEVEREIRO DE 1993

Institui a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União e dá outras providências.

Art. 2º A Advocacia-Geral da União compreende:

I —

II — órgão de execução:

a) as Procuradorias Regionais da União e as da Fazenda Nacional e as Procuradorias da União e as da Fazenda Nacional dos Estados e do Distrito Federal e as Procuradorias Seccionais destas;

Art. 26. Os membros efetivos da Advocacia-Geral da União têm os direitos assegurados pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e nesta Lei Complementar.

Parágrafo único. Os cargos das carreiras da Advocacia-Geral da União têm o vencimento e remuneração estabelecidos em lei própria.

Art. 62. São criados no Quadro da Advocacia-Geral da União seiscentos cargos de Advogado da União providos mediante aprovação em concurso público de provas e títulos distribuídos entre as categorias na forma estabelecida no Regimento Interno da Advocacia-Geral da União.

§ 1º Cabe ao Advogado-Geral da União disciplinar em ato próprio o primeiro concurso público de provas e títulos destinado ao provimento de cargos de Advogado da União de 2ª Categoria.

§ 2º O concurso público a que se refere o parágrafo anterior deve ter o respectivo edital publicado nos sessenta dias seguintes à posse do Advogado-Geral da União.

Art. 69. O Advogado-Geral da União poderá, tendo em vista a necessidade do serviço, designar excepcional e provisoriamente como representantes judiciais da União, titulares de cargos de Procurador da Fazenda Nacional e de Assistente Jurídico.

Parágrafo único. No prazo de dois anos contado da publicação desta Lei Complementar, cessará a faculdade prevista neste artigo.

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 844. O não-comparecimento do reclamante à audiência importa o arquivamento da reclamação, e o não-comparecimento do reclamado importa revelia, além de confissão, quanto à matéria de fato.

Parágrafo único. Ocorrendo, entretanto, motivo relevante, poderá o presidente suspender o julgamento, designando nova audiência.

LEI DELEGADA Nº 13, DE 27 DE AGOSTO DE 1992

Institui Gratificações de Atividade para os servidores civis do Poder Executivo, revê vantagens e dá outras providências.

(*) **LEI Nº 8.460, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1992**

Concede antecipação de reajuste de vencimentos e de soldos dos servidores civis e militares do Poder Executivo, e dá outras providências.

Art. 7º O Anexo XIX da Lei nº 7.923/89 e o Anexo VIII da Lei nº 7.995/90, ficam substituídos pelo Anexo IX desta Lei.

Art. 12. O servidor titular de cargo do Grupo de Direção e Assessoramento Superiores — DAS; ou de cargo de Direção de Instituição de Ensino — CD; que optar pela remuneração do cargo efetivo não poderá receber remuneração mensal superior à maior remuneração paga a servidores a que se referem os Anexos I e II desta Lei, não ocupantes de cargos ou função de confiança.

Parágrafo único. Excluem-se do cômputo, para fim deste artigo, as vantagens a que se referem as alíneas a a n e p do inciso II do artigo 3º da Lei nº 8.448/92.

LEI Nº 8.460, DE 17 DE SETEMBRO DE 1992

Concede antecipação de reajuste do vencimento e de soldos dos servidores civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências.

Art. 7º O Anexo XIX da Lei nº 7.923, de 1989 e o Anexo VIII da Lei nº 7.995, de 1990, ficam substituídos pelo Anexo IX desta lei.

Art. 14. Os dirigentes dos órgãos do Poder Executivo deverão destinar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos cargos de Direção e Assessoramento Superior de níveis DAS-1, DAS-2 e DAS-3 a ocupantes de cargo efetivo lotados e em exercício nos respectivos órgãos.

LEI Nº 8.383, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1991

Institui a Unidade Fiscal de Referência, altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências.

(Art. 68, parágrafo único da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991.)

Carreira Procurador da Fazenda Nacional		
Denominação	Classe	Quantidade
Subprocurador-Geral da Fazenda Nacional	—	40
Procurador da Fazenda Nacional	1ª Categoria	255
Procurador da Fazenda Nacional	2ª Categoria	305

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 339, DE 29 DE JULHO DE 1993

Dispõe sobre o exercício das atribuições institucionais da Advocacia-Geral da União, em caráter emergencial e provisório, e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Sobre a mesa, Mensagem Presidencial que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte.

MENSAGEM Nº 104, DE 1993-CN

(Nº 542/93, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República, o texto do projeto de lei que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, crédito suplementar no valor de CR\$700.000.000.000,00, para os fins que especifica".

Brasília, 27 de agosto de 1993. — **Itamar Franco.**

EM nº 096/SEPLAN-PR

Brasília, 25 de agosto de 1993

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de CR\$ 700.000.000.000,00 (setecentos bilhões de cruzeiros reais), em favor de Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda para atender despesas com a subatividade "Administração da Dívida Pública Mobiliária Federal (Interna)".

2 A presente medida objetiva dar continuidade à condução da política de administração da dívida pública mobiliária federal que vem sendo desenvolvida em 1993, a qual tem por finalidade tanto a redução do estoque da dívida quanto o alongamento do seu prazo médio.

3. Tal objetivo está sendo alcançado, por um lado, mediante o resgate líquido de títulos, e, por outro, despertando a confiança do mercado nas decisões governamentais sobre a política financeira como forma de garantir a preferência por títulos com período maior de amortização.

4. Além disso, essa política de resgate de títulos vem permitindo a substituição de papéis com rentabilidade em torno de 30% ao ano por outros com rentabilidade de cerca de 16% ao ano, mediante operações de resgates antecipados, medida essa que vem proporcionando vantagens financeiras significativas ao Tesouro Nacional.

Esclareço, ainda, que a referida solicitação encontra-se de acordo como que dispõe o art. 43, § 1º, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observadas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

Respeitosamente.

Alexis Stepanenko, Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República.

ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E COORDENAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA Nº 096, DE 25-8-93

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Atender despesas da subatividade "Administração da Dívida Pública Mobiliária Federal — Interna" no sentido de embasar a ação que vem sendo desenvolvida em 1993, objetivando a redução do saldo da DPMF, bem como o alongamento do seu prazo médio através do resgate líquido de títulos e a substituição de papéis por outros com período maior de amortização.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Abertura de crédito suplementar.

3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos: A alternativa é única para a situação apresentada

4. Custos:

A despesa será atendida com recursos decorrentes do excesso de arrecadação das fontes 188 — "Resultado do BACEN/Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional" (CR\$ 281 bilhões) e 152 — "Resultado do BACEN" (CR\$ 419 bilhões), totalizando CR\$...700 bilhões.

5. Razões que justificam a urgência

6. Impacto sobre o meio ambiente:

7. Síntese do parecer do órgão jurídico:

PROJETO DE LEI Nº 22, DE 1993-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, crédito suplementar no valor de Cr\$ 700.000.000.000,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, crédito suplementar no valor de Cr\$700.000.000.000,00 (setecentos bilhões de cruzeiros reais), para atender à programação indicada no Anexo I desta Lei.

Art. 2º. Os recursos necessários ao atendimento do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

71000 - ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO 71101 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ESPECIFICAÇÃO	E S P	FOIN	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JORNAL E ENT. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
DÍVIDA INTERNA			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
03.000.000.000			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
ADMINISTRAÇÃO DA DIVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
ADMINIST. DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
03.000.000.000			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
03.000.000.000			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
03.000.000.000			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
03.000.000.000			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
03.000.000.000			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
03.000.000.000			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
03.000.000.000			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
03.000.000.000			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
03.000.000.000			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
03.000.000.000			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
03.000.000.000			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
03.000.000.000			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
03.000.000.000			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
03.000.000.000			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
03.000.000.000			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
03.000.000.000			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
03.000.000.000			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
03.000.000.000			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
03.000.000.000			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
03.000.000.000			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
03.000.000.000			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
03.000.000.000			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
03.000.000.000			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
03.000.000.000			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
03.000.000.000			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
03.000.000.000			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
03.000.000.000			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
03.000.000.000			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
03.000.000.000			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
03.000.000.000			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
03.000.000.000			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
03.000.000.000			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
03.000.000.000			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
03.000.000.000			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
03.000.000.000			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
03.000.000.000			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
03.000.000.000			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
03.000.000.000			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
03.000.000.000			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
03.000.000.000			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
03.000.000.000			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
03.000.000.000			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
03.000.000.000			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
03.000.000.000			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
03.000.000.000			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
03.000.000.000			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
03.000.000.000			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
03.000.000.000			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
03.000.000.000			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
03.000.000.000			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
03.000.000.000			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
03.000.000.000			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL			244.000.000.000		244.000.000.000				244.000.000.000	
03.000.000.000										

Conjuntura Atual e Cenário Macroeconômico para 1994

3. A economia brasileira vem mantendo, neste ano de 1993, a trajetória de recuperação iniciada a partir de setembro de 1992. O Produto Interno Bruto (PIB) apresentou um crescimento acumulado no primeiro trimestre deste ano de 7,2%, em relação ao terceiro trimestre do ano passado, influenciado, principalmente, pela produção da indústria de transformação, que acumulou, no período compreendido entre setembro de 1992 e março deste ano, a expressiva variação de 21,9%. Nesse contexto, as estimativas da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda — SEPE/MF indicam que, em 1993, o crescimento do PIB poderá alcançar a 3,2% em relação a 1992.

4. No mercado de trabalho, embora o nível de emprego não tenha respondido na mesma intensidade da produção, a longa tendência de queda foi invertida, passando a apresentar taxas positivas de crescimento, ainda que tímidas, desde janeiro último, contrastando com o desempenho dos últimos anos, marcado por dispensas crescentes.

5. A recuperação do nível de emprego tem sido acompanhada da elevação do salário real médio, em comparação a 1992, e, portanto, da massa salarial. Esse aumento relativo de renda, aliado à queda observada nas taxas de juros reais, sinaliza a geração de uma demanda interna que permite a manutenção do crescimento industrial até o final do exercício.

6. De fato, a Pesquisa Mensal de Emprego da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revela que o rendimento médio real das pessoas ocupadas no primeiro trimestre de 1993 foi 11,6% superior ao do mesmo período de 1992, destacando-se os trabalhadores na indústria de transformação, com 15%. O salário mínimo, por sua vez, apresentou, no primeiro semestre, média real 6% superior àquela observada em igual período de 1992, graças, principalmente, à incorporação de antecipações bimestrais, iniciadas a partir de janeiro último.

7. Quanto ao investimento, observou-se, a partir do quarto trimestre do ano passado, reversão de sua tendência declinante. Os investimentos passaram, como proporção do PIB, de 14,1% no terceiro trimestre de 1992 para 14,9% no primeiro trimestre deste ano. Essa recuperação foi reforçada, em parte, pelo crescimento de 13% das importações de máquinas e equipamentos registrado no período de janeiro/abril deste ano, comparativamente ao mesmo período do ano anterior.

8. No setor externo, os resultados acumulados até junho mostram expansão de 18% nas importações e de 15% nas exportações, relativamente a igual período de 1992. Mesmo diante de expectativas de arrefecimento no ritmo do setor exportador, espera-se fechar o ano, segundo estimativas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com superávit comercial da ordem de US\$13,3 bilhões (US\$38,2 bilhões de exportações e US\$24,4 bilhões de importações).

9. Tais resultados deverão significar uma queda do saldo comercial de 10,8% e um crescimento das exportações e das importações de 6,0% e 18,6%, respectivamente, sobre os valores observados no ano passado. O fluxo de comércio, entretanto, deve crescer 10,6%, resultado não só da recuperação da atividade econômica interna, como também do processo de abertura do País ao exterior, através da eliminação de barreiras não-tarifárias e da redução paulatina das alíquotas do imposto sobre a importação.

10. A execução da política monetária, no primeiro semestre de 1993, foi contracionista, apesar das grandes pressões expansionistas exercidas sobre a base monetária pelas operações com o setor externo e pelos resgates líquidos de títulos públicos.

11. A elevação nominal da base monetária no semestre, medida pela média mensal dos saldos diários, foi de 209%, o que corresponde à redução real de 31%, se comparada à elevação do Índice Geral de Preços do Mercado Financeiro (IGPM), de 348,2%. No caso dos Meios de Pagamento (M1), que registraram elevação nominal de 216%, a contração real foi de 29,5%. Até mesmo o M4 — o agregado monetário mais abrangente — ficou abaixo da inflação, acumulando alta nominal de 335,6% no período, o que corresponde a uma queda real de 2,8%.

12. Nas condições atuais da economia brasileira, é difícil avaliar o desempenho e a eficácia da política monetária, ainda que seus indicadores possam sugerir feição contracionista. De qualquer modo, é de se registrar a forte redução das taxas reais dos juros pagos pelo Governo na negociação de seus títulos, que, em outubro de 1992, apontavam para cerca de 30% a.a. e, presentemente, encontram-se num patamar ao redor de 17% a.a. Este nível, entretanto, está ainda distante daquele que o Governo considera como saudável para a economia brasileira. Em razão disso, todos os esforços estão sendo dirigidos para restabelecer o equilíbrio financeiro estrutural do setor público, de forma a criar condições para reduzir as taxas reais de juros aos padrões internacionais.

13. O problema central da economia brasileira, todavia, permanece sendo a inflação, que, embora não sinalize para nenhum movimento explosivo, tem mostrado resistência ao declínio de patamar.

14. O diagnóstico predominante da inflação brasileira é o da crise fiscal, que se reflete em posturas individuais defensivas por parte dos formadores de preços, cujas práticas são fundamentalmente afetadas por percepções acerca do colapso fiscal do Estado.

15. Nesse contexto, a estabilização da economia pressupõe a concretização de um ajuste fiscal prévio, com sustentação estrutural, objetivando a inversão do sinal das expectativas e o estabelecimento das precondições básicas para a desejada estabilização econômica.

16. Para isso, o cenário prospectivo revela-se potencialmente favorável em vários campos. A par da imprescindível racionalização das despesas, a aprovação do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF) representa importante contribuição para reforço de caixa do Governo. A revisão da Constituição, a partir de outubro próximo, abre a oportunidade para discussão de novas fórmulas que permitam alcançar o reordenamento das finanças públicas.

17. Na área das empresas estatais, a implementação, ao longo de 1993, de um processo de realinhamento de tarifas e preços públicos, com vistas à recuperação real de receitas e de sua capacidade de investir, desenha, para 1994, um quadro onde o setor não deverá pressionar a inflação através de recomposição de tarifas, nem onerar o Tesouro Nacional para aportes adicionais de recursos.

18. A conclusão do programa de renegociação das dívidas dos Estados e Municípios, além de incorporar essas unidades da Federação à orientação geral de austeridade, deverá propiciar o retorno dos pagamentos à União e impedir novos endividamentos insolúveis. Paralelamente, um controle mais rigoroso, dentro das normas legais, das relações entre bancos

estatais e os seus acionistas controladores, permitiu cerrar outro canal por onde escoava, sem critério, boa parte de gastos públicos.

19. Por fim, e principalmente, cabe ressaltar a pertinaz e continuado esforço de redução da sonegação fiscal, através da atuação da Secretaria da Receita Federal e do Instituto Nacional do Seguro Social — INSS.

20. Quanto ao panorama da economia mundial, cabe ressaltar a atual desaceleração do nível de atividade, vivenciada tanto na Europa, principalmente na Alemanha e França, como no Japão. Todavia, com a recuperação que se vem delineando em países como Estados Unidos, Reino Unido e Canadá, as expectativas são de que, após dois anos de reduzido crescimento econômico, a economia dos países industrializados apresentará, em 1993, desempenho pouco melhor.

21. Também com relação à inflação, as expectativas mundiais são otimistas. Apesar do ligeiro repique no início de 1993, espera-se, para o conjunto dos países industrializados, a manutenção da tendência de queda observada nos últimos três anos, dado que se aguarda uma redução das pressões inflacionárias na Alemanha e no Japão e a manutenção da inflação americana em patamares próximos aos atuais.

22. Vale salientar, ainda, a queda generalizada das taxas de juros de curto prazo observada nos maiores países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD). Nos Estados Unidos, as taxas de juros de curto prazo continuam muito baixas, às vezes até mesmo inferiores a 3%, que é a meta do Federal Reserve Board. O fato novo é a queda das taxas de juros de longo prazo, ocorrida após o anúncio do novo programa fiscal do governo americano.

23. Esse cenário de baixa das taxas de juros, balizando a libor, que rege a maior parcela da dívida externa brasileira, deverá resultar em alívio adicional sobre as contas externas do País, contrabalançando eventuais reduções na demanda dos principais mercados compradores das exportações brasileiras, que vierem a ocorrer em função da queda nos seus níveis de atividade ou em decorrência de medidas protecionistas.

24. Complementarmente, vale o registro da manifestação, no prazo estabelecido, dos bancos credores privados por suas preferências entre os vários instrumentos financeiros disponíveis no processo de renegociação da dívida externa brasileira. Essa atitude não só representa um passo importante, como permite adjuviciar a formalização, ainda em 1993, do acordo final que reconduzirá o Brasil ao normal relacionamento financeiro com o exterior, superando, assim, esse obstáculo que vinha dificultando a retomada de investimentos estrangeiros no País.

25. Registre-se, também, o significativo impacto em nossa balança comercial decorrente da recuperação das economias de alguns países da América Latina, notadamente no âmbito do Mercosul.

26. Contudo, ainda que a conjuntura mais recente apresente sinais de tendência positiva de crescimento econômico, os estudos prospectivos da SEPE/MF, consolidados em indicações relativas aos parâmetros básicos de projeção das contas públicas, recomendam a adoção de uma previsão de crescimento do PIB mais prudente, da ordem de 2,5% em 1994, em relação a 1993.

27. Tal previsão é, inclusive, compatível com cenário elaborado pelo IPEA, em que o impacto do aumento da massa salarial real sobre o nível de atividade, provocado pela nova política salarial, apesar de positivo num primeiro momento,

tende a se tornar crescentemente negativo em períodos subsequentes.

28. Assim, a adoção de um parâmetro de evolução do PIB de 2,5% em 1994, embora signifique uma redução moderada em relação às previsões de crescimento para o exercício de 1993, é mais consentânea com as perspectivas para o desempenho da economia no próximo ano.

Política Econômica e Social do Governo

29. A política econômica e social do Governo tem-se pautado pelo esforço de modernização e de desenvolvimento auto-sustentado do País, com realce para o ataque às causas estruturais que têm provocado a elevação do patamar inflacionário de nossa economia. O alto nível da inflação, como se sabe, além de representar o principal obstáculo à recuperação dos investimentos e, conseqüentemente, à retomada do crescimento econômico, constitui-se em elemento altamente concentrador da renda, na medida em que corrói os salários reais e impede a recomposição do nível de emprego.

30. Neste sentido, a ênfase do programa de estabilização está baseada na mudança do regime fiscal, a ser obtida em dois estágios sequenciais. O primeiro é o da implementação do Programa de Ação Imediata (PAI), lançado em junho último. Por esse programa, a recuperação das finanças públicas envolve ampla reorganização do setor público e de suas relações com a economia privada, incluindo:

- recuperação da receita tributária;
- corte e maior eficiência de gastos;
- fim da inadimplência de Estados e Municípios em relação às dívidas com a União;
- controle e rígida fiscalização dos bancos estaduais;
- saneamento dos bancos federais; e
- reforma e aprofundamento do programa de privatização e maior controle sobre a gestão de empresas estatais.

31. O segundo, que produzirá o ajuste fiscal sustentado, deverá resultar da revisão constitucional, para a qual o Executivo contribuirá através da apresentação e firme defesa de posições sobre itens críticos relacionados à área fiscal e às reformas voltadas para o fortalecimento da economia de mercado.

32. Entre esses pontos, merecem destaque:
- o tratamento racional ao capital estrangeiro;
 - a restrição dos monopólios estatais a áreas estratégicas, permitindo ampliar o processo de privatização;
 - a redistribuição de funções entre a União e os Estados e Municípios;
 - redefinição do conceito de estabilidade do funcionalismo público federal;
 - a reforma do sistema previdenciário, compatibilizando a sua viabilidade, do ponto de vista atuarial, com sua função social; e

— a adequação do regime tributário, de modo a garantir maior eficiência na arrecadação de impostos.

33. A política monetária, por sua vez, deverá ser condicionada pela evolução progressiva do ajuste fiscal. Para tanto, será mantida em níveis restritivos, de forma a garantir:

- uma adequada remuneração em termos reais do esforço nacional de poupança;
- um espaço para o manejo das taxas de juros de curto prazo, visando moderar movimentos especulativos contra a estabilidade da moeda; e
- um satisfatório desempenho do balanço de pagamentos.

34. Na área da política cambial, enquanto não se processar o ajuste fiscal sustentado, e tendo em vista um bom desempenho comercial, o objetivo é o adequado gerenciamento do processo em curso de liberalização das importações e a continuidade do processo de integração regional no âmbito do Mercosul.

35. Na área social, além dos esforços de recuperação dos serviços essenciais de saúde e educação, merece destaque o Programa de Combate à Fome e a Miséria, como forma de mitigar os efeitos do desemprego sobre a população.

36. Nesse particular, as ações governamentais voltadas para a distribuição de alimentos representam demonstração efetiva da necessidade de adoção de políticas compensatórias que minimizem os efeitos das dificuldades econômicas sobre as populações mais sofridas.

37. Tem-se consciência, contudo, que o pleno resgate da enorme dívida social do país somente será viabilizado com a estabilização definitiva da economia, que permitirá a retomada do crescimento, a recuperação do emprego e a elevação do salário real dos trabalhadores.

Análise Retrospectiva do Comportamento Da Arrecadação 1991 — 1993

38. Nos últimos anos, a receita da União e, mais especificamente, a receita do Tesouro Nacional, além de absorver as diminuições de recursos pactuadas na Constituição Federal de 1988, que compreenderam perda de competência tributária e aumentos das suas transferências compulsórias para os demais entes federativos, vem comportando impactos negativos em algumas rubricas, principalmente naquelas que têm destinação específica, provocados, entre outras, pelas seguintes causas:

- demandas judiciais quanto à juridicidade e constitucionalidade da instituição de contribuições ou da elevação de suas alíquotas, as quais atingiram a Contribuição para o Fundo de Desenvolvimento Social — FINSOCIAL e sua sucedânea — Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social — COFINS, bem como a Contribuição sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas (esta última julgada constitucional, em julho de 1992, pelo Supremo Tribunal Federal — STF);

- falta de instrumentos jurídicos que permitam uma ação fiscal mais eficaz da Receita Federal e julgamento mais rápido pelo Poder Judiciário de processos envolvendo crimes tributários;

- deficiência estrutural da máquina fiscal, favorecendo o incremento da sonegação, estimada presentemente em mais de 50% do potencial total da receita do Tesouro; e

- desempenho aquém do potencial da contribuição sobre a folha de pagamentos, em face, principalmente, do quadro recessivo prolongado;

39. O período em apreço, do ponto de vista das receitas públicas federais, caracteriza-se, também, pelas dificuldades em se aprovar alterações que confirmam ao Imposto Territorial Rural — ITR sua verdadeira dimensão, quer na captação de recursos financeiros, quer como instrumento de racionalização do setor produtivo primário.

40. No exercício de 1991, observou-se queda na receita dos impostos e contribuições, em relação à de 1990, como resultado, principalmente, da desindexação decorrente da MP 298/91; convertida na Lei nº 8.218, de 29 de agosto de 1991, e do questionamento jurídico do Finsocial.

41. Nesse exercício, entre as receitas que apresentaram evolução positiva, destacam-se o Imposto sobre a Importação e o Imposto sobre a Renda Retido na Fonte — IRRF. O primeiro apresentou crescimento real de arrecadação de 8,0%, decorrente do aumento do volume das importações tributáveis e das elevações da alíquota sobre o petróleo, de zero para 11%, a partir de agosto e para 19%, a partir do mês de setembro. Vale ressaltar que esse resultado se deu no contexto da política de abertura da economia, mediante a qual se iniciou um cronograma de redução das alíquotas sobre os demais produtos. Em termos concretos, a tributação sobre o petróleo passou a contribuir, no resultado de 1991, com os recolhimentos referentes a outubro e dezembro daquele ano, efetuados pela Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRÁS.

42. O acréscimo verificado no segundo imposto decorreu do fato da tabela de retenção do imposto na fonte sobre rendimentos do trabalho, correspondente a fevereiro, ter sido mantida até julho e a tabela referente a agosto até outubro, sem acompanhar a evolução dos índices de correção dos salários, gerando, ao término do exercício, ganho real de 5% na arrecadação.

43. Por outro lado, os aspectos negativos decorrentes dessa desindexação refletem-se nos impactos sentidos pelo Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas — IRPJ e pela Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas, além dos ocorridos na área do Imposto de Renda das Pessoas Físicas — IRPF. A despeito da inflação, o IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas foram pagos, durante o segundo semestre de 1991, sem qualquer atualização monetária. Igualmente, os pagamentos das cotas mensais do IRPF foram realizados com base nos valores apurados na declaração de rendimentos, sem qualquer tipo de correção.

44. O Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI foi penalizado pela retração da atividade industrial, pela diminuição das alíquotas incidentes sobre o fumo e automóveis e, ainda, pela manutenção dos valores nominais da tabela do imposto sobre bebidas, de fevereiro até início de agosto. Apresentou, no cômputo geral, redução real de 10%. As maiores perdas ocorreram na parcela referente a bebidas, com queda real de 14%, e no restante do setor industrial, não compreendidos os segmentos de fumo e automóveis, com decréscimo real de 15%.

45. Cabe ressaltar, também, o declínio natural da arrecadação do Imposto sobre Operações Financeiras — IOF, que, em 1990, à luz da Lei nº 8.033/90, incidiu sobre o estoque dos ativos financeiros bloqueados em 16 de março daquele ano. Em 1991, com a diminuição dos efeitos na transferência ou resgate das aplicações financeiras, sua arrecadação caiu de 1,3% para cerca de 0,6% do PIB. Essa queda levou o IOF a nível pouco acima do histórico, somente obtido em virtude de ter começado a incidir, também, sobre os resgates de aplicações financeiras de curto prazo, realizados a partir de agosto de 1990, nos termos da Lei nº 8.088/90.

46. Os resultados do Finsocial estiveram o prejudicados pelo enorme questionamento jurídico da sua constitucionalidade. Assim, não obstante a elevação da alíquota de 1,2% para 2,0%, o montante arrecadado, em 1991, apresentou declínio real de 15%, comparativamente ao ano anterior.

47. A Contribuição dos Empregadores e dos Trabalhadores para Seguridade Social teve sua arrecadação afetada pela redução da atividade econômica, que repercutiu desfavoravelmente no nível de emprego, na expansão da informa-

lidade da economia e na diminuição do salário real. Ao final do exercício, revelou perda de 14% em relação ao ano anterior.

48. Ainda em relação às contribuições, instituiu-se a Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor, através da Lei nº 8.162, de 8 de janeiro de 1991, reforçando o orçamento da Seguridade Social com uma receita suplementar equivalente a 0,1% do PIB.

49. Por sua vez, o exercício de 1992, começou sob a égide de novas leis que visaram a eliminação dos óbices institucionais que tanto desfavoreceram a arrecadação no ano anterior. Destarte, a Lei Complementar nº 70 e a Lei nº 8.383, ambas de 30 de dezembro de 1991, criaram, respectivamente, a Cofins, em substituição à Contribuição para o Finsocial e a Unidade Fiscal de Referência — UFIR, como instrumento próprio de correção monetária para o pagamento dos impostos e das contribuições federais.

50. A Lei nº 8.383/91 trouxe, ainda, outras importantes alterações, que afetaram a arrecadação de todas as receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal — SRF, tais como:

- a dilatação dos prazos de arrecadação dos tributos e contribuições, atendendo, dessa forma, à reivindicação das empresas que reclamavam de exiguidade do prazo para o processamento contábil-financeiro e, por outro lado, a perda de uma quinzena de arrecadação para, praticamente, todas as receitas administradas pela SRF/MF;

- instituição do pagamento do IRPJ em bases correntes, a partir de julho de 1992; e

- a extinção da cobrança de Imposto de Renda sobre o lucro líquido.

51. O Imposto sobre a Importação apresentou desempenho inferior ao do ano de 1991, apesar da manutenção do volume das importações tributáveis e do efeito anualizado da tributação sobre o petróleo, tendo em vista o prosseguimento da política de redução de alíquotas.

52. O IRPF comportou a ampliação do limite de isenção da tabela de cálculo da declaração anual, acompanhando idêntica alteração ocorrida nas tabelas de aplicação mensal do Imposto sobre a Renda Retida nas Fontes (IRRF), passando do equivalente a 519 UFIR, em dezembro de 1991, para 1.000 UFIR, a partir de janeiro de 1992. Ao final do exercício, apresentou arrecadação semelhante àquela verificada no ano anterior.

53. A arrecadação do IRPJ foi afetada, no caso das instituições financeiras, pelo lançamento, como provisão para devedores duvidosos, dos créditos relativos ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), ao amparo da Resolução do Banco Central nº 1.748, de 1990, e pela antecipação, por parte de várias empresas, da dedução permitida pela Lei nº 8.200, de 28 de junho de 1991, apesar desta prever a sua utilização somente a partir de 1993.

54. Em contrapartida, a implantação do sistema em bases correntes, determinado pela Lei nº 8.383/91, somou, ao imposto relativo ao ano-base de 1991, parte do imposto gerado no próprio exercício de 1992. A arrecadação apresentou, ao encerramento do exercício, ganho aproximado de 68%, comparativamente ao ano anterior.

55. Na área do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte houve um decréscimo de 9,0%, em relação a 1991. A origem da queda explica-se pela diminuição do imposto sobre os rendimentos do trabalho, em função da já referida elevação do

limite de isenção na fonte e pela indexação em UFIR da tabela de retenção. Tais fatores suplantaram o efeito positivo do pagamento, no exercício de 1992, não só do imposto sobre o lucro líquido relativo a 1991, como, também, de parte do imposto gerado em 1992.

56. O desempenho do IPI apresentou evolução satisfatória, chegando, ao final do exercício de 1992, com nível da arrecadação 6,0% superior àquela verificada em 1991, em consequência, entre outras razões, da recomposição da alíquota do imposto incidente sobre cigarros, de 220% para 330%, efetuada pelo Decreto nº 630, de 12 de agosto de 1992.

57. A Contribuição para Financiamento da Seguridade Social — COFINS, instituída pela Lei Complementar nº 70/91, com o objetivo de substituir a Contribuição para o Finsocial, assumiu a base de cálculo e a alíquota da sua antecessora, isentando, porém, as entidades financeiras que, em contrapartida, tiveram majoração na alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas. A nova contribuição não trouxe os resultados esperados, já que as maiores empresas continuaram a impetrar ações judiciais contra seu pagamento. A arrecadação apresentou, ao final de 1992, resultado decepcionante, com decréscimo em torno de 25%, em relação à Contribuição para o Finsocial no ano anterior.

58. O grande destaque, no segmento da receita das contribuições, ficou por conta da recuperação da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, obtida, sobretudo, devido ao julgamento favorável pelo STF de sua constitucionalidade, ocorrido em julho de 1992. Aliou-se a esse fato, a mesma repercussão positiva alcançada pelo IRPJ, com a introdução do pagamento em bases correntes, uma vez que o pagamento dessa contribuição é apurado de forma semelhante ao do imposto. Assim, as alterações da Lei nº 8.383/91 possibilitaram a tal contribuição absorver receitas antes previstas legalmente para 1993. Finalmente, um terceiro fator aditivo foi o aumento da alíquota da contribuição das entidades financeiras, de 15% para 23%, a partir de agosto de 1992, em observância ao disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 70/91. Ao final do exercício, a referida contribuição alcançou o expressivo ganho de 150%, em relação ao ano anterior.

59. A Contribuição de Empregadores e Trabalhadores para a Seguridade Social, contudo, permaneceu sob os efeitos da retração econômica, cuja reversão somente iniciou-se no final do exercício, apresentando pequena queda em relação a 1991.

60. Finalizando esta análise retrospectiva, verifica-se que o exercício de 1993 está sendo marcado por uma significativa mudança na política fiscal-tributária, na qual se destaca a criação do Imposto Provisório sobre a Movimentação ou a Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira — IPMF.

61. Além disso, a arrecadação vem contando com os efeitos benéficos do processo de transformação do IRPJ que, em tempos mais recentes, desde a edição da Lei nº 8.383/91, vem obtendo ganhos a curto prazo, não só pela adoção do sistema de bases correntes, como, também, pela racionalização da base de cálculo do imposto, mediante novos procedimentos, tais como a restrição à dedução de certos custos ou despesas e a criação de incentivos ao pagamento do tributo sobre o lucro inflacionário, o qual, de outra forma, seria diferido.

62. Porém, a mudança fundamental diz respeito às ações adotadas pela SRF, a partir de meados do presente ano, no

combate à sonegação, tais como o novo cadastramento das pessoas físicas e o acordo firmado com a Federação Brasileira das Associações de Bancos — FEBRABAN, permitindo o acesso do fisco aos dados cadastrais dos correntistas, sem que se incorra em quebra do sigilo bancário.

63. Nesse quadro de mudanças, o Governo, embora tenha concedido reduções de alíquotas no Imposto sobre Produtos Industrializados e no Imposto sobre Importação, tem conseguido resultados que apontam para uma melhora da arrecadação do Tesouro Nacional em 1993, comparativamente ao exercício de 1992.

64. Mantém-se, como previsto, o programa de abertura da economia do País, com a redução de alíquotas de importação atingindo, em 1º de julho último, valor médio de 14,2%, limite inferior ao estabelecido no cronograma original. A arrecadação deste tributo, no entanto, vem se mantendo estável, devido à ascensão do volume das importações, combinada com o montante advindo da tributação sobre o petróleo. A previsão é de que a arrecadação, até o final deste exercício, supere o valor de 1992 em 7,6%.

65. O IRPF deve apresentar acréscimo de arrecadação de cerca de 50% em relação ao ano anterior, em virtude de alterações legais, como a implantação da Declaração de Ajuste Anual indexada pela UFIR e a elevação da alíquota mínima do imposto na tabela progressiva de 10% para 15%.

66. O Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas revela ganho anualizado de cerca de 6,0%, pela aplicação dos dispositivos da Lei nº 8.541/92, que reforçou a base de cálculo do imposto, tanto pela redução do saldo da provisão para devedores duvidosos, de 3,0% para 1,5%, como pela ampliação do conjunto das empresas sujeitas ao regime do lucro presumido. Vale salientar, ainda, que a arrecadação, em 1993, está comportando parcelas do imposto relativo a 1992 de pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real e das pessoas jurídicas não sujeitas ao adicional. Tais parcelas são remanescentes da sistemática de ajuste adotada na implantação, a partir de 1992, da tributação em bases correntes, aprovada pela Lei nº 8.383/91.

67. No que tange ao imposto retido na fonte sobre rendimentos de capital, notam-se resultados positivos, advindos do pagamento, na fonte, do imposto devido sobre operações de renda variável e aplicações financeiras de renda fixa pelas empresas jurídicas, deixando de compor o conjunto das demais receitas operacionais, que formam a base de cálculo do lucro real. Salienta-se, ainda, que esse item de receita contou com três parcelas do Imposto sobre o Lucro Líquido referentes ao ano anterior.

68. Quanto à parcela do imposto sobre rendimentos do trabalho, a recuperação econômica tem permitido ganhos salariais reais em relação a 1992, traduzindo-se em aumento de arrecadação.

69. Na área do IPI, se por um lado, o acordo com a indústria automotiva, visto isoladamente, reduz a arrecadação do tributo, por outro, gera, através do efeito multiplicador dessa indústria, ganhos com a expansão dos negócios com os bens complementares. Assim, mesmo com a redução de tributação, a arrecadação desta rubrica vem apresentando resultado um pouco superior àquele verificado no ano anterior, alcançando cerca de 2,0%, crescimento impulsionado, também, pela recuperação do nível de atividade de outros segmentos industriais.

70. O IPMF, instituído pela Lei Complementar nº 77, de 13 de julho de 1993, aprovada em consonância com a

Emenda Constitucional nº 3/93, vem sofrendo uma série de óbices de natureza jurídica no tocante à sua constitucionalidade, antes mesmo do início de sua aplicação. Acrescente-se a isso, o fato de ter comportado várias reduções na base de cálculo, durante a fase de elaboração e de tramitação da Lei Complementar. Entre estas, destacam-se, como as mais importantes, a criação da caderneta de poupança trimestral, a fixação de alíquota zero em várias operações de movimentação das contas de aplicação financeira para as respectivas contas correntes e a não incidência nos saques de FGTS, de PIS/PASEP e de Seguro-Desemprego.

71. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido apresenta acréscimos na arrecadação devido, principalmente, a dois fatores: ao julgamento definitivo do Supremo Tribunal Federal que garantiu a constitucionalidade dessa contribuição e à sua sistemática de pagamento, que acompanha as mesmas normas estabelecidas para o IRPJ pela Lei nº 8.541/92, já mencionadas anteriormente. O ganho de receita, em relação a 1992, é de aproximadamente 25%.

72. A Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, contudo, continua aquém da sua potencialidade, em razão da persistência das ações judiciais contra a sua cobrança. Atualmente, encontram-se depositados em juízo, segundo as estimativas, valores equivalentes a US\$6,0 bilhões. Ainda Assim, em virtude dos acordos setoriais, a arrecadação deve crescer cerca de 23% sobre a de 1992.

73. Por fim, deve-se mencionar que a Contribuição dos Empregadores e Trabalhadores para a Seguridade Social, como resultado dos efeitos positivos no nível de emprego formal e nos salários médios, graças à política de antecipações mensais e reposições quadrimestrais, deve encerrar o exercício de 1993 com um ganho efetivo de 14,0%.

A Receita Estimada — Orçamento Fiscal E da Seguridade Social

74. O Anexo I demonstra a evolução das principais receitas do Tesouro, no período 1991-1993, segundo os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, exclusive Operações de Crédito, bem como a sua previsão de arrecadação para 1994.

75. As receitas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social para 1994 foram estimadas, a preços de abril de 1993, em um montante de Cr\$5.206.421.000 mil, dos quais Cr\$4.918.502.000 mil correspondem a recursos do Tesouro Nacional e Cr\$287.919.000 mil, a recursos de outras fontes.

76. Da massa de receitas do Tesouro Nacional, Cr\$558.955,7 milhões constituem recursos ordinários para livre programação. Cr\$2.209.456,1 milhões correspondem a recursos vinculados a programações específicas. Cr\$1.738.664,2 milhões são formados pelas operações de crédito internas e externas e Cr\$411.406,1 milhões representam a parcela de recursos a serem compulsoriamente transferidos pela União aos Estados, Distrito Federal e Municípios.

77. Tais valores demonstram, claramente, a pequena margem de flexibilidade de que dispõe a Administração Pública Federal na aplicação suas receitas, haja vista que apenas 11,4% do total das receitas do Tesouro podem ser remanejáveis livremente, tornando, assim, bastante rígida a alocação dos recursos, conforme abordado em mais detalhes em outro tópico deste documento.

78. As estimativas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social espelham o resultado de projeções individualizadas de cada item de receita, respeitadas suas características

intrínsecas e as alterações institucionais ocorridas, com a observância, porém, dos seguintes critérios comuns:

— adoção da variação estimada para o Produto Interno Bruto, de 2,5%, como parâmetro de crescimento real, de acordo com as estimativas da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda;

— observação do comportamento da arrecadação realizada no primeiro semestre de 1993, como base para a projeção de 1994;

79. Tais critérios se justificam, no primeiro caso, pela indisponibilidade de projeção de indicadores específicos para cada receita e, no segundo, pela lógica de que, quanto menor a diferença de tempo entre a realização e a projeção de uma receita, com maior fidelidade estarão representadas sua sazonalidade e variáveis externas, como, por exemplo, o índice de evasão fiscal.

80. Além disso, previu-se a incorporação à receita dos impostos e contribuições administradas pela SRF/MF, de um valor equivalente a 0,50% do PIB, como resultado esperado do "Programa de Recuperação das Receitas Federais", que vem sendo implementado pelo Ministério da Fazenda — MF, abrangendo, entre outras medidas, o acompanhamento do cumprimento das obrigações tributárias dos chamados "grandes contribuintes" e a cobrança e notificação de pessoas físicas.

81. Em relação às alterações institucionais que afetaram a estimativa da receita de 1994, em relação à de 1993, destacam-se, por sua importância em relação à arrecadação, as seguintes:

a) Lei nº 8.383/91 — transformou o Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de base anual para bases correntes, facultando às pessoas jurídicas não sujeitas ao pagamento do adicional a pagarem o imposto e a contribuição sobre o lucro relativos ao período de julho a dezembro de 1992, em duas cotas mensais, a partir de janeiro até março de 1993. Além disso, em seu art. 75, extinguiu o imposto na fonte sobre o lucro líquido, a partir do exercício financeiro de 1993;

b) Lei nº 8.541/92 — em seu art. 3º, reduziu a alíquota do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas de 30% para 25%, a partir da apuração mensal do imposto relativo ao exercício financeiro de 1993 (abril de 1993). Por outro lado, em seu art. 17, instituiu o Imposto de Renda na fonte sobre as aplicações financeiras de renda fixa, relativamente às pessoas jurídicas. Além disso, facultou às pessoas jurídicas a realizarem, em cota única, o lucro inflacionário acumulado até 31-12-92, sob uma alíquota especial de 5%, durante os exercícios financeiros de 1993 e 1994 (art. 31) e permitiu, às pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real em 1992, efetuarem o pagamento mensal do imposto e da contribuição sobre o lucro, relativos ao período de janeiro a abril de 1993, em duas cotas mensais, nos meses de abril e maio de 1993 (art. 51);

c) Decreto nº 799, de 17-4-93 — reduziu para 0,1% a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre os automóveis populares;

d) Emenda Constitucional nº 3, de 18 de março de 1993, e Lei Complementar nº 77, de 13-7-93 — instituiu e regulamentou o IPMF.

e) Lei nº 8.688, de 21-7-93 — alterou a alíquota da Contribuição dos Servidores para a Seguridade Social, atualmente fixada em 6%, para uma estrutura de alíquotas múltiplas, variando de 9% a 12%, de acordo com o nível salarial do

servidor. Esta alteração deverá entrar em vigor a partir da folha salarial do mês de outubro, gerando resultados financeiros a partir de novembro de 1993.

82. O enfoque individual das principais rubricas que compõem a Receita do Tesouro procurou mensurar os efeitos das alterações institucionais sobre as estimativas de 1994 e, ainda, destacar a influência da receita incorporada pelo processo de combate à sonegação.

83. A estimativa do Imposto sobre a Importação foi realizada de forma desdobrada nos itens petróleo e demais produtos. No cálculo do imposto derivado da importação de petróleo, constatou-se que a arrecadação observada no primeiro semestre de 1993 estaria refletindo a ocorrência de operações de *draw-back* em montante equivalente a 50% do valor do imposto. Esse dado, para 1994, foi ajustado, para 26% do valor do imposto, possibilitando estimar-se um crescimento da arrecadação da ordem de 67% em relação a 1993, mantido constante o volume de importação de petróleo.

84. Já a estimativa do imposto derivado das demais importações tributáveis, apesar de prever um aumento efetivo de 10% no volume dessas importações, apresentou queda de 0,5% em relação ao ano anterior. A retração do imposto deve-se à observância do cronograma oficial de redução de alíquotas, cuja fase final está sendo implementada a partir de julho de 1993, resultando em alíquotas médias de 15,7%, em 1993 e 14,2%, em 1994.

85. O Imposto sobre a Renda, analisado de forma global, mostra crescimento real de 6,1% em relação a 1993, resultado obtido em virtude da agregação ao imposto de uma parcela de CR\$28.586,6 milhões, equivalente, praticamente, à metade do montante esperado pela implementação do "Programa de Recuperação das Receitas Federais". Retirado esse efeito, a arrecadação equivaleria àquela do ano anterior. A distribuição do resultado do combate à sonegação sobre as receitas derivadas das pessoas físicas, jurídicas e antecipações do imposto retido na fonte, ponderou a importância de cada componente do imposto em relação ao valor global, fixando a distribuição em CR\$1.593,3 milhões, CR\$6.932,8 milhões e CR\$20.060,5 milhões, respectivamente. É importante ressaltar que parte desse resultado foi acrescido às receitas do PIN/PROTERRA e dos Incentivos Fiscais Regionais, nos valores de CR\$544,9 milhões e CR\$857,0 milhões, respectivamente.

86. O imposto das pessoas físicas foi estimado em CR\$32.838,5 milhões, com variação positiva de 27,9% em relação ao ano anterior. Tal variação respalda-se na postergação da entrega das declarações de rendimentos, do mês de abril para o mês de junho de 1993, e ao conseqüente atraso da notificação do lançamento do imposto pela SRF/MF, iniciado em agosto, devendo estender-se até outubro. Como o pagamento do imposto prevê parcelamento em até seis cotas, CR\$2.600,0 milhões, relativos ao exercício de 1993, serão efetivamente pagos em 1994. Estimou-se, ainda, crescimento real de 2,5% para os rendimentos das pessoas físicas.

87. Já o imposto sobre as pessoas jurídicas, estimado em CR\$131.143,8 milhões apresenta decréscimo real de 6,4% em relação ao ano anterior, diminuição essa que se elevaria a 11,4%, se eliminado o valor decorrente do combate à sonegação. A perda de arrecadação prevista para 1994 reflete as alterações legais constantes das Leis nº 8.383/91 e 8.541/92, principalmente no que tange a:

— pagamento de duas cotas mensais do imposto nos meses de janeiro a março de 1993, relativas ao imposto devido

nos meses de julho a dezembro de 1992, pelas pessoas jurídicas não sujeitas ao adicional, importando no valor de CR\$2.990,0 milhões;

— pagamento de duas cotas mensais do imposto nos meses de janeiro a março de 1993, relativas ao imposto devido nos meses de janeiro a abril de 1993, pelas pessoas jurídicas que apuraram, em 1992, o imposto com base no lucro real, atingindo ao valor de CR\$9.590,0 milhões;

— redução da alíquota de 30% para 25% a vigorar sobre o imposto apurado em 1993, implicando em que a alíquota média ponderada para o ano em curso seja de, aproximadamente, 26,5%. A perda de 5,5% na alíquota média significa uma redução do imposto, em 1994, da ordem de CR\$ 8.520,0 milhões;

— pagamento do imposto sobre o lucro inflacionário em 1993 motivado pela alíquota especial de 5%, que acarretou, nos primeiros sete meses do ano, uma realização elevada desse estoque. Prevê-se, portanto, uma redução desses pagamentos, em 1994, da ordem de CR\$3.480,0 milhões, em relação a 1993.

88. Os pagamentos duplos mencionados nos dois primeiros tópicos anteriores evidentemente não se repetirão em 1994, explicando, assim, parte significativa da queda do imposto, ainda que essa perda tenha sido compensada pela estimativa de crescimento dos lucros das empresas, da ordem de 5%, tendo em vista a melhoria do desempenho geral da economia principalmente do setor financeiro.

89. O imposto retido na fonte, estimado em CR\$329.408,7 milhões, apresenta crescimento de 10,1% em relação ao ano anterior, considerando a parcela adicionada como resultado do combate à sonegação e de 3,4%, se desprezada essa parcela.

90. No tocante ao imposto sobre os rendimentos do trabalho, que representa 58% do imposto retido na fonte ou CR\$179.990,0 milhões, o modelo de projeção considerou os impactos das legislações salariais próprias dos setores público (administração direta, autárquica e fundacional) e privado sobre a arrecadação realizada nos primeiros sete meses de 1993, mantendo constante a sistemática atual de correção da tabela de retenção na fonte pela variação mensal da UFIR. Os setores público e privado representam cerca de 17% e 83% da arrecadação, respectivamente.

91. Quanto ao imposto sobre rendimentos de capital, que participa com 30,7% do total do imposto retido na fonte, sua estimativa atingiu a Cr\$95.000,0 milhões, com ligeiro crescimento real em relação ao ano anterior, apesar de registrar uma perda de arrecadação, da ordem de CR\$8.420,0 milhões, referente a cotas do imposto sobre o lucro líquido pagas no primeiro semestre de 1993, relativas ao ano base de 1992. Ressalte-se que, a partir do ano base de 1993, o imposto sobre o lucro líquido foi extinto, de acordo com o disposto no artigo 75 da Lei nº 8.383/91, conforme já mencionado.

92. Em contrapartida, a tributação na fonte das operações de renda fixa passou a alcançar as pessoas jurídicas, com resultados financeiros significativos a partir do mês de abril. Utilizou-se, portanto, como base para a projeção de 1994, a média das arrecadações realizadas nos meses de abril a julho de 1993, com um resultado de CR\$30.380,0 milhões. Nessa sistemática, gerou-se um ganho absoluto de CR\$5.200,0 milhões em relação a 1993, contrabalançando, em parte, os efeitos provocados pela eliminação da tributação sobre o lucro

líquido, devendo ser ressaltado que se estimou, para as aplicações financeiras, um crescimento real de 3,8%.

93. No que concerne à arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados, o valor estimado de CR\$302.397,5 milhões traduz ganho real de 9,5% que seria reduzido a 3,0%, desconsiderando-se o valor de Cr\$17.958,5 milhões agregado ao imposto como resultado do "Programa de Recuperação das Receitas Federais".

94. Para o imposto derivado do fumo, previu-se crescimento real de 5% sobre a base de cálculo de 1993, expressando expectativa de recuperação das vendas da indústria do fumo. O crescimento de 11,3% em relação ao ano em curso é fruto da soma, ao imposto, de CR\$3.651,3 milhões derivados do resultado do combate à sonegação.

95. Já o imposto derivado do setor automotivo foi atingido pela redução da alíquota do imposto sobre os carros populares fixada em 0,1%, através de acordo entre o Governo e a indústria automobilística. A alíquota média recuou de 21,8% para 20,3%, gerando perda de arrecadação de cerca de 7% em relação a 1993, que representa, em números absolutos, CR\$1.460,0 milhões.

96. Para a parcela do imposto vinculado à importação que, atualmente, representa 10,0% da arrecadação do IPI, adotou-se, como base de cálculo, a arrecadação realizada no primeiro semestre de 1993, inferindo-se um crescimento real de 10,0%, coerente com a estimativa de incremento das importações tributáveis.

97. Finalmente, quanto ao imposto derivado dos demais setores industriais, manteve-se, como base de projeção, o desempenho da arrecadação de 1993, projetando-se um crescimento real de 2,5%, equivalente à variação estimada para o PIB.

98. O imposto sobre operações financeiras foi calculado de forma desagregada nos itens ouro e demais operações financeiras, alcançando CR\$85.938,6 milhões. Desse total, CR\$329,4 milhões são originários da tributação sobre o ouro e CR\$85.609,2 milhões das demais transações financeiras. Como este imposto vem apresentando arrecadação e legislação estáveis durante todo o primeiro semestre de 1993, a estimativa de 1994 segue a curva de arrecadação do ano anterior, acrescida apenas da variação do PIB.

99. O Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira, instituído pela Emenda Constitucional nº 3/93, e regulamentado pela Lei Complementar nº 77/93, foi estimado em CR\$153.324,0 milhões, tomando por base uma arrecadação mensal equivalente a US\$450,0 milhões.

100. Esse patamar de arrecadação, prudentemente fixado em 75% do valor mensal indicado pelas primeiras estimativas realizadas no âmbito do Banco Central e da Secretaria da Receita Federal, leva em conta os efeitos das alterações introduzidas no projeto original, bem como as expectativas negativas de arrecadação geradas pelo progressivo volume de ações judiciais e reações contra seu pagamento. O crescimento de 166,7% em relação ao ano anterior é explicado pela entrada em vigência do imposto somente a partir de setembro de 1993.

101. A receita das principais contribuições, que formam a base do Orçamento da Seguridade Social, aponta para crescimentos positivos, com exceção da Contribuição sobre o Lucro Líquido que, influenciada pela Lei nº 8.383/91 e 8.541/92, deve arrecadar recursos ligeiramente inferiores aos esperados para 1993.

102. Em relação às Contribuições dos Empregadores e dos Trabalhadores para a Seguridade Social, a estimativa realizada pelo Ministério da Previdência Social, no valor de CR\$665.500,0 milhões mostra acréscimo real de receita de 12%, fato observado pelo segundo ano consecutivo, como consequência da continuidade das medidas administrativas que vêm sendo adotadas por aquele Ministério no combate às fraudes e à sonegação.

103. Na estimativa da Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor, optou-se por adotar, como base para a projeção de 1994, o valor global da folha de pagamentos estimada para o Regime Jurídico Único. A substituição da base da arrecadação do primeiro semestre de 1993 por esse novo valor, deveu-se à observância de que o recolhimento da contribuição não tem apresentado sintonia com o valor da folha de pagamentos. Considerou-se, tendo em vista a Lei nº 8.688/93, uma alíquota média de 10%, tanto para a contribuição dos servidores quanto para a do empregador, elevando a arrecadação a CR\$62.320,0 milhões, em contraste com a previsão de CR\$7.904,5 milhões em 1993.

104. A projeção da receita plena da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social — COFINS continua prejudicada pela não apreciação pelo Supremo Tribunal Federal, até o momento, da ação declaratória de sua constitucionalidade, fato que tem contribuído para a manutenção das demandas judiciais de suspensão de pagamento ou de pagamento sob a forma de depósito judicial pelas empresas.

105. Apesar desse quadro, sua base mensal tem acusado alguma melhoria no decorrer do primeiro semestre de 1993, possivelmente em função dos acordos setoriais que vêm sendo firmados pelo Governo com a indústria, visando a redução da carga do Imposto sobre Produtos Industrializados. Nestes acordos, estão incluídas cláusulas de retorno imediato do pagamento da contribuição. Em vista desta constatação, optou-se por utilizar, como base de cálculo para 1994, a arrecadação dos meses de maio, junho e julho, abandonando-se a curva média da arrecadação do primeiro semestre de 1993. Como resultado, a estimativa de 1994 situa-se num patamar superior em 14,7% à de 1993, considerando o incremento de CR\$9.763,6 milhões, como resultado do combate à sonegação, o qual corresponde a 6% do total da contribuição.

106. Na estimativa da arrecadação das Contribuições para o PIS/PASEP, conservou-se, como base de cálculo, o perfil da arrecadação de 1993, aplicando-se como diferencial um crescimento real de 3%.

107. Quanto à estimativa da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas, a influência das Leis nº 8.383/91 e 8.541/92 retira da base do imposto para 1994, CR\$11.000,0 milhões relativos ao pagamento de cotas duplas da contribuição nos meses de janeiro a maio de 1993. Dessa forma, apesar da estimativa considerar uma variação dos lucros das empresas da ordem de 5,0% e uma expectativa de esforço de arrecadação de CR\$5.710,8 milhões, a contribuição ainda perde 0,8% em relação a 1993.

108. A receita da Contribuição da Renda Líquida de Concursos de Prognósticos para a Seguridade Social foi calculada sobre as arrecadações realizadas de junho de 1992 a maio de 1993, com dados fornecidos pela Caixa Econômica Federal, no intuito de preservar o comportamento mensal da curva de arrecadação. A preços de abril de 1993, a receita alcançou a CR\$6.254,9 milhões, apesar de perder recursos,

da ordem de CR\$ 100,0 milhões, para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Desportivo.

109. A arrecadação sobre a Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional, que se origina da correção monetária paga pelo Banco Central sobre os saldos diários de caixa do Tesouro, apresenta resultado nitidamente inferior ao estimado para 1993, em virtude de prever-se, para 1994, uma programação financeira extremamente rigorosa, implicando em queda dos saldos diários médios, e consequentemente, da remuneração desses saldos.

110. Quanto à receita decorrente do recolhimento ao Tesouro dos resultados apurados nos balanços semestrais do Banco Central, prevê-se uma expressiva redução (cerca de 50%) em relação a arrecadação verificada no exercício de 1993. Isto se deve à expectativa de resgate significativo de títulos do Tesouro Nacional em poder do Banco Central como decorrência da renegociação da dívida externa junto aos Bancos privados e ao Clube de Paris.

111. Observa-se, finalmente, a inclusão, no Orçamento Fiscal, da Contribuição e Adicional sobre a Receita de Concursos de Prognósticos para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Desportivo — FUNDESP, à luz da Lei nº 8.672, de 6-7-93. Esta lei, ao instituir o Fundo, previu como receita, entre outras, a criação de um adicional de 4,5% sobre o valor das apostas em concursos de prognósticos (o que as eleva a 104,5%) e, ainda, redistribuiu a renda da Loteria Esportiva Federal, passando a receber 15% de seu resultado. A arrecadação das receitas da contribuição e de seu adicional devem alcançar a CR\$900,0 milhões.

112. Cabe mencionar ainda, no contexto das estimativas de arrecadação, que a renúncia fiscal para o exercício de 1994 deverá atingir a 1,35% do PIB, com aumento de cerca de 20% em relação ao valor projetado para a proposta orçamentária de 1993. A magnitude de tal evolução pode ser explicada pela observação dos seguintes fatos:

— a metodologia empregada, em 1994, pela SRF/MF segue uma linha mais abrangente que a adotada no ano anterior, considerando como renúncia fiscal tudo que a Legislação fixa como favor fiscal, seja ele concedido a produtos, setores ou regiões, seja através de isenções, reduções da base tributável e reduções de alíquotas, independentemente de considerações a respeito de efeitos econômicos;

— no período entre as projeções de 1993 e 1994, foram normatizados uma série de benefícios, incluindo, entre outros, a prorrogação dos prazos de concessão de isenção do IPI e a depreciação acelerada para máquinas e equipamentos (Lei nº 8.643/93); redução das alíquotas do IPI incidentes sobre carros populares (Decreto nº 799/93); criação de diversos incentivos para a capacitação tecnológica da indústria e da agropecuária (Lei nº 8.661/93); e restabelecimento da manutenção e utilização do crédito do IPI na industrialização de veículos de transporte coletivo de passageiros (Lei nº 8.673/93);

— incorporou-se, ainda, à estimativa de 1994 os benefícios fiscais provenientes do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante.

113. O quadro a seguir compara as estimativas para 1993 e 1994, por tipo de receita e participação em relação ao PIB.

**BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS, POR TIPO DE RECEITA
1993-94**

RECEITA	VALOR ESTIMADO (EM CR\$ MIL DE ABRIL DE 93)		PARTICIPAÇÃO % NO PIB	
	1993	1994	1993	1994
Imposto Importação	20.505.531	24.270.666	,18	,19
Imposto sobre a Renda	28.841.540	57.549.386	,25	,45
Pessoa Física	899.492	4.291.845	,00	,03
Pessoa Jurídica	27.921.233	47.534.876	,24	,37
Retido na Fonte	20.815	5.722.665	,00	,05
Imposto Prod. Industr.	80.076.416	87.439.444	,70	,69
Operações Internas	71.076.422	70.939.515	,62	,56
Vinc. a Importação	8.999.994	16.499.929	,08	,13
Imposto Oper. Financ.	-	365.448	-	,00
Ad. Ren. Mar. Mercante	-	1.911.571	-	,02
TOTAL DOS BENEFÍCIOS	129.423.487	171.536.515	1,13	1,35

Fonte: Coordenadoria-Geral do Sistema de Arrecadação/SRF/MF

114. Ressalte-se que a distribuição regionalizada do efeito decorrente dessa renúncia fiscal, atendendo ao disposto no inciso X do art. 11 da Lei nº 8.694/93, está apresentada no Anexo II.

**A despesa fixada para 1994: Orçamentos
Fiscal e da Seguridade Social**

115. Os valores contidos no Projeto de Lei Orçamentária para 1994 indicam o agravamento da situação das contas públicas. Apesar disso, o Governo optou pela elaboração de uma peça orçamentária que refletisse, sem artificialismo — tais como subestimação de despesas essenciais ou elevação fictícia de receitas tributárias —, todas as dificuldades que afligem as finanças públicas federais, quer no que tange à impossibilidade de destinação dos recursos necessários ao pleno desenvolvimento das ações que lhe competem, quer no que diz respeito à necessidade do Tesouro recorrer a endividamento como única forma de garantir o financiamento de uma parcela mínima daquelas ações.

116. Nesse contexto, o esforço desenvolvido nessa direção do orçamento-verdade teve início ainda neste exercício, quando da preparação do projeto de reformulação orçamentária que, aprovado pelo Congresso Nacional, consubstanciou-se na Lei nº 8.690, de 27-7-93, através da qual foram

canceladas dotações alocadas a despesa de capital, no montante de CR\$227,6 bilhões.

117. Um segundo passo nesse sentido foi a aprovação, através de Decreto, de um cronograma de desembolso financeiro integral da parcela de recursos remanescentes da lei orçamentária de 1993. Por fim, procedeu-se à divulgação antecipada do cenário sob o qual seria elaborado o projeto de lei que ora submeto à apreciação desse Congresso Nacional.

118. O supracitado cenário já sinalizava a necessidade de financiamento do déficit orçamentário via emissão de títulos, em razão de insuficiência das receitas de impostos, taxas e contribuições para fazer face às despesas mínimas de manutenção das ações correntes e de execução de um precário programa de investimentos.

119. A despesa global proposta para 1994 alcança o montante de CR\$5.206.421 mil sendo CR\$4.918.502 mil à conta de recursos do Tesouro e CR\$287.919 mil à conta de recursos de outras fontes.

120. No que tange aos recursos do Tesouro, significa uma redução da ordem de 38,0% em relação ao aprovado na lei orçamentária para 1993 e de 16,2%, se considerada a reestimativa orçamentária para o mesmo exercício. O quadro a seguir apresenta os grandes agregados de despesa propostos para 1994, em confronto com aquela reestimativa.

CR\$ 1.000
(A PREÇOS DE ABRIL DE 1993)

RECURSOS DO TESOURO			
D I S C R I M I N A C Ã O	1993 (A)	1994 (B)	% (B/A)
Pessoal e Enc. Sociais	557.356.854	787.436.142	41,3
Transferências Constitucionais a Estados, DF e Municípios	383.614.389	411.406.076	7,2
Benef. Previdenciários	599.394.600	703.627.358	17,4
Manutenção do SUS	164.681.372	155.000.000	(5,9)
Outras Desp. Correntes	687.847.266	472.839.853	(31,3)
Investimentos	150.123.575	221.393.947	47,4
Inversões Financeiras	237.721.834	226.569.055	12,1
Outras Desp. de Capital	2.522.078	5.972.954	123,7
Reserva de Contingência	-	45.013.893	-
S U B T O T A L	2.783.266.968	3.069.259.278	10,3
Juros e Enc. da Dívida	215.327.727	559.337.242	159,8
Amortização da Dívida	2.873.832.089	1.289.905.480	(55,1)
T O T A L	5.872.426.784	4.918.502.000	(16,2)

121. Cabe destacar, por outro lado, ainda no contexto de análise das despesas gerais propostas para 1994, incluindo, neste caso, os recursos de todas as fontes, que os valores alocados ao conjunto de ações dos órgãos e entidades dos Três Poderes da União alcançam a 53,18% do total do Orçamento, conforme pode ser observado no Quadro que integra o Projeto de Lei Orçamentária para 1994.

122. A participação das Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios atinge a 8,58% do total, os Encargos Financeiros da União respondem por 33,62% e, finalmente, os valores destinados a financiar as Operações Oficiais de Crédito, adicionados aos outros recursos para financiamento de atividades do setor privado, absorvem 4,62% do valor total do Orçamento.

Despesa com pessoal e encargos sociais

123. A estimativa de despesas com Pessoal e Encargos Sociais foi elaborada em consonância com as disposições do art. 52 da Lei nº 8.694/93 (LDO/94), levando em conta, também, as regras estabelecidas na Lei nº 8.676, de 13 de julho de 1993, que dispõe sobre a política de remuneração dos servidores civis e militares da Administração Federal direta, autárquica e fundacional.

124. Deste modo, partindo-se da despesa de pessoal referente ao mês de abril de 1993, a nível de unidade orçamentária, líquida de ocorrências sazonais, tais como adicional de

férias, abono de férias, sentenças judiciais e outras, calculou-se o seu efeito anual, acrescido do reajuste decorrente das revisões gerais, inclusive das antecipações salariais. O valor global das despesas de pessoal e encargos, com recursos do Tesouro, alcançou a CR\$787.436.142 mil, a preços de abril de 1993, significando um expressivo crescimento de 41,3% sobre idêntico valor de despesa a ser incorrido neste ano.

125. Neste particular, cabe ressaltar alguns fatores que contribuem para esse acréscimo de despesas com pessoal e encargos:

— a notória compressão forçada das estimativas de despesas de pessoal de 1993, estipulada na lei orçamentária como um limite referido a percentual do PIB. Este fato, inclusive, já obrigou o Governo a suplementar as dotações de pessoal, em julho deste ano e deverá exigir, até o final deste exercício, novas suplementações;

— a incorporação dos efeitos da política salarial dos servidores públicos, antes indefinida e agora estabelecida pela Lei nº 8.676/93, através da qual, em 1994, o percentual de reposição quadrimestral da variação do Índice do Reajuste do Salário Mínimo — IRSM se elevará de 80% para 90%. Este critério, embora previsto na lei como vigorando até maio de 1994, foi estendido para o restante do ano;

— a absorção dos reflexos da aplicação do acréscimo escalonado da Gratificação de Atividade Executiva — GAE de 80% para 160%, para os servidores que ainda recebem tal

gratificação naquele percentual. Esta alteração, em 1993, ocorrerá de forma gradual e com menor intensidade de elevação, atingindo 100% somente em outubro, ao passo que, em 1994, se processará mais aceleradamente, elevando-se para 120%, em fevereiro, até alcançar 160%, em junho daquele ano;

— o resíduo dos efeitos do processo de isonomia que, nas despesas com pessoal de 1993, somente estarão integralmente refletidas nos desembolsos ocorridos durante 8 meses do exercício, ao passo que, em 1994, estão computados ao longo de todo o exercício;

— a inclusão integral das despesas com a Contribuição para o Plano de Seguridade Social, prevista na Lei nº 8.688, de 21 de julho de 1993, que, ao elevar as alíquotas de contribuição dos servidores de 6% para valores escalonados entre 9% e 12%, de acordo com a faixa salarial, instituiu, também, contribuição em idêntico montante para a própria União;

— a alocação, no âmbito dos Encargos Previdenciários da União a cargo do Instituto Nacional do Seguro Social — INSS, do montante referente ao pagamento, em caráter suplementar, de pensões e aposentadorias especiais concedidas por legislação específica a ex-servidores públicos. Tais despesas, de responsabilidade do Tesouro Nacional, foram classificadas, no orçamento de 1993, como outras despesas correntes;

— o próprio aumento da proporção de servidores inativos em relação aos ativos, em razão do fluxo de aposentadorias por tempo de serviço ter se acelerado pela concentração de servidores públicos em condições de a requererem, sem a consequente renovação dos quadros de servidores em atividades;

— a incorporação de despesas previstas com a necessidade de contratação de novos servidores concursados, em razão das deficiências quantitativas no contingente de pessoal ativo, como, por exemplo, na área da Receita Federal e no Judiciário; e

— o prévio estabelecimento de programação de recursos em níveis adequados para atendimento a despesas com pagamento de sentenças judiciais definitivas.

126. Deste modo, as despesas de pessoal e encargos sociais, coerentemente com uma filosofia de transparência nas contas públicas, estão orçadas de modo a refletir as efetivas necessidades com o pagamento das mesmas, sem adoção de quaisquer procedimentos que provoquem sua subestimação, como instrumento de equilíbrio artificial de receitas e despesas.

127. Por fim, cabe mencionar que no Anexo III apresenta-se, em atendimento ao disposto no inciso IV do art. 11 da LDO/94, o demonstrativo do cumprimento, em 1992, da limitação estabelecida no art. 38 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Complementarmente, no mesmo Quadro, são indicados os percentuais alcançados nos exercícios de 1990 e 1991, bem como aqueles previstos para serem atingidos, em 1993, de acordo com as reestimativas atuais

e em 1994, ambos situados, portanto, aquém do limite estabelecido constitucionalmente.

Serviço da Dívida

128. Os valores referentes ao serviço da dívida refletem, acima de tudo, a expectativa do Governo no que tange à renegociação da dívida externa junto aos bancos privados e ao Clube de Paris.

129. No caso do serviço da dívida interna, verifica-se um acentuado incremento nos gastos com Juros e Encargos, em contraposição a uma significativa redução nas despesas com Amortizações. Este movimento, aparentemente contraditório se explica, em função dos seguintes fatores:

— redução, ainda em 1993, de valor equivalente acerca de US\$38 bilhões no estoque da dívida pública federal, basicamente em função de resgate de títulos na carteira do Banco Central com recursos oriundos dos depósitos naquela autoridade monetária vinculados a débito junto a credores externos;

— o estoque da dívida junto ao Banco Central é composto, basicamente, de títulos emitidos em 1992, carregando, portanto, elevados encargos;

— expectativa de colocação, em 1994, de títulos com prazos superiores a 12 meses, ou seja, com vencimentos em 1995.

130. Em relação ao serviço da dívida externa o crescimento nas despesas com Juros e Encargos traduz o reinício do pagamento dos compromissos junto aos credores internacionais, cuja renegociação se encontra em fase de conclusão, e prevendo prazos de carência (onde juros são pagos) a partir de quatro anos.

131. Por fim, no que diz respeito ao serviço da dívida contratual de entidades governamentais federais, deve-se ressaltar que o Projeto de Lei Orçamentária para 1994 apresenta em relação à Lei Orçamentária de 1993, um aumento de 25,6%. Merecem destaque o compromisso relativo à dívida do Ministério da Saúde — Fundo Nacional de Saúde junto ao Fundo de Amparo ao Trabalho (cerca de CR\$18,1 bilhões).

132. Cabe mencionar que, em cumprimento ao disposto no inciso VII do art. 11 da LDO/94, são apresentados os Anexos V e VI, com demonstrativos do estoque da dívida pública.

Outras Despesas Correntes e de Capital

133. Preliminarmente, é importante ressaltar que, no contexto do aprimoramento do processo orçamentário, a busca da elaboração do “orçamento-verdade” passa, necessariamente, pela obediência às metas previstas na LDO/94.

134. Assim, a proposta ora encaminhada procurou observar, da forma mais fiel possível, as metas prioritárias estabelecidas no Anexo da LDO/94, restabelecendo o devido vínculo entre as ações de planejamento e de programação orçamentária.

135. Para atendimento a essas despesas, estão previstos recursos no montante de CR\$2.475,176 milhões, com as seguintes fontes:

	CR\$ MILHÕES (A PREÇOS DE ABRIL DE 1993)
- Recursos do Tesouro	<u>2.236.810</u>
- Recursos de Impostos, Taxas e Contribuição	1.764.279
- Recursos Diretamente Arrecadados e Outras Receitas do Tesouro	167.195
- Operações de Crédito	84.918
- Emissão de Títulos	220.418
- Recursos de Outras Fontes	<u>238.366</u>

136. O uso de emissão de títulos para fazer face a tais despesas tornou-se imperioso, em razão das limitações dos recursos fiscais e levando em conta uma análise custo-benefício entre a realização de despesas consideradas imprescindíveis, ainda que à custa do endividamento, e a suspensão ou paralisação das ações correspondentes a essas despesas.

137. No que concerne a outras despesas correntes, está sendo proposta a alocação de recursos no valor global de CR\$1.866,828,0 milhões, para as metas destacando-se os seguintes valores prioritários da LDO/94:

	CR\$ MILHÕES (A PREÇOS DE ABRIL DE 1993)
- Benefícios Previdenciários	703.627,3
- Manutenção do SUS	155.000,0
- Merenda Escolar	19.970,0
- Programa Assistencial do Leite	10.000,0
- Geração e Adaptação de Tecnologia	1.857,0

138. Quanto às outras despesas de capital, estão sendo alocados recursos no montante de CR\$608.348,0 milhões, de-

vendo ressaltar-se os seguintes investimentos considerados prioritários:

	CR\$ MILHÕES (A PREÇOS DE ABRIL DE 1993)
- Restauração de Rodovias	12.265,6
- Conservação de Rodovias	4.531,0
- Adequação de Rodovias	6.076,2
- Irrigação	13.316,2
- Assentamento de Trabalhadores Rurais	26.277,6
- Habitações de Interesse Social	27.850,8

Operações Oficiais de Crédito

139. Para o exercício de 1994, estão sendo propostas dotações no valor global de CR\$131.274.179 mil em favor da programação a cargo da unidade orçamentária Operações Oficiais de Crédito.

140. Deste total, CR\$67.841.457 mil estão direcionados à "Política de Garantia de Preços Mínimos — PGPM" e aos "Estoques Estratégicos", alocados na atividade "Financiamento da Política de Fomento de Estoques Reguladores e Estratégicos".

141. No "Custeio Agropecuário", visando o atendimento de mini e pequenos produtores rurais, no que se refere ao plantio de culturas consideradas básicas do ponto de vista do abastecimento e à pecuária leiteira e de corte, foram previstos recursos da ordem de CR\$222.146.841 mil, sendo CR\$17.036.040 mil para concessão de empréstimos e CR\$5.110.801 mil para a equalização de taxas, de que trata a Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992.

142. Para a área de investimentos agropecuários e agroindustriais, estão direcionados recursos da ordem de CR\$9.343.288 mil nas subatividades "Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados — PRODECER", "Programa Nacional de Desenvolvimento Rural — PNDR", "Financiamento para Corretivos de Solo, Capitalização de Cooperativas e Outros Investimentos — Mini/Pequenos Produtores Rurais" e "Programa Nacional de Desenvolvimento Agroindustrial PNDA".

143. No que se refere às exportações, foram alocados recursos da ordem de CR\$31.942.593 mil ao "Programa de Financiamento às Exportações — PROEX". Deste total, CR\$20.102.485 mil têm como fonte de recursos a emissão de títulos, dirigidos ao pagamento integral e antecipado da equalização de taxas, em conformidade com a Lei nº 8.187, de 1º de junho de 1991.

144. Para o atendimento das despesas previstas nas Operações Oficiais de Crédito, foram estimadas receitas de igual valor com as seguintes fontes de recursos:

		CR\$ 1.000,00
		(A PREÇOS DE ABRIL DE 1993)
- Recursos do Programa Especial de Operações Oficiais de Crédito		
- Operações de Crédito Externas		91.116.910
- Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional		1.419.667
		38.737.602
TOTAL		131.274.179

Reserva de Contingência

145. Em cumprimento do disposto no art. 34, incisos I e II, da LDO/94, foram constituídas reservas de contingência nos valores de CR\$16.786.443 mil para o Orçamento fiscal e de CR\$28.227.450 mil para o Orçamento da Seguridade Social.

Orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Ministério Público

146. As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Ministério Público da União estão sendo

novamente incorporadas no projeto de lei orçamentária. Tal procedimento, sem dúvida, reflete um compromisso para a consolidação e o aperfeiçoamento do processo orçamentário brasileiro.

147. No quadro, a seguir, são apresentados os valores propostos para as despesas desses órgãos, bem como a sua representatividade, em termos percentuais, no total dos agregados da proposta orçamentária para 1994.

CR\$ BILHÕES

(A PREÇOS DE ABRIL DE 1993)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

ÓRGÃOS	PESSOAL E ENCARGOS(*)		O.C.C.		TOTAL	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
PODER LEGISLATIVO	21,52	2,7%	9,27	0,5%	30,82	1,2%
Câmara dos Deputados	6,26	1,0%	4,44	0,2%	12,65	0,5%
Senado Federal	9,20	1,2%	3,83	0,2%	13,04	0,5%
Trib. de Contas da União	4,12	0,5%	1,00	0,1%	5,12	0,2%
PODER JUDICIÁRIO	75,55	9,3%	22,77	1,2%	98,41	3,7%
Supremo Tribunal Federal	1,28	0,2%	1,50	0,1%	2,79	0,1%
Sup. Tribunal de Justiça	2,83	0,3%	2,24	0,1%	5,07	0,2%
Justiça Federal	12,36	1,5%	6,02	0,3%	18,40	0,7%
Justiça Militar	1,93	0,2%	0,32	0,0%	2,25	0,1%
Justiça Eleitoral	10,93	1,4%	2,43	0,1%	13,38	0,5%
Justiça do Trabalho	41,81	5,3%	9,34	0,5%	51,21	1,9%
Justiça DF e Territórios	4,41	0,5%	0,91	0,0%	5,32	0,2%
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	6,08	0,8%	1,70	0,1%	7,78	0,3%
TOTAL	103,14	12,7%	33,75	1,8%	137,02	5,1%

(*) Inclui Inativos e Pensionistas

148. Não obstante os parâmetros estabelecidos para as respectivas programações globais serem inferiores aos valores apresentados, os seus montantes resultam de entendimentos efetivados com os próprios órgãos interessados, ao longo dos trabalhos de elaboração das suas propostas orçamentárias e obedecem aos mesmos critérios adotados para a proposta do Poder Executivo.

149. Adicionalmente, é importante ressaltar que os recursos consignados a esses Órgãos visam atender às necessidades de adaptação e modernização das respectivas estruturas, adequando-as aos novos encargos previstos na Constituição, porém, em valores compatíveis com o escopo geral do orçamento ora proposto.

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais

150. O Universo das empresas públicas e sociedades de economia mista com maioria do capital votante em poder da União compreende 162 entidades, sendo:

— 124 empresas não-financeiras que atuam em setores produtores de serviços ou de insumos básicos, tais como petróleo, mineração, telefonia, energia e transporte, e, praticamente, não dependem de aportes do Tesouro para financiamento de seus projetos;

— 19 empresas que exercem atividades consideradas típicas de Governo e têm reduzida geração de recursos próprios, dependendo, estruturalmente, de dotações do Tesouro Nacional para cobertura de seus gastos operacionais, estando, como consequência, incluídas no Orçamento Fiscal;

— 19 instituições financeiras que recebem transferências da União apenas para financiamento dos programas básicos de Governo.

151. A despeito do universo acima descrito, o Orçamento de Investimento, ora submetido à consideração do Congresso Nacional, considera somente 120 empresas. Não constam, assim, as programações de 26 empresas que, por suas características ou circunstâncias, não deverão efetuar investimentos no próximo ano e de outras 16 empresas que não apresentaram suas propostas, em função de suas peculiaridades próprias.

152. Em consonância com as diretrizes constantes da Lei nº 8.694, de 12 de agosto de 1993 (LDO/94), também o Orçamento de Investimento foi elaborado a preços de abril de 1993, tendo sido considerados apenas aqueles investimentos correspondentes à aquisição de direitos classificados no ativo imobilizado das empresas. Estão excluídas, portanto, as inversões financeiras e os demais dispêndios de capital.

153. Com o objetivo de definir a efetiva capacidade de investimento das empresas, foram levantadas todas as fontes e usos dos recursos de cada estatal, limitando-se os gastos com esta rubrica às fontes factíveis de serem realizadas. Desta forma, os projetos e as atividades ora propostos têm sua cobertura assegurada, eliminando-se a hipótese de utilização de recursos de curto prazo, particularmente mediante o artifício de elevação do nível de endividamento vencido junto a empreiteiros e fornecedores.

154. Tomando-se como base as premissas acima, o anexo Projeto de Lei, no que se refere ao Orçamento de investimento para 1994, prevê dispêndios totais no montante de Cr\$297.613.243 mil, correspondente a 2,35% do PIB estimado para 1994, com a seguinte composição:

	CR\$1.000,00
Discriminação	(A preços de abril de 1993)
Empresas do Setor Produtivo	258.139.415
Instituições Financeiras	17.140.376
Empresas Constantes do Orç. Fiscal	22.333.452
TOTAL	297.613.243

155. Os investimentos das empresas estatais, para 1994, serão financiados por recursos decorrentes de: geração própria — 40,0%, operações de crédito e outros de longo prazo — 48,6%, e aumento do patrimônio líquido, do Tesouro — 3,8%, e dos demais sócios — 7,6%.

156. Considerando a função principal das empresas estatais de suprir o mercado nas suas necessidades de infra-estrutura, em especial no que se refere à oferta de serviços e/ou de insumos, os investimentos das empresas estatais para 1994 destinam-se à melhoria e expansão da capacidade de atendimento da demanda nos setores de telecomunicações (30,5%), petróleo, petroquímica e fertilizantes (21,5%), energia elétrica (19,5%), transportes (8,0%) e demais setores (20,5%).

157. Os investimentos dos principais setores estão indicados a seguir:

a) Setor Elétrico

O Sistema Eletrobrás, que vinha passando por grandes dificuldades econômico-financeiras e, por via de consequência, teve todas as suas obras atrasadas, sofreu, em 1993, uma grande transformação, através da implantação da Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993, que modificou a sistemática de fixação dos níveis das tarifas para o serviço público de energia elétrica. Com isso, espera-se, em 1994, uma situação de equilíbrio econômico-financeiro decorrente da manutenção do nível tarifário e da eliminação dos inadimplementos na compra de energia por parte das empresas concessionárias estaduais e distribuidoras de energia elétrica, o que permitirá ao Sistema retomar o seu programa de obras. Assim, os investimentos no Sistema procuram dar continuidade às obras em andamento referentes à geração, transmissão e distribuição de energia, objetivando, principalmente, o atendimento do mercado, de forma a minimizar o risco de déficit energético.

Os investimentos da Itaipu Binacional, já na etapa de conclusão do projeto, destinam-se ao término de serviços da casa de força da usina e aos acabamentos nas barragens, no vertedouro e no edifício de operação, entre outros gastos.

Tais investimentos no montante de Cr\$55.481.359,00 mil, apresentam crescimento real de 35% sobre o limite aprovado para o corrente ano. Na alocação dos recursos, está sendo dada prioridade à continuidade dos projetos das Usinas Hidroelétricas de Serra da Mesa, Samuel, Corumbá I e, principalmente, Xingó, cujo início de operação da primeira máquina está previsto para agosto/94. Além disso, estão destinados recursos, às Usinas Termoelétricas de Jorge Lacerda IV, Jacui e Angra II, e aos sistemas de transmissão de energia associados às unidades geradoras.

b) Petróleo, Petroquímica e Fertilizantes

Para fazer frente à demanda nacional de derivados de petróleo, a Petrobrás está programando 54% dos seus investimentos totais, em 1994, equivalentes ao montante de Cr\$ 49.938 010,00 mil, para a realização das atividades de exploração e desenvolvimento da produção de petróleo, o que possibilitará maior autonomia ao País. Destaca-se, ainda, a prioridade dada à ampliação do Sistema Nacional de Terminais

e Dutos e ao crescimento e adequação do Parque de Refino Nacional. Os investimentos das demais empresas do setor, no total de Cr\$13.930.945,00 mil, possibilitarão assegurar a oferta das matérias-primas básicas nas áreas de petroquímica e fertilizantes, bem como a distribuição de derivados de petróleo.

c) Telecomunicações

Os Cr\$90.848.000,00 mil, previstos para os investimentos no setor destinam-se, principalmente, à expansão e à melhoria do sistema instalado e ao aumento da capacitação tecnológica. Está previsto, também, a instalação, dentre outros, de 726.000 mil novos terminais de telefonia convencional e 345.000 mil de telefonia móvel celular. Deverá ainda ser efetuada a contratação de 761.000 mil terminais de telefonia convencional e 286.000 mil de telefonia celular, bem como prevê-se ativar 2.131 terminações Transdata e 4.520 portas da Rede Nacional de Comunicação de Dados por Comutação de Pacotes.

d) Mineração

Do montante de Cr\$18.154.114,00 mil proposto para os investimentos do Sistema CVRD, 23,5% destinam-se, principalmente, ao prosseguimento dos projetos de pesquisa e prospecção de minerais e exploração, beneficiamento e comercialização de minério de ferro e ouro. Do saldo, 33,6% referem-se à construção e à manutenção da malha ferroviária e dos portos da Companhia Vale do Rio Doce. Os demais investimentos referem-se, basicamente, à continuação da implantação da Fase 2 da fábrica de alumínio da Albrás e à ampliação da frota de embarcações da Docenave. Em 1994, o Sistema CVRD continuará dando ênfase à proteção ambiental, para a qual estão sendo alocados CR\$1.346.866,00 mil.

e) Transporte Ferroviário de Carga

A Rede Ferroviária Federal S.A., principal empresa do setor, necessita de substancial volume de recursos do Tesouro Nacional para modernizar, recuperar e ampliar a malha ferroviária. No entanto, diante da reduzida disponibilidade desses recursos, os investimentos para 1994, no montante de Cr\$6.035.537,00 mil, concentram-se na modernização dos corredores de exportação nas malhas de Minas Gerais/Goiás e do Paraná e na recuperação e modernização de locomotivas.

158. Em atendimento ao que determina o art. 10, incisos V, XIII, XXIII e XXIV, da Lei nº 8.694/93, estão sendo encaminhadas, em complementação ao Projeto de Lei Orçamentária, as seguintes informações adicionais, relativas ao Orçamento de Investimento das Empresas Estatais:

- valores dos investimentos autorizados e executados no ano de 1992, por unidade orçamentária, incluindo comentários sobre as variações ocorridas;

- relação de todos os subprojetos cuja execução financeira, até o exercício de 1993, atualizada monetariamente, ultrapasse 20% do seu custo total estimado;

- detalhamento dos custos unitários médios dos principais projetos constantes do Orçamento;

- detalhamento, por agente financeiro, das receitas derivadas de operações de crédito interna e externa, incluídas no Orçamento;

- detalhamento dos critérios de cálculos das receitas próprias que compõem as fontes de financiamento das empresas incluídas no Orçamento.

Agências Financeiras Oficiais de Fomento

159. A previsão de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento para 1994, em operações de crédito, alcança Cr\$3.456.395.367,00.

160. Tal montante representa a previsão do fluxo líquido do incremento das operações de crédito para o próximo ano, envolvendo recursos de geração própria, de terceiros e do Tesouro Nacional, e está compatível com os parâmetros que nortearam a elaboração do Orçamento de Investimento daquelas instituições, tendo por base cenários da política monetária para o ano de 1994.

161. Cabe informar que as políticas definidas pelas agências de fomento para 1994, observadas as prioridades previstas no Plano Plurianual, direcionam, dentro das limitações legais, recursos para o financiamento das atividades da União, Estados e Municípios. Desta forma, respeitadas as especificidades de cada instituição, é para o setor privado que se destina maior volume de recursos, com vistas ao financiamento dos seguintes segmentos da economia nacional: rural, industrial, comercial e de serviços.

162. De modo geral, as políticas das agências oficiais de fomento para 1994 visam:

- promover a modernização científica e tecnológica do sistema produtivo nacional, voltada principalmente para os Programas Brasileiro de Qualidade e Produtividade e de Competitividade Industrial;

- combater as desigualdades regionais, estimulando o crescimento da produção de bens e fortalecendo a integração da estrutura regional;

- contribuir para redução do déficit habitacional do País;

- promover o desenvolvimento econômico e social do País, resguardado o equilíbrio do meio ambiente;

- atender aos mercados em suas necessidades de recursos e ampliar suas atividades nas áreas de intermediação financeira, participações, e prestação de serviços;

- privilegiar empreendimentos voltados para a geração de empregos, com ênfase aos relativos à produção de bens de consumo de massa e às atividades produtivas que acelerem o desenvolvimento econômico e social do País, dispensando atenção especial às micro, pequenas e médias empresas, bem como aos mini, pequenos e médios produtores rurais e suas cooperativas;

- incrementar as operações do comércio exterior, estreitando o relacionamento comercial com a comunidade internacional, afilado o Mercosul.

163. O demonstrativo das aplicações de cada agência financeira oficial de fomento, está sendo encaminhado em anexo ao Projeto da Lei Orçamentária para 1994, conforme definido no § 3º do art. 55 da LDO/94.

Informações sobre o Programa Nacional de Desestatização

164. Em cumprimento ao disposto no inciso XI do art. 11 da Lei nº 8.694/93 (LDO/94), cabe destacar que o Programa Nacional de Desestatização — PND, instituído pela Lei nº 8.031/90, tem, entre seus objetivos, a redefinição do papel do Estado na economia e redução da dívida pública, interna e externa, contribuindo, assim, para o fortalecimento das finanças públicas.

165. Nesse sentido, o Governo Federal privatizou, de acordo com informações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES, desde 1990 até o

corrente mês de agosto, 22 empresas estatais, arrecadando recursos equivalentes, em valores globais, a US\$6,2 bilhões. Por outro lado, estima-se que, consideradas as transferências de passivos, o Governo obteve, adicionalmente, uma economia de despesas em importância equivalente a US\$4,4 bilhões.

166. Além dos leilões de privatização de mais sete empresas, cuja realização deverá ocorrer ainda em 1993, o PND prevê que, em 1994, deverão ser privatizadas outras 24 empresas estatais.

167. As estimativas preliminares do BNDES quanto à receita bruta advinda dessas futuras privatizações alcançam o montante equivalente a US\$2,7 bilhões. Contudo, em virtude das próprias regras aprovadas para o processo de privatização, tais valores ainda dependem de confirmação na medida em que estejam concluídos os estudos relativos aos efetivos preços iniciais a serem exigidos em leilão.

168. Ademais, a parcela mínima em moeda corrente, a ser exigida na privatização dessas empresas somente poderá ser definida, efetivamente, nas proximidades de cada leilão, consoante propostas a serem submetidas à aprovação da Presidência da República.

169. É importante ressaltar, contudo, que os valores em moeda corrente serão, oportunamente, destinados à execução de programas e projetos nas áreas de ciência e tecnologia, da saúde, da defesa nacional, da segurança pública e do meio ambiente, nos termos da Lei nº 8.696, de 26-8-93.

170. Nesse particular, as disposições dessa lei representam um importante efeito complementar do Programa Nacional de Desestatização, na medida em que, paralelamente ao objetivo de redução da participação do Estado na economia, redirecionam recursos para ações de inegável reflexo no campo social.

Regionalização do Gasto Público

171. No que tange a regionalização dos investimentos, prevista no art. 19, da Lei nº 8.694/93, devem ser consideradas, além das exceções previstas nos incisos do próprio artigo, algumas peculiaridades que afetam diretamente os percentuais finais de distribuição obtidos.

172. De início, faz-se necessária a exclusão de várias entidades cujo investimento se reveste de caráter eminentemente administrativo, tais como os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério das Relações Exteriores, a Presidência da República, as Forças Armadas e o Ministério Público da União, entre outras, obtendo-se, a partir daí, os percentuais referentes ao demonstrativo exigido pelo inciso XVI do art. 10 da LDO/94.

173. Dentre as entidades restantes, existem, também, aquelas cuja área de atuação não atinge toda a extensão do território nacional, como a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE, a Superintendência do Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus — SUFRAMA, a Companhia do Desenvolvimento do Vale do São Francisco — CODEVASF, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — DNOCS, as Universidades Federais, as Escolas Técnicas e outras. Além disso, inúmeros projetos apresentam limitação para a aplicação estrita dos percentuais de regionalização, como os investimentos no âmbito dos Centros de Pesquisas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA, em laboratórios no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia, em hospitais próprios da União, em programas de reforma agrária em regiões de conflito social etc., causando ligeiras distorções nos percentuais encontrados.

174. Ademais, existem financiamentos externos vinculados a projetos de investimento, cujo critério de aplicação regional dos recursos vem estipulado no próprio contrato, inviabilizando o cumprimento integral da regionalização estabelecida no art. 19 da LDO/94.

175. Cumpre ressaltar, no entanto, o que é mais importante, que os percentuais obtidos, quando se consideram apenas projetos de nítido caráter social, apresentam elevada precisão em relação aos valores estipulados.

Considerações Finais

176. Em cumprimento ao inciso V do art. 11 da LDO/94, apresenta-se o Anexo IV, com demonstrativo das dívidas a serem assumidas pela União no contexto das renegociações ora em andamento com os Estados e Municípios. Os valores ali indicados correspondem a estimativas preliminares, no contexto dos termos de compromisso, a serem, posteriormente, confirmadas quando da assinatura dos contratos de renegociação daquelas dívidas, com base na lei a ser aprovada pelo Congresso Nacional.

177. Por fim, os Anexos VII e VIII, contêm a avaliação das necessidades de financiamento do setor público federal, nos termos do disposto no inciso VI do art. 11 da LDO/94.

178. Essas, Senhores Membros do Congresso Nacional, as considerações que submeto, juntamente com o Projeto de Lei Orçamentária anual para o próximo exercício financeiro, à elevada apreciação de Vossas Excelências.

Brasília, 31 de agosto de 1993. — Itamar Franco.

ANEXO I

PRINCIPAIS RECEITAS DO TESOURO

CR\$ 1.000,00

1A PREÇOS DE ABRIL DE 1993)

E S P E C I F I C A C A O	1 9 9 1		1 9 9 2		1 9 9 3		1 9 9 4	
	EXECUÇÃO	% PIB	EXECUÇÃO	% PIB	NESTIMATIVA	% PIB	PROJETO DE LEI	% PIB
IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	50.304,148	,42	46.605,772	,39	50.133,928	,41	54.673,996	,45
IMPOSTO SOBRE A RENDA	379.434,972	3,13	407.462,304	3,40	464.991,075	3,76	493.390,967	3,89
PESSOAS FÍSICAS	17.693,927	,15	16.780,112	,14	25.673,723	,21	32.838,480	,26
PESSOAS JURÍDICAS	78.977,941	,65	132.438,675	1,10	140.120,068	1,13	131.143,809	1,03
RETIDO NA FONTE	282.763,104	2,33	258.245,517	2,15	299.197,284	2,42	329.408,678	2,60
IMPOSTO PROD. INDUSTRIALIZADOS	256.468,698	2,12	271.472,498	2,26	276.141,693	2,23	302.397,537	2,38
FUMO	47.944,199	,40	50.679,621	,42	54.178,983	,44	60.303,998	,48
DEMAIS	208.542,499	1,72	220.592,877	1,84	221.962,710	1,79	242.093,539	1,91
IMPOSTO OPERAÇÕES FINANCEIRAS	71.332,350	,59	73.036,484	,61	83.976,432	,68	85.938,580	,68
IMPOSTO PROV. MOVIMENT. FINANCEIRA	-	-	-	-	57.486,514	,46	153.324,040	1,21
SUBTOTAL FISCAL	757.558,168	6,25	798.577,058	6,66	932.739,642	7,54	1.091.725,120	8,61
CONTR. EMPREG. TRAB. SEGUR. SOCIAL	528.858,788	4,35	519.721,565	4,33	593.979,926	4,80	665.500,000	5,25
CONTRIBUIÇÃO PARA O FINSOCIAL	153.380,411	1,28	115.928,448	,97	143.198,687	1,16	164.283,142	1,30
CONTRIBUIÇÕES PIS E PASEP	123.253,425	1,02	124.473,179	1,04	132.384,266	1,07	136.463,613	1,08
CONTR. SOCIAL LUCRO PESS. JURÍDICAS	33.135,152	,27	84.079,338	,70	105.786,198	,85	104.896,950	,83
CONTR. RECEITA CONC. PROPOSTIÇÕES	6.743,594	,07	6.386,506	,05	5.237,020	,04	6.254,900	,05
SUBTOTAL SEGURIDADE	847.371,290	7,00	850.571,036	7,09	980.584,087	7,92	1.077.378,605	8,49
TOTAL FISCAL + SEGURIDADE	1.604.929,458	13,25	1.649.148,094	13,75	1.913.323,739	15,46	2.169.103,725	17,10
P I B	12.111.413,589	-	11.992.077,198	-	12.374.849,235	-	12.884.270,291	-

ANEXO II

DISCRIMINAÇÃO DOS BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS, REGIONALIZADOS E POR RECEITA

CR\$ 1.000,00
(A Preço de Abril de 1993)

ESPECIFICAÇÃO	VALOR ESTIMADO	NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL
Imposto sobre Importação	24.270.666	7.985.685	272.635	49.570	10.895.260	5.067.516
Imposto sobre a Renda	57.549.386	10.280.216	18.230.857	1.894.389	23.913.693	3.230.231
- Pessoa Física	4.291.845	73.820	351.502	671.245	2.738.626	456.652
- Pessoa Jurídica	47.534.876	10.089.654	17.713.970	943.878	16.238.696	2.548.678
- Retido na Fonte	5.722.665	116.742	165.385	279.266	4.936.371	224.901
Imposto Produtos Industrializados	87.439.444	26.579.329	2.528.052	306.424	50.149.432	7.876.207
- Operações Internas	70.939.515	20.830.162	2.402.430	283.584	42.346.084	5.077.255
- Vinculado a Importação	16.499.929	5.749.167	125.622	22.840	7.803.348	2.798.952
Imposto Operações Financeiras	365.448	8.223	18.419	11.694	281.102	46.010
Adic.Frete Renov. Marinha Mercante	1.911.571				1.911.571	
Total	171.536.515	44.853.453	21.049.963	2.262.077	87.151.058	16.219.964

Fonte: SRF/MF.

ANEXO III

DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
 LIMITE CONSTITUCIONAL
 RECURSOS DO TESOURO

CR\$ 1.000,00

(a preços de abril de 1993)

DISCRIMINACAO	1990	1991	1992	1993	1994
I - RECEITA CORRENTE	2.098.568.677,8	1.834.117.500,5	1.818.636.622,1	2.087.219.094,4	2.415.701.220,0
II - TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS	369.233.204,4	300.781.339,6	321.568.829,5	381.600.941,0	410.242.387,4
III - RECEITA LIQUIDA (I - II)	1.729.335.473,4	1.533.336.160,9	1.497.067.792,6	1.705.618.153,4	2.005.458.832,6
IV - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	732.692.712,7	558.953.439,8	524.861.867,6	557.357.014,5	787.436.142,0
V - % DE PARTICIPACAO (IV / III)	42,4%	36,5%	35,1%	32,7%	39,3%
VI - LIMITE CONSTITUCIONAL	65,0%	65,0%	65,0%	65,0%	65,0%

FONTES:

1/ 1990 A 1992 BALANCO GERAL DA UNIAO.

2/ 1993 REVISAO ORCAMENTARIA.

3/ 1994 PROJETO DE LEI ORCAMENTARIA.

ANEXO IV

DEMONSTRATIVO DOS MONTANTES DAS DÍVIDAS
ASSUMIDAS PELA UNIÃO
(ART. 11, INCISO V, DA LDO)

CR\$ 1.000,00 (A PREÇOS DE ABRIL DE 1993)	
E S T A D O	VALOR CONTRATUAL
ACRE	6.312.055
AMAZONAS	17.501.036
AMAPÁ	10.517.776
PARÁ	13.043.497
RONDÔNIA	3.085.007
RORAIMA	3.349.951
TOCANTINS	3.836.057
ALAGOAS	12.427.305
BAHIA	37.406.070
CEARA	17.728.080
MARANHÃO	25.468.905
PARAÍBA	29.362.280
PERNAMBUCO	20.972.616
PIAUI	15.328.942
RIO GRANDE DO NORTE	7.240.710
SERGIPE	9.890.442
ESPÍRITO SANTO	8.367.798
MINAS GERAIS	46.270.877
RIO DE JANEIRO	35.773.022
SÃO PAULO	119.716.600
PARANÁ	25.503.222
RIO GRANDE DO SUL	39.288.131
SANTA CATARINA	12.713.405
DISTRITO FEDERAL	9.478.100
GOIÁS	30.974.008
MATO GROSSO	18.933.060
MATO GROSSO DO SUL	15.767.509
T O T A L	596.256.461

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

ANEXO V

DEMONSTRATIVO DO ESTOQUE DA DÍVIDA PÚBLICA - POSIÇÃO EM 30.04.93
VARIACÃO REAL DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL - ESTOQUES DE FINAL DE PERÍODO A PREÇOS DE ABRIL 1993

CR\$ 1.000,00
(a preços de abril de 1993)

		POSICAO EM FINAL DE PERIODO			
ORIGEM	ESTOQUE 30.04.93	ESTOQUE 31.12.93	ESTOQUE 31.12.94	VARIACAO	
				LÍQUIDA ABSOLUTA B=C-B	LÍQUIDA RELATIVA (X) E=D/B
1 - DÍVIDA PÚBLICA INTERNA FEDERAL	3.470.424.941	2.387.639.351	2.923.267.011	535.627.660	22,43
1.1 - MOBILIDADE	3.340.800.870	2.255.240.452	2.794.521.032	539.280.580	23,91
1.1.1 - NA CARTEIRA DO BANCO CENTRAL	3.016.679.116	1.733.912.091	1.430.128.736	(303.783.355)	-17,32
1.1.2 - EM PODER DO PÚBLICO	324.121.754	521.348.361	1.364.392.296	843.043.935	161,70
1.2 - CONTRATUAL - Créditos Securitizados	129.624.071	132.378.899	128.745.979	(3.632.920)	-8,74
2 - DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA FEDERAL	660.456.625	2.004.280.192	2.403.656.086	399.576.634	19,94
2.1 - MOBILIDADE	230.729.960	1.619.164.286	1.615.129.592	(4.034.694)	-0,25
2.2 - CONTRATUAL	429.726.665	385.115.906	788.527.234	403.411.328	104,80

FONTE: Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda

Notas:
1 - Emissões de TDA em 1994 - Quant.: 28.205.904 Valor: CR\$ 23.882.223.514,00
3 - O estoque da dívida mobiliária externa está sendo aumentado, em 31.12.93, em razão da renegociação de parte da dívida externa contratual junto aos bancos privados internacionais, prevista para ser concluída até 30.11.93.
3 - O estoque da dívida contratual externa está sendo aumentado, a partir de 01.01.94, em decorrência do acordo de reestruturação da dívida a ser assinada pela União, no âmbito do Clube de Paris.

ANEXO VI
QUADRO DEMONSTRATIVO DO ESTOQUE DA
DÍVIDA PÚBLICA INTERNA CONTRATUAL

	CR\$ 1.000,00 (A PREÇOS DE ABRIL DE 1993)
DÍVIDAS	VALOR
INUEBRAS - dívidas assumidas pela União com base na lei 7862/89	657.180.220
ISUNAMAM - dívida assumidas pela União com base na Portaria SFN 82/90	28.784.092
IRede Ferroviária Federal - dívidas assumidas pela União com base na lei 7862/89	1.320.709.117
ISIDERRAS - dívida assumidas com base na Portaria SFN 82/90	51.482.838.325
ISIDERRAS - aval honrado pela União de acordo com escritura de emissão de debentures	36.331.847.369
IPORTOBRAS - dívidas assumidas pela União com base na Portaria SFN 82/92	2.006.454.705
IDesapropriação do porto fluvial em Belém assumida pela União com base na Portaria SFN 82/90	2.663.154.400
IBNDESPAR - dívida contratual da União com o BNDESPAR decorrente dos decretos 1452/76 e 1679	2.958.018.161
IBNCC - dívidas assumidas pela União com base na Portaria SFN 82/90	75.516.784
IIAA - dívidas assumidas pela União com base na Portaria SFN 82/90	4.660.482.828
IDNOS - dívidas assumidas pela União com base na Portaria SFN 82/90	42.590.010
ICAEEB - dívidas assumidas pela União com base na Portaria SFN 82/90	283.933
IEBTU - dívidas assumidas pela União com base na Portaria SFN 82/90	283.933
IEMBRAFILME - dívidas assumidas pela União com base na Portaria SFN 82/90	22.714.672
IIBC - dívidas assumidas pela União com base na Portaria SFN 82/90	675.761
INFAZ - dívidas assumidas pela União com base na Portaria SFN 82/90	9.577.074
INTERBRAS - dívidas assumidas pela União com base na Portaria 82/90	3.625.029.518
IPETROHISA - dívida assumidas pela União com base na Portaria SFN 82/90	993.766.900
ISDR - dívida do Programa Política de Preço Nacional Equalizado da extinta Sec. de Desenv. Regio	6.265.544.601
IJUST - dívidas contraídas pela União decorrentes de ações judiciais com base na Portaria 82/90	108.443.063
IDCEX - dívidas assumidas pela União com base na Portaria 82/90	628.629
IPROAGRO - dívidas do Ministério da Agricultura	5.394.734.600
IAERO - dívidas do Ministério da Aeronáutica assumidas pela União com base no Decreto 348/91	752.409.922
IBNDES - dívida contratual da União com o BNDES decorrente dos decretos 1452/76 e 1679/79	10.221.602.400
TOTAL	129.624.071.017

ANEXO VII
NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO LÍQUIDO 1991 - 1994
(Recursos do Tesouro)

DISCRIMINAÇÃO	1991		1992		1993		1994	
	(EXECUÇÃO PROVAVEL) VALOR	% PIB	(EXECUÇÃO PROVAVEL) VALOR	% PIB	(REESTIMATIVA) VALOR	% PIB	(PROJETO DE LEI) VALOR	% PIB
I - RECEITAS								
- Receita Orçamentária	24.249	14,4	185.093	16,9	1.946.585	15,7	2.399.646	18,9
- Receita Extra-Orçament. (Capital de PI)	24.216	14,4	184.701	16,8	1.946.570	15,7	2.398.620	18,9
	33	0,0	393	0,0	15	0,0	1.026	0,0
II - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES DO TESOURO								
- Estados e Municípios	7.798	4,6	58.541	5,3	342.870	2,8	599.868	4,7
- Empresas Estatais	4.903	2,9	38.492	3,5	269.321	2,2	456.389	3,6
- Fundação Regional e BNDES	15	0,0	47	0,0	311	0,0	613	0,0
- Juros e Encargos da Dívida Pública	958	0,6	6.328	0,6	74.692	0,6	78.439	0,6
	1.922	1,1	13.674	1,2	(1.364)	(0,0)	54.407	0,4
III - RECEITA LÍQUIDA DE TRANSFERÊNCIAS (I-II)	16.451	9,8	126.553	11,5	1.603.715	13,0	1.849.778	14,3
IV - DESPESAS								
- Pessoal e Encargos Sociais	21.398	12,7	133.336	12,2	1.597.471	12,9	2.453.882	19,3
- Despesas Correntes do Orçamento de Crédito	7.168	4,3	41.294	3,8	517.262	4,2	742.132	5,9
- Outras Despesas Correntes e de Capital	193	0,1	424	0,0	31.756	0,3	43.138	0,3
	13.997	8,3	91.618	8,4	1.423.453	11,5	1.668.612	13,2
V - AJUSTE CRITÉRIO FINANCIAMENTO, INCL. "FLOAT"	(3.462)	(2,2)	(12.549)	(1,1)	(136.111)	(1,1)	(63.421)	(0,5)
VI - NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO LÍQUIDO, EXC. TRANSFERÊNCIAS CAPITAL A ESTATAIS (IV-III+V)	(555)	(0,3)	(3.757)	(0,3)	232.645	1,9	598.683	4,6
VII - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL A ESTATAIS	706	0,4	6.370	0,6	45.202	0,4	6.811	0,1
VIII - NECES. FINANCIO. - CONCEITO OPERACIONAL (VI+VII)	151	0,1	614	0,1	277.847	2,2	587.494	4,6
IX - CORREÇÃO MONETÁRIA	12.639	7,3	37.388	3,4	1.688.225	13,6		
X - RESULTADO NOMINAL (VIII + IX)	12.810	7,6	38.002	3,5	1.966.072	15,9	587.494	4,6
XI - JUROS	14.581	8,7	51.062	4,7	(1.363)	(0,0)	54.407	0,4
X - RESULTADO PRIMÁRIO (VIII-XI)	(14.430)	(8,6)	(36.449)	(4,6)	279.210	2,3	533.087	4,2

FONTE: SEPLAN/SAFE DEST

Notas: (1) Valores do PIB em CR\$ Milhões: 1991 (Estimativa Provisória) = 168.582,670014; 1992 (Estimativa Provisória) = 1.096.028,964855;

1993 (Reestimativa) = 34.423.336,778; 1994 (Projeto de Lei) = 12.684.270,299

(2) 1991 e 1992 a preços correntes, 1993 e 1994 a preços de abril de 1993.

ANEXO VIII
NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO FEDERAL 1991-1994
(Recursos do Tesouro)

DISCRIMINAÇÃO	1991		1992		1993		1994	
	(EXECUÇÃO PROVÁVEL)		(EXECUÇÃO PROVÁVEL)		(REESTIMATIVA)		(PROJEÇÃO DE LEI)	
	VALOR	% PIB	VALOR	% PIB	VALOR	% PIB	VALOR	% PIB
I - NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO - CONCEITO NOMINAL	27.787	16,5	121.827	11,8	285.495	7,2	386.675	3,8
II - CORREÇÃO MONETÁRIA	27.877	16,1	183.503	9,4	846.260	6,8		
III - NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO - CONCEITO ORÇAMENTAL (I-II)	710	0,4	17.524	1,6	39.235	0,3	486.675	3,8
IV - JUROS LÍQUIDOS DA DÍVIDA PÚBLICA	3.765	2,2	42.536	3,9	272.848	2,2	105.237	0,8
V - NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO - CONCEITO PRIMÁRIO (III-IV)	(3.055)	(1,8)	(25.012)	(2,3)	(232.813)	(1,9)	381.438	3,8

Fontes: SEPLAN/SOF E DEST

Notas: (1) Valores do PIB em CR\$ Milhões. 1991 (Execução Provável) = 168.562,676.014; 1992 (Execução Provável) = 1.096.478,384.055;

1993 (Reestimativa) = 34.425.336,778; 1994 (Projeto de Lei) = 12.684.270,299

(2) 1991 e 1992 a preços correntes, 1993 e 1994 a preços de abril de 1993.

(*) PROJETO DE LEI Nº 23, DE 1993-CN

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1994.

(*) Será publicado em Suplemento.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A Mensagem que acaba de ser lida encaminha o Projeto de Lei nº 23, de 1993-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1994 e será encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos da Resolução nº 1, de 1991-CN, a Presidência estabelece o seguinte calendário para tramitação da matéria:

Até 7-9 — Publicação e distribuição de avulsos;

Até 12-9 — Prazo para apresentação do parecer preliminar;

Até 17-9 — Prazo para votação do parecer preliminar;

Dia 27-9 — Prazo para apresentação de emendas;

Até 7-10 — Publicação e distribuição de avulsos das emendas;

Até 16-11 — Prazo para votação dos pareceres parciais;

Até 6-12 — Encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

O SR. VLADIMIR PALMEIRA — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Tem a palavra V. Exª

O SR. VLADIMIR PALMEIRA (PT — RJ. Pela ordem.) — Sr. Presidente, quero protestar, pois, para não solicitar o adiamento desta sessão, entrei em acordo com a Mesa. Entretanto, não fui informado de constar da pauta matéria referente à revisão constitucional. A meu ver, isso configura um ato de hostilidade à Liderança do PT.

Essa, a indignação que faço registrar.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Quero esclarecer a V. Exª que este projeto não será discutido nem votado; simplesmente vai à publicação, nobre Congressista.

Um projeto que é apresentado pelos Presidentes das duas Casas tem que ser lido, mas não será discutido hoje, irá apenas à publicação. Posso dizer a V. Exª que poderia até ter sido apresentado no Senado, na forma regimental, mas fui contrário. Que seja aqui no Congresso.

O SR. VLADIMIR PALMEIRA — Sr. Presidente, independentemente disso, o PT tem uma posição fechada, como outros partidos, contra a revisão constitucional. Tem o direito de ser informado especificamente sobre essa posição.

Sr. Presidente, considero uma violência que V. Exª não tenha nos avisado sobre uma questão dessa relevância, sabendo da nossa luta aqui. O Presidente Inocêncio Oliveira tentou fazer uma discussão sobre o assunto com as Lideranças da Câmara e dissemos que, no dia em que isso fosse feito, nós iríamos à Justiça imediatamente, para impedir a revisão.

Fomos até a Mesa fazer um acordo com V. Exª, de coração aberto, para que a sessão funcionasse para apreciação das medidas provisórias, mas não podemos tolerar a leitura de algo que nem sequer nos foi comunicado. Vamos obstruir qualquer coisa que dê sentido à revisão constitucional.

Por isso, Sr. Presidente, peço que a sessão não se instale em função de não haver quorum, comprovadamente, conforme V. Exª sabe, pelos artigos do Regimento.

Hoje à tarde, na sessão da Câmara também não houve quorum e o painel funcionou. Por isso, peço à V. Exª que não instale a sessão, pois não há quorum para ser lida ou votada qualquer matéria.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Meu nobre colega, ouvi V. Exª com toda a atenção e peço que me ouça. Entendi aqui que não iríamos discutir, nem votar matéria alguma. Respeito e compreendo a posição de V. Exªs que é a posição de vários segmentos da sociedade, mas estamos apenas diante de um projeto que foi apresentado e que não poderia deixar de ser lido; simplesmente lido, não vai ser discutido e será publicado.

Quero ainda reiterar a V. Exª o que já foi explicado: como trata-se de expediente, rigorosamente, de acordo com o Regimento do Senado, que se aplica subsidiariamente, mesmo que a sessão seja encerrada por falta de número — está expresso e já foi lido aqui em outras oportunidades —, o expediente constará da Ata, como se tivesse sido lido. O expediente não será prejudicado.

Há ainda as duas medidas provisórias — e apelo para o espírito público de V. Exª — que tratam de matérias pacíficas.

Diz o Regimento do Senado Federal:

“Art. 154 — (...)”

Parágrafo único — A sessão ordinária não se realizará:

a) por falta de número; (...)”

Então, a sessão não se realizará por falta de número, nos termos da alínea a, parágrafo único, art. 154, do Regimento Interno.

E o artigo seguinte diz:

“Art. 155 — (...)

§ 2º — Nos casos das alíneas a e d do parágrafo único do artigo anterior, o Presidente declarará que não pode ser realizada a sessão, designando a Ordem do Dia para a seguinte, e despachando, independentemente de leitura, o Expediente que irá integrar a ata da reunião a ser publicada no **Diário do Congresso Nacional**. (...)”

Lamentavelmente, existe isso quanto ao Expediente. Expediente é comunicação, é leitura, é apresentação; não se discute, nem se vota nada.

De modo que eu apelaria para o espírito público de V. Exª

O SR. VLADIMIR PALMEIRA — Sr. Presidente, eu queria ponderar a V. Exª, em primeiro lugar, que esta não é questão de expediente. É uma questão essencial para a vida política do Brasil.

É incompreensível que, tendo eu ido até a Mesa fazer um acordo com V. Exª, tenham-me dito que só seriam lidas matérias comuns. Não é verdade! Essa é uma matéria fundamental! E foi lida como se fosse uma questão qualquer de Expediente. Não é! É um ponto decisivo para a vida pública brasileira.

Por isso, quero deixar claro a V. Exª que me sinto enganado. Se V. Exª vai dar a matéria como lida de qualquer forma, vou recorrer com os meios legais de que disponho. De toda forma, na sessão, não vai ser lida.

O art. 28 do Regimento Comum é claro: “As sessões somente serão abertas com a presença mínima de 1/6 (um sexto) da composição de cada Casa do Congresso.” Não existe nem proximidade desse **quorum**.

Por isso solicito a V. Exª, em nome, inclusive, da abertura que tive em conversar com V. Exª para salvar a sessão, que preserve a ética do nosso relacionamento e não dê essa sessão como instalada. Traduzo isso como sentimento de indignação do PT com o fato de tentarem ler uma matéria sobre a revisão constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Meu nobre Líder, uma coisa é o mérito, é a substância; outra coisa, é o procedimento, o processo. Acabo de ler o Regimento do Senado que se aplica subsidiariamente, e ele diz claramente: “Quando não houver sessão por falta de número — usa o termo “número”, não usa nem **quorum** — o Expediente será dado como lido e constará da Ata.”

V. Exª diz que isso não é mera questão de Expediente. Estou de acordo com V. Exª no mérito, na substância, mas está aqui o Regimento que diz:

“Art. 156 — A primeira parte da sessão, que terá a duração de uma hora, será destinada à leitura do Expediente e aos oradores inscritos na forma do disposto no art. 17.”

E o que é Expediente? E assim o define o § 1º do art. 156:

§ 1º — Constituem matéria da Hora do Expediente:

a) a apresentação de projeto, indicação, parecer ou requerimento não relacionado...”
Está claro.

O SR. GENEALDO CORREIA — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Líder Genebaldo Correia.

O SR. GENEALDO CORREIA (PMDB — BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, V. Exª pode utilizar, naturalmente, o Regimento do Senado, subsidiariamente ao Regimento Comum. Mas, em primeiro lugar, há que se observar o Regimento Comum, que, em seu artigo 29, diz:

“Art. 29 — À hora do início da sessão, o Presidente e os demais membros da Mesa ocuparão os respectivos lugares. Havendo número regimental, será anunciada a abertura dos trabalhos.”

É evidente que não há número regimental; consequentemente, não se pode dar início aos trabalhos.

Portanto, é o Regimento Comum que deve ser usado, não podemos utilizar subsidiariamente o Regimento do Senado, porque esta questão está claramente expressa no Regimento Comum. Esse é um aspecto.

O outro aspecto: o meu Partido é a favor do início dos trabalhos da revisão constitucional em 6 de outubro próximo, posição diferente da do eminente Líder do PT. No entanto, entendo que uma matéria desta natureza não pode começar com um vício regimental, Sr. Presidente. Um processo de revisão constitucional não pode começar dessa forma.

Recuso-me, assim como o meu Partido, a participar dessa iniciativa anti-regimental para o início do processo da revisão constitucional, que defendo e o meu Partido sustenta.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Tem a palavra o nobre Congressista Giovanni Queiroz.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (PDT — PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDT se soma aos Líderes do PMDB e do PT.

Procuramos a Mesa para ver a matéria que estaria sendo votada, ou seja, quais as matérias que hoje seriam colocadas neste Plenário, porque aqui estamos também para obstruir.

Vamos abrir mão disso para que sejam votadas as duas medidas provisórias e mais um PL, no entendimento de que algumas coisas devem avançar. Não queremos também fazer obstrução irresponsável.

No entanto, gostaríamos, nesse acordo com a Mesa, que fosse, inclusive, retirada do Expediente essa matéria, sob pena de nos somarmos aos demais companheiros e pedirmos o encerramento ou mesmo a não abertura da sessão, até por que não há **quorum** regimental.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Os Senadores já me conhecem melhor. Fui Deputado durante várias legislaturas, sou um homem que procura colocar os interesses nacionais acima de questões menores.

É uma questão de interpretação. Diz o Regimento do Senado que não haverá sessão, ou seja, a sessão não será aberta, mas ressalva o Expediente.

Entretanto, como essa questão é da maior importância — há pouco eu dizia ao nobre Senador Josaphat Marinho

(*) Será publicado em suplemento a presente edição.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 19, de 1993 — CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial até o limite de CR\$800.000.000,00 para os fins que

específica. (Dependendo de parecer a ser proferido em plenário.)

Concedo a palavra ao nobre Deputado João Almeida, para proferir o parecer.

O SR. JOÃO ALMEIDA (PMDB — BA. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, de surpresa, acolhe-me V. Ex^a aqui para emitir parecer ao Projeto de Lei n^o 19, de 1993 — CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União um crédito especial até o limite de CR\$800 milhões, para os fins que especifica.

Sr. Presidente, os recursos se destinam a dar continuidade da execução de serviços na área de saneamento e abastecimento de água na região nordestina, especialmente em Pernambuco.

O mérito do projeto justifica plenamente a urgência.

E o meu parecer é favorável.

É, parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O parecer concluiu pela aprovação do projeto.

Sobre a mesa, emendas que serão lidas pelo Sr. 1^o Secretário.

São lidas as seguintes

EMENDA N^o 1^o (DE PLENÁRIO)

Suprimir do projeto/atividade do Anexo I — 7.076.0447.01730.0001 — Sistema de abastecimento d'água no estado de Pernambuco, a importância de CR\$200.000.000,00. Incluir no projeto/atividade no Anexo I — sistema de abastecimento de água em Manacapuru/AM, a importância de CR\$200.000.000,00.

Justificação

O Município de Manacapuru, licalizado no Estado do Amazonas, com uma população em torno de 60.000 habitantes, necessita urgente do apoio do Governo Federal para construção do seu sistema de abastecimento de água.

A municipalidade com seus recursos comprometidos com pagamento de pessoal e encargos sociais, não tem condições de fazer tais investimentos, junte-se a isso, a baixa arrecadação e a recente decisão do corte de 56% do total do FPM.

Manacapuru, situa-se na margem esquerda do rio Solimões, onde se travou forte a epidemia do vibrião colérico com isso dezenas de brasileiros que não tem o recebimento de água tratada, foram vítimas fatais.

Com esta emenda, procuro ajudar a população de Manacapuru a ter uma distribuição de água compatível com as condições de seres humanos, criados A semelhança de Cristo.

Sala das Sessões, 2 de setembro de 1993. — **João Thomé Mestrinho.**

EMENDA N^o 2^o (DE PLENÁRIO)

Suprimir do projeto/atividade do Anexo I — 07.076.0447.1730.0001 — Sistema de abastecimento de água no Estado de Pernambuco, a importância de CR\$100.000.000,00.

Incluir no projeto/atividade no anexo I — Sistema de abastecimento de água em Caapiranga/AM, a importância de CR\$100.000.000,00.

Justificação

O Município de Caapiranga, localizado no Estado do Amazonas, com uma população em acelerado desenvolvi-

to, necessita urgente do apoio do Governo Federal para construção do seu sistema de abastecimento de água, a municipalidade com seus recursos comprometidos com pagamento de pessoal e encargos sociais não tem condições de fazer tais investimentos.

Caapiranga, situa-se no rio Solimões, onde se travou recentemente a epidemia do cólera, onde teve casos fatais, vitimando vários brasileiros. Seu sistema de abastecimento d'água é precário, devido ao não recebimento de água tratada de toda sua população.

Com esta emenda, procuro ajudar a população de Caapiranga a ter um destribuição de água compatível com as condições de seres humanos, criados A semelhança de Cristo.

Sala das Sessões, 2 de setembro de 1993. — **José Dutra.**

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Solicito ao nobre Relator, Deputado João Almeida, que se pronuncie sobre as duas emendas.

O SR. JOÃO ALMEIDA (PMDB — BA. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas; trata-se de uma típica disputa entre o afogado e o sedento; entre o recurso para matar a sede no Nordeste e o recurso para tirar do afogamento comunidades do Estado do Amazonas, emendas de grande mérito apresentadas por companheiros do Amazonas.

No entanto, Sr. Presidente, tendo em vista a situação crítica em que se encontra aquela região nordestina e o dimensionamento adequado dos recursos, feito nesta mensagem especial para andamento daquele serviço, devemos rejeitar as emendas apresentadas, deixando que, em outra oportunidade, o assunto possa ser apreciado e solucionado.

Em que pese o mérito e as justificativas das emendas, somos, entretanto, pela sua rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O parecer do nobre Relator é contrário às emendas.

Em discussão o projeto e as emendas.

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto na Câmara dos Deputados, sem prejuízo das emendas.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação o projeto no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação, na Câmara dos Deputados, as emendas que tiveram parecer contrário.

Os Srs. Deputados que as rejeitam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitadas.

Rejeitadas as emendas na Câmara dos Deputados, não serão apreciadas pelo Senado Federal.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI Nº 19, DE 1993-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial até o limite de CR\$ 800.000.000,00 para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 8.652, de 29 de abril de 1993), em favor do Ministério da Integração Regional, crédito especial até o limite de CR\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de cruzeiros reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior correrão à conta da Reserva de Contingência indicada no Anexo II desta Lei, no montante especificado.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

43000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL
43101 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CRÉDITO ESPECIAL

RECURSOS DE FONTE DE FONTE E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ES	FONTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	AMOS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
DE MANUTENÇÃO - ORÇAMENTO REGIONAL			600 000 000				600 000 000			
MANUTENÇÃO			600 000 000				600 000 000			
MANUTENÇÃO DE OBRAS			600 000 000				600 000 000			
01 010 0001 1000			600 000 000				600 000 000			
MANUTENÇÃO DE OBRAS DE MANUTENÇÃO DE OBRAS										
MANUTENÇÃO DE OBRAS DE MANUTENÇÃO DE OBRAS										
02 010 0001 1000			600 000 000				600 000 000			
MANUTENÇÃO DE OBRAS DE MANUTENÇÃO DE OBRAS										
MANUTENÇÃO DE OBRAS DE MANUTENÇÃO DE OBRAS										
03 010 0001 1000			600 000 000				600 000 000			
MANUTENÇÃO DE OBRAS DE MANUTENÇÃO DE OBRAS										
MANUTENÇÃO DE OBRAS DE MANUTENÇÃO DE OBRAS										
04 010 0001 1000			600 000 000				600 000 000			
MANUTENÇÃO DE OBRAS DE MANUTENÇÃO DE OBRAS										
MANUTENÇÃO DE OBRAS DE MANUTENÇÃO DE OBRAS										
05 010 0001 1000			600 000 000				600 000 000			
MANUTENÇÃO DE OBRAS DE MANUTENÇÃO DE OBRAS										
MANUTENÇÃO DE OBRAS DE MANUTENÇÃO DE OBRAS										
06 010 0001 1000			600 000 000				600 000 000			
MANUTENÇÃO DE OBRAS DE MANUTENÇÃO DE OBRAS										
MANUTENÇÃO DE OBRAS DE MANUTENÇÃO DE OBRAS										
07 010 0001 1000			600 000 000				600 000 000			
MANUTENÇÃO DE OBRAS DE MANUTENÇÃO DE OBRAS										
MANUTENÇÃO DE OBRAS DE MANUTENÇÃO DE OBRAS										
08 010 0001 1000			600 000 000				600 000 000			
MANUTENÇÃO DE OBRAS DE MANUTENÇÃO DE OBRAS										
MANUTENÇÃO DE OBRAS DE MANUTENÇÃO DE OBRAS										
09 010 0001 1000			600 000 000				600 000 000			
MANUTENÇÃO DE OBRAS DE MANUTENÇÃO DE OBRAS										
MANUTENÇÃO DE OBRAS DE MANUTENÇÃO DE OBRAS										
10 010 0001 1000			600 000 000				600 000 000			
MANUTENÇÃO DE OBRAS DE MANUTENÇÃO DE OBRAS										
MANUTENÇÃO DE OBRAS DE MANUTENÇÃO DE OBRAS										
TOTAL			600 000 000				600 000 000			

90000 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA
90000 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CRÉDITO ESPECIAL

RECURSOS DE FONTE DE FONTE E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ES	FONTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	AMOS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
RESERVA DE CONTINGÊNCIA			600 000 000							
RESERVA DE CONTINGÊNCIA			600 000 000							
RESERVA DE CONTINGÊNCIA			600 000 000							
01 010 0001 1000			600 000 000							
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										
02 010 0001 1000			600 000 000							
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										
03 010 0001 1000			600 000 000							
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										
04 010 0001 1000			600 000 000							
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										
05 010 0001 1000			600 000 000							
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										
06 010 0001 1000			600 000 000							
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										
07 010 0001 1000			600 000 000							
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										
08 010 0001 1000			600 000 000							
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										
09 010 0001 1000			600 000 000							
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										
10 010 0001 1000			600 000 000							
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										
TOTAL			600 000 000							

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Tem a palavra ao nobre Congressista, Presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL — PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Meu caro Presidente, Srs. Senadores e Srs. Deputados, não poderia, neste instante, deixar de reconhecer o mérito dessa decisão que acaba de ser tomada pelo Congresso Nacional.

Trata-se, Sr. Presidente, da liberação de crédito suplementar no valor de Cr\$800 milhões, que pode parecer muito dinheiro. No entanto, trata-se de recursos para a construção de adutoras para abastecimento de água de várias cidades de porte médio do nosso Estado.

O Estado passa por uma crise sem precedentes na história do Nordeste, assim como o Estado de V. Ex^a, o Piauí, o Ceará, o Rio Grande do Norte, a Paraíba, Alagoas, Sergipe e os demais Estados de nossa região, que atravessam uma das maiores secas do século. Os reservatórios hídricos, que abasteciam várias cidades de porte médio de Pernambuco, praticamente secaram. E esses recursos serão destinados à construção de, pelo menos, vinte adutoras pequenas para darem sustentação às cidades de tamanho médio do Estado de Pernambuco.

Sr. Presidente, gostaria de agradecer a V. Ex^a que presidiu esta sessão, ao Senador Marco Maciel e aos Senadores da bancada de Pernambuco que assinaram o requerimento de urgência, sobretudo agradeço ao Líder do PT, Vladimir Palmeira, que hoje me telefonou dizendo que, em homenagem ao Presidente da Câmara não iria derrubar a sessão, para possibilitar a aprovação desse projeto; ao Relator da matéria, Deputado João Almeida; enfim, agradeço a todos os Congressistas que foram sensíveis ao pleito do Estado de Pernambuco. Sabemos fazer justiça sendo sensíveis também aos pleitos de outros Estados do Nordeste que, do mesmo modo, merecem ser atendidos nesta hora de grandes dificuldades.

Sr. Presidente, o Congresso Nacional cumpre mais uma vez o seu dever perante a Nação e mostra que está à altura do momento político que vivemos.

Muito obrigado.

O SR. MARCO MACIEL — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Tem a palavra ao nobre Líder Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL — PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria, em rápidas palavras, de secundar a manifestação aqui feita, com muita oportunidade, pelo nobre Presidente da Câmara dos Deputados, o ilustre colega de representação parlamentar, Deputado Inocêncio Oliveira. S. Ex^a sintetizou em poucas palavras aquilo que realmente representa para nós de Pernambuco a aprovação da referida proposição.

E quero, fazendo minhas as suas palavras, dizer também do nosso reconhecimento a todos aqueles que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a aprovação da medida, fazendo menção não somente aos líderes partidários das diferentes agremiações — podemos dizer — mas também fazendo uma referência muito especial ao Relator, Deputado João Almeida, que mesmo não tendo tomado conhecimento da matéria com antecedência, pelo conhecimento que tem do assunto,

visto que é membro da Comissão de Orçamento, pôde relatar a referida proposição em regime de urgência e, assim, contribuir para que Pernambuco tenha obras importantes na sua luta contra a seca.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 140, DE 1993 — CN

Brasília, 24 de agosto de 1993

Senhor Presidente:

Na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do requerimento do Congresso Nacional nº 92/93, destinada a “investigar as causas do endividamento do setor agrícola, o elevado custo dos seus financiamentos e as condições de importação de alimentos nos exercícios de 1990 a 1993”, e nos termos do art. 76, § 1º, alínea a do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 35 § 3º do regimento Interno da Câmara dos Deputados, por solicitação do Senhor Relator, Senador Garibaldi Alves Filho, requeiro a Vossa Excelência prorrogação por mais 60 (sessenta) dias, do prazo concedido a este órgão técnico, para conclusão dos seus trabalhos.

Na oportunidade, reitero expressões de apreço e elevada consideração. — Deputado Federal **Jonas Pinheiro** Presidente da CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será concedida a prorrogação solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Esgotou-se no dia 28 de agosto próximo passado o prazo de trinta dias previsto no parágrafo único do art. 62 da Constituição, sem que tenha sido transformada em lei, perdendo, portanto, sua eficácia, desde a edição, a Medida Provisória nº 337, de 28 de julho de 1993, que altera o art. 2º da Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, com a redação dada pela Lei nº 8.458, de 11 de setembro de 1992, que dispõe sobre as disponibilidades financeiras do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT - e dá outras providências, e autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde - Fundo Nacional da Saúde, crédito extraordinário no valor de Cr\$ 35.000.000.000,00 (trinta e cinco trilhões de cruzeiros).

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Esgotou-se no dia 28 de agosto próximo passado o prazo de trinta dias previsto no parágrafo Único do art. 62 da Constituição, sem que tenha sido transformada em lei, perdendo, portanto, sua eficácia, desde a edição, a Medida Provisória nº 338, de 28 de julho de 1993, que altera a Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Esgotou-se no dia 29 de agosto próximo passado o prazo de trinta dias

previsto no parágrafo único do art. 62 da Constituição, sem que tenha sido transformada em lei, perdendo, portanto, sua eficácia, desde a edição, a Medida Provisória nº 339, de 29 de julho de 1993, que dispõe sobre o exercício das atribuições institucionais da Advocacia-Geral da União, em caráter emergencial e provisório, e das outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) - Passa-se a

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 341, de 06 de agosto de 1993, que acrescenta parágrafo único ao art. 57 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor, e revoga o art. 3º da Lei nº 8.656, de 21 de maio de 1993.

A Medida Provisória foi apresentada uma emenda.

A Comissão Mista, em seu Parecer nº 37, de 1993-CN, concluiu pela aprovação da medida provisória e rejeição da emenda apresentada.

Em discussão a medida e a emenda. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação na Câmara a medida provisória.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação na Câmara a emenda que teve parecer contrário.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, deixa de ser submetida ao Senado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a medida aprovada:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 341.

DE 6 DE AGOSTO DE 1993

Acrescenta parágrafo único ao art. 57 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor, e revoga o art. 3º da Lei nº 8.656, de 21 de maio de 1993.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte medida provisória, com força de lei:

Art. 1º O art. 57 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, fica acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 57.

Parágrafo único A multa será em montante não inferior a duzentas e não superior a três milhões de vezes o valor da Unidade Fiscal de Referência (UFIR), ou índice equivalente que venha a substituí-lo.”

Art. 2º Ficam convalidados os atos e efeitos jurídicos decorrentes da Medida Provisória nº 333, de 6 de julho de 1993.

Art. 3º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se o art. 3º da Lei nº 8.656, de 21 de maio de 1993.

Brasília, 6 de agosto de 1993; 172º da Independência e 105º da República. — **Itamar Franco**.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Item 2:

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 342, de 10 de agosto de 1993, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito extraordinário para os fins que especifica, e dá outras providências.

A Medida Provisória foi apresentada uma emenda.

A Comissão Mista, em seu Parecer nº 38, de 1993-CN, concluiu pela apresentação do Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 1993, incorporando parcialmente o texto da Emenda nº 1.

Em discussão a Medida Provisória, a Emenda e o Projeto de Lei de Conversão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação na Câmara o Projeto de Conversão, que tem preferência regimental.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 21, DE 1993

Dispõe sobre a abertura de Crédito Extraordinário ao Orçamento Fiscal da União para os fins que especifica, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, em favor do Ministério da Integração Regional — Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, crédito extraordinário até o limite de CR\$6.000.000.000,00 (seis bilhões de cruzeiros reais), em duas parcelas, observando o interstício de trinta dias entre as mesmas, para atender à programação constante do Anexo I, de acordo com a proporção indicada no Anexo III.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão à conta de Reserva de Contingência, indicada no Anexo II desta Lei.

Art. 3º A liberação dos recursos e a sua destinação serão regidas pelo disposto nos artigos 3º, 4º e 5º da Lei nº 8.691, de 28 de abril de 1993.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19h53min.)

43000 - MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
43201 - SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

CNS 1 00

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
DESENVOLVIMENTO REGIONAL		5.100.000.000			1.997.900.000	2.100.000			
ASSISTÊNCIA		5.000.000.000			1.997.900.000	2.100.000			
DEFESA CONTRA SINISTROS		5.000.000.000			1.997.900.000	2.100.000			
07 001 0138 5512		5.000.000.000			1.997.900.000	2.100.000			
AÇÕES COMPLEMENTARES CONTRA OS EFEITOS DAS SECAS NO NORDESTE									
APOIAR AS AÇÕES DE COMBATE AOS EFEITOS DAS SECAS QUE ATINGEM AS POPULAÇÕES DO NORDESTE PRINCIPALMENTE NO SEM. ÚMIDO									
07 001 0138 5512 0001	FISCAL	4.000.000.000			1.997.900.000	2.100.000			
AÇÕES COMPLEMENTARES CONTRA OS EFEITOS DAS SECAS NO NORDESTE									
TOTAL FISCAL		4.000.000.000			1.997.900.000	2.100.000			

90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA
80000 - RESERVA DE CONTINGENCIA

CNS 1 00

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
RESERVA DE CONTINGENCIA		6.000.000.000							
RESERVA DE CONTINGENCIA		6.000.000.000							
RESERVA DE CONTINGENCIA		6.000.000.000							
99 999 9999 9999		6.000.000.000							
RESERVA DE CONTINGENCIA									
SERVIÇO DE FONTE COMPENSATORIA DA ABERTURA DE CREDITOS ADICIONAIS PARA DOTACÕES INSUFICIENTEMENTE PREVISTAS									
99 999 9999 9999 0001	FISCAL	4.000.000.000							
RESERVA DE CONTINGENCIA									
TOTAL FISCAL		6.000.000.000							

ANEXO III
DISTRIBUIÇÃO PROPORCIONAL, POR ESTADO, DOS RECURSOS DO GOVERNO
FEDERAL NO PROGRAMA FRENTE PRODUTIVAS DE TRABALHO

Alagoas.....	4,42%
Bahia.....	18,00%
Ceará.....	18,00%
Maranhão.....	7,08%
Minas Gerais.....	2,67%
Paraíba.....	12,33%
Pernambuco.....	16,33%
Piauí.....	10,83%
Rio Grande do Norte...	7,50%
Sergipe.....	2,84%

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. CARLOS LUPI NA SESSÃO CONJUNTA DE 25-8-93 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. CARLOS LUPI (PDT — RJ.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, quero deixar registrado nos Anais desta Casa, já que não pudemos fazer isso ontem, pois estivemos representando o PDT na comissão que trabalha contra a revisão constitucional, a nossa saudade e a nossa reverência pela

passagem do 39º aniversário da morte do Presidente Getúlio Vargas.

No momento em que o País passa por uma crise de identidade, por uma crise econômica e financeira, com desemprego e inflação, é mais do que oportuno relembrar a competência, a administração voltada para o social, para a causa do trabalhador, para as conquistas sociais, para as conquistas da Nação brasileira, para as conquistas da industrialização da terra brasileira, do Governo do Presidente Getúlio Vargas.

Temos a certeza de que, passados quase quarenta anos de sua morte, continua sendo Getúlio Vargas o nome mais

querido da população assalariada, dos trabalhadores, principalmente pelo legado de conquistas sociais e trabalhistas que ele deixou para a sociedade brasileira.

Esse Presidente, embora na sua vida pública experimentasse momentos de graves crises, pôde deixar patente à Nação o seu amor pelo povo. Precisamos, pois, do seu exemplo neste momento que estamos vivendo, para que os brasileiros que ascendam às funções públicas — seja nas assembleias, no Congresso ou no Executivo — tenham o mesmo amor pela Nação brasileira, a mesma dedicação, o mesmo espírito público que Getúlio Vargas deixou marcado na História do Brasil.

Quero relembrar a imagem do Presidente Getúlio Vargas, porque hoje o modismo faz com que nos esqueçamos daqueles que construíram a Nação. Getúlio Vargas deixou a marca da criação da Petrobrás, da CSN, da Usiminas, além de outras empresas de vital importância para a industrialização do Brasil. Getúlio nos deixou a herança das conquistas sociais e trabalhistas — o 13º salário, a carteira de trabalho assinada, o voto da mulher — que devem ser reverenciadas, respeitadas, resguardadas e estar na nossa memória.

No momento, o povo brasileiro pode estar muito descrente da classe política, mas pode ter a certeza de que, além de uma grande parcela que representa os interesses escusos de empresários inescrupulosos, que representa interesses empresariais, latifundiários, temos também homens públicos que são capazes de dar a própria vida em nome do País que amam.

Quero deixar registrada esta homenagem, com um dia de atraso, pela passagem do 39º aniversário da morte de Getúlio Vargas, porque acho que esta Casa e a sociedade brasileira têm uma grande dívida para com esse Presidente. Getúlio Vargas é um exemplo raro na vida pública brasileira e deve servir como espécie de mentor para o futuro daqueles que, amanhã, gostariam de ocupar a Presidência da República. O amor à Nação e ao povo, causa principal da vida de Getúlio Vargas, é algo que jamais deveremos esquecer. Getúlio Vargas é o modelo de homem público de que o Brasil precisa.

34ª Sessão Conjunta, realizada

Em 4 de agosto de 1993

(Publicada no DCN, de 5 de agosto de 1993)

Retificação

Na página nº 1877, imediatamente após a legislação citada que acompanha a Mensagem nº 72, de 1993-CN (nº 478/93, na origem), inclua-se, por omissão, o seguinte:

MENSAGEM Nº 73, DE 1993-CN

(Nº 479/93, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 62 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, o texto da Medida Provisória nº 338, de 28 de julho de 1993, que "Altera a Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993".

Brasília, 3 de agosto de 1993.

E.M. nº 242

Em 28 de julho de 1993

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência proposta de reedição da Medida Provisória nº 332, de 30 de junho de 1993, que altera a Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993, visando evitar sério problema de

fluxo de caixa para a União, que decorreria da aplicação dos §§ 4º, alínea b, e 8º, ambos da referida lei.

A presente proposição tem por objetivo reiterar os preceitos contidos naquela Medida Provisória, tendo em vista a iminência da perda de sua eficácia, em face da falta de apreciação pelo Congresso Nacional, no prazo previsto no parágrafo único do art. 62 da Constituição.

Assim, a relevância e a urgência que a matéria envolve justificam a edição de nova Medida Provisória.

Respeitosamente, **Fernando Henrique Cardoso**, Ministro de Estado da Fazenda

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 338,

DE 28 DE JULHO DE 1993

Altera a Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º O art. 7º da Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º

§ 8º Os efeitos fiscais produzidos pelos lançamentos contábeis, efetuados para a utilização dos créditos de CRC, decorrentes da aplicação do disposto nesta lei, terão o seguinte tratamento:

a) o Imposto de Renda devido da pessoa jurídica será calculado em separado, à alíquota de vinte e cinco por cento, devendo a base de cálculo do referido imposto ser excluída do lucro líquido, para fins de determinação do lucro real;

b) este imposto será definitivo, não podendo ser compensado com o Imposto sobre a Renda mensal, apurado com base no lucro real, devendo ser convertido em quantidade de UFIR diária pelo valor desta no último dia do mês a que corresponder e pago no último dia útil do mês subsequente ao da apuração;

c) o Imposto de Renda apurado na forma da alínea a poderá ser compensado com os próprios créditos de CRC, até o limite da parcela assegurada à União, nos termos do disposto no art. 159 da Constituição Federal;

d) na hipótese de a pessoa jurídica optar pela compensação a que se refere a alínea c, o referido imposto vencerá em parcelas mensais à razão de 1/240 (um, duzentos e quarenta avos), vedada a compensação de mais uma parcela em um mesmo período, e somente admitida a dedutibilidade da variação monetária passiva da provisão para o Imposto de Renda na mesma proporção."

Art. 2º O disposto nas alíneas b, c e d do § 8º do art. 7º da Lei nº 8.631/93, com a redação dada pelo art. 1º desta Medida Provisória, aplica-se também à compensação com CRC de créditos a receber pela União, relativos a impostos federais, na forma da alínea b do § 4º do art. 7º da Lei nº 8.631/93.

Art. 3º Ficam convalidados os atos e efeitos jurídicos decorrentes da Medida Provisória nº 332, de 30 de junho de 1993.

Art. 4º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 28 de julho de 1993; 172º da Independência e 105º da República.

LEI Nº 8.631, DE 4 DE AGOSTO DE 1993

Dispõe sobre a fixação dos níveis das tarifas para o serviço público de energia elétrica, extingue o regime de remuneração garantida e dá outras providências.

Art. 7º O regime de remuneração garantida e, em consequência, a Conta de Resultados a Compensar, — CRC e a Reserva Nacional de Compensação de Remuneração — RENCOR, ficarão extintos na data da publicação do decreto regulamentar desta lei.

§ 1º A extinção da CRC e da Rencor não exime os concessionários inadimplentes de quitar os respectivos débitos.

§ 2º Até 30 de junho de 1993, os concessionários que já tiverem firmado o contrato de suprimento, a que se refere o art. 3º desta lei, poderão transferir para outros concessionários e par Itaipu Binacional parcelas dos seus saldos credores nas CRC, acumulados até a data da publicação do decreto de regulamentação desta lei, excluídos os efeitos da correção monetária especial a que se refere o art. 2º da Lei nº 8.200, de 28 de junho de 1991.

§ 3º As parcelas dos saldos credores das CRC, referidas no parágrafo anterior, serão destinadas à quitação, mediante encontro de contas de débitos vencidos até 31 de dezembro de 1992, obedecida a seguinte ordem:

- a) relativos ao suprimento e ao transporte de energia elétrica gerada por Itaipu Binacional;
- b) relativos ao suprimento de energia elétrica gerada por outros concessionários supridores;
- c) remanescentes da Rencor;
- d) relativos aos suprimentos de combustíveis fósseis.

§ 4º Após o encontro de contas efetuado na forma do parágrafo anterior, os detentores de créditos da CRC poderão compensá-los com os seguintes ativos da União existentes em 31 de dezembro de 1992: =

- a)! créditos a receber de compromissos internos e externos cujas garantias foram adimplidas pela União; =
- b)! créditos a receber relativos a impostos federais; =
- c)! créditos a receber relativos à RGR; e =
- d)! outros ativos a critério do Ministério da Fazenda.

§ 5º A Eletrobrás receberá créditos da CRC, de que sejam titulares concessionários de distribuição de energia elétrica, para compensação de débitos vencidos relativos a contratos de financiamentos com ela celebrados, podendo utilizar tais ativos para os efeitos do que estabelecem as alíneas a, b e d do parágrafo anterior.

§ 6º Os eventuais saldos de CRC, remanescentes em 30 de junho de 1993, após as compensações autorizadas por esta lei, poderão ser utilizados, durante o período da respectiva concessão ou em seu término, na forma e para os fins estabelecidos pelo Ministério da Fazenda, ouvido o Ministério das Minas e Energia.

§ 7º (Vetado.)

§ 8º Os lançamentos contábeis efetuados com valores da CRC, decorrentes da aplicação do previsto nesta lei, serão considerados para efeito da tributação pelo imposto sobre a Renda da pessoa jurídica titular da conta conforme as alíquotas vigentes às épocas de formação dos saldos, podendo, o débito fiscal correspondente, ser pago com os próprios créditos de CRC.

MENSAGEM Nº 74, DE 1993-CN
(Nº 480/93, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 62 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Advogado-Geral da União, o texto da Medida Provisória nº 339, de 29 de julho de 1993, que "Dispõe sobre o exercício das atribuições institucionais da Advocacia-Geral da União, em caráter emergencial e provisório, e dá outras providências".

Brasília, 3 de agosto de 1993.

E.M. nº 3/93

Em 29 de julho de 1993

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência proposta de reedição da Medida Provisória nº 330, de 30 de junho de 1993, que dispõe sobre o exercício das atribuições institucionais da Advocacia-Geral da União, em caráter emergencial e provisório, e dá outras providências.

A presente proposição tem por objetivo reiterar os preceitos contidos naquela Medida Provisória, tendo em vista a iminência da perda de sua eficácia, em face da falta de apreciação pelo Congresso Nacional, no prazo previsto no parágrafo único do art. 62 da Constituição.

Assim, a relevância e a urgência que a matéria envolve justificam a edição de nova Medida Provisória.

Respeitosamente, **Geraldo Magela da Cruz Quintão**, Advogado-Geral da União.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 339,
DE 29 DE JULHO DE 1993

Dispõe sobre o exercício das atribuições institucionais da Advocacia-Geral da União, em caráter emergencial e provisório, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º O exercício das atribuições institucionais previstas na Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, dar-se-á, em caráter emergencial e provisório, até a criação e implantação da estrutura administrativa da Advocacia-Geral da União — AGU, nos termos e condições previstos nesta Medida Provisória.

Art. 2º O Poder Público, por seus órgãos, entes e instituições, poderá, mediante termo, convênio ou ajuste outro, fornecer à AGU, gratuitamente, bens e serviços necessários à sua implantação e funcionamento.

Art. 3º Aos Procuradores Regionais da União incumbe orientar e supervisionar, tecnicamente, os representantes judiciais da União com exercício no âmbito da jurisdição dos respectivos Tribunais Regionais Federais, respeitada a competência dos Procuradores Regionais da Fazenda Nacional.

Parágrafo único. A orientação e a supervisão previstas no caput deste artigo serão prestadas por intermédio dos Procuradores-Chefes das Procuradorias da União nos Estados, inclusive às Procuradorias Seccionais.

Art. 4º Na defesa dos direitos ou interesses da União, os órgãos ou entidades da Administração Federal fornecerão os elementos de fato, de direito e outros necessários à atuação dos membros da AGU, inclusive nas hipóteses de mandado

de segurança, **habeas data** e **habeas corpus** impetrados contra ato ou omissão de autoridade federal.

§ 1º As requisições objeto deste artigo terão tratamento preferencial e serão atendidas no prazo nelas assinalado.

§ 2º A responsabilidade pela inobservância do disposto neste artigo será apurada na forma da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 3º O disposto neste artigo aplica-se às requisições feitas pelos representantes judiciais da União designados na forma do art. 69 da Lei Complementar nº 73, de 1993.

Art. 5º Nas audiências de reclamações trabalhistas em que a União seja parte, será obrigatório o comparecimento de preposto que tenha completo conhecimento do fato objeto da reclamação, o qual, na ausência do representante judicial da União, entregará a contestação subscrita pelo mesmo.

Parágrafo único. Não se aplica à União a cominação de revelia e de confissão (CLT, art. 844).

Art. 6º A intimação de membro da Advocacia-Geral da União, em qualquer caso, será feita pessoalmente.

Parágrafo único. O disposto neste artigo se aplica aos representantes judiciais da União designados na forma do art. 69 da Lei Complementar nº 73, de 1993.

Art. 7º O vencimento básico dos cargos efetivos de Advogado da União, criados pelo art. 62 da Lei Complementar nº 73, de 1993, é o fixado no Anexo I a esta Medida Provisória.

Parágrafo único. Os Advogados da União farão jus, além do vencimento básico a que se refere o **caput**, à Gratificação de Atividade, instituída pela Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992, no percentual de cento e sessenta por cento, bem como à gratificação a que se refere o art. 7º da Lei nº 8.460, de 1992, conforme valores constantes do Anexo I desta Medida Provisória.

Art. 8º Ficam criadas quarenta e uma Procuradorias Seccionais da União, a serem implantadas, conforme a necessidade do serviço, nas cidades onde instaladas varas da Justiça Federal.

Art. 9º São criados vinte e sete cargos de Procurador-Chefe, DAS 101.5, titulares das Procuradorias da União nos Estados e no Distrito Federal, de que trata o art. 2º, inciso II, alínea a, da Lei Complementar nº 73, de 1993; quarenta cargos de Procurador Seccional da União, DAS 101.4; três cargos de Adjunto DAS 102.4 e dois cargos de Assessor Jurídico DAS 102.3.

Art. 10. As Procuradorias da União têm sede nas capitais dos Estados e as Procuradorias Seccionais da União, nas cidades onde estejam instaladas varas da Justiça Federal.

Art. 11. Não se aplica o disposto no art. 14 da Lei nº 8.460, de 1992, à escolha dos ocupantes dos cargos em comissão da AGU, até que organizado seu quadro de cargos efetivos e regularmente investidos os titulares de sessenta por cento destes.

Art. 12. O Anexo II à Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, passa a vigorar na forma do Anexo II a esta Medida Provisória.

Art. 13. O preenchimento dos cargos previstos nesta Medida Provisória dar-se-á segundo a necessidade do serviço e na medida das disponibilidades orçamentárias.

Art. 14. Fica o Ministério da Fazenda com a responsabilidade de prestar o apoio necessário à instalação e ao funcionamento da Procuradoria-Geral da União, em todo o território nacional.

Parágrafo único. O apoio de que trata o **caput** compreende o fornecimento de recursos materiais e financeiros, e será especificado pelo Advogado-Geral da União.

Art. 15. A Secretaria de Controle Interno da Presidência da República fica responsável pelas atividades de controle interno da AGU, até a criação do órgão próprio da Instituição.

Art. 16. Até que sejam implantados os quadros de cargos efetivos da Advocacia-Geral da União, o Advogado-Geral da União poderá atribuir a servidor em exercício e a representante judicial da União designado na forma do art. 69 da Lei Complementar nº 73, de 1993, Gratificação Temporária pelo exercício na Advocacia-Geral da União, observado o disposto neste artigo.

§ 1º A Gratificação Temporária instituída no **caput** será paga de acordo com os níveis e fatores constantes do Anexo III, aplicados sobre o valor do vencimento básico do cargo efetivo de Advogado da União de Classe Especial.

§ 2º Os quantitativos e os critérios para a atribuição da Gratificação Temporária serão estabelecidos em decreto.

§ 3º A Gratificação Temporária, compatível com as demais vantagens atribuídas ao cargo efetivo ou ao emprego permanente do servidor, não se incorpora ao vencimento nem aos proventos de aposentadoria ou de pensão, bem como, servirá de base de cálculo para quaisquer outros benefícios, vantagens, ou contribuições previdenciárias ou de seguridade.

§ 4º A Gratificação Temporária não poderá ser atribuída a ocupantes de cargo ou função de confiança ou a titular de gratificação de representação de gabinete.

§ 5º O pagamento da Gratificação Temporária cessará para os representantes judiciais da União designados na forma do art. 69 da Lei Complementar nº 73, na data de vigência da Lei a que se refere o parágrafo único do art. 26 da Lei Complementar nº 73.

§ 6º A Gratificação Temporária não será computada para os efeitos do art. 12 da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992.

Art. 17. O Advogado-Geral da União editará os atos necessários ao cumprimento do disposto nesta Medida Provisória.

Art. 18. As despesas decorrentes desta Medida Provisória correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 19. Ficam convalidados os atos e efeitos jurídicos decorrentes da Medida Provisória nº 330, de 30 de junho de 1993.

Art. 20. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de julho de 1993; 172ª da Independência e 105ª da República.

ANEXO I
ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO - AGU

DENOMINAÇÃO	VENCIMENTO	ARTIGO 7º
Advogado da União de Classe Especial	31.339.289,64	14.191.171,23
Advogado da União de 1ª Classe	29.324.083,98	13.469.075,74
Advogado da União de 2ª Classe	27.401.824,06	12.874.444,05

Observação: Valores relativos ao mês de julho.

ANEXO II

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO - AGU
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

CARREIRA PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL		
DENOMINAÇÃO	CLASSE	QUANTIDADE
Procurador da Fazenda Nacional	Subprocurador-Geral	40
	1ª Categoria	155
	2ª Categoria	405

ANEXO III

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO - AGU

NÍVEL	FATOR
GT-I	0,90
GT-II	0,65
GT-III	0,40
GT-IV	0,30

Base de Cálculo: Vencimento básico do cargo efetivo de Advogado da União de Classe Especial

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990

Dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

LEI COMPLEMENTAR Nº 73,
DE 10 DE FEVEREIRO DE 1993

Institui a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União e dá outras providências.

Art. 2º A Advocacia-Geral da União compreende:

I —

II — órgãos de execução:

a) as Procuradorias Regionais da União e as da Fazenda Nacional e as Procuradorias da União e as da Fazenda Nacional nos Estados e no Distrito e as Procuradorias Seccionais destas;

Art. 26. Os membros efetivos da Advocacia-Geral da União têm os direitos assegurados pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e nesta Lei Complementar.

Parágrafo único. Os cargos das carreiras da Advocacia-Geral da União têm o vencimento e remuneração estabelecidos em lei própria.

Art. 62. São criados, no Quadro da Advocacia-Geral da União, seiscentos cargos de Advogado da União, providos mediante aprovação em concurso público, de provas e títulos, distribuídos entre as categorias, na forma estabelecida no Regimento Interno da Advocacia-Geral da União.

§ 1º Cabe ao Advogado-Geral da União disciplinar, em ato próprio, o primeiro concurso de provas e títulos, destinado ao provimento de cargos de Advogado da União de 2ª Categoria.

§ 2º O concurso público a que se refere o parágrafo anterior deve ter o respectivo edital publicado nos sessenta dias seguintes à posse do Advogado-Geral da União.

Art. 69. O Advogado-Geral da União poderá, tendo em vista a necessidade do serviço, designar, excepcional e provisoriamente, como representantes judiciais da União, titulares de cargos de Procurador da Fazenda Nacional e de Assistente Jurídico.

Parágrafo único. No prazo de dois anos, contado da publicação desta Lei Complementar, cessará a faculdade prevista neste artigo.

DECRETO-LEI Nº 5.452,
DE 1º DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 844. O não comparecimento do reclamante à audiência importa o arquivamento da reclamação, e o não comparecimento do reclamado importa revelia, além de confissão, quanto à matéria de fato.

Parágrafo único. Ocorrendo, entretanto, motivo relevante, poderá o presidente suspender o julgamento, designando nova audiência.

LEI DELEGADA Nº 13,
DE 27 DE AGOSTO DE 1992

Institui Gratificações de Atividade para os servidores civis do Poder Executivo, revê vantagens e dá outras providências.

LEI Nº 8.460, DE 17,
DE SETEMBRO DE 1992*

Concede antecipação de reajuste de vencimentos e de soldos dos servidores civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências.

Art. 7º O Anexo XIX da Lei nº 7.923, de 1989, e o Anexo VIII da Lei nº 7.995, de 1990, ficam substituídos pelo Anexo IX desta lei.

Art. 14. Os dirigentes dos órgãos do Poder Executivo deverão destinar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos cargos de Direção e Assessoramento Superior de níveis DAS-1, DAS-2 e DAS-3 a ocupantes de cargo efetivo lotados e em exercício nos respectivos órgãos.

LEI Nº 8.383, DE 30,
DE DEZEMBRO DE 1991

Institui a Unidade Fiscal de Referência, altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências.

(Art. 68 parágrafo único da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991)

Carreira Procurador da Fazenda Nacional

Denominação	Classe	Quantidade
Subprocurador-Geral da Fazenda Nacional		40
Procurador da Fazenda Nacional	— 1ª Categoria	255
Procurador da Fazenda Nacional	2ª Categoria	305

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 312,
DE 11 DE FEVEREIRO DE 1993

Dispõe sobre a remuneração de cargos de provimento em comissão da Advocacia-Geral da União, revoga a Lei nº 8.200, de 28 de junho de 1991, e dá outras providências.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 314,
DE 12 DE MARÇO DE 1993

Dispõe sobre a remuneração de cargos de provimento em comissão da Advocacia-Geral da União, dá nova redação ao caput do art. 1º da Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973, revoga a Lei nº 8.200, de 28 de junho de 1991, e dá outras providências.

* MEDIDA PROVISÓRIA Nº 316,
DE 14 DE ABRIL DE 1993

Dispõe sobre a remuneração de cargos de provimento em comissão da Advocacia-Geral da União, dá nova redação ao caput do art. 1º da Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973, revoga a Lei nº 8.200, de 28 de junho de 1991, e dá outras providências.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 330,
DE 30 DE JUNHO DE 1993

Dispõe sobre o exercício das atribuições institucionais da Advocacia-Geral da União, em caráter emergencial e provisório, e dá outras providências.

COMISSÃO MISTA

Destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 328, de 25 de junho de 1993, que "define o plano de equivalência salarial para reajuste das mensalidades de financiamentos para aquisição de casa própria no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação, e dá outras providências". Mensagem nº 46/93-CN. (Reedição das Medidas Provisórias nºs 318 e 323 de 1993.)

Às quinze horas do dia sete de julho de mil novecentos e noventa e três, na sala nº 4, Ala Senador Nilo Coelho, Senado Federal, reúne-se a Comissão Mista acima especificada, presentes os Senhores Congressistas: Senadores Wilson Martins, Ney Maranhão, Ruy Bacelar, Cid Saboia de Carvalho e Deputados Félix Mendonça, César Bandeira, Prisco Viana, Antônio Faleiros, Nilmário Miranda, Ciro Nogueira, Luís Roberto Ponte e Flávio Arns. Deixam de comparecer, por motivos justificados, os demais membros da comissão. Havendo número regimental e em obediência ao que preceitua o Regimento Comum do Congresso Nacional, assume a Presidência eventualmente o Senhor Deputado Prisco Viana e comunica que, em virtude de acordo de lideranças, havia indicação consensual dos senhores Deputados Félix Mendonça e César Bandeira para exercerem as funções de Presidente e Vice-Presidente respectivamente. Sem restrições dos presentes sobre as indicações, foram ambos eleitos por aclamação. Assumindo a Presidência, o Senhor Deputado Félix Mendonça designa para relatar a matéria o Senhor Senador Wilson Martins. Em seguida o senhor Presidente, concede a palavra ao senhor Relator, que apresenta Parecer favorável concluindo por um Projeto de Lei de Conversão. Posto em discussão e votação, é o Parecer aprovado ressalvados os destaques apresentados pelos senhores Deputados César Bandeira à Emenda número 7 e Antônio Faleiros à Emenda número 57. Em seguida passa-se à votação do destaque à Emenda número 7 que é aprovado. Logo após, o Senhor Deputado Antônio Faleiros retira o destaque à Emenda número 57. Em seguida o Senhor Presidente agradece a presença dos Senhores Congressistas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Adalberto de Menezes Dantas, Secretário da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.

ANEXO À ATA DA 1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO) DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 328, DE 25 DE JUNHO DE 1993, QUE "DEFINE O PLANO DE EQUIVALÊNCIA SALARIAL PARA REAJUSTE DAS MENSALIDADES DE FINANCIAMENTOS PARA AQUISIÇÃO DE CASA PRÓPRIA NO ÂMBITO DO SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". MENSAGEM Nº 46/93-CN. (REEDIÇÃO DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS Nºs 318 E 323 DE 1993.)

Presidente: Deputado Félix Mendonça
Vice-Presidente: Deputado César Bandeira
Relator: Senador Wilson Martins
(Íntegra do apanhamento taquigráfico da reunião)

COMISSÃO MISTA
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 328
(Reunião 7-7-93 — 15h38min)

Presidente: Deputado Prisco Viana
Relator: Senador Wilson Martins

O SR. PRESIDENTE (Prisco Viana) — Srs. Senadores e Srs. Deputados, na condição não de mais velho, mas de possuidor do maior número de mandatos legislativos, segundo preceito regimental, declaro instalada esta Comissão Mista, cuja incumbência é a de examinar e dar parecer à emenda, ou melhor, à Medida Provisória nº 328, baixada pelo Poder Executivo, na pessoa de Sua Excelência, o Senhor Presidente da República.

Segundo a norma do Regimento, esta sessão inicial tem como objetivo prioritário eleger os membros desta Comissão.

O SR. (NÃO IDENTIFICADO) — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Prisco Viana) — Tem a palavra V. Exª

O SR. (NÃO IDENTIFICADO) — (Intervenção fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Prisco Viana) — No que diz respeito à minha indicação, o que considero honroso, V. Exª cria para mim, desde já, impedimento para presidir esta reunião. Portanto, pondero essa circunstância, embora muito gratificado pela sugestão.

Feitas as indicações, peço ao Sr. Secretário que promova o processo de votação. Embora o resultado seja previamente conhecido, ela tem de ser secreta.

Há uma circunstância não regimental, mas de fato, que faz com que a eleição se faça por mera indicação, se a Comissão concordar. (Pausa.)

Atendidas, portando, as indicações partidárias. Pelo acordo feito entre os membros da Comissão, proclamo eleito Presidente da Comissão o ilustre Deputado Félix Mendonça e Vice-Presidente o ilustre Sr. Deputado César Bandeira.

Peço ao Deputado Félix Mendonça a gentileza de vir à mesa para assumir a Presidência dos trabalhos, cabendo-lhe, em seguida, a indicação formal do nome do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Félix Mendonça) — Srs. Deputados, vou indicar, neste instante, o nome do Senador Wilson Martins para Relator da Medida Provisória nº 328, para a qual foi convocada essa reunião.

Portanto, passo a palavra ao Relator, Senador Wilson Martins.

O SR. RELATOR (Wilson Martins) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a presente Medida Provisória é a terceira que se reedita com idêntico objetivo. Como ocorreu em relação às duas anteriores — a de nº 318 e a de nº 323, também nessa apresentamos Projeto de Conversão.

A primeira Medida Provisória recebeu 52 emendas; a segunda 45 e a presente 57. Cerca de 150 emendas, Srs. Congressistas, montaram esse Projeto de Conversão, atendendo a todo o universo de que trata a matéria em debate.

Como por duas vezes já lemos o relatório e o texto da matéria, eu perguntaria aos nobres Pares se dispensariam a leitura do relatório e do parecer para que nos ativésemos exclusivamente à leitura do texto da Medida Provisória. Creio que ganharíamos tempo sem prejuízo. (Pausa.)

Todos concordam.

O Projeto de Lei de Conversão define planos de reajustamento de encargos mensais e dos saldos devedores nos contratos de financiamentos habitacionais, no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação e dá outras providências.

(Procede à leitura do parecer.)

É este o parecer, Sr. Presidente.

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE — Deputado César Bandeira, temos algumas observações. Queria ver se é possível suspendermos a reunião, por alguns minutos, para conversarmos com o Relator, no sentido de chegarmos a um acordo. No caso, não há sequer emenda. Estou vendo aqui uma mudança de redação, parágrafo, queria discutir com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Félix Mendonça) — Embora já tenhamos o número de assinantes — temos maioria para decidir — não estão todos presentes. Mandamos chamá-los, até que venham, suspenderemos a sessão. Enquanto isso, os Deputados conversam com o Relator com relação ao problema suscitado.

(Suspensa a reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Félix Mendonça) — Concedido a prazo solicitado, está reaberta a sessão.

Informo aos que não estavam presentes que passaremos à discussão, já que o Relator fez a leitura do seu relatório.

Estão em discussão e votação as emendas.

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE (Início da intervenção fora do microfone.) — ... Finalmente, uma adaptação na redação do art. 25, que trata com mais clareza do limite de 12% dos juros, impedindo que possa ser exigido saldo médio ou qualquer outra forma de distorção do teto de juros. E nisso também há consenso. Perguntaria a V. Exª como se encaminhariam essas três posições.

O SR. PRESIDENTE (Félix Mendonça) — Nesse caso, passo a palavra ao Relator para que possa incluir ou não no seu relatório. Passaremos posteriormente a votação do relatório.

O SR. RELATOR (Wilson Martins) — Pediria ao nobre Deputado que me passasse as emendas.

O SR. PRISCO VIANA — Sr. Presidente, quanto ao relatório, talvez seja interessante que o nobre Deputado leia a proposta que faz em relação ao acréscimo de um parágrafo ao art. 25.

O SR. PRESIDENTE (Félix Mendonça) — Vamos solicitar ao Deputado Luís Roberto Ponte que leia artigo por artigo, para que o Relator possa incluir ou não no seu relatório.

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE — A sugestão de modificação do art. 25 é para os seguintes termos:

“Nos financiamentos concedidos aos adquirentes da casa própria, celebrados no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação, a taxa efetiva real de juros será de, no máximo, 12% ao ano, observado o disposto no parágrafo único do art. 2º

§ 1º No cálculo dos juros mencionados no caput deste artigo, serão computados todos os desembolsos

financeiros, direto ou indireto, realizado pelo mutuário, tais como remuneração, ressarcimentos e quaisquer outros acréscimos devidos à instituição financeira, independentemente da denominação que a eles se atribuem, vedadas as exigências complementares ao mutuário, inclusive de reciprocidade sobre a forma de saldo médio bancário mínimo ou saldo mínimo das aplicações financeiras ou de caderneta de poupança.”

Os outros parágrafos continuariam como estavam, enumerando-se novamente os que ainda se encontram: o § 1º passaria a ser § 2º e o § 2º a ser o § 3º

O SR. PRESIDENTE (Félix Mendonça) — Vamos submeter, artigo por artigo, à consideração dos nossos Pares.

— Há alguma objeção à inclusão desse artigo?

O Sr. PRISCO VIANA — De acordo.

O SR. RELATOR (Wilson Martins) — Também eu, Sr. Presidente, me coloco de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Félix Mendonça) — Acrescenta-se mais um parágrafo ao art. 25.

O Sr. LUÍS ROBERTO PONTE — Há um artigo novo, com a seguinte redação:

“O Banco Central do Brasil deverá encaminhar periodicamente à Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados os dados e informações relativos à captação de recursos em caderneta de poupança e à aplicação desses recursos em operações habitacionais.

Parágrafo único. A Comissão de Finanças definirá a periodicidade e o detalhamento das informações a serem encaminhadas pelo Banco Central do Brasil, de forma a permitir a verificação do cumprimento da obrigatoriedade de aplicações dos recursos de caderneta de poupança pelas instituições financiadoras.”

O SR. PRISCO VIANA — Sou de opinião de que a periodicidade seja de logo estabelecida, porque, se e matéria de lei, a Comissão de Finanças não tem competência constitucional, regimental para regulamentar lei. Então, seria a intenção de que nos entendêssemos logo sobre a periodicidade.

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE — Pertinente a V. Exª, que sugestão daria para a periodicidade?

O SR. PRISCO VIANA — Sugeriria que fosse de três em três meses.

O SR. RELATOR (Wilson Martins) — Como é que ficaria? A Comissão de Finanças definirá a periodicidade?

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE — Teria que se incluir “a cada três meses”.

O SR. PRISCO VIANA — O parágrafo seria suprimido.

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE — Não. O parágrafo fica por causa do detalhamento.

O SR. PRESIDENTE (Félix Mendonça) — Dé a nova conotação, por favor.

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE — “O Banco Central do Brasil deverá encaminhar, a cada período de três meses ou trimestralmente, à Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados os dados e informações relativos...” Trocaríamos “periodicamente” por “trimestralmente”.

O SR. PRESIDENTE (Félix Mendonça) — Alguma outra objeção?

O SR. PRISCO VIANA — Sobre o projeto, temos breves, rápidas sugestões quanto à redação.

O SR. PRESIDENTE (Félix Mendonça) — Um instante, Deputado Prisco Viana, é preciso saber se o Relator acolhe a matéria.

O SR. RELATOR (Wilson Martins) — De minha parte, não vejo objeção a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Félix Mendonça) — Ficam, então, incluídos esses dois artigos no relatório do Senador Wilson Martins.

O Senhor teria alguma outra sugestão?

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE — Eu tenho. Já consultei colegas, já consultei o Relator sobre o art. 8º. A minha proposta é que tenha a redação que tinha o mesmo relatório, o anterior. Era então, o art. 7º, § 4º. Ele tem a redação deste aqui, ou seja, substitua a redação atual por essa que tinha anteriormente. Basicamente inclui, para aquelas categorias que não têm data base determinada, não têm vínculo empregatício, a data do mês de maio.

Substitui o § 4º do art. 8º pelo § 4º do art. 8º.

O SR. PRESIDENTE (Félix Mendonça) — Alguma objeção, com relação a esse problema?

Concedo a palavra ao nobre Deputado Prisco Viana, para apresentar sugestões.

O SR. PRISCO VIANA — A redação da letra b do § 1º do art. 13 afirma: (Intervenção longe do microfone.)

O SR. RELATOR (Wilson Martins) — O nobre Deputado está falando sobre o quê?

O SR. PRISCO VIANA — À página 11, letra b do § 1º do art. 13.

O SR. RELATOR (Wilson Martins) — Se após o recálculo da cota de amortização, se mantiver em nível inferior à mensal extinção da dívida...

O SR. PRISCO VIANA — Para a extinção da dívida.

O SR. PRESIDENTE (Félix Mendonça) — É uma emenda de redação procedente. Concorde.

O SR. PRISCO VIANA — A outra sugestão, Sr. Presidente, de redação também, é a seguinte: no art. 25, § 2º, que passará a ser o § 3º, em decorrência do acolhimento da sugestão do Deputado Ponte: "Compete ao Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, fixar, em vez de estabelecer.

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE — Sr. Presidente, o art. 28 § 2º foi falado, anteriormente, por V. Exª. Fico com o resultado desta redação: "Para efeito de registro de contrato de financiamento, cujo imóvel tenha sido avaliado em valor igual ou inferior a..."

O SR. PRESIDENTE (Félix Mendonça) — Já havia assinalado e concordo com a emenda. (Pausa.)
(Diálogos fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Félix Mendonça) — Feitas as devidas correções, passamos, então, à votação do relatório do Senador Wilson Martins.

Em votação, com a ressalva dos destaques.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passamos, então, à votação dos destaques.

(Procede-se à votação dos destaques.)

Destaque para a Emenda nº 7 — Deputado Paulo César Bandeira.

Em discussão.

O SR. CÉSAR BANDEIRA — Sr. Presidente, Sr. Relator, companheiros Deputados e Senadores:

Na ocasião da Medida Provisória nº 324 essa emenda foi motivo já de discussão pela Comissão e aprovada por unanimidade pelos Colegas presentes. Acreditamos que não vão mudar de voto aqueles que acompanharam aquela discussão e a votação da emenda que foi retirada agora da Medida Provisória nº 328.

Gostaríamos de acrescentar, Sr. Relator, Srs. Deputados e Senadores, que as instituições financeiras estão sendo, com os empresários, muito duras em relação a financiamentos da classe empresarial. Na medida em que são pagos os financiamentos o remanescente, que a maioria da classe empresarial chama de troco, fica à mercê do financiador para que o restante das unidades habitacionais sejam financiadas.

Com essa emenda procuramos disciplinar o financiamento desses remanescentes, sem prejuízo nenhum à instituição financeira, porque na medida em que a assinatura do contrato define a quantidade de unidades a serem financiadas, é lógico que a instituição financeira já faz a alocação de recursos necessários.

Então, não vemos por que, no pagamento da dívida, a instituição financeira não financiar o remanescente ou querer fazer nova avaliação, geralmente abaixo, para poder fazer novos financiamentos.

Nós não concordamos de maneira alguma com esse funcionamento das instituições financeiras; apresentamos essa emenda, e gostaríamos que os companheiros que votaram da vez anterior, quando foi amplamente discutida, mantivessem o voto.

O SR. PRESIDENTE (Félix Mendonça) — Continua a discussão.

O SR. PRISCO VIANA — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Félix Mendonça) — Tem a palavra V. Exª.

O SR. PRISCO VIANA — É verdade, Sr. Presidente, que esta matéria foi objeto de discussão por ocasião da Medida Provisória nº 23. Se não me engano, representava naquele projeto de resolução, referente à Medida Provisória nº 323, o art. 21.

Tive a oportunidade de me manifestar contra esta emenda e fui até vencido na votação do destaque, por várias razões. Uma de natureza constitucional — vou ser muito simples nessa exposição: o financiamento resulta de um contrato. E o princípio constitucional é de que o contrato é um acordo que tem que refletir a vontade dos contratantes. Não se pode, por lei, estabelecer a obrigatoriedade do financiamento.

Do ponto de vista prático, tenho a impressão de que, embora muito bem-intencionada a iniciativa do Deputado César Bandeira poderá dar um resultado contrário. As instituições financeiras, dentro do sistema constitucional que nós

aplicamos — a liberdade — poderão simplesmente não querer financiar. E admitamos que queira financiar; nós que estamos empenhados em gerar cada vez mais recursos para financiar a habitação, vamos por esse processo retirar recursos de novos empreendimentos. Depois de cumpridas todas as suas finalidades, ou seja, de financiar aquilo que foi pactuado, ainda fica o agente financeiro obrigado a financiar o remanescente. Por uma questão, portanto, de princípio, e por perceber que esse mecanismo vai dar resultados contrários, vai reduzir a oferta de recursos e vai inibir o agente financeiro de operações dessa natureza é que eu me manifesto mais uma vez contra a aprovação desse destaque

O SR. PRESIDENTE (Félix Mendonça) — Continua em discussão o destaque.

Com a palavra o Sr. Deputado Luís Roberto Ponte.

O SR. LUIS ROBERTO PONTE — Sr. Presidente, a proposição do Deputado César Bandeira visa corrigir uma distorção bastante grande que existe em financiamentos habitacionais.

Na realidade, os impulsos através de poupança deveriam ser sempre dos mutuários finais. Por via de consequência, tem-se unidades prontas que não podem ser comercializadas por falta de financiamento ao mutuário final. O lógico, realmente, é que, antes de financiar novas construções, esses recursos fossem destinados àquela finalidade precípua, qual seja, a de atender ao mutuário.

Sobre esse aspecto, eu discrepo um pouco daquilo a que o Deputado Prisco Viana se referiu. Todavia, temos que fazer uma grande reflexão sobre as colocações de S. Ex^a quando diz que isso pode funcionar ao contrário na economia de mercado. Sabemos que o banco não é obrigado a conceder financiamento, na fase de construção, a quem quer que seja; não há lei que o obrigue a isto, porque esses recursos são de depósitos voluntários.

Por via de consequência, sou mais receptivo a algo que colocou o Deputado César Bandeira: na medida em que houver uma obrigação dessa ordem, iremos verificar que os agentes financeiros irão apenas financiar aqueles conjuntos cujo remanescente — o chamado "troco" — seja muito pequeno, para que eles não venham a ter, no futuro, esses compromissos. Assim, pode realmente funcionar alguma coisa.

Todavia, a meu ver, é um equívoco quando uma Caixa Econômica Federal ou agentes finais deixam unidades prontas, financiadas em uma época para a parte de construção, sem dar destinação. Temos uma imobilização que a sociedade fez sem poder ser utilizada por falta de tomador ou em virtude de não ter financiamento.

Eu tinha dito ao Deputado César Bandeira — não votei na outra ocasião — que acompanharia o seu voto nesta ocasião a despeito das reflexões ponderadas e pertinentes do Deputado Prisco Viana. Agora, o que eu quero ponderar ao Deputado César Bandeira é que, se vencedora essa proposição e se for criado um clima de impossibilidade de entendimento na votação em Plenário, que se aceite a decisão deste, do conjunto de Deputados que lá se encontram. Jamais por decorência da eventual inserção desse seu destaque, não venhamos a ter a impossibilidade de votarmos essa medida provisória, cuja não-solução, tem resultado em tantos malefícios para a sociedade brasileira. Votaria, portanto, com S. Ex^a, mas aceitando e até levantando as ponderações feitas pelo Deputado Prisco Viana.

O SR. PRESIDENTE (Félix Mendonça) — Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira usar da palavra, coloco em votação a Emenda n^o 7, de autoria do Deputado César Bandeira. (Pausa.)

O SR. RELATOR (Wilson Martins) — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Félix Mendonça) — Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. RELATOR (Wilson Martins) — Sr. Presidente, o que caracterizou o trabalho dessa relatoria, desde o primeiro instante, foi a abertura; foi congregar, nas salas deste Senado, nos gabinetes, todo o universo ligado ao setor federal da habitação e tirar-se uma lei de consenso, uma lei que realmente refletisse os interesses de mutuários, de construtores, de financiadores etc. Houve, em determinado momento, consenso em relação ao art. 21 e respectivos parágrafos — 1^o e 2^o — não abordados nem pelo Deputado Prisco Viana, nem pelo Deputado Luís Roberto Ponte. Todavia, na última discussão, que foi aquela travada em relação a essa medida provisória, feita em meu gabinete, todos os que lá compareceram opinaram contrariamente. O próprio Deputado Luís Roberto Ponte, conversando conosco aqui na Mesa, em presença do Deputado César Bandeira, disse tratar-se de uma emenda que em nada auxiliaria o projeto que temos em mente.

Nestas condições, relatamos contrariamente à emenda, aduzindo que se trata de regulamentação muito específica ainda carecendo de maior debate na sociedade e entre as próprias instituições envolvidas.

Pode ter sido esse o critério que nos levou a rejeitar o art. 21, agora pretendido que se inclua novamente. Acompanho o Colega que divergiu da inclusão. Sou, portanto, com pesar, levado a não incluí-lo na nova Medida de Conversão.

O SR. PRESIDENTE (Félix Mendonça) — Em votação a Emenda n^o 7, de autoria do Deputado César Bandeira.

Os Srs. Senadores que votam contra o destaque queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Votaram SIM 4 Srs. Senadores; e NÃO 3.

Total de votos: 7

O destaque foi aprovado.

Em discussão a Emenda n^o 57, do Deputado Antônio Faleiros. (Pausa.)

O SR. ANTÔNIO FALEIROS — (Fala fora do microfone.) — Sr. Presidente, até agora não ouvi nenhum argumento que pudesse me convencer da não criação do Conselho Curador através de poupança. Mas gostaria de fazer aqui uma apologia do acordo. O Deputado Luís Roberto Ponte me garantiu que até às 18 horas seria, provavelmente, encaminhada pelo Poder Executivo uma nova proposta de criação de (inaudível) vem suprir, parcialmente, a necessidade que achávamos (inaudível). Sendo assim, para facilitar o acordo, gostaríamos de fazer a retirada de nossa emenda com a ressalva: se não vier até às 18h essa proposta do Executivo, não teremos nenhum compromisso de, em Plenário, votar com o relatório. Mas se vier esse compromisso, nós, então, com o nosso Partido, nos comprometemos de manter o acordo havido nesta comissão e votar favoravelmente ao destaque ao qual irá a plenário (inaudível).

O SR. PRESIDENTE (Félix Mendonça) — V. Ex^a retira o destaque, com o compromisso formal de até às 18 horas de hoje ou até a votação no Plenário?

O SR. ANTÔNIO FALEIROS — Até às 18 horas de hoje, porque foi o prazo colocado pelo Deputado Luís Roberto Ponte. Isso quer dizer que, se não tivermos até a votação no Plenário, não temos o compromisso de votar favoravelmente (inaudível).

O SR. PRESIDENTE (Félix Mendonça) — Está retirada a emenda.

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE — (Intervenção fora do microfone.) — Sr. Presidente, apenas para complementar as informações do Deputado Faleiros. Houve um entendimento prévio com a área fazendária e também com o Banco Central, e há uma sentença no sentido de que seja realmente implementado esse acerto. Apenas para não parecer que o banco está dando uma palavra que, depois, talvez não seja aceita pelo Ministério Público. Espero que venha ser. Aqui já falo mais a um público indiscreto na condição da existência de um Conselho Curador que não se põe contrário a esta busca de entendimento, que é uma Comissão ou um grupo de trabalho provisório, que terá uma vida de apenas 120 dias, quando vai exatamente formular idéias novas que possam surgir e, sobretudo, clarear o Sistema Financeiro de Habitação numa quadra complicada em que se encontra. Faço esse apelo também àqueles que relutaram muito para inserir no projeto de conversão o Conselho Curador. Essa é uma solução intermediária, que vale a pena, e que vai caminhar, dentro do que é possível, no atual Congresso, com uma transição, a fim de podermos sair desse impasse, e repito mais uma vez, tem causado tantos malefícios à sociedade como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Félix Mendonça) — Muito bem. Deputado Vilmário Miranda com a palavra.

O SR. NILMÁRIO MIRANDA — O Partido dos Trabalhadores acompanha a posição defendida pelo Deputado Antônio Parente. Nosso comprometimento de votar a favor do projeto (inaudível) vai até o momento em que a tenhamos confirmação da criação dessa Comissão Especial do Conselho Monetário Nacional favorável ao Conselho Curador (inaudível). Não vamos abrir mão deste acordo, porque se ele não se efetivar, não temos mais compromisso com o voto dado.

O SR. PRESIDENTE (Félix Mendonça) — Perfeito. Com a palavra o Deputado Prisco Viana.

O SR. PRISCO VIANA — Sr. Presidente, gostaria, inicialmente, de aplaudir a decisão do Deputado Faleiros, quanto à retirada do destaque, com o qual pretendia colocar em votação sua Emenda nº 57, que propõe a criação do Conselho Curador da Administração de Recursos das Cadernetas de Poupança (inaudível). Essa proposta já havia surgido na oportunidade passada, quando examinávamos a Medida Provisória nº 323, se não me engano, e S. Ex^a disse que não tinha havido manifestação alguma contrária à proposta, e quero renovar as opiniões que emiti, na reunião anterior, a esse respeito.

Do ponto de vista jurídico poderemos dizer, Sr. Presidente, primeiro, que não existe legislação alguma que estabeleça a obrigatoriedade de os agentes financeiros aplicarem 100% daqueles recursos que captam em poupanças. Nós, aqui, por princípio de lei, desde o tempo da criação do Banco Nacio-

nal de Habitação, que depois ele reforçou (inaudível) do BNH, que o Conselho Monetário Nacional passou a ter atribuição para vigiar, zelar, cuidar tanto da liquidez e da solvência dos agentes financeiros, que, de resto, são os responsáveis pela administração dos recursos dos poupadores públicos, aqueles que aplicam em poupança.

Ora, o Conselho proposto, Sr. Presidente, retira a poupança, que era uma aplicação de extrema importância, que envolve vultosos recursos, da responsabilidade do Conselho Monetário de zelar, exatamente, pela segurança do sistema e pela solvência (inaudível).

Sr. Presidente, ainda que fosse possível a criação deste Conselho, teríamos que admitir que não seria — neste momento invoco um aspecto jurídico relevante — o projeto de lei de conversão um instrumento adequado, porque a Constituição Federal, ao falar sobre o Sistema Financeiro Nacional, diz que é uma lei complementar que vai estabelecer a regulamentação e o funcionamento do Sistema Financeiro Nacional. O Conselho seria assim um órgão de controle de aplicação de recursos públicos, de poupadores públicos, de poupadores de bancos privados. Acho que a motivação da proposta é necessária, porque não só os recursos da poupança, como tudo, enfim, da vida do nosso País tem que estar lastreado por um processo de liquidez e transparência, e o nobre Deputado Ponte sugere corretamente isso, que possa ser feito através de um mecanismo de informação, que o Banco Central passe a dar ao Congresso Nacional, no caso o Conselho de Finanças, medida, aliás, que já adotamos numa votação anterior (inaudível). Acho que satisfaz inteiramente a questão. Há que se fazer uma distinção entre o regime de recursos que pode-se argumentar: bom, mas o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço tem mecanismos para isso. É verdade, porque a natureza (inaudível) é outra, uma é poupança compulsória, gerida por um órgão público, no caso a Caixa Econômica, e outra é uma poupança voluntária e administrada por uma gestão, onde inclui no rol que carregam agentes financeiros privados.

Com estas considerações, Sr. Presidente, espero que possamos chegar a um entendimento, no sentido de que essa alternativa oferecida pelo Deputado Pontes possa prevalecer e que não criemos, através desse Conselho Curador, um mecanismo perturbador da estabilidade e eventualmente comprometedor da credibilidade do sistema, porque afinal de contas são poupadores que entregam seus recursos a agentes financeiros e precisam ter a sensação real de que aqueles recursos estão sendo aplicados segundo critérios de rentabilidade, de liquidez, de solvência e não por critérios de natureza política.

O SR. PRESIDENTE (Félix Mendonça) — Como Presidente, quero elogiar a participação do nosso Relator, que foi incansável tanto na primeira audição, como na segunda e finalmente na terceira audição, ouvindo todas as partes interessadas, não só os deputados que representam oficialmente, mas todos os setores envolvidos neste problema com uma paciência de Jó e com a lucidez de bom legislador.

Quero deixar claro que participaram, ele e sua equipe, com o maior empenho, com o maior interesse para que resultasse na aprovação dessa emenda. Procurou harmonizar interesses de tal forma que possamos concluir a aprovação deste Projeto de Conversão no plenário, já que hoje muitas obras encontram-se aguardando financiamento, exatamente porque os bancos querem uma lei definitiva e clara para proceder aos financiamentos.

CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

- Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências
- Dispositivos vetados e razões dos vetos
- Legislação correlata
- Índice temático

Lançamento
Cr\$ 800,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º andar - Praça dos Três Poderes, CEP 70160 - Brasília, DF - Telefones 311-3578 e 311-3579.

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado CGA 470775.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral CR\$ 3.620,00

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral CR\$ 3.620,00

J. avulso CR\$ 30,00

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência 1386 - PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil - Agência 0452-9 - CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações - Coordenação de Atendimento ao Usuário.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 240 PÁGINAS

Há uma expectativa com relação a esse Projeto de Conversão por parte de todo o sistema financeiro. Além deste, também por ele anseiam os operários que estão desempregados e os construtores que necessitam ativar as suas equipes.

Portanto, quero agradecer a todos os Srs. Deputados, em que aqui discutiram com clareza e o empenho de bem servir,

e aos Srs. Senadores, que aqui estiveram sempre presentes, dando o seu apoio para que possamos, finalmente, conseguir a aprovação deste Projeto de Conversão.

Muito obrigado a todos. Declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 17 horas e 25 minutos.)